

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA  
Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Secção Autónoma de Ciências Sociais Aplicadas  
Secção de Ciências de Educação

**PODER LOCAL, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO: A  
POLÍTICA EDUCATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DO  
SEIXAL DE 1986 A 1992 - Um estudo de caso**

Por  
ANTÃO DE JESUS LOPES VINAGRE

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Ciências de Educação - Educação e Desenvolvimento, preparada com a orientação do Professor Rui Canário.



LISBOA  
1993

Aos meus Pais  
presenças vivas na minha formação

## **ÍNDICE**

Resumo .....	1
Resumé .....	2
Abstract .....	3
Introdução .....	4

### **CAPITULO 1 - EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: DOS ANOS SESSENTA AOS NOSSOS DIAS .....**

10

1 - Os anos sessenta e a teoria do capital humano: planificação centralizada dos sistemas escolares .....	10
2- A crise da educação e a emergência dos nova paradigmas de desenvolvimento e de educação a partir dos anos 70 .....	15
2.1 - Crise da educação .....	15
2.2 - A emergência de uma nova concepção de desenvolvimento .....	16
2.3 - A emergência de novos paradigmas de educação .....	20

### **CAPÍTULO 2 - A EMERGÊNCIA DO PODER LOCAL AUTÁRQUICO EM PORTUGAL E A DIMENSÃO LOCAL DO DESENVOLVIMENTO E DA EDUCAÇÃO .....**

24

1 - O quadro político-administrativo do poder autárquico no regime democrático .....	24
1.1 - Institucionalização do poder autárquico .....	24
1.2 - Atribuições e competências das autarquias .....	27
1.3 - Os Planos Directores Municipais como instrumentos estratégicos do planeamento concelhio .....	33
2 - O papel das câmaras no desenvolvimento e na educação .....	34
2.1 - As câmaras e a dimensão educativa do desenvolvimento .....	34
2.2 - A intervenção das autarquias no subsistema local de ensino e a emergência da necessidade de políticas educativas integradas a nível municipal .....	37

<b>CAPÍTULO 3 - OBJECTO E MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>41</b>
1 - Problema a estudar .....	41
1.1 - Pressupostos para o trabalho empírico .....	42
1.2 - Questões orientadoras .....	43
2 - Princípios metodológicos .....	44
2.1 - Algumas premissas metodológicas .....	44
2.2 - Linhas gerais da metodologia .....	45
3 - Desenvolvimento das fases de investigação .....	47
3.1 - 1ª fase de investigação .....	47
3.2 - 2ª fase de investigação .....	52
3.3 - 3ª fase de investigação .....	57
 <b>CAPÍTULO 4 - O MUNICÍPIO DO SEIXAL/COMUNIDADE LOCAL: CARACTERIZAÇÃO GLOBAL .....</b>	 <b>58</b>
1 - Localização, área e caracterização administrativa .....	58
2 - Nota histórica .....	59
3 - População, habitação e estrutura urbana .....	62
4 - Alguns dados sócio-económicos .....	65
5 - Património natural e construído .....	67
6 - Equipamentos colectivos: alguns indicadores .....	69
6.1 - Saúde .....	69
6.2 - Equipamentos de segurança social .....	69
6.2.1 - Equipamento de apoio à infância .....	69
6.2.2 - Equipamentos de apoio à 3ª Idade .....	72
6.3 - Desporto, cultura e recreio .....	72
6.3.1 - Equipamentos desportivos .....	72
6.3.2 - Equipamentos de cultura e recreio .....	73
7 - Sistema local de ensino: alguns indicadores .....	75



7.1 - População e rede escolar, dos ensinos públicos, básicos e secundários .....	76
7.1.1 - 1º Ciclo do ensino básico .....	76
7.1.2 - 2º e 3º Ciclo do ensino básico e ensino secundário .....	77
7.2 - Ensino técnico .....	80
7.3 - Coordenadora Concelhia de Extensão Educativa .....	80
8 - A Câmara Municipal do Seixal enquanto órgão autárquico .....	82
8.1 - Composição do executivo, estrutura orgânica e quadro de pessoal .....	82
8.2 - A dinâmica da gestão camarária de 1986 a 1992 .....	83
8.2.1 - As prioridades da intervenção camarária .....	83
8.2.2 - Alguns princípios orientadores da gestão camarária .....	85

## **CAPÍTULO 5 - DIMENSÕES DA POLÍTICA EDUCATIVA DA CÂMARA**

.....	90
1 - Definição e implementação da política educativa .....	90
1.1 - Organização estrutural e recursos humanos e materiais .....	90
1.2 - Actores sociais responsáveis e estratégia de funcionamento .....	93
2 - Objectivos da política educativa .....	96
3 - Conteúdos estratégicos da acção educativa da Câmara .....	99
3.1 - Intervenção no quadro do sistema regular de ensino .....	99
3.1.1 - Primeiro ciclo do E.B. ....	99
3.1.2 - Segundo e terceiro ciclos e Ensino Secundário .....	105
3.2 - Intervenção fora do quadro do sistema regular de ensino .....	110
3.2.1 - Animação cultural .....	110
3.2.2 - Animação desportiva .....	111
3.2.3 - Educação para a saúde .....	112
3.2.4 - Educação Ambiental .....	113
3.2.5 - Dinamização Associativa .....	114
3.2.6 - Formação Profissional .....	114

<b>CAPÍTULO 6 - A POLÍTICA EDUCATIVA DA CÂMARA E A NECESSIDADE DE COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS LOCAIS</b>	116
1 - Atribuições e competências no domínio educativo	116
1.1 - No quadro do sistema regular de ensino	116
1.1.1 - Opinião dos responsáveis autárquicos	116
1.1.2 - Opinião de alguns parceiros	118
1.2 - Fora do quadro do sistema regular de ensino	121
1.2.1 - Opinião de parceiros	121
2 - Facilidades e obstáculos na intervenção educativa da Câmara	123
2.1 - Opinião dos responsáveis autárquicos	123
2.2 - Opinião de parceiros	125
3 - Coordenação das políticas educativas locais e protagonismo da Câmara	127
3.1 - Opinião dos responsáveis camarários	127
3.2 - Opiniões de alguns parceiros	130
<b>CONCLUSÕES</b>	134
1 - A afirmação da intervenção educativa da Câmara no actual contexto do Sistema Educativo Português	134
2 - Contextos facilitadores da intervenção educativa da Câmara	134
3 - A Câmara como recurso e agente educativo da comunidade	135
4 - O Conselho Local de Educação no contexto da política educativa local	139
5 - Intervenção educativa e desenvolvimento local	141
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	144
<b>AGRADECIMENTOS</b>	160
<b>ANEXOS</b>	
<b>NORMATIVOS REFERENCIADOS</b>	161

ORGANIGRAMA .....	163
GUIÕES DAS ENTREVISTAS .....	164
QUADROS DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE .....	168
ENTREVISTAS .....	171

## RESUMO

A emergência do poder local democrático em Portugal a partir da Revolução de Abril de 1974, e o seu reforço posterior, vem facilitar o surgimento de algumas experiências de intervenção educativa autárquica no quadro de uma concepção de desenvolvimento integrado e endógeno, que tem na educação uma das suas dimensões fundamentais e na participação das populações o principal princípio estratégico.

Este trabalho analisa a experiência de intervenção educativa da Câmara Municipal do Seixal de 1986 a 1992. Este órgão autárquico, assumindo-se como importante recurso e agente educativo comunitário procura protagonizar o desenvolvimento de uma política educativa integrada ao nível do seu município, articulando actividades com outros agentes educativos, visando nomeadamente a rentabilização dos recursos concelhios e tendo como suporte instrumental um Plano de Acção Cultural, que vem editando desde 1983, e que incorpora projectos dirigidos à população do sistema regular de ensino e/ou à Comunidade Local em geral.

O estudo evidencia que o principal obstáculo à plena implementação de uma política educativa integrada a nível do município é a inexistência de um Conselho Local de Educação, com poderes de decisão sobre a gestão do sistema educativo local, onde estariam representadas a comunidade local e as estruturas regionais ou locais do Ministério da Educação em que a Câmara Municipal deveria assumir um importante papel de parceiro.

## RÉSUMÉ

Depuis la Révolution d'Avril de 1974, l'émergence du pouvoir local démocratique en Portugal, et son renfort postérieur, vien possibiliter le surgissement de quelques expériences dans le domaine de l'intervention éducative autarchique, dans le cadre d'une conception de développement intégré et endogène, qui a dans l'éducation une de ses dimensions fondamentales et dans la participation des populations le principe stratégique le plus important.

Ce travail analyse l'expérience d'intervention éducative de la Marie de Seixal depuis 1986 jusqu'à 1992. Ce organisme autarchique, s'assurant comme une importante ressource et agent éducatif communautaire, se propose jouer un rôle important dans le domaine du développement d'une politique éducative intégrée, au niveau de son municipe, en articulant des activités avec d'autres agents éducatifs, se proposent avant tout valorizer les ressources des municipes, en ayant comme support instrumental, depuis 1983, un plan d'action culturelle qui intègre des projets adressés à la population du système formel de l'enseignement et/ou à la communauté local en général.

L'étude met en évidence que la principal obstacle au développement d'une politique éducative intégrée au niveau municipal, c'est l'absence d'un conseil local d'éducation avec un pouvoir de décision sur la gestion du système éducatif local, où seraient représentées la communauté locale et les structures régionales ou locales du Ministère de l'Education, où la marie devrait assumer un important rôle de partenaire.

## **ABSTRACT**

The emergence of the Portuguese local democratic power after the 1974 April Revolution and its following implementation, helped a lot the happening of a new local council educational movement, considering an integrated conception of development. This one reinforces the role of education as well as the local population action as its main strategic principle. Our research analyses the experiments of the educational involvement by the Camara of Seixal from 1986 till 1992. This council has been performing a very important role in the local community, trying to develop an integrated educational policy, using coordinated activities with other educational partners. Its aim is a better management of local resources and has been supported by a Cultural Action Program. This one has been circulating since 1983 and concerns local projects dealing with the education community and/or the local community in general.

This research underlines as a major difficulty the absence of a local educational organization for the implementation of a local integrated educational policy. Such committee should be independent from the central administration, but where the local representatives of the Ministry of Education should have a place and also where the Local Council would perform an important role as a partner.

# INTRODUÇÃO

## **Introdução**

Um dos traços emergentes da Revolução de Abril de 1974 foi a institucionalização e afirmação do poder local democrático.

Passados que foram dezoito anos, o poder autárquico reforçou-se e o seu âmbito de intervenção tem vindo a conhecer considerável alargamento, sustentado por um quadro legal que progressivamente lhe tem vindo a atribuir mais competências.

A institucionalização e o desenvolvimento dos Planos Directores Municipais vai permitir uma maior autonomia estratégica dos municípios no quadro das suas preocupações com a melhoria das condições de vida das populações.

A integração na Comunidade Europeia e a aplicação do Quadro de Apoio, com o Plano de Desenvolvimento Regional estruturado em Operações Integradas de Desenvolvimento, tem reforçado a capacidade de intervenção dos municípios e conduzido a um novo tipo de diálogo com a administração central.

É na sequência deste processo que se vem generalizando a intervenção das autarquias, mais precisamente dos municípios, sobretudo a partir da segunda metade da década de 80, nos domínios socio-económico, cultural e educativo, como dimensão das suas preocupações com o desenvolvimento local.

A lei 77/84 que estabelece pela primeira vez o regime de delimitação da administração central e local em matéria de investimentos públicos, refere também pela primeira vez as competências específicas para as autarquias no domínio da educação e ensino.

Posteriormente surgirão normativos que na perspectiva do legislador (administração central) procuram assegurar o reforço da descentralização dos municípios, através da clarificação das suas "obrigações" em matéria de construções e equipamentos escolares, acção social escolar e transportes escolares, todos em relação ao primeiro ciclo do ensino básico, com excepção dos transportes alargados ao 2º e 3º ciclo e secundário.

Atribuem-se, assim, competências aos municípios sobretudo no que diz respeito à gestão física do sistema e em relação ao 1º ciclo.

Apesar de algum reforço normativo conducente à descentralização e à autonomia das autarquias - que não incluiu ainda a criação das regiões, um dos aspectos centrais de descentralização administrativa estas continuam a considerar a sua autonomia como uma autonomia dependente, como refere Gaio (1992). Dependente sobretudo das verbas transferidas pela administração central que acusam de não ter vindo a cumprir a lei das



finanças locais, e dependente da burocracia do estado (CROZIER - 1987), que constitui um entrave à intervenção municipal, e dependente da ausência de legislação que concretize e materialize princípios já institucionalizados na constituição e em normativos gerais.

É no contexto de um debate público sobre as necessidades de clarificação das especificidades da intervenção dos diferentes níveis de poder da administração pública, a diferentes escalas territoriais, que surge a actual reforma do sistema educativo, não sendo indiferente para a caracterização mais ou menos centralizadora do sistema educativo a transferência de poderes de gestão para o plano local

Embora legislação vária, no âmbito da actual reforma educativa (lei de bases nº46/86, D.L. nº43/89 e D.L. nº172/91), institucionalize o princípio da transferência para plano local da gestão do sistema educativo, não surgiu ainda a legislação que enquadre esse princípio e que defina com alguma clareza o papel das autarquias, e mais concretamente das câmaras municipais, na gestão do sistema local de ensino, para além da gestão física que já lhes está atribuída.

Estes constrangimentos, financeiros e institucionais a que as câmaras têm estado sujeitas não têm sido impeditivos que alguns autarcas tenham vindo a assumir um maior protagonismo no desenvolvimento local, numa perspectiva integrada, em que a educação é uma das suas dimensões fundamentais.

Passam, assim, a preocupar-se com a dimensão educativa do desenvolvimento local, que se traduz numa maior intervenção na área educativa, alargada algumas vezes ao sistema regular de ensino. Podemos considerar que estas experiências se identificam, no movimento das escolas eficazes referido por Nóvoa (1992), com o período que se *"caracteriza por um desejo de implicação das autoridades locais e das comunidades nos processos de mudança e de melhoria das escolas"* (p23).

A experiência de intervenção educativa da Câmara do Seixal, que já antes da lei de bases do sistema educativo se manifesta de uma forma clara e intencional, que tem nos Planos de Acção Cultural, desde 1983, um importante instrumento estratégico que procura de uma forma integrada rentabilizar os recursos educativos concelhios, aparece-nos como uma experiência significativa e inovadora no contexto nacional.

A pertinência do seu estudo para uma reflexão prospectiva sobre o protagonismo das câmaras, enquanto órgãos autárquicos, no desenvolvimento de políticas educativas integradas a nível local, justificou a escolha do nosso objecto de investigação - A política educativa da Câmara Municipal do Seixal (1986-1992).

Partindo da questão principal - Que papel tem tido (no período de 1986/92) a Câmara do Seixal, na definição e implementação de uma política integrada a nível do seu município? - tivemos como objectivo central do nosso trabalho verificar quais as limitações e potencialidades da Câmara para intervir no desenvolvimento de uma política educativa integrada a nível do seu município, no actual quadro político-administrativo.

A motivação pessoal para a investigação que nos propusemos fazer é um pouco a corolário lógico do nosso percurso profissional.

Trabalhando sempre no distrito de Setúbal e exercendo funções diversas como docente e formador de professores no ensino preparatório, desde sempre nos temos interessado pela relação escola/comunidade e particularmente escola/autarquias, e pela problemática da descentralização do sistema educativo, no quadro do desenvolvimento local e regional, tendo participado em algumas actividades nesta área.

O duplo estatuto de professor e autarca a partir de 1983, a nossa actividade durante dois anos como formador pedagógico na Escola Superior de Educação de Setúbal, a formação recebida durante o mestrado em Ciências de Educação - Educação e Desenvolvimento - e a nossa participação na elaboração dos currículos de História no âmbito da actual reforma educativa, aumentaram a nossa motivação para a problemática do poder autárquico na sua relação com a educação e desenvolvimento local.

O acompanhamento que nos foi possível fazer da acção da Câmara Municipal do Seixal no domínio educativo nos últimos anos e o bom relacionamento pessoal que temos tido com os principais responsáveis autárquicos pela política educativa da Câmara, tiveram naturalmente um peso importante na escolha do nosso objecto de investigação.

São pressupostos do nosso trabalho de investigação : a recusa de um empirismo descritivo puro, "*considerando a investigação como resultado de uma acumulação de dados, subestimando o papel insubstituível da componente teórica no processo de investigação*" (CANÁRIO, 1987, p.14); o reconhecimento da margem de liberdade de que dispõem os actores sociais, nos sistemas em que se integram, apesar dos constrangimentos a que estão sujeitos (CROZIER, 1977); a recusa do determinismo para a explicação dos fenómenos sociais; a necessidade de um quadro teórico de referências, como guia para o trabalho de investigação.

Partindo deste pressuposto procurámos, na primeira parte do nosso trabalho, fazer o enquadramento teórico-conceptual da problemática do desenvolvimento e da educação ligada a emergência do poder autárquico em Portugal.

No capítulo 1 - verificámos que os paradigmas de desenvolvimento e de educação têm evoluído no sentido da valorização da sua dimensão local. Valorização da escola enquanto sistema social aberto à comunidade e constituindo um importante agente e recurso pedagógico-cultural da comunidade em que está inserida; valorização de um desenvolvimento integrado, endógeno, que tem na educação uma das suas dimensões e na participação das populações um dos seus princípios estratégicos fundamentais e cuja implementação passa pela existência de políticas educativas integradas a nível local.

No capítulo 2 - procurámos mostrar como o poder local democrático, surgido com a Revolução de Abril, vem facilitar a emergência de uma dimensão local do desenvolvimento e da educação e conduzir ao aparecimento de experiências de intervenção educativa de algumas câmaras que indiciam preocupações com políticas educativas integradas a nível local, dimensão indispensável de uma política de desenvolvimento integrado e endógeno, de acordo com o paradigma territorial de desenvolvimento local, que tem vindo a orientar, como refere Lopes (1991), a intervenção de muitos autarcas e que nós considerámos o mais adequado ao desenvolvimento local.

Neste capítulo concluímos, no entanto, que a inexistência de um órgão local representativo da Comunidade/Concelho, com poderes de decisão no domínio do sistema educativo local, tornaria problemática a existência de políticas educativas integradas a nível local.

Iniciámos a segunda parte do nosso trabalho - A política educativa da Câmara Municipal do Seixal de 1986 a 1992 - com o capítulo 3, sobre o objecto e método da nossa investigação, onde procurámos classificar o objecto, o objectivo e a questão principal da nossa investigação. Feita esta clarificação e guiados pelo nosso quadro teórico de referências formulámos cinco questões orientadoras para a nossa investigação (1 - Em que contexto se enquadra a acção educativa da Câmara? 2 - Quais as dimensões da política educativa da Câmara? 3 - Como interpretam a intervenção educativa da Câmara, responsáveis autárquicos pela mesma? 4 - Como interpretam parceiros educativos da Câmara a política educativa desta? 5 - Qual a opinião dos responsáveis camarários e parceiros sobre o protagonismo da Câmara num órgão de gestão das políticas educativas locais?).

A linha metodológica que seguimos assentou em três princípios: a intervenção educativa da Câmara enquanto nível de análise, a abordagem sistémica e o estudo de caso de natureza observacional, como modo de investigação.

Utilizámos como técnica de recolha de dados a análise documental, a observação directa e a entrevista, e como técnica de tratamento a análise de conteúdo qualitativa, com excepção de uma ou outra situação, para a elaboração de quadros, em que utilizámos a quantitativa.

Para a população a entrevistar seleccionámos três responsáveis camarários e sete parceiros representativos dos agentes educativos do Concelho. O tipo de entrevistas utilizadas foram as semi estruturadas e os guiões que utilizamos para as mesmas, bem como as categorias de análise para o seu estudo (ver anexos), decorreram do quadro conceptual que nos orientava, do objectivo da nossa investigação, da questão central e das questões orientadoras da investigação.

Partindo do princípio sistémico que a realidade só pode ser explicada tendo em conta a sua globalidade, fomos conduzidos à necessidade de explicitar, no capítulo 4, dois níveis do contexto em que se enquadra a intervenção educativa da Câmara, o quadro histórico, socio-económico, cultural e educativo do Município e o quadro institucional da Câmara enquanto órgão autárquico executivo. Foi por isso que para além da caracterização global do Município (comunidade local enquanto sistema ), incluímos no capítulo 4 uma abordagem particular ao órgão autarquico Câmara (subsistema do sistema municipal).

Os capítulos 5 e 6 consubstanciam a parte central do trabalho empírico.

No capítulo 5 procurámos analisar as várias dimensões da política educativa da Câmara e verificar a concepção de educação que lhes está implícita, tendo, no entanto, feito uma abordagem inicial em que procuramos explicitar o quadro das decisões dos autores sociais responsáveis pela política educativa da Câmara.

Na análise da política educativa da Câmara durante este período (1986/92) fizemos emergir alguma evolução que considerámos mais significativa, sem, no entanto, ter nenhuma pretensão de fazer uma abordagem diacrónica.

Com o capítulo 6 procurámos analisar a interpretação de responsáveis autárquicos e de parceiros educativos da Câmara, sobre o papel educativo da mesma, tendo em consideração o quadro das suas atribuições e competências; factores facilitadores e obstaculizadores da sua intervenção; protagonismo da Câmara na coordenação das políticas educativas locais.

Os dados utilizados neste capítulo foram exclusivamente os fornecidos pelas entrevistas, o que não aconteceu no capítulo 5 em que cruzámos informação da análise documental e das entrevistas.

Uma constatação global a que chegámos é que apesar dos constrangimentos, sobretudo de ordem institucional, a que a Câmara do Seixal está sujeita, esta vem assumindo um forte protagonismo no desenvolvimento de uma política educativa integrada a nível municipal, nomeadamente no plano da rentabilização dos recursos educativos concelhios.

O nosso estudo evidencia que o principal obstáculo à plena implementação de uma política educativa integrada no município do Seixal é a inexistência de um Conselho Local de Educação, como o referem os responsáveis autárquicos, com poderes de decisão sobre a gestão do sistema educativo local, onde estivesse representada a comunidade local e os órgãos regionais ou locais do Ministério da Educação e em que a Câmara deveria assumir um importante papel de parceiro.

Pensamos que no actual contexto da reforma educativa, a experiência da política educativa da Câmara do Seixal, que procurámos analisar, apresenta um valor prospectivo, relativamente às limitações e possibilidades de implementação de políticas educativas integradas a nível concelhio, que é importante considerar.

# **CAPÍTULO 1**

Educação de Desenvolvimento:  
Dos anos 60 aos nossos dias

## Capítulo 1

Desde a segunda metade do séc. XX o desenvolvimento está no centro das preocupações de todas as sociedades, de tal forma que a maior parte das actividades humanas são avaliadas em função do seu contributo para o desenvolvimento.

As perspectivas do futuro do mundo e do seu desenvolvimento têm estado no centro de múltiplos debates. A ONU proclamou 1960 o primeiro decénio do desenvolvimento

A educação tem sofrido uma evolução que reflecte todo o dinamismo e todas as contradições do desenvolvimento do mundo nos últimos anos. As profundas alterações técnico-científicas, económicas, sócio-culturais e políticas que o mundo vem experimentando, nos últimos anos, têm-se reflectido naturalmente na educação, que se tornou um problema central do nosso tempo, podendo considerar-se que *"na base de todo o problema de modernização, ou no seu centro mais íntimo está o problema da educação"* (BARATA e AMBRÓSIO, 1988, p.103).

Conceitos complexos e controversos, educação e desenvolvimento são indissociáveis. Na verdade a cada paradigma de desenvolvimento corresponde um conceito de educação.

### **1- Os anos 60 e a teoria do capital humano: planificação centralizada dos sistemas escolares**

Nos anos 50 e 60 predomina, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, uma concepção economicista de educação e de desenvolvimento, cuja preocupação fundamental é adaptar o sistema às necessidades do mercado.

Morin refere-se deste modo a esta concepção de desenvolvimento: *"na base da ideia chave de desenvolvimento estava o grande paradigma do humanismo ocidental: o desenvolvimento socioeconómico, alimentado pelo desenvolvimento científico-técnico, garante só por si o desabrochar e o progresso das virtualidades humanas, das liberdades e dos poderes do homem (...). É nestas bases que nos anos 60 desabrocha o mito do desenvolvimento (quando já surgem os primeiros sintomas de crise). Este mito afirma-se com dois aspectos: um aspecto global e sintético que é o mito da sociedade industrial; um aspecto redutor de carácter económico-tecnocrático"* (1985, pp.346 e 347)

A estratégia do desenvolvimento era inspirada na exigência de um crescimento económico, medido em taxa de crescimento de produto, que corresponderia a uma melhoria de condições de vida de toda a população.

As políticas educativas privilegiavam os tipos e graus de ensino que pareciam melhor contribuir para esse crescimento. O instrumento privilegiado dessas políticas era a planificação centralizada, exercício tecnocrata apoiado no culto da rentabilidade e na centralização da tomada de decisões. Acredita-se na planificação da mão de obra e no contributo do ensino técnico-profissional para o equilíbrio da oferta e da procura.

No princípio dos anos 60 os economistas reconhecem a economia da educação como uma importante área de pesquisa e começam a sustentar que a educação era a chave do crescimento económico(Berton,1988,p.34).

Para demonstrar a importância que a economia da educação adquire neste período, Carlos Emediato refere "*a bibliografia seleccionada que Mark Blang inclui na sua obra Economics of Education, com os seus 420 títulos em 1964 e 800 em 1966*"( 1978, p.207).

É o período em que surge formalizada a **teoria do capital humano** (Becker,1964), que tenta mostrar a rentabilidade do investimento humano no crescimento económico e liga a distribuição dos rendimentos e dos salário recebidos ao nível da educação recebida. A educação é um investimento produtivo, que aumenta o crescimento económico e os salários, e favorece a igualdade de rendimentos e a mobilidade social. Aquele que tem mais educação tem mais conhecimentos e produz mais, por isso merece mais salário e melhor emprego.

Os estudos começam a aparecer cada vez mais associados à carreira (UNESCO, (a)1984,p.34). É o princípio da "meritocracia"que legitima a existência de elites dirigentes, como aqueles que a escola considera os mais capazes.

O crescimento económico dos " anos dourados" da década de 60, verificado na Europa e nos Estados Unidos, é acompanhado por uma onda de optimismo relativamente ao contributo dos sistemas escolares para a mudança e progresso social (HUSÉN,1988) Crê-se que a democratização do acesso ao ensino garantirá a democratização do sucesso escolar e a mobilidade social ascendente. Como refere Husén (p. 276):

*"A busca liberal da igualdade de oportunidades entrou num período de euforia. Serviram como estimulante os recursos aparentemente ilimitados postos à disposição daqueles que se dedicavam à investigação e à prática educativa e que queriam fazer algo. Levaram-se a cabo estudos e empreenderam-se programas experimentais de educação compensatória e de ensino de alunos com dificuldades de aprendizagem. Existia uma grande confiança sobre o que podia fazer a educação, se se lhe ofereciam os recursos necessários, para melhorar a sociedade "(ibidem, p.117).*



É o período em que a Administração Johnson, na década de 60, inicia o chamado Programa da Grande Sociedade, que partia do pressuposto de que a educação compensatória serviria para romper com o "círculo da pobreza". Os programas de educação compensatória eram sustentados pela seguinte lógica:

*"As pessoas são pobres em virtude da falta de competência .*

*Os resultados escolares negativos devem-se à pobreza.*

*Ergo: melhorando os resultados escolares, a educação compensatória melhorará as suas possibilidades vitais "(ibidem. p.106).*

Os esforços dos decisores dirigem-se, assim, para a expansão dos sistemas escolares, sobretudo no que diz respeito ao ensino secundário e superior.

A expansão quantitativa e geográfica é na verdade um dos aspectos mais marcantes do desenvolvimento da educação neste período, embora se tenham verificado importantes alterações qualitativas como o aparecimento de novos conteúdos - resposta necessária à evolução técnico-científica, - a criação de cursos técnico-profissionais, os estágios nas empresas, a educação de adultos, etc..

A "explosão educativa", na expressão de Husén, é, na década de 60, uma característica global da quase todos os sistemas escolares do mundo. *"Aumenta o número de jovens a ficar mais tempo na escola. Os estabelecimentos de ensino começam por isso a acolher cada vez mais adultos, em particular nos países industrializados "* (UNESCO, (a)1984, p.34)

Os efectivos escolares no mundo, em todos os graus de ensino, passam de 326 500 000 em 1960 para 495 818 000 em 1970. Esta explosão é maior nos países em desenvolvimento do que nos países industrializados, cuja expansão mais significativa se verifica no ensino secundário e superior (ibidem, pp.14 a 18).

Apontam-se como causas que favoreceram esta expansão as seguintes:

- o crescimento demográfico, de 2,9 mil milhões em 1960 passa-se para 4 mil milhões em 1975, atingindo a população em idade escolar e universitária o proporção recorde de 35% da população mundial;
- o contexto socio-político de descolonização do início dos anos 60;

- a propagação no mundo inteiro da "doutrina da democratização da educação", interpretada como a liberalização do acesso aos estabelecimentos de ensino;
- a ligação mais estreita entre educação e a possibilidade da vida profissional;
- a procura social da educação ligada à obtenção dos diplomas e dos certificados - a chamada "revolução das aspirações crescentes";
- as iniciativas de instituições internacionais como a UNESCO e o Banco Mundial, destinadas a encorajar o desenvolvimento da educação(ibidem, p.39).

O Banco Mundial começa a financiar a educação em 1963, sendo significativo que em 1969 o montante dos investimentos para o ensino secundário fosse de 84%, para o ensino superior 12% e o ensino primário praticamente esquecido.

É no quadro desta "euforia educativa" dos anos 60 que surge também a "euforia da planificação", na expressão utilizada por Hans Weiler, segundo citação de Husén(1988, p.227).

Sob a influência da teoria do capital humano a planificação educativa afirma-se, neste período, como disciplina independente. Em 1963 é criado pela UNESCO o Instituto Internacional de Planificação da Educação(I.I.P.E.), que, através das suas actividades de investigação e formação, exercerá uma forte influências nos países do chamado Terceiro Mundo.

Dominada por economistas, preocupados fundamentalmente com aspectos quantitativos (Lewin,1987), a planificação educativa é influenciada pelo quadro teórico da planificação centralizada e pela orientação global da planificação do desenvolvimento económico, que tinha como instrumentos guias os Planos Nacionais de Desenvolvimento , que em regra abrangiam um período de cinco anos.

Uma concepção de educação fortemente ligada à escolarização e uma planificação centralizada, apoiada em normas nacionais não diversificadas, emanadas dos órgãos centrais, cria sistemas educativos rígidos que não integram instituições e formas de educação extra-escolares e não favorecem a interacção entre a vida escolar e a comunidade local.

Assim, neste período, os sistemas educativos identificam-se com os sistemas escolares e as escolas têm um funcionamento uniformizado de acordo com a orientação dos órgãos centrais de decisão.

Em Portugal, neste período, sentiu-se também a influência da teoria do capital humano .

A afirmação de correntes desenvolvimentistas no interior do regime autoritário, que identificam desenvolvimento com crescimento económico e que fazem a apologia da "modernização tecnocrata", da liberalização, da racionalização e das reformas sociais e educativas (RUI GRÁCIO, 1981.pp 654 a 662) são acompanhadas desde o Plano Intercalar de 1965-1967 pela integração do planeamento educativo nos Planos de Fomento (FONSECA, 1981,pp122 e 123) e por reformas globais do sistema escolar, de acordo com o paradigma do capital humano, então dominante nos países que integravam a O.C.D.E (Projecto de Estatuto de Educação Nacional e Reforma Veiga Simão). O sistema educativo começa a ter um novo papel, o de contribuir para o crescimento económico, sem perder no entanto a função ideológica, embora restringida pelo aumento da importância dos aparelhos estritamente repressivos do regime.

Referindo-se a este período e a Portugal Stoer diz:

*"a crescente ênfase do papel da educação na formação do "capital humano" teve como efeito expandir a sua disponibilidade na preparação de trabalhadores tecnicamente especializado "(1986,p.51).*

O mesmo autor refere que a Reforma Veiga Simão, surgida já no início dos anos 70, teve o efeito de promover uma planificação dos objectivos do ensino de acordo com o modelo do capital humano.

Teresa Ambrósio sustenta que:

*"é em plenos anos 60, quando a educação chama a atenção dos economistas e dos políticos no Regime Autoritário, sobretudo preocupados com o desenvolvimento económico, que uma reforma educativa em acordo com o que poderemos chamar as teorias liberais encontra os seus defensores.(1987,p.314).*

Estas políticas, incluindo a Reforma Veiga Simão, que não alterou o sistema administrativo da educação, apoiavam-se numa planificação fortemente centralizada, à semelhança do que acontecia nos restantes países da O.C.D.E., facilitada aqui pela existência de um regime autoritário e pela ausência de poder local democrático.

O Ministério da Educação Nacional era o responsável pela administração central e local do sistema educativo. O poder de decisão estava concentrado no topo das hierarquias subordinadas ao poder político do Ministério, que impunha currículos uniformizados e manuais únicos e obrigatórios. As escolas, geridas por directores/reitores nomeados pelos

órgão centrais, tinham um funcionamento uniformizado e uma fraca acção interactiva com as comunidades locais.

Era no quadro da instituição escolar e com os seus métodos que se procurava dar resposta às necessidades de alfabetização e formação profissional(ensino técnico-profissional).

O sistema educativo identificava-se com o sistema escolar.

## **2 - A crise da Educação e a emergência de novos paradigmas de desenvolvimento e educação a partir dos anos 70.**

### **2.1- A crise da educação**

Depois do optimismo e da euforia expansionista dos anos 60, começa a emergir aquilo a que se chamou a crise mundial da educação, que Coombs considerou resultante de quatro causas principais: a intensificação repentina da procura da educação, a grave penúria dos meios, a inércia inerente aos sistemas educativos e a inércia do próprio corpo social (1968 pp.16e17). Maio de 1968 em França é certamente uma expressão significativa desta crise.

A partir sobretudo dos finais dos anos 60 o modo de funcionamento dos sistemas educativos e os seus resultados suscitam críticas e decepções que surgem de várias direcções.

A teoria do capital humano é posta em causa nas suas hipóteses fundamentais, nomeadamente a relação directa entre salários e produtividade, entre aumento de educação e aceleração do crescimento, entre nível de estudo e êxito financeiro (Caillods,1987, pp,16e17).

Os sistemas educativos são acusados de contribuírem para a discriminação, perpetuarem as desigualdades, aumentarem o desemprego e não resolverem o problema do analfabetismo(Hallak,1974,p261).

Para os que defendem os princípios fundamentais da teoria do capital humano o que está em causa não é o papel da escola e do sistema educativo no crescimento económico, na transformação social e na equidade. A persistência na crise, sobretudo das desigualdades de condições de vida, não é devida às imperfeições do sistema mas aos erros de planificação e às características individuais.

Tese oposta defendem os autores do paradigma marxista, que consideram que o que está em causa é o próprio sistema de economia liberal, a sociedade de classes, o carácter

reprodutor da escola (BAUDELOT e ESTABLET, 1971) e a falsidade da teoria meritocrática (BOWLES e HERBERT, 1976).

Bourdieu e Passeron que já na obra "Les Héritiers"(1964) tinham criticado a ideologia da congenitalidade do **dom**, denunciando o carácter de classe da cultura transmitida que "favorece os favorecidos e desfavorece os desfavorecidos", num trabalho posterior , "La Reproduction" (1970), tentam mostrar que a escola reproduzindo os valores simbólicos da classe dominante contribui para reforçar o seu domínio.

Posição radical em relação à função da escola como instituição tem Illich (1971). Para ele a escola é um lugar de culto do diploma e das competências especializadas e é limitadora das liberdades. Propõe uma sociedade sem escolas em que as relações sociais garantiriam a cada indivíduo o mais amplo e mais livre acesso a todos os meios que dispusesse a comunidade.

A verdade é que, sobretudo a partir da crise e da recessão económica surgida depois do choque petrolífero de 1973, o papel da educação como força motriz do crescimento económico é posto em causa, o que leva alguns países a diminuírem os investimentos em educação e outros a questionar a necessidade e a utilidade de uma planificação da educação e da formação (Hallak,1989,pp.179 e180).

## 2.2 - A emergência de uma nova concepção de desenvolvimento

O que parece estar em causa, porém, como defendeu Hallak(1974) no âmbito desta problemática, não é o papel da educação no crescimento económico, mas sim qual o tipo de desenvolvimento que queremos e que educação deve estar ao serviço desse desenvolvimento.

Hallak, depois de mostrar o que ele considera ser o grande falhanço dos sistemas escolares ( crescimento incontroado dos efectivos, inflação das despesas, debilidade dos rendimentos, manutenção das desigualdades e desemprego dos escolarizados), refere que a questão essencial de toda esta problemática "*não é o papel da educação no crescimento económico; é sim: qual o tipo de educação, para quem e para que desenvolvimento*" (ibidem p.196).

Sensível à emergência de um novo conceito de desenvolvimento, "*concebido como um processo integral, fazendo intervir nos seus diversos aspectos evoluções interdependentes*" (ibidem p.179), tendo como referentes, para além dos aspectos económicos, "*a saúde da população, a sua segurança, o seu sistema político, a sua*

*instrução e a sua cultura... em resumo a sua qualidade de vida"* (Ibidem p.177) e como estratégia fundamental a criação de condições para participação das populações no processo de desenvolvimento, pois, *"nada se pode substituir a uma colectividade para escolher o seu sistema de valores, e, consequentemente, a sua maneira de resolver os seus próprios problemas"* (ibidem p.204), Hallak considera que *"a problemática do desenvolvimento e da escolarização submerge essencialmente do político"* (ibidem p.255).

Escusando-se a propôr uma teoria, porque segundo ele isso seria *"admitir que uma ideologia ou um sistema de valores deve impor-se uniformemente a todos os países qualquer que seja a sua história, os seus hábitos, os seus modos de vida, e os seus níveis de desenvolvimento"* (ibidem, p.256), Hallak propõe, em conclusão sobre a economia da educação, que se deve *"ultrapassar a dependência de uma ideologia determinada e seguir o pluralismo, integrar outras disciplinas (para além da economia) para adquirir uma dimensão educativa, favorecer as trocas de informação sobre as doutrinas e as teorias"* (p.258).

Em síntese, um dos aspectos essenciais que parece emergir deste trabalho que temos vindo a citar - *"À qui profite l'école?"* - parece ser a necessidade dos modelos e estratégia de educação se enquadrarem na perspectiva da nova concepção de desenvolvimento, que começa a emergir a partir da década de 70.

A crise económica e social que se começa a experimentar, sobretudo na Europa, a partir da década de 70, torna evidente a falência do modelo de desenvolvimento dos anos 50 e 60. Na verdade, começa a desfazer-se a ilusão de que ao crescimento económico corresponderia uma melhoria das condições de vida da população no seu conjunto e de que a planificação centralizada apoiada no crescimento polarizado corrigiria as desigualdades sociais e geográficas.

Durante as décadas de 70 e 80 consolida-se uma nova concepção de desenvolvimento, **global, integrado, endógeno, centrado sobre o homem**, que acentua vertentes até então não tomadas em consideração como a cultural e a política (PERROUX,1981; ABDEL-MALEK,1984; UNESCO, 1987; LERBET,1988).

No entanto, numa publicação da UNESCO de 1987 - *"Guia práctico del decenio-mundial para el desarrollo cultural 1988-1997"* - ainda se afirmava:

*"apesar dos progressos já realizados, o balanço dos dois primeiros decénios internacionais para o desenvolvimento pôs à evidência os limites de uma concepção de desenvolvimento fundada principalmente no crescimento quantitativo e material"*(p.13).

Esta publicação que pretende ser um guia prático para o projecto do decénio do desenvolvimento cultural (1987-1997), acentua a indispensabilidade da **participação** das populações no processo de desenvolvimento, o caracter **global, endógeno e humano** (centrado sobre o homem) do mesmo, referindo que o objectivo central do projecto é situar a cultura no centro do desenvolvimento, visando-se em particular pôr termo à dicotomia que contrapõe cultura e ciência, defendendo a compatibilidade do recurso às novas tecnologias e da manutenção da identidade cultural, mesmo nos países menos industrializados (pp.13 a 18). Tese esta contrariada por Parker (1987), que considera que o grau de resistência que a cultura de alguns povos tem oferecido ao progresso técnico, fez desaparecer muitas civilizações, e tem nos nossos dias condenado grandes massas de população à miséria e à morte (p.177).

O primeiro Relatório Mundial sobre o "Desenvolvimento Humano-1990" publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pode considerar-se com o corolário lógico da nova concepção de desenvolvimento que se veio a perspectivar ao longo das décadas de 70 e 80.

Partindo do postulado de que "*as mulheres e os homens devem estar no centro de todo o desenvolvimento*" (p.III), o relatório define assim, o que designa por **desenvolvimento humano**:

*"O que nós chamamos desenvolvimento humano é o processo que aumenta o leque das possibilidades oferecidas aos indivíduos: viver muito tempo e com boa saúde, ser instruído e dispor de recursos que permitam um nível de vida decente, são as exigências fundamentais; acrescentam-se a isto a liberdade política, o gozo dos direitos humanos e o respeito da sua natureza. (...) o processo de desenvolvimento deverá pelo menos criar um ambiente favorável que dê aos indivíduos e às comunidades uma oportunidade de realizar as suas potencialidades e de levar uma vida criativa e produtiva conforme as suas necessidades e os seus interesses.*

*O desenvolvimento humano passa em primeiro lugar pela formação de "capacidades" pessoais - melhor saúde; conhecimentos mais vastos, ...mas diz respeito igualmente ao emprego destas capacidades no trabalho, nos tempos livres, ou nas actividades culturais e políticas.*

*A liberdade é essencial ao desenvolvimento humano. Os indivíduos devem ser livres de fazer escolhas sobre os mercados funcionando convenientemente, e devem dispor do poder de participar plenamente na edificação das suas estruturas políticas "* (p.1).

Como aspecto inovador o relatório propõe-se medir o desenvolvimento humano através de um indicador composito (I.D.H.), que tem em conta a esperança de vida, o nível de alfabetização e os recursos que permitem usufruir de condições de vida decentes.

Embora se possam colocar algumas reservas à validade metodológica do IDH, cujas insuficiências são reconhecidas no relatório, é significativa a conclusão que este apresenta a não existência de correlação automática entre o P.N.B. de um país e o seu nível de desenvolvimento humano, o que põe em causa posições como as dos neoclássicos liberais, que associam o investimento em educação ao crescimento económico e consideram este como o referente fundamental do desenvolvimento das populações (PSCHAROPOULOS e WOODHA,1988).

Os relatórios do PNUD que se publicam nos anos de 1991 e 1992, apresentam a mesma concepção de desenvolvimento humano, embora os principais temas a examinar sejam diferentes e tenha surgido no relatório de 1991 um novo indicador de liberdade humana

(ILH) e no de 1992 *"um método de elaboração de um indicador de liberdade política (ILP) visando avaliar a situação dos direitos do homem tendo como referentes conceitos e valores largamente reconhecidos"* (PNUD, 1992, p.3).

O relatório de 1992 apresenta como novidade a associação do desenvolvimento humano aos problemas ecológicos, que considera não serem os mesmos nas diversas etapas do desenvolvimento, referindo a propósito:

*"Nos países em desenvolvimento, não é a qualidade de vida que está em perigo, é a própria vida. Para estas sociedades, a escolha entre o crescimento económico e a protecção do ambiente não se coloca. O crescimento não é uma opção é um imperativo. A questão não é somente saber qual deve ser o volume do crescimento, mas que género de crescimento procurar. Os modelos de crescimento dos países em desenvolvimento e dos países industrializados devem tornar-se modelos de desenvolvimento humano duráveis"* (ibidem, p.3).

A preocupação com a dimensão ecológica do desenvolvimento, começa a surgir um pouco por todo o mundo, sendo a "Conferência Mundial sobre o Ambiente e o Desenvolvimento", realizada no Rio de Janeiro de 3 a 14 de junho de 1992, ilustrativa da crescente importância que vem sendo atribuída à defesa do ambiente no processo do desenvolvimento.

**"Desenvolvimento sustentado"** foi a designação utilizada na conferência do RIO, para identificar uma concepção que tem como pressuposto fundamental, relativamente ao



processo de desenvolvimento, a necessidade da defesa do equilíbrio ecológico (ONU,1992)

A descentralização e a participação das populações a nível local no processo de desenvolvimento, são princípios estratégicos emergentes das novas concepções de desenvolvimento que se vieram a desenvolver a partir da década de 70 e se começam a afirmar no início da década de 90, como respostas aos graves problemas que o mundo atravessa.

Sendo o fim último do desenvolvimento a melhoria da satisfação das necessidades dos homens nos espaços onde vivem e nas comunidades onde estão organizados, o quotidiano e os aspectos territoriais da sua especificidade local tornam-se centrais na abordagem da problemática do desenvolvimento. Na verdade é à escala local que o desenvolvimento se realiza e nessa medida pode afirmar-se que todo o desenvolvimento é **desenvolvimento local** (Simões Lopes,1987), tornando-se indispensável a participação das comunidades locais como agentes e fins últimos desse processo.

Como refere Raul Lopes:

*"Os novos paradigmas teóricos baseados no desenvolvimento endógeno, desenvolvimento a partir "de baixo", enfatizam a pequena escala e a especificidade socio-territorial dos problemas e vias de desenvolvimento.*

*Progressivamente toma-se consciência da necessidade do planeamento territorial ter em vista o Desenvolvimento Local, entendido como processo de crescimento e modificação qualitativa-estrutural de índole económica, mas igualmente como processo baseado no aproveitamento das potencialidades endógenas e no respeito pela entidade e vontade própria das populações locais". ( 1990 pp. 17 e 18 )*

### 2.3. - A emergência de novos paradigmas de educação

As novas concepções e estratégias de desenvolvimento são apontadas por alguns como as direcções a serem seguidas pela educação que, como refere Canário (a) 1990):

*"enquanto domínio da intervenção social, aparece assim como uma das dimensões fundamentais de políticas de desenvolvimento que, obedecendo embora a um planeamento global de natureza estratégica, são construídas e concretizadas a nível local, com a participação comunitária "(p.71).*

O relatório da UNESCO, "Aprender a Ser," (1977), apresenta já a educação como uma das dimensões fundamentais de uma política de desenvolvimento *"que tem por objectivos a expansão integral do homem em toda a sua riqueza e na complexidade das suas expressões e compromissos"* (p.10) e por isso a acção educativa terá de ser *"global(pela escola e fora da escola), permanente, durante a juventude e ao longo de toda a existência"* (p.101) e integrada, considerando *"os múltiplos aspectos da personalidade-intelectuais, afectivos e estéticos, sociais e políticos"* (p.225).

As sociedades terão de formar o homem da democracia, do desenvolvimento humanizado e da transformação.

No que diz respeito à estratégia educativa, o relatório refere como princípios a ter em consideração numa reforma:

*"a descentralização das decisões, das responsabilidades e dos meios, e uma ampla participação de todos os interessados, a todos os níveis e em todos os domínios, nas determinações, e nas responsabilidades da acção educativa"* (p.335).

Algumas ideias sobre o modelo e a estratégia da educação para que aponta o relatório "Aprender a Ser", publicado em 1972, serão retomadas, e clarificadas por estudos posteriores na década de 70 e 80, sobretudo no âmbito da UNESCO, e influenciarão algumas políticas educativas (UNESCO/GEP,1989). Num desses estudos (Avakov,1980) pode ler-se:

*"as novas estratégias de educação devem, em parte, tomar em consideração esta mudança fundamental quanto à concepção do desenvolvimento. Devem apontar para contribuir para a justiça social, para reforçar o movimento para a democratização da sociedade, para favorecer o desenvolvimento sócio-económico, científico-técnico e cultural de carácter endógeno"* (p.46).

A dimensão social, política e cultural da educação começa a ser tomada em conta.

A ideia de que toda a sociedade deve participar e beneficiar do desenvolvimento (WOLFE,1982), é um forte contributo para o reconhecimento da impotência da educação de massas, da alfabetização e da educação de adultos, na perspectiva de que o homem, como ser inacabado e em mudança, necessita de uma educação que o prepare para elaborar ao longo de toda a vida, um saber em constante evolução - **educação permanente** - (PINEAU,1990).

A centralidade e actualidade da educação de adultos na perspectiva da educação permanente começa a ser reconhecida no âmbito de algumas reformas educativas realizadas na década de 80 (Augusto SILVA,1990)

Os sistemas educativos, que deixam de se identificar com os sistemas escolares, procuram articular o mundo da educação com o mundo do trabalho e ter em consideração a educação extra-escolar e não formal.

Considera-se que a acção educativa tem lugar em variadíssimos contextos e modalidades de acção social - **educação informal** (PAIN, 1990).

Há um reconhecimento crescente, a partir da década de 80, de várias dimensões da intervenção educativa(educação para a saúde, educação ambiental), que assenta no pressuposto de uma concepção integral e global de educação.

Esta concepção, que é um pressuposto teórico que orienta o nosso trabalho "*diz respeito à totalidade do indivíduo a quem ela se dirige dando-lhe os meios de tornar-se o sujeito da acção pedagógica para transformar o seu próprio percurso de vida em experiência e esta em saberes e em saber-fazer para a acção.*"(CONSEIL DE L'EUROPE, 1991, p.49).

Uma preocupação central de investigadores, educadores e decisores, pelo menos ao nível do discurso normativo, passa a ser a inovação que"*encarada como uma procura sistemática de novas práticas educativas e de novas formas de organização, alternativas aos sistemas de formação ainda dominantes, encontra a sua justificação face às mutações envolventes*" (CANÁRIO,1987, p.10).

No ponto de vista da investigação e da política educativa, surge, nos anos 80, aquilo a que CANÁRIO (1992) chama a "descoberta da escola", acompanhada do "*reconhecimento da crescente importância estratégica do **nível local***" (p.166).

A propósito do novo papel que começa a ser atribuído às escolas, Canário refere:

*"A este carácter redutor da escola, entendida como unidade administrativa, substitui-se-lhe progressivamente a concepção de uma de uma organização social, inserida num contexto local, com uma entidade e cultura próprias, um espaço de autonomia a construir e descobrir, susceptível de se materializar num projecto educativo "* (1992,p.166).

Para este autor, a importância que os estabelecimentos de ensino vêm adquirindo é o resultado de tendências convergentes que se situam em três níveis distintos: ao nível da **investigação educacional**; ao nível da **mudança educacional**; ao nível da **formação**(1992, pp.10 e 11).

Também para Nóvoa (1992) nos anos 80/90 se assiste a uma valorização da escola enquanto organização, o que segundo ele implica:

*"a elaboração de uma nova teoria curricular e o investimento dos estabelecimentos de ensino como lugares dotados de margem de autonomia, com espaços de formação e auto-formação participada, como centros de investigação e de experimentação, enfim, como núcleos de interacção social e de intervenção comunitária"* (NÓVOA, 1992, p.19)

Como alternativas à planificação centralizada, orientada e estimulada do exterior e apoiada na lógica do equilíbrio do mercado, aponta-se para processos gerados por uma dinâmica sócio-política local (MORALEES-GOMES, 1989)

A descentralização (GEP/UNESCO 1989), a interacção escola/comunidade (CANÁRIO, 1990) e a participação das famílias no processo educativo (Davis, 1989; EDUCAÇÃO/ENSINO nº7, 1993, dossier pp.4 a 48), emergem como princípios de uma estratégia de mudança.

A descentralização é mesmo encarada como uma das respostas possíveis a um dos problemas mais marcantes do desenvolvimento da educação nos últimos anos a escassez dos recursos educativos, face à procura social da educação.

Uma das questões centrais que uma concepção global e permanente de educação coloca é saber como articular os diferentes níveis e dimensões da acção educativa e otimizar os recursos existentes. Penso que esta articulação e optimização se podem concretizar *"através de políticas integradas de intervenção educativa, a nível regional ou local"* (CANÁRIO, 1990, p.76), com a participação comunitária, nomeadamente nos planos das necessidades educativas e dos recursos materiais e humanos.

A reflexão crítica sobre algumas experiências de projectos de gestão local de educação com a participação comunitária, em contextos político-sociais e administrativos diferenciados (GEP/UNESCO, 1989), fornece-nos alguns dados sobre as limitações e potencialidades da implementação de políticas educativas integradas a nível local. Uma das dificuldades que emerge dessas políticas é a possibilidade da existência de estruturas de coordenação com poder decisório, em que a representatividade da comunidade esteja assegurada.

Em Portugal, no actual contexto político-administrativo, que papel pode caber às câmaras, enquanto representantes institucionais das comunidades locais, na definição e implementação de políticas educativas locais, como dimensão das suas políticas de desenvolvimento?

## **CAPÍTULO 2**

A emergência do poder autárquico em Portugal e a  
dimensão local do desenvolvimento e de educação

## Capítulo 2

Pretende-se com este capítulo fazer uma abordagem da problemática do desenvolvimento e da educação local, no quadro dos limites e potencialidades do poder autárquico emergente da revolução de Abril.

Como introdução a esta problemática procuraremos analisar o contexto político-jurídico do poder autárquico em Portugal, particularmente as competências das câmaras municipais no domínio do sistema educativo e os planos directores municipais enquanto instrumentos estratégicos de planeamento.

### **1 - O quadro político-administrativo do poder autárquico no regime democrático**

#### 1.1. - Institucionalização do poder autárquico

Um dos frutos mais importantes do movimento libertador de 25 de Abril foi sem dúvida o renascimento do poder local e a sua instituição constitucional.

Após o 25 de Abril a gestão dos interesses locais será assegurada por comissões administrativas, que substituem os órgãos administrativos dissolvidos com a revolução, num processo complexo de que resultou num ou noutro caso a transferência de presidentes de câmara para as comissões administrativas. Estas comissões reger-se-ão pelo Código Administrativo de 1940, em tudo aquilo que não contrarie as novas disposições do Estado democrático.

A Constituição da República Portuguesa de 1976, e as suas versões revistas de 1982 e 1989, consagra a existência das autarquias locais como "*pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas*" ( artigo 237 º).

O artigo 238º estabelece que:

*"1. No continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas.*

*2. As regiões autónomas da Açores e da Madeira compreendem freguesias e municípios.*

*3. Nas grandes áreas urbanas e nas ilhas, a lei poderá estabelecer, de acordo com as suas condições específicas, outras formas de organização territorial autárquicas.*

3. *Nas grandes áreas urbanas e nas ilhas, a lei poderá estabelecer, de acordo com as suas condições específicas, outras formas de organização territorial autárquicas.*

4. *A divisão administrativa do território será estabelecida por lei "*

De acordo com o estabelecido com o número 3 deste artigo foram já criadas as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, pela lei nº44/91 de 2 de Agosto, abreviadamente designadas, respectivamente, por AML e AMP.

No número 2 do artigo 1º desta lei, diz-se:

*" As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto são pessoas colectivas de direito público de âmbito territorial e visam a prossecução de interesses próprios das populações da área dos municípios integrantes."*

Neste momento a ALM, com sede em Lisboa, compreende dezoito concelhos, entre os quais se inclui o do Seixal, e a AMP compreende dez.

Embora instituídas constitucionalmente desde 1976 não foram até hoje criadas as regiões administrativas, que a constituição estabelece terem uma assembleia eleita directamente e uma junta regional dependente da assembleia, tendo sido apenas aprovada a sua lei quadro, lei nº 56/91 de 13 de Agosto.

O governo exerce, assim, fundamentalmente através das cinco comissões de coordenação regional (CCRs) existentes no país, as competências que seriam das regiões.

Continua, assim, por cumprir um dos aspectos fundamentais da descentralização e da regionalização, apesar dos partidos com maior peso eleitoral terem já apresentado propostas no parlamento sobre a criação das regiões administrativas e a Associação Nacional de Municípios (ANMP), desde a sua fundação em 1985, ter vindo a reivindicar junto do poder central a sua criação

Numa proposta de resolução, aprovada no VI Congresso Nacional desta Associação, realizado em Março de 1990, reafirmava-se *"a urgente institucionalização das Regiões Administrativas, como passo determinante para a modificação da situação actual e para implementação de políticas coerentes de ordenamento e de desenvolvimento "*(ANMP, 1990, p.94).

A problemática da criação das regiões e da regionalização em geral tem vindo a merecer, desde o início da década de 80, a atenção de políticos e investigadores (IED "et al", 1982;

SÁ, 1989; LOPES, 1991), assumindo nos últimos anos uma relevância particular, no quadro da integração de Portugal na Comunidade Europeia (SÁ, 1992).

Dois dos principais partidos políticos da oposição ao actual governo, PS e PCP, responsabilizam este, e a maioria parlamentar que o sustenta, de impedirem a criação de regiões administrativas, causando assim prejuízos na democracia participativa e na possibilidade de um desenvolvimento equilibrado.

Embora não tenham sido criadas as regiões administrativas, o Tratado da União Europeia de 1992 (Tratado de Maastricht), partindo do pressuposto da existência de regiões institucionalizadas em todos os países membros da Comunidade, estabelece que Portugal terá doze representantes no Comité das Regiões, "*comité de natureza consultiva composto por representantes das colectividades regionais e locais*" (CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPAEIAS, 1992, p.81).

A Constituição na sua segunda revisão (1989), face à inexistência de regiões administrativas estabelece, no seu artigo 291º, que:

*"1. Enquanto as regiões administrativas não estiverem concretamente instituídas, subsistirá a divisão distrital no espaço por elas não abrangido.*

*2. Haverá em cada distrito, em termos a definir por lei, uma Assembleia deliberativa, composta por representantes dos municípios.*

*3. Compete ao governador civil, assistido por um conselho, representar o governo e exercer os poderes de tutela na área do distrito."*

O município é a autarquia mais directamente relacionado com o nosso trabalho, pois o nosso objecto de estudo é exactamente uma actividade concreta, a política educativa, de um dos seus órgãos, a câmara municipal.

A Constituição da República Portuguesa no seu artigo nº 250 estabelece como órgãos representativos do município a assembleia municipal e a câmara municipal, sendo esta última caracterizada no artigo nº 251 como "*o órgão executivo colegial do município, eleito pelos cidadãos eleitores residentes na sua área, tendo por presidente o primeiro candidato da lista mais votada*".

A assembleia municipal como órgão deliberativo assume um importante papel na vida do município, sendo "*constituída pelos presidentes das juntas de freguesia e por membros, em número não inferior ao daqueles, eleitos por colégio eleitoral do município*" (artº 251).



As freguesias integradas no espaço territorial dos municípios têm como órgãos representativos a assembleia de freguesia e a junta de freguesia (artº245).

Para o órgão deliberativo da freguesia, a Constituição estabelece:

*"1. A assembleia de freguesia é eleita pelos cidadãos eleitores residentes na área da freguesia.*

*2. Podem apresentar candidaturas para as eleições dos órgãos das freguesias, além dos partidos políticos, outros grupos de cidadãos eleitores, nos termos estabelecidos por lei.*

*3. A lei pode determinar que nas freguesias de população diminuta a assembleia de freguesia seja substituída pelo plenário de cidadãos eleitores."*(artº246).

O órgão deliberativo da freguesia é a junta de freguesia, eleita por escrutínio secreto pela assembleia de entre os seus membros, sendo o presidente da junta o cidadão que encabeça a lista mais votada na eleição da assembleia ou, não existindo esta, o cidadão que para esse cargo for eleito pelo plenário (artº 247).

A situação que se vive hoje em Portugal, de inexistência de regiões e de freguesias numa dependências considerável dos municípios, dá a estes um claro protagonismo no quadro do poder local, e particularmente ao presidente da câmara que tem vindo crescentemente a assumir um papel de liderança no sistema político local, facilitado pela legislação que lhe tem vindo a aumentar as competências relativamente aos outros membros do executivo. A lei nº 18/91, que altera o regime de atribuições das autarquias locais e das competências dos respectivos órgãos, é um exemplo ilustrativo desta situação, transferindo para o presidente da câmara algumas competências do executivo.

### 1.2 - Atribuições e competências das autarquias

Não tem sido fácil, na prática, assegurar o princípio da descentralização administrativa consagrada na constituição.

Pode considerar-se que desde o 25 de Abril até aos nossos dias a delimitação das competências dos órgãos locais e centrais tem gerado alguma polémica, a que não é estanha por um lado, a tendência centralizadora dos órgãos do poder central e por outro, a reivindicação das autarquias, sobretudo através da ANMP, que acusam o governo de incumprimento constitucional, de desrespeito da Carta Europeia de Autonomia Local , do

Conselho da Europa, e de violação da lei das finanças locais(lei nº 1/87), como aconteceu recentemente.

O governo, através do Orçamento do Estado de 1993, estabeleceu como verbas para o Fundo de Equilíbrio Financeiro -FEF, que corresponde ao montante a transferir para os municípios - um montante considerado pelas autarquias como inferior ao estipulado pela lei das finanças locais(lei nº1/87), tendo o governo contra-argumentado que a Assembleia da República tinha aprovado a lei do Orçamento do de 1993, tese que prevaleceu no Tribunal Constitucional.

Ilustrativo da resistência dos órgãos do poder central ao poder local é o facto da primeira lei que define as competências das autarquias ter surgido apenas três anos após o 25 de Abril (lei 79/77).

De uma forma um pouco vaga, no seu artigo 2º, esta lei estabelece:

*" É atribuição das autarquias locais tudo o que diz respeito aos respectivos interesses e, designadamente:*

*a) De administração de bens próprios e sob sua jurisdição;*

*b) De fomento;*

*c) De abastecimento público;*

*d) De cultura e assistência;*

*e) De salubridade pública."*

Cerca de dez anos depois da revolução de Abril, surge o primeiro normativo que estabelece o regime da delimitação e da coordenação da administração central e local em matéria de investimentos públicos(D.L.nº77/84 de 8 de Março).

Relativamente às competências de planeamento o artigo 6º estabelece:

*"É da competências do município a elaboração dos planos directores municipais, dos planos gerais e parciais de urbanização e dos planos de pormenor, bem como a delimitação e aprovação de áreas de desenvolvimento urbano prioritário e áreas de construção prioritária..."*

Estas competências, como acontece noutras situações, são limitadas, pois, como se estipula no ponto 3 do mesmo artigo, os planos directores municipais e os planos gerais e parciais de urbanização estão sujeitos à ratificação do governo.

No seu artigo 8º estabelece as competências municipais em matéria de investimentos públicos nos seguintes domínios: equipamento rural e urbano; saneamento básico; energia; transportes e comunicações; educação e ensino; cultura tempos livres e desporto; saúde.

Este normativo atribui responsabilidades concretas às autarquias na melhoria da qualidade de vida das suas populações, isto é, no desenvolvimento local, estabelencendo-lhes competências específicas em vários domínios.

Por nos interessarem em particular para o nosso trabalho, passamos a referir as competências específicas no domínio da educação e ensino:

*"Educação e ensino:*

*1) Centros de educação pré-escolar;*

*2) Escolas dos níveis de ensino que constituem o ensino básico;*

*3) Residências e centros de alojamento para estudantes dos níveis de ensino referidos no número anterior;*

*4) Transportes escolares ;*

*5) Outras actividades complementares da acção educativa na educação pré-escolar e no ensino básico designadamente nos domínios da acção social escolar e da ocupação dos tempos livres;*

*6) Equipamentos para a educação de base de adultos ".*

Poucos dias depois da promulgação deste normativo (D.L. 77/84), surgirá o D.L. nº 100/84 , de 29 de Março, identificado como a lei das autarquias locais, que reforça e alarga as atribuições destas e as competências dos respectivos órgãos. No seu preâmbulo apresenta-se como objectivo deste normativo a efectiva *"consolidação e reforço de um poder local verdadeiramente autónomo e forte "*.

Para além das atribuições autárquicas já anteriormente referidas, este D.L., estabelece mais as seguintes:

- o desenvolvimento (embora possamos incluir no desenvolvimento, na perspectiva

integrada e global, algumas das atribuições anteriormente estabelecidas);

- a protecção à infância e à terceira idade;
- a defesa e protecção do meio ambiente e da qualidade de vida;
- a protecção civil.

Embora legislação posterior venha clarificar, e nalguns casos mesmo reforçar, as atribuições das autarquias, em particular o órgão autárquico que aqui nos interessa considerar, a câmara municipal, a sua capacidade de afirmação, enquanto sistema político local, como refere Martins ( 1993, p.170), está ligada à sua capacidade de financiamento, à sua autonomia financeira.

São os recursos financeiros que determinam em grande parte a capacidade das autarquias de intervirem na melhoria da qualidade de vida das populações.

Torna-se, assim, relevante o quadro administrativo-financeiro que sustenta a autonomia das autarquias.

A Constituição de 1976 define que o regime de finanças locais será estabelecido por lei , no entanto esta só surgirá em 1979, com a lei nº1/79 de 2 de Janeiro, mantendo-se durante este período o sistema de atribuições de subsídios e participações às autarquias pela administração central.

Depois deste primeiro normativo (lei 1/79) foram publicados mais dois importantes diplomas sobre o regime das finanças locais, o D.L. nº 98/84 e a actual lei das finanças locais, lei nº 1/87

Esta lei estabelece como aspectos mais relevantes os seguintes:

- os produtos de cobrança directa para receitas municipais;
- a fórmula para calcular o montante anual a transferir do Orçamento do Estado para os municípios (Fundo de Equilíbrio Financeiro-FEF);
- os critérios a aplicar para a repartição do F.E.F. pelos municípios;
- *"quando por lei for conferida qualquer nova atribuição ou competência aos municípios, o Orçamento de Estado deve prever a verba necessária para o seu exercício"* (ponto 1 do artº 3º);
- o recurso ao crédito (prática que tem vindo a ser seguida por um grande número de municípios).

Os municípios podem ainda beneficiar de comparticipações financeiras para projectos, no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), da Comunidade Europeia, particularmente os que estão abrangidos por operações integradas de desenvolvimento, como acontece com o município do Seixal, incluído na Operação Integrada de Desenvolvimento/Península de Setúbal (OID/PS), contemplada no Projecto de Desenvolvimento Regional (1989-1993), no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio.

O processo das comparticipações dos fundos comunitários passa, em grande parte, pela administração central, e no caso concreto que mais nos interessa, a OID/PS, pela sua comissão executiva e particularmente pelo seu presidente, ambos nomeados pelo governo.

Se tivermos em consideração que as transferências da administração central têm vindo a constituir, a partir de 1975 a percentagem mais significativa das receitas dos municípios (MOZZCAFREDDO "et al", 1991, p.69), e que mesmo em relação ao FEF é o governo que estabelece, através da lei do OE, o valor de um dos itens fundamentais no cálculo desse fundo, o IVA, podemos concluir pela relativa fragilidade da autonomia financeira dos municípios.

Como referem Mozzcafreddo e outros, num universo de 55 inqueridos, os presidentes de câmara entendem que:

*" o principal obstáculo ao exercício das capacidades definidas legislativamente não diz respeito tanto às restrições legais ou administrativas - embora estas últimas sejam consideráveis, mas deriva principalmente dos problemas decorrentes da insuficiente autonomia financeira de que as câmaras dispõem "(ibidem,p.63).*

Como já anteriormente foi referido, a lei nº77/84 de 8 de Março estabelece, de uma forma um pouco vaga, algumas competências, obrigações diremos nós, dos municípios relativamente à "educação e ensino".

Nesse mesmo ano surgirá um diploma, D.L. nº299/84 de 5 de Setembro, que na perspectiva do reforço " da descentalização do Estado através de mais competências às autarquias... (visa) regulamentar a responsabilização da administração local por todo o processo de organização, funcionamento e financiamento dos transportes escolares, a partir do ano lectivo de 1984-1985 ". Este normativo cria um órgão consultivo, o Conselho Consultivo de Transportes Escolares(CCTE) que será presidido pelo "presidente da câmara ou do órgão do executivo da associação ou federação de municípios, ou o substituto por eles designados"

Com o D.L nº 399A/84 de 28 de Dezembro estabelecem-se as normas relativas à transferência para os municípios das novas competências em matéria de acção social escolar, em diversos domínios. Este diploma cria um Conselho Consultivo de Acção Social (CCASE) Escolar, presidido pelo presidente da câmara ou um seu substituto por ele designado e atribui responsabilidades(competências) às câmaras municipais em matéria de refeitórios, de alojamentos em agregados familiares e de auxílios económicos destinados a estudantes.

A lei de bases do sistema educativo, lei nº46/86 e 14 de Outubro, estabelece que é a um ministério especialmente vocacionado para o efeito(actual Ministério da Educação), que incumbe a coordenação da política relativa ao sistema educativo, independentemente das instituições que o compõem(ponto 5 do artº 1º)..

As competências do poder local no sistema educativo não sofrem qualquer alteração com esta lei. São as seguintes as referências às competências do poder local no sistema educativo:

- *"A rede de educação pré-escolar é constituída por instituições próprias, de iniciativa do poder central, regional ou local e outras entidades, colectivas ou individuais "(ponto 5 do artº 5º);*
- *"As iniciativas de educação especial podem pertencer ao poder central, regional ou local ou outras entidades colectivas" (ponto 6 do artº 18º);*
- *"Compete ao Estado promover a realização de actividades extra-escolares e apoiar as que neste domínio sejam da iniciativa das autarquias " (ponto 5 do artº 23º).*

No ponto de vista da participação na gestão das escola, o D.L. nº211-B/86, que aprova o regulamento de funcionamento dos conselhos pedagógicos e órgãos de apoio nas escolas preparatórias e secundárias, estabelece que faça parte do Conselho Consultivo, órgão de apoio do Conselho pedagógico, um representante da autarquia local.

O novo diploma de gestão dos estabelecimentos de ensino, que se insere no âmbito da actual reforma educativa, o D.L. nº172/91, estabelece que os órgãos de direcção - Conselho de Escola, para as escolas do 2º ciclo e 3º ciclos e secundário, Área Escolar para a escolas do 1º ciclo - terão um representante da autarquia, o que se torna quase impraticável nos concelhos onde existam dezenas de escolas como acontece no concelho do Seixal.

Podemos considerar, pois, que o quadro legal não atribuiu competências significativas ao poder local na gestão do sistema educativo em geral, com excepção das responsabilidades que a lei lhe comete no que diz respeito a equipamento e apoio social escolar, ao nível do 1º ciclo, e a transportes, ao nível do 2º e 3º ciclo e secundário.

### 1.3 - Os planos directores municipais (PDM) como instrumentos estratégicos do planeamento concelhio

A figura do Plano Director Municipal (PDM) é referida pela primeira vez na lei nº 79/77. Mas só com o D.L. 208/82 são definidas as linhas mestras de um novo sistema de planeamento municipal, destinado a assegurar um desenvolvimento harmonioso e a coordenação de políticas sectoriais nacionais, regionais e locais.

É a primeira vez que os municípios possuem um instrumento estratégico de planeamento a médio prazo, que lhes permite estabelecer metas a alcançar no domínio do desenvolvimento económico-social, articuladas com o ordenamento do território.

Considerando, no entanto, inadequada e desarticulada a legislação existente sobre a elaboração de planos de ocupação de solos, que não corresponderia *"de forma correcta à repartição actual das capacidades e responsabilidades entre administração central e administração local"*, surge, em 1990, um novo normativo sobre PDMs, o D.L.nº69/90.

No seu preâmbulo considera-se indispensável a participação das populações no processo do planeamento da ocupação dos solos, justificando-se assim a sua intervenção através do inquérito público, fase importante da elaboração do PDM que *"consiste na recolha de observações sobre as disposições dos planos municipais, na sequência da exposição destes em locais acessíveis ao público, na sede do município e das juntas de freguesia a que respeita"* (ponto 2 do artº 14º).

Pode dizer-se que os eleitos do poder local receberam com entusiasmo a institucionalização do PDM(Raul LOPES,1990, p.9), vendo nele um importante instrumento estratégico do desenvolvimento local. Mas a este entusiasmo não correspondeu uma celeridade no processo de elaboração do mesmo, pois actualmente (Abril de 1993) ainda se encontra por concluir um número significativo, apesar do governo ter estabelecido como data para a sua entrega, para ratificação, o final do ano de 1992.

Para esta situação, segundo Raul Lopes, contribuem os entraves institucionais causados pela burocracia da administração central e a qualidade de PDMs que não se revelaram úteis para a gestão autárquica, devido a limitações inerentes à metodologia da sua elaboração (ibidem, pp.55 e 56).

A estas razões acrescentamos nós a demora na tomada de decisão de elaboração dos PDMs, decorrente dos custos relativamente elevados dos mesmos.

Sem por em causa a necessidade do planeamento municipal e considerando mesmo as prerrogativas que o PDM, quando ratificado, confere às autarquias e o carácter de inovação conceptual que representou o normativo que o definiu, Raul Lopes (1991) entende que a rigidez normativa e os condicionalismos que envolvem o processo de elaboração dos PDMs os tornam instrumentos dispensáveis para a intervenção municipal na esfera do desenvolvimento sócio-económico. Não é este, no entanto, o entendimento de muitos autarcas que se encontram empenhados no processo de elaboração dos PDMs como instrumento estratégico do desenvolvimento local.

Sobre o quadro político-administrativo das autarquias, e em particular dos municípios, podemos concluir, seguindo de perto Gaio (1993, pp. 32 e 33), que as mesmas têm uma "autonomia dependente", dependente de um quadro normativo que lhe é ditado pela administração central e dependente de uma capacidade financeira que em grande parte decorre das verbas provenientes de transferências da administração central.

## **2 - O papel das câmaras no desenvolvimento local e na educação**

### **2.1 - As câmaras e a dimensão educativa do desenvolvimento.**

A revolução de 25 de Abril de 1974 operou profundas mudanças na sociedade portuguesa.

O poder local democrático, como já anteriormente se referiu, foi uma das realidades emergentes desse processo. Consagrado constitucionalmente em 1976, virá a constituir um entrave às estratégias políticas centralizadoras dominantes em Portugal desde o período de normalização constitucional até aos nossos dias, evidenciando as contradições entre a prática política e os discursos normativos e facilitando com a sua intervenção a afirmação de novos paradigmas de desenvolvimento e de educação, assentes em processos de mudança de natureza predominantemente endógenos.



A institucionalização constitucional da autonomia das autarquias e a posterior regulamentação das suas atribuições e competências, vêm facilitar o aparecimento de experiências de intervenção dos seus órgãos representativos na resolução dos problemas mais sentidos pelas populações locais, à escala do seu território.

Nos anos que se seguiram ao 25 de Abril a actuação das autarquias norteou-se fundamentalmente pela construção de equipamentos e infraestruturas básicas, como resposta imediata a necessidades das comunidades locais.

A partir da década de 80 começa a evidenciar-se uma intervenção directa e empenhada de alguns órgãos autárquicos no processo e ou dinamização do desenvolvimento socio-económico, no sentido de melhorarem o nível da satisfação das necessidades das comunidades que representam, ao mesmo tempo que emerge a indispensabilidade do planeamento municipal como suporte instrumental das políticas desse desenvolvimento.

Dois trabalhos, que já atrás citámos, ilustram a crescente intervenção das autarquias no processo do desenvolvimento local, fornecendo importantes contributos para as questões que esta problemática envolve, relativamente aos estilos de intervenção e aos seus conteúdos estratégicos e instrumentais.

No trabalho "Os Municípios e o Desenvolvimento" (Henriques, 1990) o seu autor sustenta a tese que a experiência autárquica portuguesa ilustra a possibilidade de estilos de intervenção municipal na promoção do desenvolvimento, alternativos aos pressupostos do paradigma dominante entre nós e no seio da comunidade europeia e que tem assegurado a fundamentação teórica - conceptual da política regional tradicional - o **paradigma funcionalista**, que, refere:

*"enquadrando-se em políticas de desenvolvimento orientadas para a maximização do crescimento económico, assenta essencialmente em pressupostos de "difusão espacial do desenvolvimento" através do reforço da integração funcional do espaço nacional e internacional" (p.13).*

Por sua vez muitas experiências de intervenção municipal de promoção e ou de dinamização de desenvolvimento vão ao encontro do **paradigma territorial** que define, citando Greffexx, 1985:

*"como um processo de enriquecimento das actividades económicas e sociais sobre um território a partir da mobilização e da coordenação dos seus recursos e das suas energias. Será o produto dos esforços da sua população e pressuporá a existência de projectos de*

*desenvolvimento integrando as suas componentes económicas, sociais e culturais "* (p.29).

No mesmo trabalho conclui-se que as 309 iniciativas municipais orientadas para a promoção do desenvolvimento, referidas por presidentes de câmara num inquérito, revelam:

*"a predominância de uma concepção integral de desenvolvimento, aproximando-se portanto, da concepção do desenvolvimento do paradigma "territorialista" (...) e parecem ser globalmente demonstrativos de um entendimento da actuação municipal como privilegiadamente orientada para a animação das "comunidades locais" no processo de desenvolvimento"(p.111).*

Sob designações várias como animação socio-económica, animação socio-cultural, animação desportiva, educação ambiental, educação para a saúde, dinamização da vida associativa, educação para a participação, etc., são referidas neste estudo experiências que evidenciam a preocupação de algumas autarquias, com a dimensão educativa do desenvolvimento local.

No segundo trabalho a que acima faço referência, "Planeamento Municipal e Intervenção Autárquica no Desenvolvimento Local" ( RAUL LOPES,1990), o seu autor, partindo de uma concepção de desenvolvimento territorialista, refere que o planeamento do desenvolvimento local requiere uma visão interdisciplinar e territorialmente globalizante dos problemas e das carências, assim como das potencialidades, e se deverá caracterizar pela explicitação de uma estratégia de desenvolvimento que tenha subjacente a optimização dos recursos existentes e pela participação activa dos seus destinatários (pp.22 e23).

O mesmo autor considera que as autarquias devem protagonizar uma atitude pedagógica junto dos actores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento, consubstanciada na pedagogia da mudança , da participação e da solidariedade (p.140).

Em conclusão, pensamos poder afirmar que:

- o actual quadro legal autárquico não inviabiliza a intervenção municipal no processo do desenvolvimento local;
- a aproximação progressiva de alguns autarcas ao quadro conceptual do desenvolvimento local territorialista tem passado pelo reconhecimento da dimensão educativa do mesmo, que se tem traduzido em estratégias educativas, de conteúdo e formas diversas.

- a concepção do desenvolvimento local territorialista passa por uma estratégia de planeamento que deve visar a optimização dos recursos endógenos existentes e a participação activa das populações.

## 2.2 - A intervenção das autarquias no subsistema local de ensino e a emergência da necessidade de políticas educativas integradas a nível municipal

A reconhecida acção das autarquias no âmbito da educação de adultos e da ligação escola/comunidade, são dois exemplos ilustrativos de que estas começam a ter uma preocupação de intervir no ensino público formal no quadro do desenvolvimento local.

Ao analisar os bloqueios ao processo de implementação da educação de adultos, decorrente da aplicação do P.N.A.E.B.A., Augusto Silva (1990) salienta que as autarquias têm sido os únicos interlocutores válidos da D.G.E.A., considerando mesmo que "a rede pública de educação de adultos não tem conseguido passar além das autarquias" (p.53).

Ilustrativa do papel que as autarquias vêm desempenhando na relação escola /comunidade, é uma das conclusões do "Encontro sobre Práticas de Gestão dos Estabelecimentos de Ensino não Superior", realizado em 1988, em que se afirma:

*"As experiências e iniciativas que foram relatadas pelas escolas constituem um bom exemplo do leque de possibilidades educativas oferecido por uma boa colaboração entre a escola e diferentes instituições locais, com particular relevo para as que pertencem ao poder autárquico"* (GEP, 1988, p.371).

Factor facilitador de algum protagonismo do poder autárquico na relação escola /comunidade, tem sido sem dúvida a gestão democrática das escolas do ensino básico e secundário.

Como iniciativa local da população escolar, surgida com o 25 de Abril, que fez deslocar o poder do Ministério da Educação para as escolas, a gestão democrática das escolas contribuirá, no período revolucionário (1974-1975), para o desenvolvimento de uma nova concepção de educação, em que se torna clara como sustenta Stoer (1986), "a ligação entre democracia e educação enquanto forma de escolarização baseada na comunidade e significando que a educação e mais geralmente a cultura, desempenha um papel vital na construção e na manutenção duma sociedade democrática e 2 que para o ensino ser democrático tem de ser participado e igualitário" (p.201).

Durante os anos 80, assegurado o papel centralizador do Estado e, como sustentam alguns investigadores (Ambrósio, 1987; Stoer, 1986), retomada uma orientação economicista e meritocrática da política educativa, subordinada a exigências de organismos internacionais, em que a modernização de natureza predominantemente exógena é a palavra chave para as mudanças no sistema educativo, a manutenção da gestão democrática das escolas, com os seus princípios consagrados na lei de base do sistema educativo (1986), será um obstáculo a um sistema educativo assente em práticas de gestão e administração centralizadoras.

É neste contexto que devem ser entendidas algumas discrepâncias entre os princípios orientadores do novo ordenamento jurídico dos órgãos de direcção, administração e gestão das escolas do ensino básico e secundário (D.L.nº172/91), referidos na sua introdução, e o seu articulado instrumental; e a discrepância entre os princípios e o insuficiente apoio institucional dos órgãos centrais para os levar à prática, de que um exemplo significativo é a inexistência de uma política de formação de professores para intervirem na administração das escolas (BARROSO, 1990)

Por mais directamente ligada à problemática que temos vindo a abordar destacaremos, como ilustrativa dessas discrepâncias, a inexistência de qualquer estrutura administrativa de âmbito local com poderes decisórios, como o próprio diploma o prevê, ao referir que "*a reforma do sistema educativo pressupõe uma inserção da escola na estrutura da administração educacional que obriga a transferência de poderes de decisão para o plano local.*"

Uma estrutura administrativa deste tipo, como refere Maria Canário (1990,p.11), onde estivesse representada a comunidade local, proposta nos documentos de apoio à reforma educativa e pela FENPROF.(Conselho Local de Educação), facilitaria a integração da escola na comunidade e poderia ser um suporte instrumental para a dinamização e coordenação de políticas educativas integradas a nível local, nomeadamente nos planos das necessidades educativas globais, dos recursos, dos equipamentos e dos agentes directa ou indirectamente envolvidos no processo educativo.

Também no domínio da gestão e administração das políticas educativas locais a acção de alguns órgãos autárquicos nos parece ser indiciadora da possibilidade de "estilos" de intervenção diferente dos órgãos do Ministério da Educação, responsáveis pelo sistema educativo. Referiremos dois exemplos ilustrativos do que acabamos de afirmar

O primeiro diz respeito às "Iªs Jornadas Almada e a Educação" promovidas pela "Associação Semear para Unir" em colaboração com a Câmara Municipal de Almada,

realizadas nos dias 7 e 8 de Novembro de 1991, de que destacamos um dos objectivos e uma das conclusões: objectivo - "*Enraizar o projecto educativo em Almada, hoje sujeito a alterações que se pretendem de reforma do sistema educativo, promovendo a cooperação sistemática com as autarquias e a utilização efectiva da rede de recursos disponíveis do Concelho*"; conclusão - "*Que se sugira à Autarquia a criação de um Conselho Municipal de Educação que congregue as associações de pais, os agentes culturais e económicos, as escolas e autarquias, em torno da definição de uma política educativa integrada, propiciadora de uma gestão que potencie os recursos físicos e humanos da escola e da comunidade*". Importa referir que o vereador responsável pelo pelouro da educação na Câmara Municipal de Almada, que participou neste encontro, assumiu o compromisso de tudo fazer para levar à prática a implementação deste conselho.

O segundo exemplo refere-se ao objecto central do nosso trabalho, a acção educativa desenvolvida pela Câmara Municipal do Seixal, de que destacamos as preocupações com a dinamização e coordenação de projectos educativos, que tem tido por suporte instrumental de coordenação um plano de acção pedagógica e cultural, elaborado conjuntamente com as escolas do ensino básico e secundário desde 1983 até ao presente.

No distrito de Setúbal, a partir da década de 80 (MATOS, 1989), algumas autarquias, nomeadamente o município do Seixal, começam a evidenciar uma preocupação com a acção educativa no quadro do desenvolvimento local, que passa por uma intervenção no sistema educativo local, ultrapassando as suas atribuições e competências, como acontece com as acções de formação de professores no município do Seixal. As escolas começam a ser consideradas como agentes de intervenção educativa e cultural que integram a comunidade educativa municipal "*e que nessa qualidade tendem a ser apoiadas nas acções de dinamização cultural que, pela sua natureza, transcendem os limites impostos pela actividade curricular e se projectam no meio local*" (ibidem, p.2).

A preocupação com a intervenção educativa reflete-se no quadro da organização de algumas câmaras, onde surgem serviços educativos ou de ensino. Na Câmara Municipal do Seixal o Director do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude é um professor, bem como o responsável pelo sector da ensino, e, desde 1982 até ao presente, os vereadores responsáveis pelo respectivo pelouro foram dois professores de escolas do Concelho.

Em conclusão, a intervenção educativa de algumas câmaras indicia preocupações com a descentralização do sistema educativo, a ligação da escola à comunidade e a participação das populações - princípios consignados na lei de bases do sistema educativo (artº3).

A aplicação generalizada destes princípios, uma concepção de formação global e integrada, que valoriza as culturas locais e sociais, e a necessidade de otimizar os recursos educativos locais, conduzem-nos à necessidade da existência de políticas educativas integradas a nível local/municipal, sustentadas por órgãos locais representativos das comunidades e com poderes de decisão.

A inexistência de tal órgão reforça a vertente centralizadora do sistema educativo português e torna problemática a implementação de políticas integradas a nível local.

## **CAPÍTULO 3**

Objecto e método de investigação

## Capítulo 3

### 1 - O Problema a estudar

Portugal actualmente vive uma conjuntura de necessidade de clarificação da especificidade da intervenção dos diferentes níveis de poder da administração pública, a diferentes escalas territoriais (descentralização/regionalização).

A reforma do sistema educativo em curso, enquadra-se nesta conjuntura.

Torna-se, pois, pertinente o estudo da acção educativa de um órgão do poder local, com o objectivo de verificar quais são as suas limitações e potencialidades para intervir na definição e implementação de uma política educativa integrada a nível local, no actual quadro político-administrativo.

É sabido, com já atrás foi referido, que as autarquias têm vindo crescentemente a preocupar-se com a dimensão educativa do desenvolvimento local, preocupação que se tem traduzido numa maior intervenção no sistema educativo local.

Esta intervenção não tem sido, no entanto, objecto de investigação educativa, parecendo começar só agora a emergir, como objectos científicos, os órgãos autárquicos enquanto agentes e recursos educativos da comunidade local.

A experiência de intervenção educativa autárquica que se vive no município do Seixal, sobretudo a partir de 1983 é, em nossa opinião, particularmente significativa no contexto da problemática das políticas educativas locais.

A Câmara Municipal do Seixal considerando "*o papel decisivo da educação para enfrentar com êxito os desafios do desenvolvimento e da modernidade*" (C.M.S. (a)1988,p. 9) tem intervenções que evidenciam uma preocupação com uma política educativa integrada a nível municipal, em que assume particular significado a política de gestão integrada de recursos materiais e humanos, cujo instrumento fundamental é o Plano de Acção Cultural, já atrás referido.

O carácter pioneiro e inovador que parece indiciar a experiência da acção educativa da Câmara do Seixal, no contexto português, e a importância que o seu estudo e divulgação podem ter para uma reflexão prospectiva sobre o protagonismo dos órgãos autárquicos na promoção, dinamização ou coordenação de políticas educativas integradas a nível local, justificam, para além das motivações pessoais já apresentadas na introdução, que tivéssemos seleccionado para objecto do nosso estudo **a política educativa da Câmara do Seixal (1986-92)** e eleito a seguinte questão principal para trabalho de



**investigação: que papel tem tido (no período de 1986/92) a Câmara do Seixal, na definição e implementação de uma política integrada ao nível do seu Município?**

A nossa opção, relativamente ao tempo a que o estudo diz respeito, é a proximidade máxima. Mas, seleccionámos um período de tempo com uma amplitude mínima, que nos permitisse evitar uma abordagem reducionista da intervenção educativa da Câmara, tanto mais que alguns projectos se desenvolvem ao longo de mais do que um ano.

Na globalidade mantivemos uma perspectiva sincrónica do estudo, ainda que tenhamos evidenciado evoluções sempre que as considerámos significativas.

A escolha do ano de 1986, para início do período que considerámos, deveu-se ao facto de o mesmo coincidir com o ano da publicação da lei de bases do sistema educativo e com o início de um novo mandato dos eleitos camarários. O ano de 1992, para além de se situar já num novo mandato (1990-1994), é data limite do nosso trabalho de campo. De um modo geral tivemos como referentes os anos lectivos. Assim pode considerar-se que o período abrangido pelo estudo se situa entre os anos lectivos de 1986/87 a 1991/92.

### 1.1 - Pressupostos para o trabalho empírico.

Tendo em consideração o quadro teórico de referências que atrás se explicitou e a informação que possuíamos sobre a experiência da intervenção educativa da Câmara do Seixal, partiu-se dos seguintes pressupostos para o trabalho empírico:

- O reconhecimento do paradigma "**territorialista**" de desenvolvimento local, como o mais adequado para a satisfação da melhoria das condições de vida das populações e a necessidade da existência de políticas educativas integradas a nível local, com a participação comunitária, como estratégia indispensável desse paradigma.
- O conceito de política educativa integrada a nível local é entendido como uma intervenção planificada que tenta articular a nível local os diferentes níveis e dimensões da acção educativa, na perspectiva da formação integral do indivíduo, nomeadamente nos planos das necessidades educativas, dos recursos, dos equipamentos e dos agentes directamente ou indirectamente envolvidos.
- É na perspectiva na lei de bases do sistema educativo (46/86), que utilizaremos a noção de sistema educativo:

*"conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade" (ponto 2 do artº1º)*

- O conceito de comunidade local que utilizaremos coincidirá com o de município/concelho, com as delimitações territoriais que o actual quadro político-administrativo lhe consagra e que como sistema complexo contém em si formas específicas de relação socio-cultural organizadas, de exercício formal e informal de poder.
- O reconhecimento por alguns autarcas da importância da dimensão educativa do desenvolvimento local, sobretudo a partir da década de 80, traduz-se em estratégias educativas autárquicas de conteúdos e formas diversas, alargadas ao sistema público de ensino formal, ultrapassando algumas vezes as suas atribuições e competências.
- A implementação de políticas educativas integradas a nível local torna-se problemática sem existência de estruturas administrativas de coordenação local com poderes decisórios, ao encontro da qual vão princípios referidos nos normativos que sustentam a reforma educativa em curso mas que, até agora, não foram criados.
- A diversidade de formas e conteúdos estratégicos da acção educativa da Câmara do Seixal parecem indiciar, por um lado, uma concepção de educação global (que visa a formação integral do indivíduo) e por outro, uma preocupação com a gestão integrada dos recursos educativos existentes no município/comunidade local.

## 1.2 - Questões Orientadoras.

Partindo dos pressupostos já atrás enunciados e tentando encontrar respostas para a questão principal, formulámos como **questões orientadoras da investigação** as seguintes:

1ª - Em que contexto se enquadra a acção educativa da Câmara?

Esta interrogação levou-nos à necessidade de explicitar três níveis de enquadramento: quadro institucional global exterior ao município, no ponto de vista educativo (sistema educativo nacional); quadro socio-económico, cultural e educativo do município (comunidade local como sistema) ; quadro institucional da Câmara (subsistema do sistema municipal); quadro das decisões dos actores sociais responsáveis pela política educativa da Câmara.

2ª - Quais as dimensões da política educativa da Câmara?

Esta interrogação levou-nos a procurar resposta para outras, que a mesma tinha implícita.

Que objectivos visava a intervenção educativa da Câmara? A quem é que ela se dirigia?

Que estratégias gerais são utilizadas? Que conteúdos estratégicos assume?

Que concepção de educação lhe está implícita?

3ª Como interpretam a intervenção educativa da Câmara, responsáveis autárquicos pela mesma?

Como interpretam estes responsáveis a intervenção da Câmara no domínio educativo, no quadro das atribuições e competências desta? Que obstáculos e facilidades identificam no desenvolvimento da política educativa camarária? Como interpretam a intervenção educativa da Câmara, no quadro do desenvolvimento local?

4ª Como interpretam parceiros educativos da Câmara a política educativa desta?

Esta questão foi orientada para cada um dos parceiros, tendo em conta que os mesmos estavam essencialmente informados da intervenção da Câmara na área da sua actividade.

Como interpretam os parceiros a intervenção da Câmara nos domínios específicos das suas actividades, no quadro das atribuições e competências daquela? Que obstáculos e facilidades encontra a Câmara no desenvolvimento da sua intervenção, nos domínios específicos das actividades dos parceiros, segundo a opinião destes?

5ª Qual a opinião de responsáveis camarários e parceiros, sobre o protagonismo da Câmara num órgão de gestão das políticas educativas locais?

Que papel tem desempenhado a Câmara na rentabilização dos recursos educativos locais? E na coordenação das intervenções educativas locais? Que protagonismo poderá ter num órgão de gestão das políticas educativas locais?

## **2 - Princípios metodológicos**

### **2.1 - Algumas premissas metodológicas**

O conhecimento é um processo interactivo entre o real que se estuda e a representação que, através dos nossos universos simbólicos, fazemos desse real.

A relatividade do conhecimento torna-se particularmente evidente no domínio dos fenómenos sociais, cuja complexidade é incompatível com processos de abordagem deterministas assentes em explicações de causalidade linear ou causalidade simplista (Boudon,1990,p.111) . É preciso considerar "*efeitos e causas como interdependentes no interior de um sistema*" (Crozier,1977,p.19) e reconhecer a margem de liberdade que dispõem os actores sociais nesses sistemas apesar dos constrangimentos a que estão sujeitos.

Nas ciências sociais "*o conhecimento transcende os modelos, os métodos, as metodologias, dado que ele não é apenas fruto de deduções, leitura lógica de resultados reforçada por meios instrumentais, como nas ciências convencionais*" (AMBRÓSIO,1988, p.8 )

Também o empirismo descritivo puro, de acordo com o paradigma positivista, considerando a investigação como o resultado de uma acumulação de dados e subestimando o indispensável esforço de elaboração teórica e de conceptualização, é incompatível com a explicação dos fenómenos sociais.Expliação que só é atingida quando "*se é capaz de interpretar o fenómeno como o resultado de acções efectuadas pelos agentes situados num contexto institucional e social determinado*" (Boudon, 1979,p.257), tendo em consideração a "história" desses agentes e a relação desses contextos com contextos exteriores às acções colectivas organizadas.

O trabalho sobre o real implica pois um quadro teórico de referências assente em instrumentos conceptuais de partida.

## 2.2 - Linhas gerais da metodologia.

Partindo destas premissas, o percurso que se procurou seguir, susceptível de encontrar respostas às questões que o trabalho colocava, assentou em três princípios metodológicos gerais: a Câmara do Seixal enquanto nível de análise, a abordagem sistémica e o estudo de caso como modo de investigação.

Relativamente ao órgão autárquico Câmara, enquanto subsistema do sistema município, a análise incidiu sobre um aspecto social concreto da sua acção - a acção educativa no município/comunidade local.

Como linha metodológica geral seguiu-se a **abordagem sistémica** por se considerar a mais adequada às questões que o trabalho colocava.

Esta maneira de ver, compreender e agir apoia-se sobre a noção de sistema como instrumento privilegiado da complexidade das organizações e como um conjunto de partes que o integram, não sendo a totalidade redutível as suas partes. "*Sistema como qualquer coisa mais ou menos organizada que é distinta, de qualquer maneira que seja, do seu meio \((...\) gerando por transformação e autorregulação energia tomada em sentido lato*" (LERBET, 1984, p. 15).xx,

Podendo embora apresentar diversidades de "demarches", a abordagem sistémica tem em comum o facto de privilegiar "*o estudo das interações entre as partes do conjunto, chamado então sistema, assim com as interações desse sistema com o meio (...) e a avaliação desse funcionamento*" (Berbaum, 1982, p. 9-11).

Nesta perspectiva considerou-se o município, na sua diversidade espacial na forma como se manifestam os fenómenos sociais, como um sistema aberto, com características próprias, interdependente a nível horizontal (regiões da mesma ordem) e a nível vertical (regiões de ordem hierárquicas diferentes) (Lopes 1987), e privilegiou-se a interacção da Câmara, enquanto subsistema do município, com o subsistema de educação local/municipal.

A opção pelo **estudo de caso qualitativo**, resulta de se considerar esta estratégia de investigação como a mais adequada ao nosso trabalho, pois, além de ser um instrumento heurístico imprescindível para a compreensão dos fenómenos individuais, sociais e organizacionais, a flexibilidade do seu design torna-o uma boa estratégia de investigação para quem se inicia nesta actividade (BOGDAN E BINKLEN, 1982)

Sendo o estudo de caso qualitativo "*uma descrição e análise intensiva e holística de uma única entidade, fenómeno ou unidade social*" (MERRIAM, 1988, p. 16), adequava-se perfeitamente ao objecto central do nosso trabalho.

No ponto de vista metodológico o estudo de caso enquadrava-se na nossa investigação, pois, estes "*ensaia uma abordagem simultaneamente global e detalhada de uma situação ou de um indivíduo, isto é, pretendem conhecer tudo o que é particular*" (GRAWITZ, 1990, p. 389).

Também a posição do investigador que "*observa as características de uma unidade, criança, aula, instituição, etc., com o fim de analisar em profundidade os diferentes aspectos de um mesmo fenómeno*" (MUNARRIZ, 1992, p. 104), era a que pretendíamos seguir.

Na selecção do estudo de caso como modo de investigação tivémos em consideração as características do mesmo, que segundo Ludke e André (1986) são as seguintes:

- os estudos de caso visam a descoberta;
- enfatizam a interpretação em contexto ;
- procuram retratar a realidade de forma completa e profunda ;
- usam uma variedade de fontes de informação ;
- revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalistas ;
- procuram representar os diferentes pontos de vista presentes numa situação social ;
- os relatórios do estudo de caso utilizam uma linguagem mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa.

De acordo com os seis tipos de estudo de caso qualitativo caracterizados por Bogdan e Biklen (1982), - de organização histórica, observacionais, histórias de vida, estudos comunitários, análise situacional e microetnografia- o nosso estudo de caso é de tipo observacional, situação em que o investigador escolhe uma organização, no nosso estudo a Câmara, e focaliza a sua atenção num determinado aspecto dela, no nosso estudo a sua política educativa.

Ao seleccionarmos como modo de investigação o estudo de caso de tipo observacional, focalizado num determinado aspecto de uma organização, uma das nossas preocupações foi a identificação e descrição dos indicadores das dimensões dos conceitos envolvidos no nosso quadro teórico de referências.

De uma maneira geral procurou-se seguir um dispositivo de investigação que nos permitiu *"uma espécie de vai e vem permanente entre a descrição dos fenómenos observados e do seu contexto, e a hipótese de explicação, tornando possível o seu questionamento, a sua reformulação ou o seu enriquecimento"* (CANÁRIO,1989,p.124).

### **3 - Desenvolvimento das fases de investigação**

#### **3.1.- 1ª fase de investigação**

Explicitados o enquadramento teórico-conceitual e as questões orientadoras da investigação e partindo do conhecimento que já possuíamos da política educativa da Câmara do Seixal, avançámos para a primeira fase da nossa investigação que considerámos exploratória, e que no plano da análise de conteúdo correspondeu àquilo a que se designa por a pré-análise (Bardin, 1977, pp. 95 a 100)

Com um plano de trabalho aberto e fuido, de acordo com a natureza qualitativa da nossa pesquisa, tivémos como objectivos nesta fase os seguintes :

- conhecer as atribuições e competências das autarquias no domínio educativo;
- sensibilizar e motivar os principais responsáveis pela acção educativa da Câmara, para a colaboração no nosso trabalho;
- conhecer aspectos sócio-económicos e culturais que caracterizam o município do Seixal;
- conhecer o organigrama da estrutura organizativa da Câmara e formas de seu funcionamento;
- identificar aspectos da acção educativa desenvolvidos pela Câmara;
- identificar bibliografia e fontes documentais várias;
- reconhecer o grau de acessibilidade dessa bibliografia e fontes.

Para a consecução destes objectivos realizámos as seguintes tarefas :

- recolha e leitura de normativos respeitantes ao enquadramento político-administrativo do poder autárquico no sistema educativo português;
- vários contactos informais (entrevistas abertas) com o vereador do pelouro da área educativa até 1990, director do Departamento Socio-Cultural, responsável pelo Sector da Educação, chefe da Divisão do Património Histórico-Natural Ecomuseu e dois elementos da Coordenação Concelhia de Educação de Adultos;
- levantamento e leitura de bibliografia e documentação vária sobre o município do Seixal e sobre a actividade educativa da Câmara de 1986 a 1991.

Nesta fase utilizámos como técnicas de recolha de dados :

- a entrevista aberta (contactos informais)
- observação directa ;

- análise documental.

Esta primeira fase do estudo conduziu-nos a:

- selecção de áreas privilegiadas de análise;
- selecção de dados pertinentes, isto é adequados enquanto fonte de informação;
- identificação dos actores sociais mais directamente responsáveis pela política educativa da Câmara;
- Identificação dos principais parceiros educativos da Câmara;
- constituição de um "corpus" documental a ter em conta, como fonte importante a ser submetida a procedimento analítico;
- selecção de recolha e análise de dados;
- maior clarificação das questões orientadoras e do seu enquadramento teórico-conceptual.

Num segundo momento desta fase de trabalho, foi possível elaborar, já com alguma precisão, uma metodologia de investigação, que a seguir se apresenta esquematicamente, respeitante à circunscrição do campo de análise, à selecção de dados e às técnicas de tratamento e recolha dos mesmos:

#### A)

Área privilegiada de análise: caracterização global do município do Seixal enquanto sistema.

Dados a recolher: alguns dados históricos; localização e área; caracterização político-administrativa; população e evolução demográfica; dados sócio-económicos e culturais; rede de ensino de 1986 a 1991.

Técnica de recolha: análise documental.

Técnica de tratamento: análise de conteúdo qualitativa e quantitativa

#### B)

Área privilegiada de análise: a Câmara Municipal do Seixal enquanto órgão autárquico



Dados a recolher: organização estrutural, modos de funcionamento, actores sociais responsáveis pela política educativa e recursos materiais e humanos.

Técnica de recolha: análise documental e entrevista

Técnica de tratamento: análise de conteúdo qualitativa

C)

Área privilegiada de análise: dimensão educativa da Câmara.

Dados a recolher: intervenção no ensino público formal (acção social escolar, equipamentos, formação de professores, participação na gestão e administração escolar, participação nas actividades pedagógicas das escolas, apoio individual a professores e a alunos, visitas guiadas apoio a projectos educativos ou participação em parceria, actividades com encarregados de educação, desporto escolar e educação de adultos); intervenção educativa não formal ( equipamentos, formação profissional, animação cultural e desportiva, animação associativa, educação para a saúde, educação para a participação e educação e defesa do património).

Técnica de recolha: análise documental, entrevista

Técnica de tratamento: análise de conteúdo qualitativa e quantitativa.

D)

Área privilegiada de análise: interpretação sobre a política educativa da Câmara do Presidente da Câmara, do ex-vereador do pelouro da educação e cultura no período de 1986-90, do actual vereador e do responsável pelo Sector de Ensino.

Dados a recolher: opinião de responsáveis autárquicos sobre a intervenção educativa da Câmara no quadro:

- das suas atribuições e competências ;
- do desenvolvimento regional;
- das facilidades e obstáculos encontrados;
- educação comunitária em geral ;
- da coordenação das intervenções educativas locais

Técnica de recolha: entrevista.

Técnica de tratamento de dados: análise de conteúdo qualitativa.

E)

Área privilegiada de análise: interpretação de parceiros educativos da Câmara sobre a política educativa da Câmara nos respectivos domínios (directora da Escola Primária nº 3 de Amora, presidente do conselho directivo da Escola Preparatória de Corroios nº 1, presidente do conselho directivo da Escola Secundária do Seixal nº1, responsável pela Coordenadora Concelhia de Extensão Educativa (C.C.E.E.), director do Centro de Saúde do Seixal, presidente da Sociedade Filarmónica Timbre Seixalense, directora da Escola de Formação Profissional do I.E.F.P. ).

Dados a recolher: opinião de parceiros educativos da Câmara sobre a intervenção educativa da Câmara no quadro :

- das suas atribuições e competências ;
- das dificuldades e obstáculos encontrados ;
- área educativa a que o parceiro está relacionado ;
- da coordenação das intervenções educativas locais.

Técnica de recolha: entrevista

Técnica de tratamento de dados : análise de conteúdo qualitativa.

O corpus, "*conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos* " (Bardin, p.96), que seleccionámos com indispensáveis foram :

- organigrama e regulamento dos serviços municipais;
- trabalhos editados pela Câmara sobre a sua actividade e caracterização do município (livros, brochuras, folhetos, desdobáveis...);
- protocolos realizados com instituições educativas e culturais;
- Planos de Acção Cultural, (PACs), Planos de Actividade e Orçamento (PAOs)e Relatórios de Actividade e Conta de Gerência (RACG), referentes ao período de 1986-1992.

### 3.2 - 2ª fase de investigação

Passou-se depois para a fase principal da investigação, que teve um primeiro momento na elaboração dos instrumentos de recolha de dados e na recolha dos mesmos.

Para a **análise documental** utilizámos fichas temáticas de transcrição, organizadas de acordo com temas (cada tema correspondente a áreas privilegiadas de análise), e subtemas (cada subtema de acordo com os dados a recolher). Exemplificando :

#### TEMA - CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

SUB-TEMA - Nota histórica.

A **entrevista** como, já se referiu, foi o outro instrumento utilizado para a técnica de recolha de dados.

Relativamente à **população entrevistada**, foram seleccionados os responsáveis camarários considerados actores sociais privilegiados, como fonte de informação e opinião sobre a política educativa da Câmara, neste período; o ex-vereador no período de 1986-1990, o actual vereador no período de 1990-1992, o responsável pelo Sector de Ensino de 1989-1992, e o Presidente da Câmara, durante todo o período considerado. A necessidade de fazer entrevista com este último deixou de ser considerada, face à grande coincidência de informações e opiniões que os outros responsáveis camarários revelaram nas entrevistas, tornando um pouco irrelevante a entrevista com o Presidente da Câmara, a que se juntou alguma dificuldade de agendamento da mesma.

Para seleccionar os parceiros educativos da Câmara a serem entrevistados, tivemos em primeiro lugar a preocupação da representatividade das escolas do Concelho do ensino público regular do 1º ciclo, do 2º ciclo e do 3º ciclo e secundário (primárias, preparatórias e secundárias), escolhendo três escolas, uma por cada nível. Como critério de selecção dentro de cada nível, partindo do princípio que iríamos escolher como representante da escola o director ou presidente do conselho directivo, por mais representativos, utilizámos a antiguidade dos mesmos no exercício das suas funções de direcção, de forma a permitir-nos uma informação mais completa sobre o trabalho de parceria entre a instituição que representavam e a Câmara.

Os outros entrevistados foram seleccionados tendo como critério base a representatividade das suas instituições, como parceiros educativos da Câmara, que nos foi indicada pelo Departamento de Cultura, Desporto e Tempos Livres e por nós confirmada junto de

agentes educativos e culturais do Concelho. Assim, para além dos já atrás referidos, seleccionámos e entrevistámos: o representante da Escola Superior de Educação de Setúbal no Pólo de formação do Seixal, o responsável pela Coordenação Concelhia de Extensão Educativa, o director do Centro de Saúde do Seixal, o presidente da Sociedade Filarmónica Timbre Seixalense e a directora da Escola de Formação Profissional do I.E.F.P. Neste último caso, corremos o risco de algum fracasso da entrevista pelo facto de conhecermos que a directora se encontrava a exercer funções há menos de um ano, todavia, tal não se verificou, tendo-nos aproximado bastante dos objectivos que traçámos para a mesma.

O tipo de entrevista que utilizámos foi a **entrevista semiestruturada**. Com um tema como "unidade de registo" (Bardin, p.105 ), colocámos aos entrevistados uma questão inicial de carácter global que eles foram desenvolvendo pela forma e ordem que entenderam, introduzindo o entrevistador questões, sem qualquer carácter sequencial rígido, de acordo com o que Blanchet chama de "sistema de intervenção funcional ". Neste sistema o entrevistador exerce: funções de produção, estimulando o processo de enunciação; funções de compreensão, que visam um certo equilíbrio da relação, a fiabilidade do discurso e a facilitação dos enunciados, reforçando a clarificação do discurso; a função de orientação, que tem por objectivo essencial manter a pertinência do discurso relativamente aos objectivos da entrevista. Foram estas funções que procurámos exercer durante o desenrolar das dez entrevistas.

Para a elaboração do **guião de entrevista**, ou mais precisamente, dos guiões das entrevistas (em anexo), que elaborámos em Maio de 1992, partimos dos pressupostos teórico-conceptuais, do objecto central do nosso trabalho, das nossas questões orientadoras e do pressuposto de que a contextualização global da investigação (caracterização do Município do Seixal e da sua Câmara ) seria feita a partir de dados obtidos com a análise documental.

O guião de entrevista que utilizámos contém o tema, os objectivos, a questão geral de partida e as sub-questões que importa abordar, tendo em conta os objectivos, sem qualquer ordem pré-estabelecida.

Os guiões para os responsáveis autárquicos apresentam diferenças relativamente aos guiões dos parceiros, que resultam dos diferentes papeis desempenhados.

Com as necessárias adaptações formais às diferentes situações dos três responsáveis camarários (tempo de presença na Câmara e funções desempenhadas), seleccionámos como **tema** para as suas entrevistas **a política educativa da Câmara do Seixal de 1986 a 1992**, abrangendo o período de 1986-1990 para o ex-vereador, 1990-1992 para

o actual vereador e 1989-1992 para o responsável pelo Sector de Ensino da Câmara, cujo tema de entrevista apresenta a seguinte formulação: o Sector de Ensino no quadro geral da política educativa da Câmara do Seixal de 1989 a 1992

Os **objectivos** gerais -com ligeiras adaptações para cada entrevistado- que considerámos, foram os seguintes:

- **caracterizar o quadro das decisões dos actores sociais responsáveis pela política educativa da Câmara;**
- **reconhecer dimensões da política educativa da Câmara;**
- **identificar a concepção de educação que tem estado implícita na política educativa da Câmara;**
- **conhecer a interpretação do ... sobre os factores limitadores e facilitadores da acção educativa da Câmara;**
- **compreender o papel que o...atribui à intervenção educativa da Câmara no quadro das suas atribuições e competências no sistema educativo;**
- **compreender o papel que o ... atribui à intervenção educativa da Câmara no quadro do desenvolvimento local;**
- **conhecer a interpretação do ... sobre o protagonismo da Câmara na gestão das políticas educativas locais.**

Para as entrevistas com os parceiros, o tema seleccionado foi: **o papel da Câmara no domínio...(a que está ligado o parceiro): o caso da cooperação com...(a instituição parceira) de 1986 a1992.**

Os **objectivos** para estas entrevistas foram:

- **recolher dimensões da política educativa da Câmara;**
- **conhecer a interpretação do/a...( parceiro) sobre os factores limitadores facilitadores da acção desenvolvida pela da Câmara no/a...(na instituição que representa e em geral no domínio/área a que está ligada );**
- **compreender o papel que o ... (parceiro) atribuí à intervenção educativa da Câmara no quadro das atribuições e competências desta no domínio do/a ... (a que o parceiro está ligado, por exemplo educação para a saúde, animação associativa, etc. )**

- conhecer a interpretação do...(parceiro) sobre o protagonismo da Câmara na gestão das políticas educativas locais.

A entrevista é uma situação social em que a interacção entrevistado/entrevistador gera um sistema de trocas. Para se criar um sistema de interacção específico, que facilite a relação, os objectivos da entrevista e a finalidade da informação recolhida, emerge como necessário um **contrato de entrevista** que surge na sequência de *"uma negociação entre dois autores, no decorrer da qual o entrevistado descreve o quadro geral e os objectivos da sua investigação e o seu interlocutor dá o seu acordo de participação"* (Blanchet, 1983, p. 190). Foi isto o que fizemos, antes da realização das entrevistas.

A abertura, a compreensão e a disponibilidade revelada pelos nossos interlocutores, para colaborarem no trabalho, facilitou o contrato de entrevista, que não conheceu obstáculos. Apenas no caso da directora da Escola de Formação Profissional, por razões de ordem institucional, foi necessário formalizar por carta/ofício a solicitação da entrevista e os termos do contrato da mesma. No entanto, o acordo sobre o contrato de entrevista e a data e local da realização desta foram feitos por contacto directo sem quaisquer formalismos.

As entrevistas decorreram durante os meses de Junho e Julho de 1992, nas instalações das instituições que cada entrevistado representava, com excepção da realizada com a coordenadora do Pólo do Seixal, representante da E.S.E. de Setúbal, que por sua sugestão foi realizada numa esplanada. Todas as entrevistas, que tiveram uma duração variável entre 25 a 55 minutos, foram gravadas em fita magnética, situação que o contrato de entrevista previa e, portanto, aceite por todos os intervenientes.

A relação de empatia que foi possível estabelecer durante as entrevistas, nalguns casos facilitada por relações de amizade ou de conhecimento, anteriores a este trabalho, contribuiu para a libertação de constrangimentos do entrevistador e dos entrevistados, o que foi muito importante para esta metodologia de investigação, na medida em que uma *"entrevista é conseguida a partir do momento em que a palavra do entrevistado se liberta das inibições e dos constrangimentos e se torna uma comunicação"*. ( Morin, s.d., p.136 )

Embora reconheçamos que o acto de entrevistar *"é uma verdadeira arte que se aprimora com o tempo, com o treino e com a experiência "* ( Lakatos e Marconi, 1988, p.175 ) procurámos utilizar os procedimentos considerados mais adequados, pelos investigadores, para este tipo de entrevista. Assim, criámos condições para deixar aos entrevistados a direcção do discurso, fomos o menos intervenientes possível e

globalmente actuámos de acordo com o que Blanchet chama "sistema de intervenção funcional ", que já atrás caracterizámos.

No dia imediato à gravação de cada entrevista fizemos a sua audição integral de forma a não perdermos o "ambiente" e a circunstâncias que as rodearam, e a clarificar ou completar algumas notas que tirámos durante o desenrolar das mesmas.

Passámos depois para o trabalho moroso mas indispensável da transcrição integral das entrevistas, que reproduzimos em anexo.

Para a análise das entrevistas, e dos textos, a técnica de tratamento que nos pareceu mais adequada ao nosso trabalho foi a análise de conteúdo qualitativa, seguindo o **método lógico-semântico**, que partindo do conteúdo directo dos textos, considera apenas o significado imediatamente acessível.

Organizámos os dados recolhidos pela análise documental e pelas entrevistas, agrupando-os por categorias de análise de acordo com as questões orientadoras e a necessidade de encontrar respostas a novas interrogações surgidas com a recolha de dados.

O guião de entrevista forneceu-nos o primeiro quadro categorial da análise de conteúdo.

Organizámos o quadro de categorias de análise para as entrevistas em dois blocos ou duas grandes categorias de análise, que por sua vez desdobrámos em subcategorias, que nalguns casos ainda subdividimos em itens (ver anexo)

Com a primeira grande categoria de análise - **as dimensões da política educativa da Câmara** - pretendeu-se sobretudo tratar a informação fornecida pelos entrevistados. Com a segunda - **interpretação da política educativa da Câmara** - pretendeu-se tratar as opiniões emitidas pelos entrevistados.

Em cada entrevista separámos o texto/respostas, de acordo com as categorias de análise, havendo necessidade algumas vezes de recorrer a mais de uma questão desenvolvida ao longo da entrevista para se encontrar o excerto correspondente à categoria de análise. Os excertos foram copiados para fichas organizadas de acordo com as categorias de análise, obtendo-se assim tantos agrupamentos quantas as categorias de análise consideradas.

Para os textos que fomos seleccionando utilizámos os mesmos procedimentos de separação e cópia de excertos para fichas de acordo com as categorias de análise, mas considerando apenas a primeira grande categoria de análise ou bloco, visto que os dados a tratar de acordo com a outra grande categoria de análise encontram-se apenas nas entrevistas.

Estabelecemos depois comparação e cruzámos informação entre os vários agrupamentos de ficha que obtivemos, com os objectivos de complementarizar ou reforçar informação ou ideias, comparar opiniões e detectar possíveis evoluções da política educativa da Câmara, no tempo, fazendo registos, em fichas separadas, desta situações, que nos foram muito úteis na redacção final.

### 3.3 - 3ª Fase de investigação

Como primeira etapa desta fase elaborámos um Plano de Redacção, que naturalmente surge na sequência da nossa questão principal, do nosso grande objectivo de investigação, das questões orientadoras da investigação e dos resultados obtidos com o tratamento de dados . Este plano, embora tenha sofrido alguns reajustamento, mantêve-se basicamente como o plano para a redacção final.

Para a redacção final organizámos toda a documentação por capítulos e iniciámos o trabalho de redacção em Dezembro de 1992.

Durante esta etapa foi necessário: confirmar dados em novas fontes, perante dúvidas surgidas ; completar informação, por no desenvolvimento de abordagens as existentes se mostrarem insuficientes; reformular algumas questões analíticas; ajustar o plano de redacção a novas globalidades surgidas durante a mesma.

A característica do nosso trabalho, um estudo de caso de tipo observacional, tornou necessária a utilização da descrição. Procurámos sempre, no entanto, que ela se inserisse no quadro global da nossa problemática. Também decorrente da natureza do nosso trabalho, tivemos necessidade de utilizar com alguma frequência extratos de entrevistas para ilustrar análises.



## **CAPÍTULO 4**

Município do Seixal/Comunidade Local: Caracterização  
global

## Capítulo 4

Como o próprio título sugere, com este capítulo pretende-se fazer uma caracterização global do Município do Seixal, partindo-se do pressuposto já atrás enunciado de se considerar o conceito de comunidade local coincidente com o de município/concelho, "*com as delimitações territoriais que o actual quadro político-administrativo lhe consagra e que como sistema complexo contém em si formas específicas de relação socio-cultural organizadas de exercício formal e informal de poder*".

Esta caracterização surge da necessidade de explicitar dois níveis do contexto em que se enquadra a acção educativa da Câmara, de acordo com a primeira questão orientadora desta investigação, o quadro histórico, socio - económico, cultural e educativo do Município e o quadro institucional da Câmara, enquanto órgão autárquico executivo. É por isso que para além da caracterização global do Município (comunidade local como sistema), o capítulo inclui uma abordagem particular do órgão autárquico Câmara (subsistema do sistema municipal).

Não se pretende, por inadequados ao âmbito deste trabalho, fazer uma monografia do Concelho nem um estudo da Câmara enquanto organização, mas apenas, em sínteses tão breves quanto possível, destacar os aspectos mais relevantes das suas identidades e com mais significado para o objecto central deste trabalho.

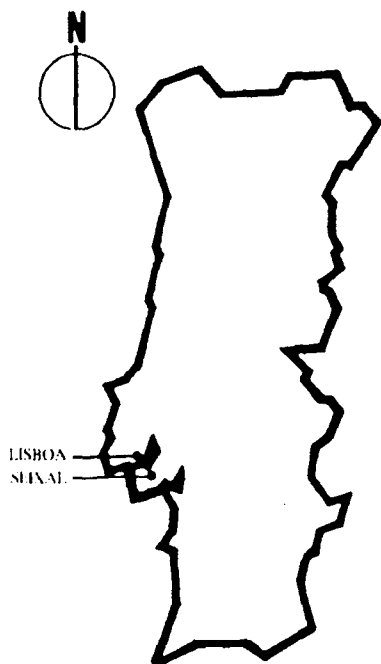
As fontes de recolha de dados para a abordagem deste capítulo foram essencialmente os trabalhos produzidos no âmbito do Plano Director Municipal (Caracterização e Diagnóstico, e Memória Descritiva), os planos de actividade e orçamento da Câmara de 1986 a 1992 e os relatórios e contas de gerência do mesmo órgão e dos mesmos anos. Recorreu-se, no entanto, a outras fontes e a apoio bibliográfico vários, conforme se explicita no desenvolvimento do capítulo.

Por não se integrar no sistema de ensino obrigatório e ter uma forte carga social, optou-se por integrar no item "*Equipamentos Sociais*" as creches, jardins de infância, centros de actividades de tempos livres (A. T. L.) e estabelecimentos de ensino especial, e por isso não foram considerados no item que se designou por "*Sistema Local de Ensino*".

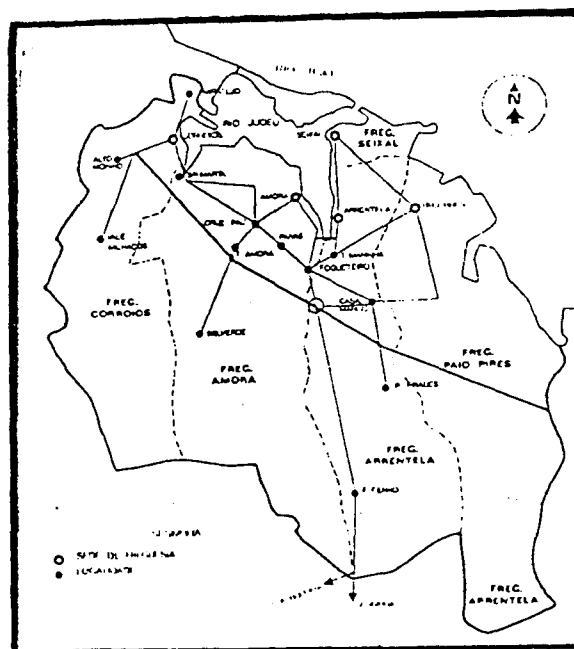
### 1. Localização, área e caracterização administrativa

Integrado no distrito de Setúbal e na Área Metropolitana de Lisboa, o município do Seixal, município urbano de 1ª ordem desde 1984, localiza-se (Mapa nº1) na parte Norte

Com uma área de 93,58 km<sup>2</sup> o concelho está dividido (Mapa nº2) nas seguintes freguesias, sendo a do Seixal a sede do concelho: Amora, 31,39 km<sup>2</sup>; Arrentela, 22,13 km<sup>2</sup>; Corroios, 16,92 km<sup>2</sup>; Paio Pires, 20,23 km<sup>2</sup>; Seixal, 2,37 km<sup>2</sup>.



**Mapa 1-Localização do Seixal  
no território continental**



### Mapa 2-Município do Seixal

## 2. Nota histórica

A história do município do Seixal está profundamente marcada pela presença do rio Tejo, em cujos esteiros, que se estendem por todo o Concelho, desde tempos muito remotos, se foram desenvolvendo povoados ribeirinhos, a partir do aproveitamento do rio como fonte energética e alimentar e excelente meio de comunicação e transporte.

Num espaço geográfico-natural diversificado - a orla ribeirinha, a faixa agrícola encaixada entre os esteiros e as encostas de barrocais e a zona interior ocupada por floresta de pinhal - as populações que ocuparam o território correspondente ao actual concelho do Seixal

vão construindo progressivamente uma certa identidade espacial, de que se destacam como testemunhos patrimoniais mais significativos os moinhos de maré; os portos e estaleiros; as quintas rurais; as unidades fabris; os centros urbanos antigos.

Existem vestígios que atestam a presença humana nesta região desde o período paleolítico (terraço arqueológico da Quinta da Trindade), constituindo importante testemunho da época romana as descobertas levadas a efeito nas estações arqueológicas da Quinta do Rouxinol (fornos romanos, sec.IV D.C.), em Miratejo, e da Quinta de S. João, na Arrentela.

A outorga de foral a Almada, a cujo termo pertencia o território do actual concelho do Seixal, por D.Sancho I em 1190, é indiciadora da importância atribuída a esta região e do rápido repovoamento da mesma a seguir à conquista de Lisboa (1147). Para além da produção de vinho, azeite e fruta, importante legado da cultura árabe, as condições geográficas e naturais desta região conduziram ao desenvolvimento de actividades relacionadas com a vida fluvial e marítima, com relevo particular para os transportes fluviais e construção naval. Desde a idade média que há referências de muitas embarcações nos estaleiros do Seixal (Nabais,1982,p.13), cujos portos eram um ponto fundamental de escoamento e abastecimento de alguns produtos.

Durante a Revolução de 1383/85, D.João I utilizou os esteiros do Seixal (Amora) para guardar galés (ibidem). Deste período há a assinalar vários vestígios que ficaram espalhados por todo o território do concelho do Seixal, entre os quais a toponímia e as propriedades de instituições religiosas e da antiga e nova nobreza, sendo de destacar a doação de "Almada e seu tremo" a Nuno Álvares Pereira, em 1385, que edificará uma quinta em Corroios.

Na época dos descobrimentos a importância desta região deve-se, para além da construção naval nos seus estaleiros, ao facto de ficar na área de influência económica de Lisboa, ocupando os moinhos de maré e a rede de transportes fluviais um papel de relevo nessa área. Lisboa, grande centro de consumo de pão, recebia da margem Sul, além de outros produtos, a farinha dos moinhos de maré que abasteciam também as populações locais e os Fornos do Vale do Zebro (Nabais,1986,p.p. 28 e29).

É a partir do século XV que aparecem, nesta região, em grandes quantidades, as quintas agrícolas das instituições religiosas, da nobreza e burguesia citadinas, com os seus pequenos portos e se inicia a construção de moinhos de maré, instalando-se o primeiro em 1403 (ibidem, p.15), em Corroios, propriedade da Câmara Municipal do Seixal desde 1980, que o restaurou e pôs em funcionamento. Toda a orla fluvial que vai da península do Alfeite até Coina foi aproveitada para a construção de moinhos de maré, constituindo

hoje parte importante do património construído do Seixal cinco desses moinhos: Moinho Velho dos Paulistas; Moinho Novo dos Paulistas; Moinho de Corroios; Moinho da Torre; Moinho do Zeimoto.

A partir do séc. XVI, com o desenvolvimento das actividades produtivas, nomeadamente a actividade piscatória que adquire uma importância crescente na vida das populações, e com a intensificação do tráfico fluvial, facilitada pela existência de boas condições de navegabilidade ("portinhos" nos esteiros de Corroios, Amora, Arrentela, Seixal, Paio Pires e Coina), começa a verificar-se um aumento da população e o desenvolvimento dos principais núcleos urbanos, que constituem hoje uma parte do património histórico construído do município do Seixal.

Sabe-se que no início do séc. XVI, altura em que D. Manuel confirma o foral de Almada (1513), a vila do Seixal, com apenas cerca de 30 habitantes, pertencia à freguesia da Amora e que por esta mesma altura teria sido construída a ermida do Seixal, em honra de N.ª Sra. da Conceição (Nabais, 1982, p.27). A concessão de licença, em 1726, para a construção da igreja matriz do Seixal, inaugurada em 1728, faz supor que terá havido um aumento significativo de habitantes desta povoação, quase todos "marítimos e pescadores", segundo Frei Agostinho da Silva (ibidem,p.35).

O terramoto de 1755 teve efeitos devastadores nas povoações do actual concelho do Seixal, fazendo um número indeterminado de vítimas e destruindo quase todos os edifícios. O restauro da igreja matriz do Seixal só terminará em 1762 (ibidem, p.37), tendo o mesmo edifício vindo a ser restaurado em 1858 e 1904.

Na sequência da reforma liberal é instituído, em 6 de Novembro de 1836, o concelho do Seixal, mas o decreto-lei de 26 de Setembro de 1895 extingue-o, vindo a ser restaurado em 1898 com todas as suas freguesias, passando a existir a partir de 1976 a nova freguesia de Corroios, desmembrada da freguesia de Amora.

O surto industrial verificado na periferia de Lisboa a partir da 2ª metade do séc. XIX, teve uma repercussão significativa no concelho do Seixal, assumindo um destaque particular a indústria do têxtil (Companhia de Lanifícios de Arrentela - 1855), do vidro (Fábrica da Amora - 1888) e da cortiça (fabricas da Mundet - 1906 e Wicander - 1913). A paisagem e a vida das populações modifica-se. Surgem bairros operários, novos edifícios fabris e armazéns, ocupando algumas vezes espaços das antigas quintas. Aumenta o tráfico fluvial e constroem-se novos cais, como resultado da relação directa de implantação de indústrias com o estuário do Tejo e a proximidade de Lisboa. Há transferência de mão-de-obra da pesca e agricultura para a indústria.

Este surto industrial é acompanhado pelo desenvolvimento de uma forte consciência operária, democrática e mutualista, que se traduz no aparecimento de associações de várias naturezas e em movimentações grevistas com algum significado. Destaque especial, pela sua antiguidade, merece a fundação, em 1848, da Sociedade Filarmónica Timbre Seixalense, constituída por operários da construção naval. Muitas outras se vão criando, dando ao movimento associativo do Concelho uma amplitude e vitalidade que ainda hoje se mantém como um dos traços da sua identidade: Montepio de No. Sra. da Consolação da Arrentela (1864); Sociedade Filarmónica União Seixalense (1871); Sociedade Filarmónica Fabril Arrentelense (1872); Monte Pio de Socorros Mútuos das Classes Piscatória e Artística da Vila do Seixal (1873); Associação dos Pescadores do Seixal do Alto Mar (1896); Cooperativa Operária 31 de Janeiro (1911); Amora Futebol Club (1921); etc..

Deste período merece referência especial a greve dos cerca de 500 operários da Fábrica de Lanifícios da Arrentela, em 1895, cuja duração ultrapassou os dois meses.

Na década de sessenta o Concelho experimentará uma profunda transformação com a instalação de grandes indústrias, de que se destaca a Siderurgia Nacional (1961), e com a construção da ponte sobre o Tejo (1966) que, aumentando significativamente a acessibilidade à margem Sul, facilitará a ligação do Concelho à dinâmica de crescimento da área metropolitana de Lisboa. Ao mesmo tempo que se assiste ao declinar do tráfego fluvial e ao abandono da actividade piscatória, acentua-se o peso do sector secundário e terciário acompanhado de um acelerado crescimento populacional, alimentado sobretudo pelas migrações com origem no Sul do país, que conduziram à proliferação de novas urbanizações e à especulação imobiliária, criando desequilíbrios ambientais e graves problemas urbanísticos. A resolução destes problemas tornou-se num dos grandes desafios dos órgãos do poder local, emergentes da revolução de Abril de 1974.

### **3. População, habitação e estrutura urbana.**

A população actual do concelho do Seixal, de acordo com os resultados preliminares do censo de 1991, é de 117 446 indivíduos, distribuídos do seguinte modo: freguesia da Amora - 46 051; freguesia de Arrentela - 25 442; freguesia de Corroios - 35 441; freguesia de Paio Pires - 8 266; freguesia do Seixal - 2 246.

A evolução demográfica do concelho do Seixal está fortemente associada à dinâmica da área Metropolitana de Lisboa, que engloba os concelhos da margem Norte (AML-N) e da margem Sul (AML-S) do estuário do Tejo. Esta área, que em 1981 representava já 26,1%

do total da população do continente, registou acréscimos regulares e constantes da 1960 a 1981, mas esta situação é alterada de 1981 para 1987, em cujo período se regista um acréscimo de apenas 0,7% (P.D.M. - População, 1992, p. 1).

O grande crescimento que se verificou nesta área está associado aos processos de industrialização e terciarização que a mesma sofreu e à consequente migração proveniente do interior do País.

A construção da ponte sobre o Tejo, em 1966, e a melhoria geral de rede de transportes aumentam significativamente a acessibilidade à margem Sul, facilitando a fixação de população nesta região, mesmo mantendo o local de trabalho em Lisboa ou noutros concelhos da margem Norte - é o recurso a uma localização suburbana como forma de resolver o problema habitacional. Por outro lado, o desenvolvimento industrial da península de Setúbal facilita as migrações de populações do Sul do País, que aspiram a encontrar aqui melhores condições de vida.

O Concelho do Seixal apresenta, na área Metropolitana de Lisboa, a taxa mais elevada de crescimento da população residente, no período de 70/80 (P.D.M. - População, 1992, p.4). Com uma população residente de 20 458 habitantes em 1960 e de 89 169 em 1981, o concelho do Seixal quadruplica, em vinte anos, a sua população, conduzindo este surto demográfico a um aumento significativo da área urbana e ao aparecimento de grandes dormitórios.

No período de 1981 a 1991 verifica-se um desacelaramento da população residente, relativamente aos períodos anteriores, mantendo mesmo a freguesia do Seixal a tendência para o decrescimento da população (ibidem, p.23).

As maiores densidades populacionais e os núcleos urbanos de maior dimensão (Corroios, Cruz de Pau, Paivas e Fogueteiro) situam-se na zona Norte da auto-estrada e ao longo da principal via estruturante municipal (E.N. 10), que funcionando como barreiras provocam diferenciações dentro de cada freguesia (ibidem, p.17). Entre aquela via (E.N. 10) e o extremo Norte do Concelho encontram-se os núcleos de pequena dimensão (Seixal, Amora, Torre da Marinha, Arrentela, Paio Pires e outros). Na última década, contudo, verifica-se um aumento de crescimento a Sul da auto-estrada, onde predominam os edifícios uni e bifamiliares, sendo principalmente de segunda residência os situados a sudoeste do concelho (Belverde, Verdizela e Marisol).

A evolução da estrutura etária da população revela a partir da década de 60 um progressivo rejuvenescimento na base e no topo, com a diminuição do número de indivíduos em idade igual ou superior a 60 anos (ibidem p.27). Este rejuvenescimento e a

evolução positiva do saldo fisiológico, estão associados a um crescimento progressivo da população imigrante que em 1960 representava 23% da população e 58% em 1981.

Os indicadores sobre o rápido crescimento e rejuvenescimento da população, como se refere no P.D.M. - População, podem *"colocar à Administração Municipal sérios problemas, nomeadamente no que diz respeito à programação de equipamentos colectivos, especialmente de ensino, saúde e desporto, que ao revelarem-se durante um certo tempo insuficientes se podem tornar excedentários a curto prazo, no caso do ritmo abrandar"* (p.29).

O surto demográfico verificado no Concelho nas últimas décadas é acompanhado por um crescimento considerável de edifícios construídos, tendo-se registado na década de 70/80 uma produção média de 500 edifícios ano (P.D.M. - Habitação, 1991, p.42). O parque habitacional do Concelho é, assim, de um modo geral, recente - só um terço dos edifícios é anterior a 1960 (ibidem, p.2).

Este crescimento não é feito de uma forma homogénea pelo território do Concelho, tendo-se mesmo verificado na freguesia do Seixal um decréscimo acentuado na construção de edifícios na década de 70 (ibidem, p.2) e entre 1981 e 1989 uma taxa de variação do número de alojamentos de valor negativo (-7), quando a taxa de decréscimo para a totalidade do Concelho, neste último período, foi de 44% (Ibidem, p.8).

Apesar da pressão demográfica a que o Concelho tem estado sujeito a partir da década de 60, em 1981 92% do total dos alojamentos era de tipo clássico, representando apenas 0,7% os alojamentos tipo barraca e o recurso a construção não habitacionais (Ibidem, p.5). A partir dos anos 80, porém, o fenómeno da proliferação dos bairros das barracas intensificou-se, tendo-se localizado, em 1991 20 núcleos de barracas com cerca de 274 barracas, cujos ocupantes são na sua maioria de origem africana, muitos deles em situação ilegal no nosso País (ibidem, p.31).

Considerando a falta de alojamento e os alojamentos não aceitáveis estima-se que, em 1991, o défice habitacional no Concelho era de 8 092 fogos (Ibidem P.36).

Pode considerar-se que o parque habitacional do Concelho se encontra num estado de conservação razoável, com excepção dos bairros do Fogueteiro e da Quinta da Princesa, onde se verifica uma forte degradação das habitações e equipamento.

No que diz respeito a infra-estruturas dos alojamentos, apesar dos progressos significativos feitos depois de 1974, estimativas de 1991 apontam para "mais de 5 700 alojamentos (18.5% do parque) sem energia eléctrica; mais de 5 600 (18%) sem água canalizada e cerca de 7 200 sem casa de banho (23%)" (Ibidem, p.36). Estes valores



justificam-se, em grande parte, com o peso considerável que representam os alojamentos clandestinos e os loteamentos de origem ilegal, que, com um número aproximado de 94, correspondem a cerca de 32% da área total do Concelho, ocupando um peso bastante superior ao dos loteamentos legais (Ibidem p.43).

É ao Sul da auto-estrada que se situam quase exclusivamente estes loteamentos, existindo planos de reconversão para 68, estando já aprovados pela Câmara 35 destes lotes.

#### 4- Alguns dados sócio-económicos

Desde o início do século a região do concelho do Seixal tem sido muito procurada para a instalação de indústria, mas o crescimento populacional que se tem verificado a partir da década de 60 conduziu a uma expansão de outras actividades, como o comércio e os serviços, a um ritmo bastante significativo. Mais recentemente tem-se verificado também um crescimento de actividades turísticas de recreio e lazer.

**QUADRO 1: N° DE ESTABELECIMENTOS E TRABALHADORES POR SECTOR DE ACTIVIDADE NO CONCELHO DO SEIXAL, 1984, 1986 E 1991**

	N° de Estabelecimentos						N° de Trabalhadores					
	1984		1986		1991		1984		1986		1991	
	N° Abs.	%	N° Abs.	%	N° Abs.	%	N° Abs.	%	N° Abs.	%	N° Abs.	%
I	9	1.2	9	1.0	14	0.9	76	0.5	80	0.5	108	0.6
II	604	81.7	720	81.9	469	31.7	15663	92.7	13665	85.1	13181	72.9
III	126	17.1	150	17.1	998	67.4	1153	6.8	2318	14.4	4792	26.5
TOTAL	739	100	879	100	1481	100	16892	100	16063	100	18081	100

Fonte: Quadros de Pessoal M.E.S.S. 1984, 1986 e 1991

A leitura do quadro é bem ilustrativa da progressiva implantação do sector terciário no Concelho. De facto, de 1984 a 1991 verifica-se um aumento significativo do número de estabelecimentos e do número de trabalhadores neste sector, verificando-se, pelo contrário, no mesmo período, uma diminuição progressiva no sector secundário. Este último sector continua, apesar disso, a ter, em 1991, o maior número de trabalhadores; deve, no entanto, considerar-se que mais de 3000 trabalhadores se encontram num só estabelecimento, a Siderurgia Nacional.

Na generalidade, numa apreciação global de todos os indicadores fornecidos pelo P. D.M., verifica-se que no concelho do Seixal predomina as pequenas e médias empresas.

A fraca acessibilidade entre os concelhos vizinhos e à cidade de Lisboa, que resulta de uma rede viária muito reduzida, principalmente a Sul da auto estrada, e da ruptura da capacidade nas principais vias de acesso a Lisboa (P.D.M. - Relatório de Caracterização Geral, 1991, p.7), dificulta a circulação de pessoas e bens, traduzindo-se num factor negativo para o desenvolvimento económico e para a melhoria das condições de vida da população que vive ou trabalha no Concelho.

A relevância do problema da acessibilidade torna-se mais significativa se tivermos em consideração o forte movimento pendular de dependência dos activos do concelho do Seixal, sobretudo dos concelhos de Lisboa e Almada, e mesmo - embora com menor significado o movimento pendular de atracção do concelho do Seixal, dos activos de outros concelhos (Inquérito levado a efeito pela equipa P.D.M., em 1991, conclui que as deslocações pendulares diárias movimentam cerca de 50% dos activos residentes no Concelho).

Mais grave do que o problema da acessibilidade é o desemprego que tem atingido a população residente neste concelho, provocado sobretudo pela crise do sector siderúrgico e de construção naval, com repercussões em toda a península de Setúbal e que foi a causa principal do surgimento da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio do Plano de Desenvolvimento Regional - 1989/1993. Segundo dados fornecidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, existiriam no Concelho, em fins de 1992, cerca de 7 000 desempregados.

Como nota final, importa referir que um dos aspectos que emerge como característica sócio-económica deste Concelho é a sua dependência do exterior, relativamente à aquisição de bens e serviços, evidenciando-se Lisboa com um centro fundamental nessas

aquisições (P.D.M. - 8. Est. Econ. - Inquérito ao local de bens e serviços, 1990, pp 51 e 53).

## **5 - Património natural e construído**

O rápido crescimento urbano do Concelho nas últimas décadas provocou alterações profundas no seu património, modificando substancialmente o suporte físico do território, a imagem dos aglomerados urbanos e provocando desequilíbrios ambientais.

Relativamente ao património natural *"verificou-se uma perda, quase total, de "habitats" de características naturais que possibilitem a existência de comunidades avifaunísticas com alguma diversidade e riqueza específica"* (P.D.M. - 6. Património natural e construído, 1991, p.1.) a subsistência de pequenos núcleos - com excepção de uma mancha de valor ecológico que se mantém ainda a Sul do Concelho - da extensa área de pinhal - bravo (*pinus pinaster*), que cobria uma parte significativa do Concelho, e as raras áreas agrícolas, que sobreviveram ao grande surto urbanístico, são indicadores do empobrecimento do património natural do Concelho. Mesmo a zona envolvente do estuário do Tejo não tem sido poupada à degradação, provocada pela forte pressão urbanística que sobre si se tem feito sentir, principalmente nos eixos Seixal - Paio Pires e Seixal - Torre da Marinha - Amora.

A Baía do Seixal, o extenso Sapal de Corroios e as áreas envolventes, destaca-se, no entanto, como uma zona que mantém um grande valor ecológico, onde proliferam diversas espécies animais e vegetais. A Câmara Municipal do Seixal tem revelado preocupação com o estudo, conservação e potencialização deste património científico, económico e de um valor paisagístico excepcional, sendo de destacar o "Plano de Recuperação da Baía Natural", integrado no O.I.D. da Península de Setúbal, que envolve verbas na ordem dos dois milhões de contos, e a integração desta zona na Reserva Ecológica Nacional, através de regulamento elaborado na âmbito do P.D.M., já aprovado pela Câmara.

A "Nota histórica" sobre o Concelho ilustra de alguma forma que o Município do Seixal, embora não possuindo um património monumental significativo, conserva vestígios que constituem um importante património histórico e cultural.

Com base no "P.D.M. Cadernos Temáticos de Caracterização. 6 - Património Natural e Construído, 1991", referirei em síntese o mais importante património construído, existente no Concelho.

Existem pequenos centros históricos no Seixal, Arrentela, Amora e Paio Pires, com identidades próprias, potencialidades e problemas específicos.

Património industrial, onde se destacam 12 moinhos de maré, em estados de conservação muito variáveis, mas todos classificados de "Imóvel de Interesse Público" (D.L.29/84 de 25 de Junho), sendo dois propriedade da Câmara, o "Moinho Novo dos Paulistas" e o "Moinho de Maré de Corroios", este último em estado de conservação razoável e funcionando como núcleo museológico do Ecomuseu Municipal; unidades fabris, sendo as mais importantes a "Companhia de Lanifícios da Arrentela", a "Mundet" e a "Fábrica de Polvora de Vale Milhaços; dois edifícios da seca do bacalhau, situados no Ponta dos Corvos.

Património rural, onde se destacam 10 quintas inventariadas, na sua maioria particulares - a "Quinta do Rouxinol" e a "Quinta da Trindade" são propriedade municipal - e com usos e estados de conservação diversificados, encontrando-se apenas classificada como "Imóvel de Interesse Público" (D.L.516/71 de 22 de Novembro) o edifício da habitação da "Quinta da Trindade"; lagar de vinho, situado na "Quinta de St.<sup>a</sup> Teresinha, único exemplar no Concelho, cujo engenho com vara e fuso se encontra completo.

Património náutico, que consiste essencialmente nos estaleiros navais, localizados em torno da Baía; encontrando-se alguns ainda em actividade e mantendo muito poucos o uso de técnicas artesanais.

Património religioso, em que se destacam: "Igreja da Arrentela", classificada como monumento nacional (DL 129/77 de 29 de Setembro); "Igreja Paroquial da Amora"; "Capela da Quinta da Medideira; "Ermita de Santa Marta de Corroios".

Estações arqueológicas inventariadas: sítio arqueológico romano, na "Quinta de S. João - Arrentela, necrópole com vestígios dos primeiros séculos da presença romana; fornos de cerâmica, no sítio arqueológico da "Quinta do Rouxinol" (Séc. IV A.C.); terraços do paleolítico, situados na "Quinta da Trindade".

Em conclusão, citando o caderno P.D.M. já acima referido, poderá dizer-se que *"O Concelho do Seixal possui um grande número e diversidade de elementos patrimoniais de interesse histórico, cultural e ambiental, embora em muitos casos em estado de degradação avançado"* (p 17).

## **6 - Equipamentos colectivos: alguns indicadores**

### **6.1- Saúde**

São os equipamentos particulares com fins lucrativos, que asseguram essencialmente os serviços de saúde do Concelho (P.D.M. - Equipamentos colectivos, 1991, p.p 44 e 45).

A rede pública de equipamentos de saúde é constituída por um Centro de Saúde e as suas cinco extensões, que não satisfazem as necessidades existentes, funcionando em situação de sobreocupação (ibidem, p.42). O número de médicos a prestar serviço nestas unidades é de 56, o que segundo o número fixado pelo Gabinete de Estudos e Administração do Território é manifestamente insuficiente para a população residente no Concelho, pois a relação atinge cerca de 2 000 habitantes por médico, quando não deveria ultrapassar os 1 500 habitantes por médico. Também a recomendação de que cada centro de saúde, na áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, deve cobrir uma população máxima de 40 000 habitantes torna o Concelho carente de mais dois centros de saúde.

Num quadro de carências em médicos, paramédicos, pessoal de enfermagem e pessoal auxiliares, os serviços públicos, para além dos cuidados de saúde primários - incluindo apoio domiciliário, vacinação, saúde escolar - procuram assegurar um serviço de apoio a grupos com problemas específicos, como por exemplo grávidas, idosos, casos oncológicos e diabéticos.

O Concelho, no que diz respeito a cuidados de saúde diferenciados e internamentos, está dependente dos Concelhos de Lisboa, Almada e Barreiro.

Relativamente ao estado de conservação das unidades existentes, só o Centro de Saúde do Seixal se pode considerar em estado de conservação regular, sendo também notória a exiguidade dos espaços das outras unidades, particularmente as extensões de Fernão Ferro e Cruz de Pau.

A aprovação e implementação da proposta apresentada conjuntamente pelo Centro de Saúde, Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Arrentela, e envolvendo toda a Comunidade/Concelho, no âmbito do projecto "Cidades Saudáveis", da Organização Mundial de Saúde, poderá constituir um salto qualitativo nesta área.

### **6.2 Equipamento de segurança social**

#### **6.2.1. Equipamento de apoio à infância**

Os equipamentos de apoio à infância aqui considerados serão as creches, os jardins de infância, os centros A.T.L. (Actividades de Tempos Livres) e estabelecimentos de ensino especial.

**QUADRO 2: TAXA DE COBERTURA DOS EQUIPAMENTOS DE APOIO  
À INFÂNCIA (1989)**

EQUIPAMENTO	GRUPO ETÁRIO	POPULAÇÃO ESTIMADA	POPULAÇÃO COBERTA	TAXA COBERTURA
CRECHE	0—2	6825	298	4.4%
JARDIM DE INFÂNCIA	3—5	8594	1412	16.4%
CRECHE+	0—5	15419	1710	11.1%
JARDIM DE INFANCIA				

FONTE: P.D.M.

A taxa de cobertura dos equipamentos de apoio à infância no Concelho, como pode observar-se no quadro 2, é muito baixa, em 1989, concentrando-se a sua distribuição a Norte da auto-estrada, nas áreas mais populosas e mais jovens do Concelho, principalmente nas freguesia de Corroios, Amora e Arrentela (ibidem, p 52).

Conforme se conclui da análise dos dados obtidos pelo levantamento directo, em 1990, pela equipa P.D.M.(ibidem, p 51 a 58), a grande maioria das unidades são particulares com fins lucrativos, funcionando algumas delas com mais do que uma valência.

Falha relevante, a nível de equipamento de apoio à infância, é a inexistência, no ano lectivo de 1990/91, de rede oficial de ensino pré-primário. Como resposta a esta falha a Câmara Municipal do Seixal aprovou, na sua sessão de 10 de Abril de 1991, um "Programa de Implementação da Rede Oficial de Jardins de Infância no Concelho do Seixal", cuja execução iniciou no ano lectivo de 1991/92, com a adaptação de duas salas de aulas nas escolas do 1º ciclo nº1 de Fernão Ferro e nº4 de Amora.

**QUADRO 3 : TOTAL DE CRIANÇAS COBERTAS POR TIPO DE UNIDADES A.T.L.**

I.P.S.S.		EMPRESAS		STA. CASA		ESC. PRIMÁRIA		UNIDADES PARTICULARES		TOTAL	
		SERVIÇOS		ESC.PRIMÁRIA		DIRECÇÃO DA ESC.		SEM FINS LUCRATIVOS			
Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%
54	5.7	98	10.3	278	29.3	16	1.7	506	53	952	100

Fonte: P.D.M.

A situação ilustrada pelo quadro 3 referente aos centros A.T.L.s, em 1990, começou a alterar-se significativamente a partir da aprovação, pela Câmara Municipal, em sessão de 2 de Janeiro de 1991, de um "Programa de Apoio aos A.T.L.", que se traduziu, ainda no ano lectivo de 1990/91, na aplicação de uma verba de 3 017 896\$00 nas sete escolas do 1º ciclo onde se desenvolviam Actividades de Tempos Livres, e que se destinou à comparticipação no funcionamento dos centros A.T.L.s, a programas de formação, à aquisição de mobiliário e material didáctico e à adaptação de espaços. No ano lectivo de 1991/92 passaram a existir centros A.T.L. em 12 escolas do 1º ciclo, todos integrados no "Programa de Apoio aos A.T.L.", a que a Câmara entendeu dar continuidade, de acordo com a sua deliberação de 8 de Outubro de 1991, segundo as seguintes modalidades :

- Atribuição de um subsídio de 100 000\$00 a cada uma das doze escolas, para comparticipação de despesas de funcionamento.
- Aquisição de Material Didáctico no valor global de 1 000 000\$00, de acordo com as necessidades que se identifiquem no decorrer do ano lectivo em cada uma das escolas.

O ensino especial, em 1990, é assegurado, no Concelho, por quatro unidades que se localizam na zona de Corroios/Miratejo, mas com uma área de influência bastante alargada que se estende ao concelho de Almada.

Para além da C.E.R.S.I.S.A. (Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Seixal e Almada), em Miratejo, cujo edifício foi construído pelas Câmaras de Almada e Seixal, existem mais três externatos com fins lucrativos: Externato Rumo ao Sucesso, Externato A.B.C. e Externato Conchinha, com classes de vários níveis etários, devido à especificidade deste tipo de ensino.

### 6.2.2.- Equipamento de apoio à 3ª idade

A cobertura do Concelho no que se refere a este equipamento é muito fraca. Com base numa população residente com mais de 65 anos calculada em cerca de 7 000 habitantes, segundo levantamento feito pela equipa P.D.M., em 1990, a taxa de cobertura em termos de lares de idosos era de 1,5%; em termos de Centros de Dia de 3% e de 0,5% em termos de apoio domiciliário (ibidem, p. 62 ). A oferta é pois manifestamente insuficiente em todas as valências, mesmo se tivermos em conta que já depois deste levantamento surgiram a AURPI de Pinhal de Frades e o Centro de Dia da 3ª idade da Amora, com instalações construídas pela Câmara Municipal.

## 6.3. Desporto, Cultura e Recreio

### 6.3.1. Equipamentos desportivos

Há uma distribuição muito irregular destes equipamentos, que se concentram fundamentalmente a Norte da auto-estrada.

Segundo levantamento feito pela equipa P.D.M., em 1991 (ibidem, p.35), trata-se essencialmente de equipamento básico onde predominam os campos de pequenos jogos (quarenta e dois), todos descobertos, sendo quatro de ténis. Os campos de grandes jogos (sete, sendo um relvado), são todos de futebol e também descobertos. Como espaços cobertos existem seis pavilhões gimnodesportivos, dois escolares e quatro de clubes desportivos, a quem pertencem também os três ginásios existentes.

Existe ainda como equipamento desportivo: um circuito de manutenção; um campo de mini-golfe; duas piscinas descobertas, uma municipal e outra de uma entidade turística; algumas estruturas de apoio ao desporto náutico, nomeadamente um cais e hangars situados na Associação Náutica do Seixal.



As carências relativamente ao equipamento desportivo básico situam-se, portanto, ao nível de campos de grandes jogos, piscinas e estruturas polivalentes e cobertas.

Se se considerar o peso da população escolar do Concelho, com 47 escolas - 34 primárias, 6 preparatórias, 6 secundárias e uma C+S, pode concluir-se que também há carências a nível de pavilhões gimnodesportivos.

A proposta elaborada pela Câmara Municipal, que prevê a construção de quatro piscinas municipais, um complexo municipal de atletismo, um pavilhão gimnodesportivo municipal e, no âmbito do programa R.I.I.D., pavilhões desportivos standard em 4 escolas preparatórias, 4 secundárias e uma primária, poderá alterar significativamente o panorama actual do equipamento desportivo no Concelho.

#### 6.3.2. - Equipamento de cultura e recreio

### **QUADRO 4: EQUIPAMENTO DE CULTURA E RECREIO**

Unidade de Planeamento	Freguesia	Colectividade/Clube Desportivo e Recreativo	Museu	Outros
Unidade 1 Seixal	Seixal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação Náutica do Seixal</li> <li>• Clube de Campismo Luz e Vida</li> <li>• Seixal Futebol Clube</li> <li>• Soc. Filarm. Timbre Seixalense</li> <li>• Soc. Filarm. União Seixalense</li> </ul>	_____	• Biblioteca e Arquivo Histórico Municipal (Inst. provisórias)
Unidade 2 Murtinheira/ V. Romeira	Arrentela	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo Recreativo de Stº António</li> <li>• Portugal Cultura e Recreio</li> </ul>	_____	_____
Unidade 3 Siderurgia/ Zemoto	Paio Pires	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Clube de Pessoal da Siderurgia Nacional</li> </ul>	_____	_____
Unidade 4 Pio Pires/ Casal do Marco	Paio Pires/ Arrentela	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Clube Desp. e Cult. do Casal do Marco</li> <li>• Paio Pires Futebol Clube</li> <li>• Soc. Musical 5 de Outubro</li> </ul>	_____	• Praça de Touros em Paio Pires
Unidade 5 Arrentela/ Torre da Marinha	Arrentela	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atlético Clube da Arrentela</li> <li>• Clube Recreat. e Desport. das Cavaquinhas</li> <li>• Grupo Desp. do Cavadas</li> <li>• Indep. Futebol Clube Torrense</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Núcleo Sede do Museu Municipal</li> </ul>	_____

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Soc. Filarm. União Arrentelense</li> </ul>		
Unidade 6 Amora	Amora	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Amora Futebol Clube</li> <li>• Soc. Filarm. Operária Amorense</li> <li>• Centro Columfófilo do Fogueteiro</li> <li>• Centro Cult. Desport. das Paivas</li> <li>• Centro Filatélico Juvent. do Fogueteiro</li> <li>• Clube Desport. Atlético da Cruz de Pau</li> <li>• Clube Recreativo da Cruz de Pau</li> <li>• Grupo Desport. Cult. e Recreativo da Qtª da Princesa</li> <li>• Grupo Desport. Correr D'Água</li> <li>• Grupo Desport. Recreativo do Fogueteiro</li> <li>• Associação Naval Amorense</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Núcleo sa Água do Museu Municipal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Casa de Juventude</li> <li>• Loja Municipal</li> <li>• Biblioteca Municipal Amora</li> <li>• Sala de Cinema na Soc. Filarm. O. A.</li> <li>• Sala de Teatro na Soc. Filarm. O. A.</li> </ul>
Unidade 7 Stª Marta de Corroios	Corroios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo Desp. Stª Marta de Corroios</li> </ul>	_____	_____
Unidade 8 Talaminho/ P. dos Corvos	Corroios	_____	_____	_____
Unidade 9 Corroios	Corroios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Clube Recreat. Desp. de Miratejo</li> <li>• Casa do Povo de Corrios</li> <li>• Clube desp. e Recreat. do o Brasileiro/Rouxinol</li> <li>• Ginásio Clube de Corroios</li> <li>• Grupo Desport. Unidos do Arco</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Núcleo do Moínho de Maré do Museu Municipal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cinema em Miratejo</li> <li>• Cinema em Corroios</li> </ul>
Unidade 10 Alto do Moínho/ Vale Milhaços	Corroios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro Cult. e Desp. de Pinhal Vidal</li> <li>• Centro Cult. e Recreat. do Alto do Moínho</li> <li>• Centro de Conv. e Desp. de Vale de Milhaços</li> <li>• Grupo Desp. e Cult. Águias de Vale Milhaços</li> </ul>	_____	_____
Unidade 11 Belverde/ Verdzela	Amora/ Corroios	_____	_____	_____
Unidade 12 Foros de Amora	Amora	_____	_____	_____
Unidade 13 Pinhal das Freiras	Amora	_____	_____	_____
Unidade 14 Fernão Ferro	Paio Pires/ Amora/ Arrentela	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro de Solid. Social de Pinhal de Frades</li> <li>• Círculo Social, Cult. e Recreat. dos Morgados Novos</li> <li>• Centro Cult. e Recreat. dos Redondos</li> <li>• União R. Juv. de Fernão Ferro</li> <li>• Ass. de Desenv. e Urb. de Fernão Ferro</li> </ul>	_____	_____

Como pode observar-se no quadro 4, relativamente a equipamento de cultura e recreio no Concelho, predominam as colectividades e clubes desportivos/recreativos, o que ilustra a amplitude e a vitalidade do movimento associativo, cujas raízes remontam, no Concelho, ao século XIX, que o 25 de Abril e a emergência do poder local democrático revitalizou de uma forma significativa - de 13 colectividades de cultura, desporto e recreio em 1974 passou-se para 41 em 1992 - não sendo estranha a esta revitalização o apoio da Câmara Municipal do Seixal, que para além da concessão de subsídios regulares, forneceu instalações e equipamento a algumas das novas colectividades e construiu e equipou as novas instalações da Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense.

Integrados nestes equipamentos, nuns casos, com instalações próprias, noutros, e mesmo nalguns casos, sem instalações específicas, existem no Concelho - excluindo os estabelecimentos de ensino e formação - mais os seguintes agentes culturais com algum significado: cinco bandas filarmónicas, todas de colectividades; seis escolas de música, cinco das respectivas bandas mais a "Escola de Música do Clube Recreativo da Cruz de Pau, que tem como objectivo a formação de uma banda juvenil; seis grupos de teatro amador, sendo dois de escolas secundárias; quatro grupos musicais; cinco grupos corais, quatro com a designação de alentejanos; uma sala de exposições no moinho de maré de Corroios; dois jornais, o Boletim Municipal, mensal, e a Tribuna do Povo, quinzenal; a Associação Cultural do Seixal-Artes, associação de artistas plásticos, com sede provisória na Amora; Casa Municipal da Juventude, que tem desenvolvido acções de formação artística de curta duração.

Pode concluir-se que a oferta do equipamento existente no Concelho é assegurada, essencialmente, pelos clubes desportivos e recreativos, e que há uma carência notória em espaços especificamente vocacionados para actividades culturais, como espectáculos de teatro, música, dança e exposições. Mas esta carência tem que ser perspectivada num quadro de inexistência de formas orgânicas de potencialização dos recursos existentes. Na verdade, como conclui a equipa P.D.M., "Seria de todo o interesse, realizar um estudo aprofundado do seu funcionamento, dos seus projectos e das suas capacidades, a fim de dinamizar e rentabilizar as estruturas existentes" ( ibidem, p.p.69 e 70 ).

## **7 - Sistema local de ensino: alguns indicadores**

O conceito de sistema local de ensino é aqui utilizado como a organização estrutural e o conjunto de meios de um espaço determinado - o concelho do Seixal - através dos quais se desenvolvem

actividades regulares e planificadas de educação escolar e de formação técnico -profissional, dirigidas a toda a população.

#### 7.1- População e rede escolar, dos ensinos públicos básicos e secundários

##### 7.1.1.- 1º ciclo do ensino básico

QUADRO 5: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR DO 1º CICLO(1986/1992)

ANO LECTIVO	86/87	87/88	88/89	89/90	90/91	91/92
FREGUESIA						
AMORA	3501	3335	3066	2836	2410	2551
ARRENTELA	1461	1473	1488	1498	1561	1505
CORROIOS	2506	2442	2294	2170	1861	1827
PAIO PIRES	890	858	771	753	699	627
SEIXAL	346	289	257	245	230	223
CONCELHO	8704	8397	7876	7502	6761	6733

Fonte: Delegação Escolar do Seixal

Conforme se pode observar no quadro 5 a população escolar do 1ºciclo tem vindo a diminuir nos últimos seis anos, de 8 704 alunos em 1986/87 passou-se para 6 335 em 1991/92, o que representa um decréscimo de 32%.

A diminuição do ritmo de crescimento durante a década de 80, confirmada com os dados provisórios do censo de 1991, e a diminuição da natalidade e a consequente alteração da estrutura etária, são factores que contribuem para esta situação.

Actualmente (1992) existem 34 escolas do 1º ciclo do ensino básico oficial e ainda sete externatos particulares cuja população correspondia, em 1990, apenas a 5% da população escolar, de acordo com levantamento feito pela equipa P.D.M..

A grande maioria das escolas do ensino oficial, 26 (76%), segundo dados de 1991/92, fornecidos pela Delegação Escolar do Seixal, funciona em dois turnos, obrigando, em casos extremos, ao recurso à utilização de espaços não destinados a sala de aulas. Apesar do esforço considerável de política de construção, arranjo e conservação que a Câmara tem levado a efeito a partir da década de 80, tendo ainda já em 1991 construído mais um sala de aulas em Vale de Milhaços, algumas escolas encontram-se numa situação de sobreocupação. Para uma taxa de cobertura de 100%, com as escolas a funcionar em regime normal - num único turno e sem desdobramentos - e com a ocupação máxima de 25 alunos por turma, há ainda um défice de salas de aulas considerável, sobretudo nas zonas de Amora, Arrentela e Corroios.

Quanto a equipamento complementar, de acordo com o levantamento de 1990 acima referido, verificou-se uma grande carência no que diz respeito a campos de jogos, mas por outro lado constatou-se que um número significativo de escolas, 23 (67%), tinha ginásios, o que se explica pelo facto da maior parte das escolas ser tipo P3, cuja tipologia inclui sempre este tipo de equipamento. No que diz respeito a cantinas a taxa de cobertura actual (1992) é também de 67%.

Como resultado da implementação de programas de obras de conservação (colocação de novas redes, pinturas, impermeabilização, etc.), levada a efeito pela Câmara Municipal, o parque escolar do 1º ciclo apresenta-se em geral em bom estado de conservação.

Segundo dados fornecidos pela Federação Regional de Setúbal das Associações de Pais (FERSAP), no ano lectivo de 1991/92, existiam associações de pais em sete escolas do 1º ciclo, que se encontravam representadas no Secretariado das Associações de Pais dos Concelhos de Almada e Seixal (SAPCAS).

#### 7.1.2.- 2º e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário

**QUADRO 6: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR DO 2º CICLO ENSINO BÁSICO DE 1986 a 1992**

ANO LECTIVO	86/87	87/88	88/89	89/90	90/91	91/92
FREGUESIA						
AMORA	2352	2324	2289	2212	2108	1869
ARRENTELA	1361	1494	1458	1434	1405	1380
CORROIOS	1642	1557	1777	1724	1718	1599
PAIO PIRES	—	—	—	—	—	—
SEIXAL	—	—	—	—	—	—
CONCELHO	5355	5375	5524	5370	5231	4848

Fonte: Secretariado dos Conselhos Directivos das escolas da Área Pedagógica 12 (Almada/Seixal)

Apesar de no ano lectivo de 1987/88 ter havido, no Concelho, um ligeiro acréscimo da população escolar do 2º ciclo, relativamente a 1986/87, a partir deste ano começa a verificar-se um decréscimo, passando a população escolar de 5 355 alunos, em 1986/87, para 4 848, em 1991/92

**QUADRO 7: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR DO 3º CICLO E ENSINO SECUNDÁRIO DE 1986 a 1992**

ANO LECTIVO	86/87	87/88	88/89	89/90	90/91	91/92
FREGUESIA						
AMORA	4369	5143	5114	5149	6205	6442
ARRENTELA	1498	1867	2151	3786	2820	2972
CORROIOS	1987	1913	1878	1595	1635	1655
PAIO PIRES	—	—	—	—	—	—
SEIXAL	—	—	—	—	—	—
CONCELHO	7854	8923	9143	10530	10660	11069

O crescimento constante que se tem vindo a verificar na população escolar do 3º e do ensino secundário, que passou de 7 854 alunos em 1986/87, para 11 069 em 1991/92, não foi acompanhado pelo crescimento do parque escolar, tendo como consequências a sobreocupação de escolas e a deslocação compulsiva de alunos para escolas do concelho de Almada, calculados pelo Sector de Ensino da Câmara Municipal do Seixal, no ano lectivo de 1990/91, em cerca de 1100.

**QUADRO 8: ESCOLAS PREPARATÓRIAS, C+S E SECUNDÁRIAS (1992)**

FREGUESIA	NÚMERO DE ESCOLAS		
	ENS. PREPARATÓRIO	ENS. SECUNDÁRIO	C+S
AMORA	1	2	2
ARRENTELA	2	2	—
CORROIOS	2	2	—
PAIO PIRES	—	—	—
SEIXAL	—	—	—
CONCELHO	5	6	2

Fonte: Secretariado dos Conselhos Directivos das escolas da Área Pedagógica 12 (Almada/Seixal)

Para além da sobreocupação, verificada sobretudo no 3º ciclo e secundário, os principais problemas que afectam o funcionamento das escolas destes níveis de ensino são: a carência de instalações desportivas; a degradação de alguns edifícios, situação em parte originada pela existência de um grande número de salas de aulas a funcionar em instalações provisórias (pavilhões pré-fabricados), que já ultrapassaram o tempo de duração previsível; carência de instalações de apoio para actividades específicas, como laboratório e anfiteatros; deslocações de população escolar (3º ciclo e secundário), dentro do Concelho e para fora do Concelho.

No diagnóstico e na tentativa de encontrar soluções para estas situações, junto das estruturas responsáveis, tem tido um papel importante o Secretariado dos Conselhos Directivos da Área Pedagógica 12 (Almada-Seixal), surgido nos finais da década de 70,

mas não institucionalizado na estrutura orgânica do sistema educativo português. Também as dez associações de pais existentes, em 1991/92, nas escolas destes níveis de ensino (segundo informação da FERSAP), bem como a população discente e docente destes estabelecimentos e os vários órgãos autárquicos do Concelho, têm divulgado estas situações e reivindicado soluções.

### 7.2- Ensino Técnico

No âmbito do ensino secundário existiam no ano lectivo de 1991/1992 três cursos técnico - profissionais e um profissional: Curso Técnico - Profissional de Electrónica, na Escola Secundária do Fogueteiro; Curso Técnico de Contabilidade e Gestão, na Escola Secundária da Amora; Curso Técnico - Profissional de Manutenção Mecânica, na Escola Secundária nº1 do Seixal; Curso Profissional de Auxiliar Administrativo, na Escola Secundária nº1 do Seixal.

O Centro de Formação Profissional do Seixal, do Instituto de Emprego e Formação Profissional, com uma área de influência alargada a outros concelhos, ministra cursos técnico - profissionais de domínios muito variados, que vão da construção civil à gestão de recursos humanos.

Não existe no Concelho qualquer Escola Profissional com cursos de nível 2 e 3, podendo considerar-se, tendo em atenção as características socio-económicas do mesmo, que o ensino técnico tem uma expressão muito pouco significativa.

Não existe qualquer estabelecimento do ensino superior no Concelho, havendo no entanto dois protocolos de colaboração celebrados entre a Câmara Municipal e duas escolas do ensino superior do distrito de Setúbal - a Escola Superior de Educação de Setúbal e a Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Nova de Lisboa. O protocolo com a primeira escola, celebrado a 10 de Dezembro de 1987, surge no âmbito do desenvolvimento dos Projectos Eco II e Formação em Exercício, e com a segunda, celebrado em 22 de Março de 1991, surge no âmbito do Projecto Minerva.

### 7.3.- Coordenadora Concelhia de Extensão Educativa

Estrutura local da Direcção Geral da Extensão Educativa, composta por uma equipa de cinco professores do 1º ciclo, em regime de destacamento, no ano lectivo de 1986/87, e por quatro no ano lectivo de 1992/93 tem vindo a desenvolver um conjunto amplo de



actividades, no âmbito das suas funções, procurando "*fazer uma ligação, cada vez maior, à vida comunitária, contribuindo para o desenvolvimento local através de alfabetização, formação geral e formação profissional*" (C.C.E.E. p.2).

Num Concelho com uma taxa de analfabetismo literal calculada, em 1990 - por trabalho realizado pela C.C.E.E. - em cerca de 10%, foram realizadas, durante os anos lectivos de 1986/87 a 1991/1992, 153 cursos de alfabetização com um total de 2 303 participantes, em locais diversos como escolas primárias, juntas de freguesia e colectividades de cultura e recreio.

No que diz respeito ao 2º ciclo - ensino recorrente - durante o mesmo período, criaram-se 29 turmas para 854 inscritos.

Procurando "*valorizar o trabalho manual e promover o auto-emprego*" (ibidem, p. 5), a Coordenadora realizou, durante o período que tem vindo a ser considerado, 11 cursos sócio - profissionais para 196 inscritos. A partir do ano lectivo de 1988/89 e até 1991/92 promoveu 34 cursos de formação profissional, de nível 1, visando a melhoria profissional e o auto-emprego.

Sob a designação de "Acções de Intervenção no Meio", de acordo com documentação fornecida pela Coordenadora, a mesma promoveu, no período acima considerado, diversas actividades, muitas delas em parceria ou com o apoio de instituições do Concelho, sobretudo a Câmara Municipal cujo apoio "*tem sido, e continua a ser, imprescindível para o desenvolvimento de toda a planificação da Extensão Educativa*" (ibidem, p.16). Como ilustrativas desta intervenção destacam-se as seguintes actividades: recolha oral - "Artes e Ofícios em Extinção no Concelho, Costumes e Tradições"; feiras do livro; exposições de trabalhos realizados pelos formandos ou de divulgação cultural; ciclo de cinema; programa de rádio; visitas de estudo; intercâmbio cultural com outras C.C.E.E., de que tem resultado visitas de formandos do Seixal a outros concelhos e recepção no Seixal de formandos dos concelhos visitados; colóquios abertos a toda a comunidade local; edição de cadernos culturais (Provérbios, Jogos Tradicionais e Adivinhas) e jogos florais; animação de bibliotecas; animação cultural ou recreativa - Cantar das Janeiras. Importa ainda referir, pelo carácter de ineditismo que reveste, o projecto "O Combate ao Analfabetismo Regressivo e Funcional", apresentado em 1991/92 como uma nova vertente dos cursos socio-profissionais, em que são utilizadas duas das quatro horas diárias previstas para estes cursos.

Pensamos poder concluir que a intervenção da C.C.E.E. do Seixal tem ido ao encontro do objectivo por si explicitado de "*contribuir para o desenvolvimento da comunidade local, através de acções de meio ( ... ) despertando, desenvolvendo e fazendo adquirir*

*competências e valores de modo a tornar cada indivíduo um agente participativo na sociedade" (ibidem, p.2).*

## 8 - A Câmara Municipal do Seixal enquanto órgão autárquico

### 8.1 Composição do executivo, estrutura orgânica e quadro de pessoal

**QUADRO 9: COMPOSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL NOS MANDATOS DE 1986/90 e 1990/94**

	1986/88	1990/94
CDU (a)	6	5
PS	2	2
PSD	1	2

a) Em 1985 concorreu como APU e em 1989 como CDU

Nas eleições autárquicas de Dezembro de 1985 a A.P.U., coligação política que tem como partido maioritário o P.C.P., obtem a maioria absoluta na votação para a Câmara Municipal, à semelhança do que acontece para as Assembleias de Freguesia e Assembleia Municipal. Como resultado destas eleições o executivo camarário ficará composto, conforme se pode observar no quadro 9, por seis eleitos da A.P.U., um dos quais será o Presidente da Câmara, dois do P.S. e um do P.S.D..

Com as eleições autárquicas de Dezembro de 1989, a coligação que integra como partido maioritário o P.C.P., agora com a sigla C.D.U., embora diminuindo a sua votação em termos absolutos e percentuais, só não mantém a maioria absoluta na Assembleia de Freguesia de Corroios, continuando, no entanto, a ser presidente desta Junta de Freguesia um eleito da C.D.U.. A Câmara Municipal ficará (ver quadro ) com cinco eleitos da C.D.U., dois do P.S. e dois do P.S.D.. Para além do Presidente, que vem exercendo estas funções desde as primeiras eleições autárquicas depois do 25 de Abril (1976), dois outros eleitos por esta coligação transitam dos dois anteriores mandatos.

Esta continuidade pessoal, com estabilidade partidária, no executivo camarário, parece configurar uma carreira política local, o que vai ao encontro da tendência nacional já confirmada por estudo realizado sobre esta matéria (Mozzicafreddo et al,1991, p.23).

Para além do Presidente, exercem funções em regime de tempo inteiro quatro vereadores, todos da C.D.U., embora todos os vereadores desempenhem funções em pelouros, de acordo com deliberação do executivo de 19 de Janeiro de 1990 que cria os seguintes pelouros, correspondentes às grandes áreas das atribuições municipais: Administração e Coordenação Geral; Planeamento, Habitação e Urbanismo; Infraestruturas e Rede Viária; Ambiente, Transporte e Equipamento Urbano; Educação, Cultura, Desporto e Juventude; Saúde, Segurança Social e Protecção Civil.

De acordo com a última reestruturação orgânica oficial da Câmara, cujo organigrama se apresenta no anexo, as unidades estruturais da mesma são: quatro departamentos, vinte e duas divisões, um serviço e quatro sectores, a que corresponde (em 1992) um efectivo de 890 pessoas, entre trabalhadores do quadro e trabalhadores a termo certo, sendo assim a Câmara um dos maiores empregadores do Concelho.

## 8.2 - A dinâmica da gestão camarária de 1986 a 1992

### 8.2.1 - As prioridades da intervenção camarária

O crescente surto demográfico que se verificou no Concelho a partir da década de 60, que chegou a atingir, no período de 70/80, a taxa mais elevada de crescimento da população residente na Área Metropolitana de Lisboa, conduzirá ao aparecimento de um número considerável de alojamentos clandestinos e de loteamentos de origem ilegal, que criarão fortes desequilíbrios ambientais e graves problemas urbanísticos.

A dimensão destes problemas e a sua persistência no tempo - em 1991 os loteamentos de origem ilegal correspondiam a cerca de 32% da área total do Concelho - tornam inevitáveis que a realização de infra-estruturas básicas continuem a ser ainda hoje, passada a primeira fase de implementação do poder local democrático, uma das prioridades da gestão camarária, como o confirmam o discurso político do presidente do executivo e as percentagens das verbas gastas com as mesmas. No entanto, tomando com indicador de despesas em infra-estruturas as rubricas urbanização, saneamento e salubridade e rede viária (tendo como fonte as contas de gerência da Câmara), verifica-se que as verbas gastas nestas, sofreram um decréscimo de cerca de 20% de 1986 (com 61,92%) para 1992 (com 42,65%).

A educação, cultura, desporto e recreio é outra área de intervenção considerada prioritária nos discursos dos responsáveis, e a que corresponde de facto, durante o período que se tem vindo a considerar (1986/1992), uma significativa verba do orçamento camarário e

uma importante actividade. Como refere o Presidente da Câmara na introdução ao Plano de Actividades de 1989 *"A área da cultura (em que esta incluída a educação), desporto e recreio será de novo sublinhada no investimento, representando 33% das despesas orçamentais. Desde 1974 que o Poder Local Democrático tem entendido esta área de intervenção como prioritária, a par das infra-estruturas básicas "* (p. 4.). Particularmente significativas nesta área são: a acção educativa da Câmara, objecto central deste trabalho e o apoio da mesma às colectividades de desporto, cultura e recreio.

Assumindo os actores sociais responsáveis pela política camarária que o executivo deve *"ser um motor de desenvolvimento e progresso social "* (P. A. O., p. 1), ao elegerem como uma das prioridades deste órgão a área da educação, cultura, desporto e recreio, privilegiam uma determinada dimensão do desenvolvimento. Porém, nos P. A. O.s, só a partir de 1990 há preocupações de referir como paradigma de desenvolvimento seguido, o *"desenvolvimento integrado"*, mas sem uma caracterização teórico-conceptual explícita, que apenas será esboçada no P. A. O. de 1991, na introdução do Pelouro de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, em que, a propósito dos princípios que têm norteados a actividade da Câmara, se refere a *"concepção de desenvolvimento integrado, conjugando as vertentes económica, social, cultural e turística, privilegiando a sua dimensão humanística"* (p. 19), embora se deva referir que já no regulamento dos serviços municipais de 1988, se atribui como função destes *"promover a melhoria de condições de vida das populações e o desenvolvimento económico, social e cultural do Município "*

Em relação à dimensão económica do desenvolvimento no Concelho, na introdução aos P.A.O.s, afirma-se várias vezes a responsabilidade do poder central na dinamização do mesmo e reconhece-se a necessidade de incentivar a iniciativa privada, mas, como se diz na introdução ao R.A.C.G.de 1986, *"A vertente sócio-económica da actividade municipal é decisiva. ( . . . ). Há uma especial atenção da Câmara - que caracterizou o ano de 1986 e terá seguimento nos próximos anos - em relação às actividades económicas, pretendendo a Câmara contribuir para a sua saúde, impulsionar a implantação de indústrias e actividades comerciais no Concelho, prioritar e facilitar a produção de lotes industriais "* (p.6).

A criação do Gabinete de Desenvolvimento Económico, com direcção e superintendência do presidente da Câmara, ilustra a preocupação com esta área de intervenção.

Outra grande área de intervenção que tem merecido uma atenção particular da Câmara tem sido a defesa do meio ambiente, sobretudo a partir de 1988, ano em que se inicia a primeira fase das obras do Plano Geral de Saneamento, em que está incluída a despoluição da Baía Natural do Seixal e a recuperação das suas zonas ribeirinhas. O aumento percentual das despesas da rubrica parques e jardins que passou de 3,41% em

1986, para 6,23% em 1992, a existência de um pelouro do Ambiente, Transportes e Equipamento Urbano a partir de 1990 e as actividades desenvolvidas no âmbito da educação ambiental, de que nos ocuparemos no capítulo seguinte, constituem indicadores da preocupação crescente do executivo camarário com a defesa do meio ambiente.

### 8.2.2 - Alguns princípios orientadores da gestão camarária

Do discurso político do Presidente da Câmara emerge uma preocupação com a gestão democrática do executivo, assente na criação de condições para a participação, nessa gestão, da população, dos trabalhadores autárquicos e dos eleitos - aquilo que ele considera a "triologia fundamental do trabalho autárquico". Esta preocupação traduz-se na prática na atribuição de funções a todos os vereadores, enquadrados nos respectivos pelouros - com a limitação de que só exercem funções a tempo inteiro os eleitos pela C.D.U.- e num diálogo directo e regular destes, na sua função de planificação e de execução, com os trabalhadores autárquicos, as comissões de moradores, as colectividades do concelho, as juntas de freguesia e outras instituições representativas da comunidade local/municipal. Como afirma o presidente da Câmara na introdução ao P.A.O. de 1989 *"Não existem Planos de Actividades perfeitos, os mais participados, atendendo aos meios disponíveis, são os melhores"* (p. 3).

O incentivo ao trabalho voluntário e colectivo dos munícipes organizados autonomamente, apoiando estes de formas diversas (comparticipação financeira, empréstimo de máquinas, oferta de projectos, etc.) nas actividades que se propõem levar a efeito, no sentido de melhorar a sua qualidade de vida, é um princípio estratégico que tem orientado a intervenção camarária.

O montante da transferência de verbas da Câmara para as juntas de freguesia, no âmbito da descentralização de competências, ultrapassando, no período que temos vindo a considerar (1986/1992), o dobro do mínimo que a lei estipula, é um exemplo ilustrativo da aplicação do princípio da descentralização consagrado no Regulamento dos Serviços Municipais, e assumido como prática da gestão da Câmara no discurso político do seu presidente, como faz na introdução ao P.A.O. de 1989, onde refere que *"a descentralização para as Juntas de Freguesia no nosso Concelho, para além das atribuições largamente ultrapassadas, tiveram como limites apenas a capacidade de realização de cada órgão - uma realidade impar a nível nacional"* (p. 4). Resta saber se haverá ou não realidades próximas desta, para confirmar o carácter "impar" da mesma.

A reivindicação da autonomia do poder local face ao poder central e a não aceitação e denúncia de medidas coercivas da afirmação do poder local e regional, como a não aplicação da lei das finanças locais e o adiamento da criação efectiva das regiões, são assumidos como princípios orientadores da estratégia de intervenção camarária.

*"Município do Seixal, município em relação"*, é outro princípio estratégico orientador da intervenção camarária, que se traduz na integração do Município em organizações regionais ou nacionais, onde tem desempenhado algum protagonismo, como a Associação de Municípios dos Distritos de Setúbal, cujo primeiro presidente foi o actual presidente da Câmara do Seixal, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, e outras onde tem emprestado a sua colaboração, como o movimento ZLAN (Zona Livre de Armas Nucleares), a Região de Turismo da Costa Azul e a participação nos órgãos da Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Da aplicação deste princípio tem decorrido a participação em projectos intermunicipais, como a construção a E.T.A.R. da Qta. da Lomba, com a Câmara de Almada, e regionais, num diálogo institucional preocupado com a coordenação e rentabilização dos recursos existentes, com vista à melhoria da qualidade de vida da comunidade municipal. Estão neste caso a cooperação com o Plano Integrado do Desenvolvimento do Distrito de Setúbal (P.I.D.D.S.) e o aproveitamento máximo dos fundos comunitários decorrentes da aplicação da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal (O.I.D./P.S.), surgida no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio ao Plano de Desenvolvimento Regional - 1989-1993, que definiu para esta operação os seguintes objectivos: redução da taxa de desemprego; desenvolvimento diversificado da economia local com a introdução de novas tecnologias e a diminuição dos custos de produção; desenvolvimento de novas formas de gestão e de formação profissional.

O Plano Director Municipal do Seixal - da responsabilidade técnica de uma equipa interna, constituída para o efeito - já em fase final de acabamento, instrumento essencial de planeamento que define a estratégia do desenvolvimento do Município, também é perspectivado tendo em conta a necessidade de integração nas dinâmicas intermunicipais e regionais, que têm subjacentes a optimização dos recursos existentes. Como se diz no P.A.O. de 1988 "os municípios não são ilhas isoladas e o futuro desenvolver-se-á cada vez mais na prática intermunicipal"(p. 4).

Em síntese o Concelho de Seixal, periferia da grande cidade de Lisboa e como sistema aberto em interrelação com a mesma, é um paradigma do fenómeno do crescimento explosivo que se verificou nas últimas décadas na Área Metropolitana de Lisboa.

Este crescimento levou a uma transformação profunda da sua estrutura urbana, com consequências significativas no desenvolvimento e características das actividades económicas, no tecido social e no ambiente.

A necessidade de resposta em equipamentos colectivos/sociais a esta explosão colocou um desafio à administração central e local, cuja resposta não parece ter sido suficiente, face à carência destes equipamentos, apesar do empenho e da vitalidade que a Câmara do Seixal tem demonstrado na resolução de problemas, na área das suas competências.

O acelerado crescimento populacional vai conduzir a um dos fenómenos mais marcantes da vida do Município - a proliferação dos loteamentos ilegais.

Estes loteamentos que surgem sem obedecer a qualquer critério urbanístico, acabam por se transformar em áreas urbanas à custa de pesados encargos para a administração local, que se vê obrigada a encontrar respostas para a infraestruturação destes espaços, em desfavor de outra área de intervenção.

Num quadro como este, torna-se difícil encontrar um ritmo de construção de equipamentos colectivos suficiente, face às necessidades do ensino e da assistência social.

Apesar do empenhamento e da vitalidade da administração local na construção de grande número destes equipamentos, sobretudo no que diz respeito aos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo e a algum equipamento cultural e recreativo, o Concelho encontra-se carente sobretudo de equipamentos ao nível da saúde, assistência social a crianças e idosos e do ensino em geral.

Este Conselho assiste nas últimas décadas ao declinar do tráfico fluvial e ao abandono da actividade piscatória, acentuando-se o peso do sector secundário e terciário resultante do aumento considerável da sua área urbana.

A dinâmica de crescimento do sector secundário e terciário, está associada ao crescimento progressivo da população imigrante que em 1980 representava mais de metade da população do Concelho (58%), associando-se por sua vez ao rejuvenescimento e à evolução positiva do saldo fisiológico.

Como característica socio-económica deste Concelho, ressalta a sua dependência relativamente ao exterior, sobretudo de Lisboa agravada pelo problema de acessibilidade a esta cidade.

Esta dependência relativamente ao exterior verifica-se também no ensino superior e mesmo no 3º ciclo e secundário.

Embora não possuindo um património monumental significativo (para além dos Moinhos de Maré), o Concelho conserva, como traços significativos da sua identidade, vestígios que constituem um importante património histórico e cultural. No que diz respeito ao património natural, apesar das profundas transformações a que o Concelho tem estado sujeito, matém-se ainda como importante património de grande valor ecológico a Baía do Seixal e o sapal e áreas envolventes, cuja recuperação e valorização tem merecido por parte da Câmara uma especial atenção.

O forte peso da população residente originária de outros concelhos sobretudo do sul do País, não teve repercussões negativas num dos traços identificadores desta comunidade - o movimento associativo. Pelo contrário, parece ter contribuído para a sua revitalidade, como o indiciam algumas das novas associações com marcas das regiões dos seus associados, como é por exemplo o caso dos grupos corais alentejanos.

Importante foi sem dúvida, para a revitalização do momento associativo - o surgimento do poder local democrático.

A Câmara Municipal do Seixal, atribuindo ao trabalho colectivo em geral, e em particular ao movimento associativo, um papel fundamental na vida do Concelho, tem tido como um dos princípios orientadores da sua intervenção o apoio ao movimento associativo e a criação de condições para a participação da população na resolução dos problemas da comunidade.

Preocupada com a tendência para a subalternização do concelho do Seixal, relativamente a Lisboa e com a coesão e identidade da comunidade municipal, a Câmara apoiada na confiança que a população lhe tem vindo a dispensar, tem procurado para além das respostas às carências estruturais básicas, privilegiar como área de intervenção a Educação, Cultura, Desporto e Recreio. Esta preocupação associada à estratégia de criação de condições para a participação das populações na gestão da sua comunidade e à preocupação com a rentabilização de recursos endógenos, que não exclui a necessidade de integração em dinâmicas inter-municipais indicia uma opção por um paradigma de



desenvolvimento local, que não se identifica apenas com o crescimento económico e a satisfação das necessidades materiais, mas se preocupa com a dimensão cultural e educativa do desenvolvimento, tornando-se esta uma das áreas prioritárias de intervenção camarária.

# **CAPÍTULO 5**

Dimensões da Política Educativa da Câmara

## **Capítulo 5**

O objectivo central deste capítulo será encontrar resposta para a questão orientadora: quais as dimensões da política educativa da Câmara?

Para a clarificação desta questão torna-se, no entanto, necessária uma abordagem inicial que procure explicitar o quadro das decisões dos actores sociais responsáveis por essa política. Assim, tentar-se-á encontrar respostas para a seguinte questão prévia: como e por quem é definida e implementada a política educativa da Câmara?

Em seguida procurar-se-á explicitar os objectivos e os conteúdos estratégicos da acção educativa da Câmara, para verificar quais as dimensões da política da mesma e a concepção de educação que lhes está implícita.

Na abordagem dos conteúdos estratégicos da acção educativa da Câmara optou-se, por uma questão metodológica, por separar a intervenção desta no quadro do sistema regular de ensino e a sua intervenção fora deste quadro. No entanto, reconhece-se as dificuldades que esta separação comporta, tendo em conta a concepção de educação integrada e globalizante de que se parte e a possibilidade de potenciar a interacção escola - comunidade que decorre de se considerar a escola um subsistema da comunidade local em que se insere (CANÁRIO 1990, p. 45).

Sem nenhuma pretensão de fazer uma abordagem diacrónica da política educativa da Câmara durante este período (1986-1992), considerou-se a possibilidade de fazer emergir as diferenças, quando elas existam e sejam significativas, entre o período de 1986/89 e 1990/92, correspondentes a mandatos diferentes do executivo camarário e a diferentes vereadores responsáveis pelo respectivo pelouro.

### **1. Definição e implementação da política educativa**

#### **1.1 Organização estrutural e recurso humanos e materiais**

No que respeita à actual (Março de 1993) estrutura orgânica da Câmara é ao Departamento de Cultura, Desporto e Juventude que compete, essencialmente, a intervenção na área da educação, na concepção global que tem vindo a ser utilizada. Embora neste Departamento existam dois sectores - Sector do Ensino e Sector da Educação para a Saúde e Acção Social - cujos conteúdos funcionais se apresentam de uma forma mais explícita ligados à área da educação, a todas as divisões que compõem este Departamento competem responsabilidades nesta área, havendo mesmo nas suas funções referências explícitas ao

sistema regular de ensino, como por exemplo: "*Prestar apoio técnico e documental às bibliotecas escolares* ", função da Divisão de Bibliotecas e Arquivo Histórico Municipal; "*Cooperar e apoiar o desporto escolar* ", função da Divisão de Desporto e Equipamento Desportivo; "*Manter uma intensa e regular colaboração com a comunidade escolar do Concelho, de forma a potenciar a sua relevante função educativa*", função da Divisão do Património Histórico e Natural/Ecomuseu Municipal.

No ponto de vista político-administrativo as responsabilidades deste Departamento competem ao pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, cujas funções são desempenhadas fundamentalmente por um vereador da CDU em regime de permanência, embora a responsabilidades do pelouro sejam também de um outro vereador do PSD. O Sector de Educação para a Saúde e Acção Social deste Departamento está, no entanto, integrado no pelouro da Saúde, Segurança Social Protecção Civil, da responsabilidade de dois vereadores do PS.

As estruturas envolvidas na intervenção educativa da Câmara não se esgotam no Departamento e pelouros acima referidos, pois, para além da intervenção do Departamento de Obras Municipais - responsável pela implementação da política de construção e conservação do parque escolar - também serviços ligados ao Departamento de Saneamento Básico e ao Departamento de Engenharia, Arquitectura e Planeamento têm desenvolvido, por sua iniciativa ou como resposta a solicitações, actividades educativas.

Pelas actividades desenvolvidas na área da educação ambiental e pelo apoio em transportes (parque auto), merecem referência particular todos os serviços do pelouro do Ambiente, Transportes e Equipamento Urbano, que, além do Departamento de Obras Municipais - com exclusão da Divisão de Redes Viárias, Pavimento e Circulação - inclui: Sector de Sinalização e Trânsito; Divisão de Parque Auto; Divisão de Higiene e Limpeza; Departamento de Espaços Verdes e Lazer.

Ilustrativa da importância crescente que a Câmara tem vindo a atribuir à área de intervenção cultural, desportiva e recreativa em geral, e em particular à educação, é a transformação que se tem vindo a processar, nos últimos anos, nos seus serviços . Assim, com a reestruturação geral dos serviços em 1988 (Aviso-Reestruturação, Diário da República de 13-2-88), a Divisão de Cultura, Desporto e Juventude passa a Departamento do mesmo nome, compreendendo as seguintes divisões e sectores de actividade: Divisão de Animação Cultural; Divisão da Biblioteca e Arquivo Histórico Municipal; Divisão do Desporto e Equipamento Desportivo; Divisão do Património Histórico e Natural/Ecomuseu Municipal; Sector de Educação para a Saúde; Sector do Ensino; Sector da Juventude. De um total de trinta funcionários em 1987, enquanto divisão, passa para setenta em 1992, enquanto departamento, sendo significativo que o

Sector de Ensino passe de um técnico superior e um administrativo em 1986, para três técnicos superiores e três administrativos em 1992 (Fonte: Divisão de Informática, Organização e Métodos).

Indiciador da importância crescente que a Câmara vem atribuindo nos últimos anos à intervenção educativa é o facto de o pelouro da Cultura Desporto e Juventude passar, a partir de 1990, a designar-se por pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

As verbas gastas com a área global Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres - cujas actividades se enquadram no âmbito da concepção de educação que se tem vindo a considerar - e em particular com a rubrica "Educação" são um indicador da importância que os actores sociais responsáveis pela política da Câmara atribuem a esta área e confirmam o seu discurso sobre o privilégio que atribuem à mesma, considerando-a uma das prioridades da intervenção camarária.

**QUADRO Nº 10: COMPARAÇÃO DAS VERBAS GASTAS PELA CÂMARA COM A EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES, COM AS DESPESAS TOTAIS, EM UNIDADES DE MILHARES DE ESCUDOS E EM PORCENTAGEM**

ANOS	EDUCAÇÃO	CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES	TOTAL DO ORÇAMENTO	%DA EDUCAÇÃO E DESPORTO E TEMPOS LIVRES	TOTAL DA PORCENTAGEM ED. DESP. E TEMPOS LIVRES
1986	90 376\$	80 351\$	1 249 121\$	7,22+6,35	13,57
1987	130 695\$	236 542\$	1 943 424\$		18,18
1988	132 203\$	358 329\$	2 184 640\$	6,05+16,42	22,47
1989	157 000\$	714 900\$	2 992 630\$	5,23+23,85	29,08
1990	128 713\$	537 651\$	3 367 789\$	3,8+16,0	19,8
1991	300 735\$	590 629\$	4 330 993\$	6,94+13,64	20,58
1992	344 500\$	896 500\$	5 900 000\$	5,83+15,20	21,03

Fonte: Relatório e Conta de Gerência, com excepção dos anos 1989 e 1992 para os quais não se disponha desta fonte, tendo para esses anos sido utilizado o Plano de Actividades e Orçamento.

Como pode verificar-se pela observação do quadro, as verbas gastas, durante este período, com a Educação, Cultura, Desporto e Tempos Livres, com excepção do ano de

1986, ultrapassam sempre os 18% dos gastos totais, chegando no ano de 1989 a atingir o valor elevadíssimo de 29,08%. Mesmo considerando isoladamente a rubrica "Educação", com excepção do ano 1990, todos os outros anos apresentam valores superiores a 5%. Estas verbas são tanto mais significativas se tivermos em conta que nelas não estão incluídas os gastos em actividades educativas levadas a efeito pelo Sector da Saúde e Acção Social, que integra o Núcleo da Educação para a Saúde, e pelo pelouro do Ambiente, Transportes e Equipamento Urbano, que desenvolve as actividades já acima referidas.

Apesar das variações, em termos absolutos e percentuais, das verbas gastas nesta área, nos seis anos considerados - a que não são estranhas situações pontuais de necessidade de novos equipamentos - o peso percentual das mesmas está de acordo com o discurso dos responsáveis pela política camarária, quando referem ser esta uma área de intervenção prioritária, como acontece na introdução de quase todos os P.A.O.s dos anos que se têm vindo a considerar.

### 1.2. - Actores sociais responsáveis e estratégia de funcionamento

O ex-vereador responsável de 1986 a 1989 pelo pelouro da Cultura, Desporto e Juventude - assim designado na altura - respondendo à questão de quem definia e implementava a política educativa da Câmara refere que "*naturalmente quem definia era a Câmara Municipal e fazia-o em sede própria, portanto, através de propostas que eram apresentadas pelo pelouro da Cultura (...) . Dentro do Departamento quem definia , obviamente , era o vereador, mas fazia-o através de um programa, de um mecanismo de incorporação ou de apropriação de várias sensibilidades que fomos recolhendo no seio da comunidade educativa.Ao contrário do que se poderá pensar (...) não havia uma concepção feita exclusivamente no Departamento de Cultura, uma concepção alicerçada em grandes questões conceptuais, o que havia era um mecanismo com algum nível de pragmatismo (...) .Por outro lado acrescentava-se também a este mecanismo de síntese (...) o parecer que os técnicos da educação, da cultura, tinham sobre a matéria"* Procurando a acção educativa da Câmara "*ser não uma política camarária, mas uma política municipal "*, a sua implementação fazia-se em parceria com os agentes educativos do Concelho, disponibilizando a Câmara "*apoio financeiro, apoio logístico, apoio com viaturas, apoio gráfico "*.

**Participação, cooperação, parceria, trabalho conjunto, reuniões de coordenação/planificação** com os vários agentes educativos em particular, e a comunidade em geral, são referidas pelo ex-vereador como estratégias que orientavam a

acção educativa da Câmara, neste período de 1986/89, e que vão ao encontro dos princípios essenciais que emergem da análise dos Planos de Actividade e Orçamento correspondentes a este período. No P.A.O. de 1988 ao referir-se à intervenção cultural, numa concepção abrangente da intervenção educativa, afirma-se que *"a felicidade colectiva resulta, em larga medida, da participação de todos nas suas diversas manifestações"* (p. 9 e 10).

Exemplo ilustrativo da estratégia geral seguida pela Câmara na intervenção educativa, são os Planos de Acção Cultural e Pedagógica, designados por Planos de Acção Cultural a partir de 1989/90.

Da iniciativa da Câmara, este plano que surge pela primeira vez em 1983/84 e que se julga ser uma inovação e um processo pioneiro a nível nacional, é elaborado até 1986/87 em cooperação com as escolas dos ensinos preparatório (2º ciclo) e secundário (3º ciclo e secundário) e a partir desta data com a cooperação das escolas do ensino primário (1º ciclo), apresentando-se o "Plano de Acção Cultural 1991/92" como da "Câmara Municipal do Seixal e Escolas dos ensinos básicos e secundário".

Na proposta de Plano de Acção Cultural e Pedagógica para o ano lectivo de 1988/89, aprovada pela Câmara, refere-se que *"À semelhança do ocorrido em anos anteriores, também no decurso do presente ano lectivo de 1988/89 a exemplar colaboração existente entre as autarquias e as instituições escolares do concelho do Seixal será desenvolvida num quadro de um Plano de Acção Cultural e Pedagógica, que dá conta dos programas e iniciativas comuns mais significativas e com maior repercussão na vida comunitária. (...)"*

*O Plano que se submete à apreciação da Câmara foi elaborado em colaboração com os representantes da comunidade escolar - Conselhos Directivos, Conselhos Pedagógicos, AAEE, A. de Pais, representando uma síntese das suas propostas e sugestões. É neste estilo de trabalho, privilegiando o exame e debate conjunto dos problemas, coordenando formas de intervenção, integrando a contribuição de todos, que a Câmara Municipal do Seixal se reconhece."*

A orientação estratégica sobre a definição e implementação da política educativa da Câmara, a partir de 1990, apesar de ter mudado um dos principais actores sociais responsável pela mesma - o vereador do respectivo pelouro - mantém-se no essencial, como o ilustram as análises das entrevistas com o actual vereador do pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, com o responsável pelo Sector de Ensino, com alguns parceiros educativos da Câmara, bem como a análise dos P.A.O. s e dos Planos de Acção Cultural deste período.

A propósito desta orientação o actual vereador diz:

*"procuramos que, de facto, a definição da política a nível concelhio assente efectivamente numa participação por inteiro dos agentes educativos, ou seja, há um diálogo muito profundo, muito regular com as escolas, com os conselhos directivos, com os órgãos de gestão, com as associações de pais, com as associações de estudantes - diálogo em termos institucionais ou também com as várias áreas de actividade da escola dos agentes educativos, em relação aos projectos concretos. (...)*

*A implementação tem um pouco também este tipo de corpo, ou seja, a Câmara não substituiu o papel dos agentes educativos, a Câmara (...) quer efectivamente participar como parceiro no processo educativo do Concelho, em sentido lato, e só no momento seguinte ser um recurso, no quadro das suas atribuições e competências e, antes de mais, no quadro do que é a sua política neste domínio ."*

O responsável pelo Sector do Ensino confirma, na sua entrevista, a mesma orientação estratégica, embora faça ressaltar um maior protagonismo da Câmara na dinamização da comunidade educativa, e em particular do Sector de Ensino. A este propósito diz que *"a Câmara apresenta-se claramente como um polo aglutinador e tem um papel extremamente importante na dinamização da comunidade educativa "*, para mais adiante afirmar que o Sector de Ensino acaba por ser *"uma componente importante da política geral do Departamento e da Câmara em geral. A metodologia geral do Plano de Actividades da Câmara (para esta área), assenta principalmente, numa auscultação das propostas, que os serviços fazem. Nesse sentido, compete ao Sector de Ensino preparar os principais dossiers da área da educação: prioridades; investimentos em termos de parque escolar; programas de apoio aos A.T.L.s; programas de dinamização e animação cultural; apoios aos agentes educativos; programas de formação; (...)* . Num segundo momento estes projectos são discutidos em conjunto com o director de Departamento e a própria administração, portanto o vereador, e nesse quadro são explicitados os objectivos mais gerais, da autarquia, desta área, e de que modo é que eles se inserem também nas preocupações do Plano da própria autarquia". Relativamente à cooperação da Câmara com instituições educativas, o responsável pelo Sector de Ensino tenta caracterizá-la como uma cooperação *"que de facto tem também ... o movimento das solicitações das próprias instituições relativamente à Câmara, na medida em que há aqui um processo dialéctico, circular, porque a autarquia desde muito cedo manifestou uma grande abertura para apoiar as dinâmicas locais e ela própria ter programas específicos de intervenção na área da educação, no campo da formação, no campo da animação pedagógica, que para os executar mobilizava alguns agentes educativos, escolas e outras estruturas ; e num segundo momento não há dúvida que são as próprias instituições que vendo o poder local*



*aparecer como um recurso e também um agente, é nessa dupla dimensão que a autarquia do Seixal se assume, (...) elas próprias apresentam projectos".*

As entrevistas com os parceiros educativos da Câmara confirmam os princípios estratégicos da intervenção educativa desta, emergentes das entrevistas a que se tem vindo a fazer referência, sendo significativo que em duas daquelas entrevistas - com o presidente do Conselho Directivo da Escola Preparatória de Corroios e com presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária do Seixal nº1 - se refiram os P.A.C.s como ilustrativos da estratégia seguida pela Câmara nesta área.

Também os P.A.O.s e os P.A.C.s a partir de 1990 confirmam a continuidade da estratégia de intervenção da Câmara. Assim, no P.A.O. de 1991, na introdução ao plano do pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, reforça-se a ideia que a política cultural - na concepção abrangente de política educativa - deve "*resultar da intervenção de várias entidades e formular-se no quadro de debates alargados, procurando na confluência de aportações diversas o fundamento das opções tomadas*" (p.19). No P.A.C. de 1991/92 pode ler-se que estes planos "*são a expressão de uma dinâmica própria de cooperação entre os diferentes agentes educativos que de forma progressivamente articulada têm vindo a conceber projectos abertos à comunidade ...*".

## **2 - Objectivos da política educativa**

Para além dos objectivos que decorrem das atribuições e competências que a lei lhe comete, a nível do sistema educativo, a intervenção da Câmara nesta área norteia-se por um conjunto de objectivos, nem sempre claramente explicitados e enquadrados teoricamente e, como o afirma o ex-vereador deste pelouro, resultantes muitas vezes "*dos entendimentos que os agentes educativos tinham relativamente àquilo que importava fazer no espaço municipal*", chegando a ultrapassar as suas atribuições e competências.

Em termos globais a política educativa da Câmara, no que diz respeito ao sistema regular de ensino, no período que decorre de 1986 a 1990, nas palavras do vereador responsável na altura pela respectiva área, "*procurava fazer a síntese das necessidades da comunidade educativa (...), quer no plano do desenvolvimento das qualificações dos recursos materiais do sistema educativo (...), quer no domínio da inovação pedagógica, da formação contínua, e, ligada a estas duas coisas, a experiências da ligação da escola à comunidade*".

Reconhecendo a situação a que se tinha chegado, em meados da década de 80, relativamente a degradação e falta de equipamentos, a nível do 1º ciclo do ensino básico, a

Câmara assumiu como um objectivo prioritário a expansão deste parque escolar e a sua qualificação, avaliando o ex-vereador a consecução deste objectivo "*como um grande sucesso da política municipal de investimento público na área da educação*", sabendo-se, embora, que, como já atrás foi referido, existem, em 1992, algumas carências neste tipo de equipamento.

Neste período, no entanto, os objectivos da Câmara alargavam-se a todo o sistema regular de ensino, visando a Câmara envolver-se, como o refere o ex-vereador, "*nos projectos de transformação que respondessem sobretudo ao desenvolvimento das áreas extra-curriculares*". Objectivo claramente explicitado, em documento da Câmara (C.M.S.,1988), era o de desenvolver uma fecunda cooperação com os estabelecimentos de ensino locais de modo a "*corporizar princípios e valores que há varios anos têm orientado a política autárquica neste domínio*:"

- *Abertura da escola à comunidade;*
- *Ligação do ensino à história e realidades locais;*
- *Colaboração das instituições de ensino formais e não formais no acto educativo;*
- *Inovação pedagógica e curricular* " (ibidem. p. 7).

Embora reconhecendo que o acto educativo não se esgotava nas instituições de ensino formal (ibidem, p.10), a intervenção da Câmara nesta área norteava-se essencialmente por um quadro conceptual que privilegiava a acção junto das escolas, enquanto sub-sistemas integrados no sistema comunidade e no entendimento de que :

1 - A escola se poderia transformar num espaço de liberdade, de convivência, de criatividade e de avaliação crítica do real, proporcionando o desenvolvimento integral da personalidade, promovendo os valores da paz e da tolerância e tornando-se num factor de progresso socio-cultural e de tomada de consciência de especificidades e identidades regionais (ibidem, p. 9 e 10 e P.A.C.P.1988/1989);

2- A escola, como refere o ex-vereador na sua entrevista, tem virtualidades como pólo de animação pedagógico-cultural na comunidade, primeiro na comunidade que tem dentro de si e depois no espaço envolvente em que se integra, podendo articular a sua acção com outras instituições de animação pedagógico-cultural, existentes no mesmo espaço comunitário.

Esta concepção de escola pressupõe, como se refere no P.A.C. de 1988/1989, *"a necessidade da cooperação entre as instituições formais e não formais na realização da acto educativo e a efectiva integração da escola na vida comunitária"*.

Apostar nas virtualidades de animação pedagógica, cultural, desportiva e recreativa das instituições comunitárias, com vista a facilitar o contributo destas para o aumento da coesão social, para as solidariedades sociais, eram um dos objectivos fundamentais da intervenção camarária. Como refere o ex-vereador *"Num Concelho que crescia, aprofundar as coesões, as solidariedades sociais, era um objectivo fundamental para fazer a cidade, ou seja, juntar os cidadãos, criar uma auto-imagem municipal. Nós achávamos (...) que a escola tinha aí um papel a desempenhar"*.

Associando a melhoria do sistema educativo à melhoria das condições de vida da população do Concelho e considerando *"o papel decisivo da educação para enfrentar com êxito os desafios do desenvolvimento e da modernidade"* (C.M.S., 1988,p. 9), a Câmara reconhecia a necessidade da dimensão educativa do desenvolvimento local, atribuindo um papel especial à intervenção dos estabelecimentos de ensino nesse desenvolvimento. A este propósito o ex-vereador refere que *"é altamente rentável para os objectivos camarários que visam a melhoria das condições de vida das populações, isto é, o desenvolvimento local, intervir também no sistema educativo (...) .O papel cometido aos estabelecimentos de ensino, relativamente ao desenvolvimento local, não pode se substituído por nenhuma outra instituição"*.

Das análises das entrevistas ao actual vereador e ao responsável pelo Sector de Ensino, bem como da análise dos P.A.O.s, R.A.C.Gs. e P.A.C.s, verifica-se que a intervenção da Câmara, no que diz respeito aos seus grandes objectivos na área educativa, não sofre alterações significativas a partir do novo mandato iniciado em 1990, como refere o actual vereador há *"um percurso sequencial, construído ao longo do tempo"*. A excepção mais notória diz respeito à prioridade relativamente à construção do parque escolar do 1º ciclo que é considerada *"uma questão ultrapassada"*.

A melhoria das condições de vida da população e o contributo para a sua fixação e integração na vida municipal, na busca de uma identidade comunitária, continuam a ser objectivos da intervenção camarária na área educativa, *"numa perspectiva em que a política educativa em relação ao Concelho assume um papel importante em termos de desenvolvimento global, no projecto integrado de desenvolvimento do Concelho"*, nas palavras do actual vereador.

Há no entanto uma intensificação na qualificação das condições de aprendizagem, no sistema local de ensino (melhoria de equipamento, formação de professores, etc.), e uma evolução qualitativa na clarificação do quadro conceptual que orienta a intervenção da Câmara relativamente aos objectivos nesta área, a que não é estranha, certamente, o aumento da qualificação técnico-profissional dos quadros da Câmara e a evolução recente da implementação da reforma curricular, que com os despachos 141/ME/90 (aprova o modelo de apoio à organização das actividades de complemento curricular) e 142/ME/90 (aprova o plano de concretização da área-escola e o seu modelo organizativo, e apresenta sugestões de estrutura) estabelece um quadro legal que procura clarificar e facilitar a dinâmica da relação escola/comunidade. Estes factores conjugados têm-se traduzido num crescente aumento de projectos educativos com intervenção na comunidade, em que a Câmara aparece como promotora, parceira ou colaboradora (recurso).

Esta situação, acompanhada por um alargamento do leque de parceiros educativos da Câmara, contribui para um aumento do protagonismo da Câmara do Seixal na educação comunitária em geral. A este propósito o actual vereador refere que: *"A nossa política educativa procura ser uma política dirigida à população em termos globais, tendo aqui diversos agentes importantes. Portanto, é uma política onde o movimento associativo tem também um papel importante, naturalmente, e onde, digamos, todas as outras instituições (...) devem participar nela, de uma forma mais ou menos directa. Procuramos construir cada vez mais este projecto de uma educação permanente, de uma educação abrangente em termos de população do Concelho, naturalmente que a escola tem aqui o primeiro papel"*.

Significativa da intencionalidade da abrangência e do carácter lúdico-pedagógico dos projectos em que a Câmara participa, é a referência feita pela directora da Escola Primária de Amora nº3, ao facto de nos projectos de escola, para além da Câmara, participarem sempre os pais que se associam à festa conjunta *"como acaba sempre qualquer projecto"*.

### **3 - Conteúdos estratégicos da acção educativa da Câmara**

#### **3.1 - Intervenção no quadro do sistema regular de ensino**

##### **3.1.1 - 1º Ciclo do E. B.**

No que diz respeito à intervenção no sistema público de ensino, houve sempre uma prioridade relativamente ao 1º ciclo do ensino básico, decorrente das obrigações que cometem à Câmara neste ciclo, ilustrada pelas entrevistas aos responsáveis camarários e à

directora da escola nº 3 da Amora, e confirmada pelos P.A.O.s e R.A.C.G.s dos anos que se têm vindo a considerar.

No período que decorre de 1986 a 1990, ano em que ainda se construiu uma sala de aulas, há um ritmo considerável de construção de novas escolas e salas de aula do 1º ciclo, que absorve muitas dezenas de milhares de contos do orçamento da Câmara, apesar desse ritmo não responder às necessidades totais da população escolar do Concelho deste nível etário.

Para além do apoio regular no plano das construções, equipamento, conservação e limpeza, material didáctico, acção social escolar e transportes escolares, nas palavras do ex-vereador, a Câmara apostou, a nível do 1º ciclo, *"no apoio a projectos que desenvolvessem áreas disciplinares expressivas (...) expressão dramática dentro da escola e em projectos de ligação da escola à comunidade, movimento e educação física ou movimento e drama (...) projectos de animação desportiva, que acontecem por todo o Concelho, a expressão plástica, a educação musical, portanto há projectos integrados (...) que a Câmara desenvolvia ou que a Câmara apoiava, e que apontavam para desenvolver estas componentes, sobretudo aquelas que tinham maiores virtualidades de promover a ligação a outros espaços para além da escola"*.

Referem-se como ilustrativas da intervenção da Câmara, neste período (até 1990), e neste nível de ensino, as seguintes actividades/projectos realizadas por sua iniciativa ou com o seu apoio e sempre em parceria com as escolas, disponibilizando recursos materiais e humanos: "Semana da Matemática" (1986), publicação de folheto de apoio; Jogária (jogos das escolas primária, que se realizaram até 1990/1991); acções anuais de formação de expressão dramática (dirigidas a professores de todos os graus de ensino), de construção de fantoches, de expressão plástica (dirigida também a professores do 2ºciclo); criação de "Clubes de Saúde", procurando estabelecer vias de comunicação entre as escolas, a Câmara e o Centro de Saúde para o desenvolvimento de acções informativas e de sensibilização junto da comunidade educativa; projecto " O teatro e o tempo livre dos jovens" (1989), dirigido a professores de todos os graus de ensino; projecto " Aulas de Educação Musical " (1987 - Es. Pri. nº2 da Torre da Marinha); curso de educação ambiental, promovido por técnicos da C.M.S. em colaboração com professores (1988/1989); curso de educação alimentar, destinado essencialmente a funcionários das cantinas e promovido pelo Núcleo de Educação para a Saúde do Concelho (1988/1989); curso sobre "Danças, Lengalengas e Jogos Cantados" ( Fevereiro e Abril de 1990); Computador no Ensino Primário, apoio à experiência orientada pelo Pólo de Amora do Projecto Minerva da FCT (1990).

Para além desta intervenção a Câmara, neste período e para este nível de ensino, disponibilizou os seus serviços para um conjunto de apoios e iniciativas regulares, de que se destacam as seguintes: apoio técnico e documental a bibliotecas das escolas e incentivo à sua criação (destinados a todos os graus de ensino); apoio técnico e material à imprensa escolar (destinado a todos os graus de ensino); apoio e colaboração a jornadas pedagógicas locais que representam um contributo útil para a inovação pedagógica; concessão de bolsa a docentes com projectos de investigação considerados válidos para o reconhecimento das realidades locais ou de interesse no domínio da criação artística; exposições temáticas disponíveis para divulgação nas escolas de todos os níveis de ensino; informação das publicações municipais ou com a sua colaboração, com interesse para a comunidade educativa; informação sobre os serviços municipais que apoiam as escolas do concelho do Seixal e sobre as escolas existentes; oferta de transporte, recepção e acompanhamento de visitas de estudo das escolas (de todos os níveis) à central elevatória (Divisão de Saneamento Básico ), ao aterro sanitário (Divisão de Higiene e Limpeza) à biblioteca municipal, aos núcleos museológicos e ao estuário do Tejo (passeio de falua).

Há ainda um conjunto de actividades/projectos, com realização regular, que se poderão designar globalmente por comemorações, que constam dos P.A.C.s, e em que a Câmara tem um grande protagonismo. Significativas são, entre outras: "Recepção à Comunidade Educativa do Concelho", acção iniciada em 1981/1982 e considerada pioneira a nível nacional, "Jornada de convívio e confraternização entre eleitos, técnicos da Câmara, professores, alunos e associações de pais; apresentação do Concelho do Seixal e caracterização dos recursos municipais com interesse para a acção educativa" ( P.A.C.P. de 1988/89 - C.M.S.- Esc. Primárias do Seixal); "Desfile de Carnaval", com a participação das escolas primárias, preparatórias e secundárias; "Semana da Árvore", conjunto de iniciativas multidisciplinares, abrangendo as escolas do Concelho de todos os níveis de ensino, integradas no Dia Mundial da Floresta (21 de Março); "Dia Internacional do Livro Infantil" (2 de Abril), distribuição de livros pelas escolas primárias e preparatórias e exposições com a participação de escritores; "Dia Mundial da Saúde" (7 de Abril), distribuição da Boletim Municipal da Saúde e apoio a todas as escolas do Concelho com acções de prevenção e sensibilização de educação para a saúde; comemorações do 25 de Abril, com estafeta da liberdade, exposições e colóquios; "Dia Internacional dos Museus" (18 de Maio), com a participação de técnicos municipais.

Relevância particular assume neste período o "Programa de Formação de Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico, em Educação Física", realizado regularmente pela C.M.S. desde 1987/88, desenvolve-se em sessões teórico-práticas, técnico-didáticas e prática

supervisionada ao longo do ano. É referido nas entrevistas com os responsáveis autárquicos e com a presidente da Escola nº 3 da Amora, como um programa inovador e pioneiro a nível nacional.

O reconhecimento da importância da prática da Educação Física nas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, como componente imprescindível para o desenvolvimento integral e harmonioso da criança e a constatação generalizada de que a Educação Física era insuficientemente praticada nas escolas do 1º Ciclo do E. B., foram as duas razões fundamentais, como se refere no programa, que justificaram o arranque desta iniciativa.

Merece também uma referência particular o trabalho de formação contínua de professores, que tem vindo a ser desenvolvido desde 1988/89 pelo Pólo de Formação do Concelho do Seixal da E.S.E. de Setúbal, surgido no âmbito do projecto Eco II, e contando com o apoio regular e institucional da C.M.S., a partir do protocolo de cooperação assinado em 10 de Dezembro de 1987 entre estas duas instituições, sendo significativamente o primeiro pressuposto do acordo " *Considerar a Câmara Municipal do Seixal que se acha num momento em que se impõe a definição de um projecto global de dinamização pedagógica e cultural do Concelho*".

Refira-se ainda como projecto de significado pedagógico relevante, surgido neste período, em 1989, o projecto Toam, resultante da cooperação entre o Projecto Minerva - Pólo da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNL, a C.M.S. e as escolas primárias nº 1 e 4 da Amora; nas palavras do responsável pelo Sector de Ensino " *experiência única no país na área do processo ensino aprendizagem utilizando os meios informáticos (...) experiência, controlada, de utilização de meios informáticos na escola primária, como processo de treino*", utilizando software de Aritmética e software relativo à língua inglesa.

Finalmente uma referência particular para o projecto de formação contínua "Alfabetização Musical", seleccionado pelo Instituto de Inovação Educacional, iniciado no ano lectivo de 1988/89 em 7 escolas do 1º Ciclo do E.B. da freguesia de Arrentela, foi alargado por iniciativas das respectivas Câmaras Municipais aos Concelhos de Almada (1989/90) e Seixal (1990/1991), que lhe têm dispensado apoio financeiro e técnico, necessário ao seu desenvolvimento. Como referem os Serviços Educativos da C.M.S., em documento interno "A promoção deste projecto resulta da constatação de uma quase ausência do Ministério da Educação na actualização e Formação Contínua de Professores e fundamenta-se na nossa convicção de que a criação de condições humanas e materiais facilitadoras da prática regular da Educação Musical nas escolas do 1º Ciclo do E.B. contribuirá para o desenvolvimento mais harmonioso das capacidades afectivas, cognitivas e psicomotoras das crianças"

Como refere o actual vereador, a intervenção da Câmara nesta área é "um percurso sequencial ao longo do tempo" e por isso também "um percurso crescente". É assim que ao nível de ensino que se tem vindo a considerar (1º ciclo), se verificam a partir de 1990 algumas alterações quantitativas e qualitativas, relativamente aos conteúdos estratégicos da intervenção camarária.

Deixando de ser prioritária a construção de novas escolas, a Câmara aposta, nas palavras do actual vereador, *"na qualificação do parque escolar em todas as suas dimensões, desde o ajustamento das tipologias às novas necessidades da dinâmica escolar e à reforma do sistema educativo; intervenções nos arranjos exteriores, o que significa em termos de projecto global, em ligação também com a própria comunidade, linhas de apoio claras; e dinamização em relação à criação de outro tipo de condições, até de grande importância social, como é a implantação de refeitórios dos A.T.L.s."* A intervenção camarária relativamente a este último tipo de equipamento, só começou a ter algum significado a partir do ano lectivo de 1991/92, ano em que passam a existir centros A.T.L.s em 12 escolas do 1º ciclo, todos integrados no "Programa de Apoio aos A.T.L.", da responsabilidade da C.M.S., como já se referiu no capítulo 4. Também só neste mesmo ano (1991/1992), perante a inexistência da rede oficial de ensino pré-primário, a Câmara deu início à execução de um "Programa de Implementação da Rede Oficial de Jardins de Infância", com a adaptação de duas salas para este nível de ensino, tendo, no entanto, desde 1986 até 1992 vindo a utilizar verbas de dezenas de milhares de contos na construção e manutenção de parques infantis.

Passou também a constituir uma preocupação prioritária, na perspectiva das qualificações das condições de aprendizagem, a área de equipamento e material didáctico. Como ilustrativa desta preocupação o responsável camarário acima referido menciona o facto desta área passar para o Sector de Ensino e a existência de um plano, a três anos, de substituição e aquisição de material didáctico, envolvendo uma verba de 20 000 contos, cuja implementação começou no ano lectivo de 1990/91.

No plano da animação pedagógica-cultural, a nível do 1º Ciclo, no período 1990 a 1992, mantêm-se os apoios regulares às actividades que identificámos como "Comemorações" e surgem novos projectos interescolas, ou apenas organizados por uma escola, com ligação à comunidade e com o apoio ou parceria da Câmara, de que se referem como exemplos: "O Ensino do Português para Crianças Cabo-Verdianas", organizado pela C.M.S., na Escola Primária nº4 de Corroios, em Abril de 1990; "A Criança e o Meio"; "A Integração de Portugal na C.E."; "O Tejo da Além Terra"; "Semana Cabo-Verdiana"; "Quinzena do Alentejo"; "Projecto de Investigação-Acção", desenvolvido, ao longo do ano lectivo de 1991/92, pela Escola nº4 de Corroios, tendo como tema gerador "Os



Sapais"; "Intercâmbio Cultural com Escola Inglesa", projecto entre a escola nº1 de Amora do 1º ciclo e a Kirkland School de Inglaterra, iniciado em 1990/91, que veio a conduzir ao surgimento do Jornal Internacional Elos, em que participam mais uma escola holandesa e uma dinamarquesa, sendo, no início do ano lectivo de 1991/92, da responsabilidade da escola nº1 de Amora a 4ª edição do jornal; "Feira da Ladra", projecto pedagógico organizado pela C.M.S., em 22, 23 e 24 de Maio de 1992, orientado para as escolas do 1º ciclo e jardins de infância oficiais e particulares, centrado numa grande exposição-venda de trabalhos realizados pelos alunos e na organização de momentos de animação.

Os quatro projectos anteriores a 1990, que mereceram uma referência especial, mantiveram o seu desenvolvimento até ao período que estamos a considerar (1992). Assim o "Programa de Formação Contínua para Professores do E.B. em Educação Física" contou no ano lectivo de 1991/92 com a participação de 120 professores de 11 escolas inscritas nas modalidades de Cursos de Sensibilização, Reciclagem, Formação Contínua, Apoio a Dinamizadores e Ensino da Natação. No âmbito deste projecto a Câmara organizou, de 7 a 9 de Maio de 1992, o "I Congresso Nacional de Educação Física do 1º Ciclo do Ensino Básico", com o apoio da Sociedade Portuguesa de Educação Física, fazendo-se representar 162 instituições entre câmaras municipais (42), estruturas do Ministério da Educação (12), escolas, faculdades e associações científicas (103) e estruturas sindicais (5), e tendo dezenas de participantes nos trabalhos entre autarcas, professores, investigadores do ensino superior, técnicos do Ministério da Educação, técnicos das autarquias e cinco especialistas estrangeiros.

Relativamente ao projecto do "Pólo de Formação do Seixal da E.S.E. de Setúbal" a Câmara tem-se empenhado no desenvolvimento do mesmo através da atribuição de um subsídio anual para o recrutamento de formadores à E.S.E. de Setúbal, da cedência de instalações para o funcionamento da equipa local e do apoio logístico na organização de dois Encontros de Professores e Educadores de Infância do Pólo da E.S.E. do concelho do Seixal (em 1991 e 1992).

A criação e o desenvolvimento dos Pólos da E.S.E. de Setúbal em cada concelho do distrito de Setúbal veio a culminar, em Maio de 1992, com o congresso constitutivo da Associação de Pólos da Região Ocidental da Península de Setúbal, que contou com o empenhamento da C.M.S., que, naturalmente, passou a fazer parte dos seus órgãos sociais.

A experiência "Toam" teve uma evolução que levou, em 1991 à sua integração no projecto "Prodep" e ao surgimento das empresas Luisis e Degem como parceiras na mesma, tendo facilitado a cooperação da C.M.S. com o Projecto Minerva - Pólo da

Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL, que conduziu ao surgimento de um dos primeiros Centros de Apoio Local (CAL), que visam o apoio à formação e dinamização dos professores e das actividades envolvidas no Projecto Minerva, o Centro de Apoio Local do Seixal que, com o apoio e cooperação da C.M.S., iniciou as suas actividades em Setembro de 1990, abrangendo 4 escolas do 1º Ciclo, 3 do 2º Ciclo, 2 C+S e 7 do 3º Ciclo e Secundário.

A implementação do projecto de formação de professores e animação musical, para o 1º Ciclo, "Alfabetização Musical", veio a ter um desenvolvimento considerável, contando no ano lectivo de 1991/92 com a participação de 3 600 alunos e 196 professores, que culminou com as Jornadas Públicas deste projecto promovidas pela Câmara Municipal da Almada e Câmara Municipal do Seixal, cujo programa consistiu em exposições nas escolas dos concelhos de Almada e Seixal integradas no projecto e em duas aulas abertas à família e à comunidade local em geral, realizadas em 13 e 14 de Junho de 1992, no Complexo Desportivo Cidade de Almada, envolvendo no primeiro dia 2 000 alunos e no segundo 1 600.

### 3.1.2.- 2º e 3º Ciclos e Ensino Secundário

Embora a Câmara não tenha responsabilidades na criação e gestão dos recursos físicos do parque escolar do 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, a solicitação dos órgãos de gestão das escolas ou dos encarregados de educação, tem intervindo nesta área com pequenas obras de construção civil, jardinagem e arborização, e fornecimento de algum mobiliário e material didáctico, como por exemplo livros para as bibliotecas escolares. Significativo é também o facto da Câmara autorizar que as escolas possam negociar com as empresas que queiram ter cartazes publicitários na zona envolvente da escola.

Exemplo ilustrativo da disponibilidade da C.M.S. para a cooperação institucional, mesmo em áreas que não são da sua responsabilidade, é o acordo de colaboração entre este órgão autárquico e a DREL para a construção da Escola C+S da Cruz de Pau, que levou à necessidade de a Câmara disponibilizar para esta obra 50 000 contos no orçamento de 1991 e 10 000 no orçamento de 1992.

Algumas das actividades e projectos de animação pedagógico-cultural da responsabilidade da Câmara, ou em que esta é parceira ou cooperante, referidos no âmbito do 1º ciclo, abrangem, como se explicitou, todos os níveis de ensino, embora naturalmente adaptadas ao nível etário e curricular das populações a que se dirigem.

Relativamente às alterações verificadas nos dois períodos que temos vindo a considerar (1986 a 1990 e 1990 a 1992), à semelhança do que acontece com o 1º ciclo, também no 2º, 3º ciclo e secundário, há uma certa continuidade nos apoios regulares e na parceria ou cooperação nas actividades identificadas como "Comemorações". Há no entanto um crescendo, qualitativo e quantitativo de projectos em que a Câmara tem um protagonismo forte, sobretudo na área do desporto escolar e da educação ambiental.

Nos apoios regulares, para além dos já referidos, a Câmara concedeu bolsas a estudantes para projectos de investigação e para frequência da escola profissional Bento de Jesus Caraça, em Setúbal, fomentando, a partir de 1990, o teatro escolar no Concelho, com apoio financeiro e em equipamento aos grupos de teatro constituídos nas escolas.

De uma maneira geral, no que respeita a estes níveis de ensino, como refere o ex-vereador *"havia algum trabalho de colaboração com as escolas no sentido de as ajudar nalguns projectos de transformação que correspondessem sobretudo ao desenvolvimento das áreas extra-curricular",* mas mesmo no desenvolvimento curricular, sobretudo das áreas *"onde as possibilidades da ligação ao meio são mais acentuadas",* a Câmara era parceira ou cooperante, até na perspectiva da valorização dos seus recursos educativos. Como diz o mesmo vereador *"se nós queremos de facto valorizar os recursos educativos que a Câmara tem (...) temos que actuar também no domínio da aquisição de competências junto dos profissionais de ensino ... para que se possam socorrer dos recursos educativos (...) que por outro lado também são valorizados pela maior competência que os professores tenham ou não tenham"*

Durante todo este período realizaram-se várias actividades pedagógico-culturais com algum protagonismo da Câmara, não abrangendo o 1º ciclo, de que se referem como exemplos: "Dia Mundial da Alimentação" (16 de Outubro); "Dia Mundial do Não Fumador" (17 de Novembro); "Dia Internacional da Mulher" (8 de Março); "Exposição de Arte dos Artistas de Corroios", realizada no Moinho de Maré de Corroios, organizada, em Maio de 1990, pela Esc. Sec. de Corroios nº 1; "Semana Cultural Africana", realizada no Moinho de Maré de Corroios, organizada, em Julho de 1990, pela E. Sec. de Corroios nº 2; "Semana da Juventude", organizada pela C.M.S./Casa da Juventude do Concelho do Seixal, em Março de 1991 e Março de 1992, em colaboração com as associações de estudantes, integrando iniciativas alusivas ao Dia Mundial do Estudante e ao Dia Mundial da Juventude; "Pavilhão do Ensino", grande exposição-síntese das actividades desenvolvidas pelas escolas e da situação do sistema educativo no Concelho, organizada pela C.M.S., integrada nas Festas Populares de S. Pedro, em Junho de 1991; "História ao Vivo", abordagem e recriação de aspectos da história e das actividades do moinho de maré de Corroios, organizadas pelo Clube de Amigos do Moinho de Maré da Escola

Preparatória de Corroios, em Junho de 1991; " Recuperação do Tear", conservado no Ecomuseu Municipal, pela Escola Sec. do Seixal nº1; " Quinzena da Cultura Portuguesa", projecto multidisciplinar da Escola Preparatória nº1 de Vale da Romeira, apoiado pela C.M.S., em Junho de 1992, com iniciativas múltiplas ( arraial popular, noite de fados, jogos tradicionais...); "Ligar a Escola à Vida, uma Aposta no Futuro", seminário organizado, nos dias 1, 2 e 3 de Julho de 1992, pelo Centro de Recursos das Escolas nº1 de Arrentela do 1º ciclo, Preparatórias do Vale da Romeira 1 e 2 e Secundária do Seixal e apoiado pela C.M.S., tendo como temas centrais a Reforma Educativa e a cooperação entre as instituições educativas locais.

Destaque especial merece a intervenção da Câmara, nestes níveis de ensino, na Animação Teatral, Desporto Escolar e Educação Ambiental.

No âmbito da sua política de fomento teatral, de que os encontros anuais de teatro iniciados em 1885, são uma das suas expressões mais significativas, já em 1986/87 a C.M.S. realizou, nas escolas deste nível de ensino, uma acção formativa, dirigida a professores, sobre animação teatral, tendo distribuído o caderno de teatro " Realização do espectáculo Teatral". Até à realização do VIII Encontro Municipal de Teatro, em 1991, realizam-se espectáculos de teatro nas escolas ou para as escolas a levar à cena em colectividades, e a Câmara apoiou a formação de grupos de teatro escolares e subsidiou financeiramente peças por eles realizadas, como aconteceu em 1987 com a peça " Falar Verdade e Mentira" de Almeida Garrett, realizada pelos "Arlequins", Grupo de Teatro da Escola Secundária do Seixal. Nos anos lectivos de 1990/91 e 1991/92 a Câmara desenvolve em colaboração com algumas escolas o projecto "Apre(e)nder o Teatro", integrando um conjunto diversificado de intervenções como debates, exposições e representações de peças.

A C.M.S. promoveu durante este período cursos de formação sobre várias modalidades desportivas como futebol de onze e de salão, atletismo, natação, andebol, voleibol e ginástica, para praticantes, treinadores ou árbitros, dirigidos especificamente à população escolar - sendo realizados mesmo alguns em escolas - e outros dirigidos à comunidade local em geral. Para além destes cursos a Câmara desenvolveu uma intensa actividade no domínio do desporto escolar, umas vezes em parceria com as escolas (organização conjunta) outras apoiando-as, de que se destaca pela sua relevância a seguinte: Corta-Mato Escolar Concelhio, realização anual que no ano lectivo de 1991/92 teve a sua 9ª edição; Torneio Escolar de Atletismo, a nível concelhio, que no ano lectivo de 1991/92 teve a sua 7ª edição; Estafeta da Liberdade, realizada no âmbito das comemorações do 25 de Abril, que no ano lectivo de 1991/92 teve a sua 13ª edição; Corta-Mato Escolar Distrital, que no ano lectivo de 1987/88 teve a sua 3ª edição; Jogos Desportivos

Colectivos Escolares, realizados durante os anos lectivos de 1987/88 e 1990/91; Torneio Escolar de futebol de 5, realizado em Dezembro de 1991, no Pavilhão da Siderurgia Nacional; Torneio Escolar de Basquetebol, realizado em Dezembro de 1991, no Pavilhão do Seixal Futebol Club e na Escola Secundária de Amora.

A intervenção camarária na educação ambiental, ao nível do sistema institucional de ensino, para além dos "Jogos do Ambiente do Concelho do Seixal", iniciativa da C.M.S. e das escolas preparatórias e secundárias, realizada em Maio de 1988, tem-se traduzido essencialmente por uma importante parceria e cooperação com as escolas na realização das Semanas da Árvore (Março) e do Ambiente (Junho), que se têm vindo a realizar com regularidade desde o ano lectivo de 1987/88 e que têm constado de um conjunto de iniciativas (concursos, exposições, desfile ecológico e edições de folhetos e outras publicações), fornecendo a Câmara, para estas iniciativas e para os projectos de escola nesta área, apoio técnico-científico, viaturas, pessoal, e apoio gráfico e material em geral (árvores, plantas, instrumentos, papelões... ). Papel importante nesta intervenção tem tido o Pelouro do Ambiente, Transportes e Equipamento Urbano que iniciou em 1991 a campanha de recolha selectiva de papel e cartão nas escolas do Concelho e em 1992, com uma maior abrangência relativamente ao material recolhido e à população a quem se dirige, lançou a "Campanha Reciclar é Poupar", em cujo desdobrável, impresso em papel reciclado, se pode ler: "Em todas as ESCOLAS se faz a recolha de Papel e Papelão. As receitas de vendas ajudam as escolas a adquirir bens e realizar visitas de estudo com os alunos.

Ajude a salvar a Floresta tão necessária à vida.

Vamos reciclar Papel . Através do seu filho envie para a escola Jornais, Revistas, o Papel e o Papelão, que vai juntar em sua casa."

No âmbito desta campanha, e num vasto projecto de Educação Ambiental e Saúde Sanitária, a C.M.S. promoveu, durante o ano de 1992, 14 protocolos de cooperação, sete com escolas preparatórias e secundárias do Concelho, as quais se comprometem através do mesmo a desenvolver campanhas de informação/educação, junto dos alunos e da comunidade local, com o objectivo de divulgar e promover a defesa do ambiente.

Num quadro conceptual em que se considere indissociáveis a defesa do ambiente e do património histórico e natural, torna-se difícil estabelecer fronteiras entre a educação ambiental e a educação para a defesa do património histórico e natural. O Ecomuseu Municipal ao partir do conhecimento e interpretação do património histórico e natural para a sua preservação, procurando criar os instrumentos indispensáveis à intervenção consciente das populações locais, em particular dos jovens e estudantes (C.M.S.,

Ecomuseu, 1992) assume claramente estas duas dimensões da educação, desenvolvendo a sua actividade em acções de formação para professores, visitas temáticas guiadas, exposições temáticas permanentes ou temporárias, colóquios, apoio a projectos de escola e publicações várias, de que se destacam os folhetos do "Ciclo da Flora" (Árvores do Seixal, Arbustos do Seixal e Plantas dos Sapais e Zonas Ribeirinhas do Seixal) e "Ciclo da Fauna" que se iniciou com a edição em 1992 de " Bivalves e Gasterópodes das Praias do Seixal".

Relativamente às visitas de estudos efectuadas pelos alunos das escolas do Concelho apoiadas pela C.M.S, que cede gratuitamente um dos seus autocarros, dos três que tem disponibilizados para esta actividade, o Ecomuseu Municipal é o local mais procurado para visitas de estudo realizadas no Concelho. No ano lectivo de 1989/90, num total de 109 visitas, 52 foram realizadas ao Ecomuseu, atingindo nesse mesmo ano as visitas de estudo realizadas fora do Concelho pelas escolas um total de 300 (R.A.C.G., 1990, p.50). No ano de 1992 (Janeiro a Dezembro) os serviços camarários nestas actividades fizeram 92 241 km e transportaram 16 573 passageiros (R.A.C.G., 1991. p.120).

Refira-se ainda, no âmbito do ensino institucional, o apoio material (financeiro, gráfico...) e técnico-científico (apoio a projectos) da Câmara às associações de pais, para as quais foi importante o apoio da C.M.S. na realização, no Seixal, do "I Encontro das Associações de Pais do Distrito de Setúbal", em 1990.

Merece finalmente referência a cooperação da Câmara com a CERCISA (Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas do Seixal e Almada), com a Equipa de Ensino Especial (estrutura educativa da DREL) e com C.C.E..E.S (Coordenação Concelhia de Extensão Educativa do Seixal)

Relativamente à primeira, a Câmara continua a dar-lhe apoio logístico pontual, tendo no ano de 1992 efectuado com esta instituição um protocolo de cooperação no âmbito da "Campanha Reciclar é Poupar". Também o funcionamento da Equipa do Ensino Especial, tem merecido o apoio da Câmara, nomeadamente através da cedência de instalações na escola nº 2 de Amora.

Significativa da dimensão da cooperação da C.M.S. com a C.C.E.E.S. é a afirmação do seu coordenador de que sem o apoio da Câmara algumas das suas iniciativas não seriam possíveis de realizar-se. Este apoio materializa-se essencialmente em cedência de transporte para visitas de estudo de alunos/formandos, subsídios pontuais para acções várias (intercambios culturais, concursos literários, monitoragem de professores, festas...) e subsídios regulares mensais-que no ano lectivo de 1991/92 foi de 30 000\$00-

para apoio administrativo e para subsídio de deslocação dos professores destacados neste serviço.

### 3. 2 - Intervenção fora do quadro do sistema regular de ensino

Muitas das actividades/projectos, com intervenção da Câmara, já acima referidos, são de tal forma abrangentes que ultrapassam o quadro do sistema regular de ensino. Para esta situação concorre o facto da intervenção camarária, nesta área, ser sustentada por um quadro teórico que parte de uma concepção integrada e globalizante de educação; tem como um dos seus objectivos a integração da escola na comunidade; considera a escola com um espaço social privilegiado para a animação pedagógica e cultural da mesma e, portanto, um agente e uma parceira essencial da sua política educativa.

Passar-se-á, assim, a abordar as dimensões da intervenção educativa da Câmara que não se situaram preferencialmente no quadro do sistema regular de ensino.

#### 3.2.1.- Animação cultural

Relevância particular parece assumir o conjunto de actividades desenvolvidas pela C.M.S. no âmbito do que se designará por fomento e animação cultural, de que se destaca: fomento e sensibilização para o teatro, que tem tido na realização dos encontros municipais de teatro e nas actividades que o mesmo envolve, uma das suas expressões mais importantes, atingindo a sua 9ª edição em 1992; realização regular de concertos musicais, com entrada livre, e apoio financeiro às escolas de música das colectividades; exposições temáticas, temporária e itinerantes e visitas guiadas temáticas ao Concelho e ao estuário do Tejo, realizadas no âmbito da divulgação e acção cultural do ecomuseu municipal que, durante este período (1986-1992), no conjunto dos seus núcleos, foi visitado por centenas de milhares de pessoas, atingindo o número máximo no ano de 1989, com 98 688 visitantes; colóquios e sessões de divulgação sobre o património histórico e natural do Concelho e edição de cartazes, desdobráveis, folhetos e livros sobre o mesmo; actividades alusivas às comemorações do "Dia Internacional dos Museus", "Dia Internacional da Mulher", "25 de Abril", "Dia da Juventude"; feiras do livro com realização anual; bibliotecas estivais a funcionar na Piscina Municipal, Praia do Povo e Parque da Verdizela; concursos literários (prémio "Maré Viva" até 1988, concurso "Descobre a tua Terra" em 1990) e encontro com escritores; programa de apoio e incentivo à criação artística e produção intelectual (bolsas, e edição e divulgação das obras); inauguração em 1990 da "Loja Municipal/Espaço Jovem", espaço de informação,

colóquios/debates, exposições, e apoio a criadores e artesãos para venda e exposição de trabalhos; animação de jardins e parques públicos, na perspectiva da defesa do património e da recreação; festas populares do Concelho, realizadas, pela C.M.S. e Juntas de Freguesia, durante a época estival, que incluem concertos por bandas filarmónicas, encontros de corais alentejanos, festivais de folclore e espetáculos musicais vários.

### 3.2.2.- Animação desportiva

O trabalho desenvolvido pela Câmara na área do fomento e animação desportiva, cuja componente escolar já foi abordada, é também uma importante dimensão da sua política educativa, tendo na "Seixalíada" uma das suas realizações com mais repercussão a nível nacional. Jogos concelhios do Seixal, da iniciativa da Câmara e com apoios das juntas de freguesias e organizações populares, a "Seixaliada" tem vindo a conhecer uma evolução crescente, incluindo, na sua X edição, em 1992, a realização de provas em mais de 30 modalidades desportivas, que foram do andebol ao xadrez, passando pelo atletismo e desportos náuticos, envolvendo milhares de atletas.

Para além do apoio regular aos agentes desportivos do Concelho, que nalguns casos se materializou na construção da própria sede ou de alguns equipamentos, a Câmara tem realizado, ou apoiado, ao longo deste período um número considerável de provas desportivas de que se destaca: cinco edições da estafeta "24 horas a correr", da iniciativa da Sociedade Filarmónica Operária Amorense e apoiada pela C.M.S., contando com a participação de equipas de vários pontos do país; cinco edições do "Trofeu Municipal de Atletismo"; quatro edições do "Trofeu Ténis de Mesa"; três edições do "Trofeu Municipal de Futebol de Salão"; cinco edições da "Andejovem", torneio concelhio de andebol; oito edições do "Festival Concelhio de Ginástica"; quatro edições do "Torneio Internacional de S. Pedro".

No plano da formação, a Câmara realizou cursos de árbitros de futebol, de animadores de ténis de mesa, de futebol de salão, de treinadores do 4º grau de trampolim e mantém em funcionamento a "Escola de Natação Municipal" que no ano de 1990 teve 508 alunos.

Reconhecendo haver um crescendo de entusiasmo na juventude do Concelho, conforme se refere nos desdobráveis sobre o assunto, pela prática do basquetebol e da ginástica, a CMS decidiu, com o apoio de outras entidades, lançar um "Plano de Desenvolvimento de Basquetebol" e um "Plano de Desenvolvimento de Ginástica de Trampolim". que se traduz na criação de condições em todo o Concelho para a prática destas modalidades, assim como colaborar na organização de actividades de carácter regional, nacional ou



internacional. No âmbito destes planos foram criados em várias colectividades do Concelho " Centros de Fomento e Animação".

### 3.2.3.- Educação para a saúde

A C.M.S. em parceria com o Centro de Saúde do Seixal, essencialmente através do Núcleo de Educação para a Saúde de que ambos fazem parte, para além do trabalho no âmbito do sistema regular de ensino, têm desempenhado, junto da comunidade local, um importante papel pedagógico orientado para a prevenção em articulação com a prestação de cuidados de saúde primários, fomentando a participação da população na defesa e promoção da saúde . Esse papel tem vindo a desenvolver-se através da informação à população sobre os direitos, deveres e funcionamento dos serviços de saúde, divulgação de noções básicas de saúde e sensibilização para a participação em acções conjuntas sobre cuidados de saúde primários, como por exemplo vacinação.

São actividades regulares do núcleo de educação para a saúde as seguintes: edição do Boletim Municipal de Saúde, no âmbito das comemorações do Dia Mundial de Saúde; Página da Saúde, incluída mensalmente no Boletim Municipal; edição de folhetos, postais, cartazes e autocolantes no âmbito de campanhas (vacinação, amamentação, higiene dentária...), de comemorações (Dia Mundial da Alimentação) e de colóquios/debates sobre saúde.

À semelhança do que fazem alguns municípios do distrito de Setúbal, também o pelouro da saúde da C.M.S. envia os pais dos recém-nascidos, registados no Concelho, uma carta de felicitações acompanhada de folhetos informativos sobre vacinação, amamentação e direitos do casal decorrentes do nascimento de um filho.

Iniciativa talvez pouco comum a nível nacional, e que se tem realizado durante todo este período (1986-1992), integrada nas festas de S. Pedro, é a do "Pavilhão da Saúde", onde se têm realizado acções de informação e divulgação visando a saúde comunitária.

Importante poderá vir a ser para a saúde comunitária a aprovação do projecto integrado de saúde que sustenta a proposta do estatuto de "Cidade Saudável", apresentada à Organização Mundial de Saúde, em 1992, pelo município do Seixal. O projecto, no ponto de vista organizativo, segundo informação recolhida na entrevista com o Director do Centro de Saúde do Seixal, parte de uma "Comissão de Saúde e Bem Estar" a que preside o Presidente da Câmara e tendo como parceiros o Centro de Saúde, a Segurança Social, as escolas de vários níveis de ensino, o Centro de Emprego, colectividade e outras instituições representativas da comunidade. O que se pretende fundamentalmente é a

coordenação de iniciativas que contribuam para a saúde da comunidade local, de forma a que surjam projectos integados, com um máximo de abrangência e de potencialização dos recursos.

#### 3.2.4.- Educação Ambiental

A crescente preocupação da Câmara com os problemas do ambiente, em que se englobam as preocupações com a defesa do património histórico e natural, têm vindo a manifestar-se nas suas mais recentes campanhas nesta área.

Ilustrativa a este respeito, é a campanha lançada em 1992 pelo pelouro do ambiente sobre a designação "Campanha Reciclar é Poupar"

Um dos aspectos inovadores desta campanha é a criação de uma linha telefónica S.O.S. AMBIENTE. que, para além de fornecer informações úteis sobre os serviços de higiene e limpeza, permite a qualquer munícipe requisitar gratuitamente um contentor para os entulhos.

O desdobrável que apoia esta campanha, feito em papel reciclado, para além da informação sobre a linha S.O.S., contém mensagens marcadamente pedagógicas, dirigidas directamente a grupos da população, procurando mostrar as soluções para situações que poderão potencialmente resultar em agressões ambientais. É o caso da realização de obras e dos entulhos daí decorrentes, e as mudanças de óleo dos veículos motorizados. Relativamente a esta última situação apela-se às pequenas oficinas e estações de lavagem para utilizarem o "Oleão" que a Câmara distribuirá pelo Concelho.

Ainda no âmbito desta campanha é significativo o facto de a Câmara ter realizado protocolos de cooperação não só com escolas (sete), mas também com comissões de moradores (dois), com a Associação dos Industriais de Sucata e Associação de Bombeiros Voluntários do Seixal(um) e com Cimentos Maceira e S.Patais.

Também o desdobrável "25 RAZÕES PARA PROTEGER, CONSERVAR E RECUPERAR AS ZONAS RIBEIRINHAS DO CONCELHO DO SEIXAL (ESTEIROS E SAPAIS)", editado pela Câmara no quadro da mais recente campanha de educação ambiental, merece ser aqui referido pela sua qualidade pedagógica.

### 3.2.5.- Dinamização Associativa

Do discurso e da prática dos responsáveis camarários emerge como uma das suas prioridades o apoio a todas as formas de associativismo.

No discurso faz-se com muita frequência referência às virtualidades das formas de organização colectiva para a resolução dos problemas da comunidade ou de grupos da população com problemas específicos.

Na resolução dos problemas dos loteamentos ilegais e dos bairros clandestinos privilegia-se o trabalho com as comissões de moradores

O movimento associativo, conjuntamente com as escolas, é considerado um agente e um parceiro privilegiado na intervenção educativa da Câmara. Sobretudo, ao nível da animação cultural, recreativa e desportiva considera-se que as associações têm desempenhado um importante papel, tornando-se uma prática corrente a cooperação entre a Câmara e as associações, procurando-se rentabilizar os recursos de cada instituição.

Para além do apoio financeiro regular e outros apoios pontuais às actividades desenvolvidas por muitas associações do Concelho, o fomento pelo associativismo também tem passado pela construção das próprias sedes de algumas associações e pela dinamização para a sua criação. Esta última situação é alargada a formas de associação que vão desde associações desportivas, a associações de pais e encarregados de educação.

### 3.2.6.- Formação Profissional

A formação profissional é uma dimensão da intervenção educativa da Câmara que, fora do quadro do sistema regular de ensino e da formação interna dos seus trabalhadores, tem uma expressão pouco significativa. Para além do apoio indirecto aos cursos socio-profissionais e profissionais da responsabilidade da Coordenação Concelhia de Extensão Educativa do Seixal, a sua intervenção circunscreveu-se essencialmente à realização, ou apoio, de cursos no quadro da animação cultural, desportiva e artística. A maioria destes cursos, realizados em parceria com a Casa da Juventude ou com colectividades de cultura e recreio, tiveram uma importante função social na perspectiva da ocupação dos tempos livres dos jovens.

Em síntese podemos considerar que:

1 - O discurso e a prática dos responsáveis camarários evidenciam que a educação é uma área prioritária da intervenção da Câmara.

2 - A definição e implementação da política educativa da Câmara decorreu de um quadro conceptual em que são tidos em consideração os objectivos da própria autarquia, as solicitações dos agentes educativos locais e a necessidade de parcerias com os mesmos.

A participação, a cooperação e a parceria com os outros agentes educativos são princípios estratégicos que orientam a política educativa da Câmara. Esta apresenta-se, no entanto, claramente como um polo aglutinador e dinamizador da comunidade educativa, sustentada pelo Sector de Ensino tendo como instrumento estratégico fundamental o Plano de Acção Cultural e privilegiando a acção junto das escolas como espaços comunitários com mais virtualidades para a animação pedagógico-cultural, do meio em que estão inseridas.

3 - A política educativa da Câmara sendo entendida como uma das dimensões da sua política de desenvolvimento local, desenvolvimento integrado e endógeno, tem como objectivos gerais e melhoria da qualidade de vida das populações e o contributo para a sua fixação e integração na vida municipal, na busca de uma identidade comunitária.

4 - A intervenção da Câmara assume várias dimensões decorrentes de uma concepção global e permanente de educação, tendo em vista a formação integral do indivíduo como sujeito consciente e participativo no processo de desenvolvimento da sua comunidade.

## **CAPÍTULO 6**

A política educativa da Câmara e a necessidade de  
coordenação das políticas educativas locais

## Capítulo 6

Com este capítulo pretende-se essencialmente ir ao encontro das questões orientadoras 3 e 4 , fazendo emergir a interpretação de responsáveis autárquicos e parceiros educativos da Câmara sobre o papel educativo da mesma, tendo em consideração :

- o quadro das suas atribuições e competências;
- factores facilitadores e obstaculizadores da sua intervenção;
- protagonismo da Câmara na coordenação das políticas educativas locais.

### 1 - Atribuições e competências no domínio educativo

#### 1.1. - No quadro da sistema regular de ensino

##### 1.1.1 - Opinião de responsáveis autárquicos

Na interpretação dos três responsáveis autárquicos entrevistados, as atribuições e competências legais da Câmara, ao nível do sistema regular de ensino, circunscrevem-se essencialmente a suportar custos materiais e financeiros decorrentes das suas responsabilidades, no 1º ciclo do E.B., nos domínios do parque escolar e equipamento, acção social escolar e transportes escolares, sendo esta última alargada a outros níveis de ensino(2º e 3º, e ensino secundário). Todos consideram que deveria existir um quadro legal que sustentasse um maior protagonismo das câmaras ao nível da gestão local do sistema educativo, acompanhado por contrapartidas financeiras da parte do governo central.

Como refere o ex-vereador:

*"as autarquias portuguesas têm sobretudo responsabilidades de pagadoras (...) e depois interferem na gestão local do ensino de uma forma pouco compatível com as grandes responsabilidades financeiras(...) . Nós pertecemos (...) a uma série de órgãos que são quase todos de consulta(...) que não têm de facto relevância (...) o que nós reivindicamos não é uma posição de maiores responsabilidades de tutela, de hierarquias (...) sobre o sistema educativo e os seus profissionais. Não é isso. O que devíamos era ter uma posição compatível com as responsabilidades que nos estão cometidas pela legislação em vigor".*

Todos concordam, no entanto, que a Câmara ultrapassa claramente as atribuições e competências que a lei lhe comete, assumindo um papel suplectivo dos órgãos centrais com custos que legalmente não deveria suportar. Mas, como diz o ex-vereador, "ultrapassa-as assumidamente", no entendimento de que este órgão deve ter um maior protagonismo no sistema regular de ensino do que aquele que o quadro legal lhe reserva, como forma de melhor contribuir para a qualidade de vida dos munícipes, fim último de toda a política camarária. A este propósito diz o ex-vereador:

*"nós (Câmara) existimos para servir a população em determinados domínios da vida pública, vida social. E a persecução dos objectivos camarários faz-se melhor se interviermos no sistema educativo (...) . Se nós não tivéssemos em atenção as necessidades das escolas, dos alunos e dos professores e só tivéssemos em consideração as obrigações da Câmara, mesmo assim teríamos que concluir que, para melhor as atingir, deveríamos "entrar" no sistema educativo".*

A convergência entre os objectivos de alguns currículos e os objectivos camarários é, na sua opinião, uma das justificações para uma maior intervenção da Câmara no sistema regular de ensino. Para ilustrar o grau desta convergência refere:

*"... se nós os puséssemos (objectivos) como nota introdutória a um plano de actividades da Câmara , ninguém se aperceberia que aquilo não é linguagem de Câmara, é a linguagem do sistema educativo".*

Para o actual vereador o projecto educativo da Câmara conduz a uma "efectiva" necessidade de ultrapassar as atribuições e competências que cometem legalmente à mesma, afirmando que:

*"a nossa preocupação nunca foi a das competências, de quem são as competências, foi antes de mais criar condições para a resolução de problemas (...) Isso significou muitas vezes termo-nos excedido nas nossas competências, em termos concretos, e resolvido problemas que têm a ver, claramente, com o Ministério da Educação".*

Ao abordar o enquadramento legal da intervenção do poder local no sistema educativo, depois de se referir à necessidade de ter em consideração a experiência da Câmara do Seixal e de outras câmaras, nesta área de intervenção , diz:

*"nós pensamos que o quadro de intervenção do poder local não pode ser um quadro redutor, tem que ser um quadro de uma muito maior intervenção do que o quadro institucional permite (...). Agora a questão, em minha opinião, coloca-se muito mais em termos de vontade política; a lei de bases do sistema educativo, que existe desde 1986,*

*refere a necessidade da gestão do sistema educativo em termos regionais e locais, mas há uma ausência do quadro legal complementar, nesta matéria".*

O responsável pelo Sector de Ensino da Câmara depois de se referir às competências desta, que decorrem do actual quadro legal, cuja identificação já se fez acima, afirma que:

*"A Câmara Municipal do Seixal, no entanto, já há muitos anos a esta parte que tem ultrapassado em muito este quadro regulamentar de investimentos e tem-se apresentado como um agente com um papel dinâmico a nível do Município (...) a Câmara partindo de um quadro legal, tem um nível de intervenção muito mais amplo; hoje de uma forma clara, olhando para as escolas dos diversos graus de ensino, olhando para outros agentes educativos diversificados - o projecto minerva, a equipa do ensino especial do Ministério da Educação, o programa do sucesso escolar, PIPS, a C.C.E.E. - a Câmara apresenta-se claramente como um polo aglutinador..."*

Sobre o papel que deveria caber às câmaras no sistema educativo é sua opinião que:

*"As autarquias têm que lutar para passar de meros gestores físicos do sistema para parceiros (...), parceiros que têm que controlar o desenvolvimento da rede e também uma outra componente que era de parceiro na realização da nova concepção de escola, que está na reforma, (...) de facto as autarquias têm também de ter um papel definido estatutariamente na rentabilização de recursos, (...) em termos de facto de potenciar esta concepção de escola, escola de facto cultural, escola aberta ao meio, escola enquanto instituição privilegiada na vida local".*

#### 1.1.2.- Opinião de alguns parceiros

De uma forma mais ou menos directa, os quatro parceiros educativos da Câmara, na área do Sistema regular de ensino (directora da Escola Primária nº3 de Amora, presidente do Conselho Directivo da Escola Preparatória de Corroios nº1, presidente da Escola Secundária do Seixal nº1 e coordenadora do pólo da E.S.E. de Setúbal), consideram que a intervenção da Câmara, nesta área, ultrapassa as suas obrigações (atribuições e competências) e apresentam exemplos ilustrativos dessa situação.

A directora da nº4 de Amora afirma recolher que a Câmara ultrapassa as suas competências e procurando exemplificar refere:

*"Por exemplo eu acho que(a Câmara) não tem nada que dar formação aos professores (...), a educação física nós temos - a nível do Concelho já quase todas as escolas têm -*



*formação com professores vindos do antigo I.S.E.F. e depois a escola é equipada com todo o material. E agora, segundo os novos programas inclusive, temos também já, aqui na Escola e em várias escolas do Concelho, patinagem e temos os respectivos patins. Nesse aspecto estamos sempre actualizados, acho que uma das preocupações da Câmara é que os professores aqui do Concelho se mantenham actualizados e eles para isso dão formação".*

Questionada sobre o papel que deveria caber às câmaras, relativamente ao 1º ciclo, considera que o Seixal "era um exemplo a ser seguido" e que "o Ministério, por exemplo, devia apostar, dar uma verba, também contribuir um bocado para a formação de professores...". Em sua opinião, a questão central que se coloca, relativamente à intervenção das câmaras, é a sensibilização dos seus responsáveis para a importância da intervenção na área do ensino. A este propósito diz:

*"Agora era bom, com a nova gestão, que todas as câmaras do país fossem mais sensibilizadas para o ensino, porque noto, tenho falado com algumas pessoas, não do Seixal mas de outras câmaras, e vejo que não estão muito sensibilizadas, sei lá...há muitas câmaras que não têm o sector de ensino sequer e que não estão sensibilizadas para investir no ensino porque acham que isso não é rentável".*

Depois de se referir ao importante apoio da Câmara às visitas de estudo efectuadas pela sua Escola, no Concelho ou fora dele, através da oferta de transportes, o presidente do conselho directivo da Escola Preparatória de Corroios nº1 emite a sua opinião acerca das responsabilidades da Câmara nesta área, dizendo :

*"Continuam (os serviços camarários), de facto, sempre abertos, quando se lhes pede a colaboração nos diversos campos, embora eu, pessoalmente, fique sempre assim um bocadinho reticente em pedir-lhes a colaboração, porque eu sei que a responsabilidade é do governo, do Ministério da Educação e acho que se há uma responsabilidade nos diversos campos, a Câmara não tem nada que estar a substituir-se ao poder central ,nesses aspectos."*

Este entrevistado, colocando algumas dúvidas acerca da possibilidade de um maior protagonismo da Câmara - ao nível do 2º ciclo - na gestão pedagógica, considera, no entanto, que a esta deveria caber um papel mais importante na gestão dos recursos físicos. A este propósito diz:

*"...a nível, por exemplo, de conservação de equipamentos e instalações, não se compreende muito bem que não possam estar dependentes da Câmara e com o apoio da Câmara. É evidente que para isso elas têm que ter o respectivo reforço orçamental(...).*

*Porque sem dúvida nenhuma, primeiro têm meios, a capacidade de resposta era muito mais rápida, devido à proximidade, devido a conhecerem etc.; resolviam, imediatamente, a situação e ao fim e ao cabo, globalmente, o País só ganhava com isso".*

Que a Câmara excede "largamente as suas competências", é a opinião do presidente do Conselho Directivo da Escola S. do Seixal nº1, que para além de referir o exemplo da formação de professores do 1º ciclo ilustra a sua opinião referindo-se a apoios recebidos pela sua Escola. A este propósito ele diz:

*"Por exemplo, este ano esteve incluída (no P.A.P.C.) a nossa semana "Outras terras outras gentes", que era uma semana virada para os PALOPs e para os países onde há a expressão da cultura portuguesa, como a Índia e o Brasil, que a Câmara apoiou, como de costume, quer com apoio logístico, quer com apoio financeiro (que ultrapassou o meio milhar de contos), uma série de coisas. Apoiou o nosso concurso literário, uma série de actividades que nós vamos desenvolvendo e pequenos apoios, sei lá ...às vezes precisamos de um carro para ir buscar não se o quê, de um transporte, de tapar um buraco, enfim coisas muito miudinhas que a Câmara não tinha nada que fazer nas Escola em termos das suas competências que são exclusivamente no âmbito do 1º ciclo e não do 2º e 3º ciclos ou do secundário. Depois há os protocolos que são efectuados entre a Câmara e as escolas e que são diversos (...). Nós temos apenas um protocolo com a Câmara, que é um protocolo para a recuperação de um tear mecânico ..."*

Sobre as competências legais, a sua opinião é que as câmaras deviam ter mais responsabilidades, mas com as participações financeiras respectivas. Para si as questões que esta problemática envolve são a necessidade de descentralização de competências, a disponibilização de verbas e a vontade política das câmaras para intervirem nesta área. Diz a propósito:

*"...eu penso que as câmaras deviam ter mais responsabilidades, (...) mas com as participações financeiras respectivas, para não acontecer aquilo que aconteceu, por exemplo, com os transportes escolares e com a acção social no 1º ciclo do E.B., em que, de um momento para o outro, descentralizou as competências mas não descentralizou os meios financeiros...(...)... deve ser clara essa descentralização de competências, é importante que a Câmara se empenhe e se preocupe com a qualidade da educação, como se preocupa com a qualidade de vida nas outras áreas. Porque se há algumas autarquias tal como a Câmara do Seixal (...) que o fazem, há outras que o não fazem. Nós temos contactos, muitas vezes, com colegas de outras escolas em todo o país; quando nos encontramos e começamos a falar destas coisas, os colegas ficam boqueabertos com os apoios que as escolas têm da Câmara, e com a preocupação das autarquias e a colaboração que existe (...). É evidente que há câmaras aqui, no nosso país, que têm dificuldades*

*económicas muito grandes, que se calhar até gostavam de apoiar e não têm meios para isso. (...). Mas há uma série, enfim, de apoios que podem ser dados; para já não é só os apoios, é as autarquias terem um conhecimento profundo do que se passa, que não custa dinheiro! Custa apenas boa vontade, custa apenas vontade política, no fundo!"*

Posta perante a questão de se saber se a Câmara tinha ou não ultrapassado, no domínio da formação dos professores, as suas atribuições e competências, a representante da E.S.E. de Setúbal no Pólo do Seixal de formação de professores, interpretando a questão na perspectiva da legalidade da intervenção da Câmara afirma:

*" Eu penso que sobre o ponto de vista legal talvez não as tenha ultrapassado, mas sob o ponto de vista daquilo que habitualmente se faz nas autarquias ela tem ultrapassado largamente, largamente. (...). Quer dizer a nível do 1ºciclo, como coordenadora, tenho corrido várias partes do país e de facto considero que a autarquia do Seixal nesse aspecto...até hoje não vi nenhuma que se comparasse no apoio que dá, digamos, na compreensão da importância do 1ºciclo, a nível do 1º ciclo considero mesmo excepcional".*

Relativamente ao papel que deverão ter as câmaras no domínio da educação em geral e em particular na formação de professores refere:

*"Eu acho que depende muito das pessoas que estiverem na autarquia. Eu penso que têm um papel a dizer na medida em que estão junto das populações, que conhecem os problemas concretos dali. O papel delas na formação de professores deveria ser sempre como parceiro; eu acho que a formação, hoje em dia, com tudo aquilo que está legislado, não pode ser atribuída nem só ao Ministério, nem só às autarquias, nem só às E.S.E.'s, tem que ser um processo coordenado por todas elas para se rentabilizarem ao máximo os recursos. Eu acho que a autarquia não deve ficar reduzida aquele papel que tem tido até hoje, que é fornecer dinheiro ou recursos..."*

## 1.2 - Fora do quadro do sistema regular de ensino

### 1.2.1.- Opinião de parceiros

Embora declarando, não ter muito presente os aspectos legais das competências da Câmara e do Ministério da Educação no que diz respeito à educação de adultos, o coordenador da C.C.E.E. do Seixal diz que:

*"...de qualquer maneira penso que a C.M.S. está a suplantar, está a superar bastante todas as competências em tudo o que a educação recorrente está a necessitar e dá-nos todo o apoio necessário (...) eu posso dizer-lhe que sem o apoio da Câmara nós, a nível da C.C.E.E. do Seixal, praticamente todas as iniciativas que realizamos eram impossíveis de realizar, a maior parte delas, portanto, eu estou a falar de iniciativas locais..."*

O director do Centro de Saúde do Seixal, posto perante a mesma questão relativamente à educação para a saúde afirma:

*"Ultrapassam aquilo a que estão obrigados, às vezes até fazem coisas com que nós não estamos de acordo, mas há uma negociação de estratégia e tal..."*

Em sua opinião a intervenção das câmaras deveria encaminhar-se para processos semelhantes àquele em que a Câmara do Seixal poderá vir a integrar-se, como Presidente da Comissão de Saúde e Bem Estar, no âmbito do projecto integrado de saúde que sustenta a proposta do Seixal a "Cidade Saudável". Como ele afirma :

*"...é este jogo relacional que se estabelece e depois os papeis que cada um vai ter nesse aspecto face aos problemas concretos da comunidade. A Câmara faz alguma coisa , a saúde outra, a segurança social, cada um desempenha o seu papel, havendo de facto uma boa informação, uma boa articulação "*

Na opinião do presidente da Sociedade Filarmónica União Seixalense é obrigação da Câmara fomentar a animação associativa pela grande importância que a mesma pode ter na dinamização cultural comunitária em geral, e em particular dos jovens, cabendo-lhe uma importante função social de ocupação dos tempos livres destes últimos. A este propósito afirma:

*"...acho que é uma obrigação das câmaras darem uma animação aos munícipes, cultural e associativa. É, porque quando eles estão a fazer isso têm obrigação moral, porque é mesmo, mesmo necessário para educar os jovens num caminho mais puro do que aquele que nós estamos por vezes aí a ver e ouvir e nos arrepia um bocado os ossos, para não dizer a pele(...) Acho que a Câmara, esta e outras mais, têm essa obrigação de desviar os jovens dos maus caminhos e levá-los às colectividades..."*

Relativamente aos apoios recebidos da Câmara, depois de fazer referência aos apoios financeiros regulares, cedência de transportes, apoios pontuais para obras e outras necessidades, e de reconhecer a existência de muitas dezenas de colectividades no Concelho que também merecem o apoio camarário, conclui dizendo:

*"...seria egoísmo da minha parte pedir mais do que tenho pedido (...), mas enfim também não temos razão de queixa"*

No que diz respeito à formação profissional, a directora do Centro de Formação Profissional do Seixal, considera que:

*"...a autarquia (Câmara) deve ter uma noção clara das necessidades de formação que existem na região, deve ser um elemento a ouvir obrigatoriamente, se for na qualidade e nos objectivos da formação que se realiza no seu Concelho. Atribuir à autarquia a execussão real das acções de formação, penso que não será uma boa metodologia, porque, às duas por três, os grandes objectivos da Câmara diluem-se na execussão de tarefas secundárias; não quer dizer que a formação profissional não seja um elemento importante e até estratégico do desenvolvimento, mas a autarquia fará talvez a grande análise, a grande definição de objectivos, o alerta, a sensibilização, de quem deve executar, realizar a formação."*

Relativamente ao papel que deverão ter as câmaras no domínio da formação profissional, refere que:

*"É um dos objectivos, no âmbito da descentralização dos nossos serviços, criarmos um conselho consultivo, o qual já está praticamente aprovado em todos os centros de formação; este centro terá um conselho consultivo em que a Câmara será um dos parceiros intervenientes. (...). Poderá haver um papel de maior intervenção da Câmara, no domínio da formação, e é uma necessidade que nós sentimos. No entanto, penso que será algo bastante gradual, porque a máquina da formação profissional é uma máquina complexa, grande, muito dinâmica, porque tem que estar permanentemente a ajustar-se às realidades e às necessidades do mercado."*

## **2 - Facilidades e obstáculos na intervenção educativa da Câmara**

### **2.1. Opinião de responsáveis autárquicos**

Para o ex-vereador, quatro obstáculos se colocavam à intervenção educativa da Câmara. Um que resulta do "deserto legal" relativamente às interrelações da escola com outras instituições. Como ele refere:

*"...há aqui necessidade de legislação que preveja as interrelações escola/escola, escola/autarquias, escola/loutras instituições. (...) e isto é um obstáculo relativamente à institucionalização de muitos projectos."*

Outro obstáculo, que decorre deste, é a inexistência de um órgão coordenador dos recursos educativos. Na verdade como ele diz:

*"...há uma riqueza de oferta impressionante, desconhecida e o nosso problema por vezes é não encontrar formas articuladas de gestão equilibrada, de potenciação desses recursos e do seu desenvolvimento."*

Um terceiro obstáculo seria a falta de "know how", praticamente ultrapassado nos últimos tempos na Câmara do Seixal, com o recrutamento de novos técnicos, mas a maioria das câmaras continua insuficientemente apetrechadas para intervir nesta área. Por último, um obstáculo permanente, as dificuldades financeiras, embora como afirma:

*"...deva ser sublinhada a circunstância do Seixal, nesta altura e nas datas anteriores, afectar, para esta área de intervenção, verbas muito mais avultadas do que era vulgar nesta região e no país."*

Relativamente às facilidades refere duas. Uma era a "necessidade objectiva", sentida pelos agentes educativos, de programas de coordenação que orientassem a sua intervenção na educação comunitária; outra era a apetência dos profissionais, sobretudo os professores do 1ºciclo, pelo trabalho conjunto de intervenção na comunidade. A este propósito diz:

*"...considero que uma das coisas mais importantes ali, foi de facto o trabalho de interligação entre as pessoas, os agentes activos de toda a comunidade. (...). As pessoas assumem deliberadamente o trabalho conjunto e fazem desse trabalho conjunto uma das forças daquela comunidade. Aliás, eu penso que isso tem contribuído muito para um conceito que eu várias vezes tenho falado, que é o de auto-imagem do Município. (...). As pessoas têm uma auto-imagem das suas instituições muito valorizada e eu penso que é valorizada...foi sendo valorizada, no decurso de experiências bem sucedidas".*

Com excepção da falta de "know how", o actual vereador refere-se aos obstáculos identificados pelo ex-vereador, opinando que os mesmos existem por falta de vontade política do poder central, que não completa o quadro jurídico que deveria sustentar a gestão do "sistema educativo em termos regionais e locais", conforme previsto na lei de bases do sistema educativo, de 1986, e não faz acompanhar a descentralização de competências, da respectiva comparticipação financeira. Mas, para ele, estas críticas têm que ser perspectivadas numa problemática mais vasta, que é a opção por um modelo de desenvolvimento em que a participação das comunidades regionais ou locais é uma das suas dimensões fundamentais. *"Uma dimensão de desenvolvimento que tem que significar maiores condições de participação e decisão em termos locais, das instituições, naturalmente, e das autarquias e do poder local."*

Obstáculo a qualquer projecto educativo é, no sua opinião, *"a situação preocupante(...) de degradação do equipamento escolar, de sobrelocação"* em que se encontram as escolas do 2º e 3º ciclos e secundário.

Facilitadora da intervenção educativa da Câmara, é, para este entrevistado, a sua própria estratégia, *"uma aposta de participação em todos os momentos, uma participação de forma que todos se sintam identificados com os problemas, num diálogo permanente, numa relação muito estreita, com a necessidade efectiva de um trabalho de parceria"*; e a existência de *"um espírito de comunidade educativa"*, para o qual esta estratégia contribui.

Embora não faça uma identificação directa daquilo que poderão ser facilidades ou obstáculos à intervenção educativa da Câmara, o responsável pelo Sector do Ensino refere a necessidade de esta ter *"um papel definido estatutariamente"* que sustente a sua intervenção no sistema local de ensino. Em sua opinião:

*"é fundamental, para a autarquia, que tem responsabilidades na política de desenvolvimento do Concelho, portanto de uma comunidade, puder apresentar-se como parceiro, ao lado dos serviços específicos do Ministério da Educação, ao lado das escolas na gestão, numa perspectiva de planificação do próprio sistema, isso é fundamental."*

Considera, por outro lado, que a estratégia seguida pela Câmara tem tido *"um papel extremamente importante na dinamização daquilo que se pode considerar a comunidade educativa"* pensando mesmo que, *"por via do papel da autarquia, existe uma certa personalidade da comunidade educativa com algumas características próprias..."*.

## 2.2.- Opinião de parceiros

De uma maneira geral todos os parceiros identificam as limitações da Câmara relativamente a recursos financeiros e em dois casos mesmo humanos - a directora da Escola Primária nº3 de Amora e a coordenadora do Pólo do Seixal da E.S.E. de Setúbal - como obstáculos à sua intervenção educativa, embora, como já se viu, quase todos considerem que a mesma, nesta área, faz mais do que aquilo a que é obrigada legalmente. Alguns parceiros, como é o caso do presidente da S.F.T.S. e da directora da Escola Primária nº3 de Amora, pensam mesmo que a Câmara faz o máximo que lhe é possível com os recursos de que dispõe.

A inexistência de um quadro legal, que sustente o papel activo que a Câmara assume na dinamização da comunidade educativa local e que, como refere o presidente do Conselho

Directivo da Escola S. do Seixal nº1, "de uma forma institucional vise alargar as suas competências", é apontado por alguns como obstáculo à acção da mesma.

Obstáculo é também considerado, por vários parceiros, a ausência de instrumentos legais de coordenação das intervenções dos vários agentes educativos locais/municipais.

Como factores facilitadores da intervenção educativa da Câmara os parceiros, de uma maneira geral apontam os seguintes:

a) - Vontade política para intervir nesta área, que se traduz numa grande disponibilidade, incluindo a financeira, e empenhamento para participar na educação comunitária, através de iniciativas próprias, cooperando com parceiros ou apoiando outros agentes educativos. Vários parceiros afirmam que muitas das suas actividades não eram possíveis de realizar sem o apoio da Câmara, sendo um dos exemplos mais ilustrativos desta situação o que se refere às actividades da C.C.E.E. do Seixal que, de acordo com as palavras do seu responsável, não seriam possíveis de realizar, na sua maioria, sem o apoio da Câmara.

Vontade política, que se traduz também na qualificação do quadro de pessoal que intervem nesta área. Como diz o presidente da Escola Secundária do Seixal nº1, *"esta perspectiva da Câmara em relação ao ensino não é porque tenha como colaboradores professores, é o contrário, já tem como colaboradores professores porque a perspectiva da Câmara é essa."*

b) - A estratégia geral adoptada pela Câmara para intervir nesta área, que se traduz essencialmente na criação de condições para a participação de todos na educação comunitária, para o trabalho em parceria e para a diálogo permanente com todos os agentes educativos; e que passa pela preocupação com o trabalho planificado, de que são referidos como exemplos os P.A.C.s e os protocolos, e com a informação/divulgação do mesmo.

c) - Grande disponibilidade dos agentes educativos em geral, e em particular dos professores. Opinião que não é corroborada pelo presidente do conselho directivo da Escola Preparatória de Corroios nº1, que considera que não há da parte dos professores uma correspondência em relação às solitações da Câmara. A este proposito diz o seguinte:

*" Os professores vão colaborando, vão entrando nestas iniciativas, mas parece-me que, neste momento, ainda não há uma grande colaboração, não digo por culpa da Câmara, mas mais por culpa dos professores."* Opinião contrária têm outros parceiros como é o caso da representante da E.S.E. de Setúbal no Pólo do Seixal que diz: *"Penso mesmo que*



*a atitude dos professores do Seixal é bastante diferente da atitude dos professores de outras regiões , é uma atitude muito mais participativa."*

### **3 - Coordenação das políticas educativas locais e protagonismo da Câmara**

Como já antes se verificou os responsáveis camarários e alguns dos parceiros educativos da Câmara reconhecem como um obstáculo à intervenção educativa desta no sistema educativo local, a ausência de um quadro legal que a sustente e que institucionalize a necessária coordenação entre os vários agentes educativos locais. Esta constatação tem implícita um pressuposto que é a necessidade da existência de um órgão de gestão local do sistema educativo em que a Câmara deve estar representada.

Que órgão deve ser esse?

Qual o protagonismo da Câmara nesse órgão?

#### **3.1. - Opinião de responsáveis camarários**

O ex-vereador apresenta uma opinião muito definida sobre esta problemática, afirmando o seguinte:

*"O que nós devíamos era ter uma posição compatível com as responsabilidades que nos estão cometidas pela legislação em vigor, devíamos assumir o âmbito de Conselho Local de Educação (...), está em discussão aqui em Almada , no Seixal, em todo o lado, é uma questão actual. As autarquias penso que são as instituições intimamente ligadas às direcções regionais, via coordenações de áreas educativas, para serem parceiros importantes em órgãos locais de coordenação do sistema educativo, de âmbito municipal, intermunicipal ou regional, onde tinha sentido ser apreciado: o programa de desenvolvimento de rede escolar; apoios de complemento educativo; os programas municipais de formação contínua, não a Câmara a fazê-lo, mas a participar nalgumas acções; a oferta necessária no domínio da formação profissional.*

*Portanto um organismo onde tivessem assento as escolas do ensino regular, do ensino não regular, todas as instituições que de uma forma ou de outra prossigam fins educativos, as associações empresariais,(...) para participarem activamente na definição de quais eram as vias vocacionais e profissionais das escolas do ensino regular (...), e as escolas que era necessário criar no concelho para garantir a complementaridade necessária à formação profissional das escolas regulares. (...), onde a Câmara devia ser um parceiro*

*de relevo. E aqui podia ser um conselho a funcionar sob a égide conjunta do Ministério de Educação, via organismos locais ou regionais, e a Câmara, não para tutelar nada mas a instância que propicia o encontro de todos estes organismos e o funcionamento de um órgão que eu julgo que é absolutamente necessário".*

O actual vereador tem acerca desta questão uma opinião muito próxima do ex-vereador.

Depois de considerar que no concelho do Seixal, e de uma maneira geral no distrito de Setúbal, *"há um conjunto de experiências que têm de ser consideradas , num quadro evolutivo de uma maior participação local e regional no sistema educativo"*, afirma a necessidade de um órgão de gestão local do sistema educativo e refere que está a aprofundar conjuntamente com os conselhos directivos da zona pedagógica 12 e as associações de pais, a possibilidade da sua criação .E diz a este propósito:

*"Julgo que efectivamente há condições, mesmo não estando institucionalizado, não existindo um quadro legal, para que possamos formalizar ainda mais, qualificando o nível de participação nos diversos momentos do processo educativo, da sua gestão no Concelho, e criar uma estrutura com esse tipo de características. Agora é evidente, uma estrutura que não tem carácter institucional, não poderá ter o tipo de intervenção que só é possível sendo reconhecida e sendo- -lhe dadas condições."*

Sobre o protagonismo da Câmara neste órgão, pensa que o mesmo se deve enquadrar na linha do que tem sido a estratégia geral de intervenção educativa da Câmara - o trabalho de parceria. A este propósito diz:

*"...naturalmente que a câmara terá no futuro do poder local mais competências na área da educação, nós defendemos isso, noutro espaço, em que a intervenção directa da administração local no processo da educação será com certeza positiva, mas além das competências que terá, a forma efectiva de estar num órgão destes deve ser um pouco no sentido do que tem sido a nossa relação, efectivamente de parceiro."*

Procurando caracterizar um pouco o que poderá ser esse órgão, afirma:

*"Eu julgo que um órgão de gestão local - e devemos caminhar nesse sentido - com âmbito de intervenção definido, mas uma intervenção que permitisse uma maior eficácia...com objectivo de uma educação de âmbito comunitária, de uma educação que abranja os cidadãos do Concelho, tem efectivamente cada vez mais condições para ser um projecto que se impenhe no próprio desenvolvimento local."*

O responsável pelo Sector de Ensino, sobre esta matéria, vai ao encontro dos outros dois responsáveis camarários.

Perspectivando a política educativa local como uma das dimensões da política de desenvolvimento local, considera que a Câmara, como um dos agentes da política local, deve participar na gestão local do sistema educativo, com um estatuto de parceiro, num órgão que assegure essa gestão. Órgão que deveria ser, na sua opinião, na linha do que vem sendo designado por Conselho Local de Educação, *"uma estrutura que tivesse a responsabilidade da planificação do sistema, com uma intervenção clara da Câmara como parceiro"*

Em sua opinião a inexistência deste órgão tem reflexos negativos na rentabilização dos recursos educativos concelhios e na potenciação da concepção de escola aberta, escola em interrelação com a comunidade, para que aponte a reforma educativa em curso. A este propósito e partindo de um exemplo concreto da necessidade de intervenções coordenadas, afirma:

*"Um exemplo concreto é o dos equipamentos gimnodesportivos, em que há uma descoordenação entre a política do Ministério da Educação relativamente à política que a autarquia tem na construção de uma rede de equipamentos desportivos para os seus agentes locais.(...). Nós neste momento, nesta área, temos uma rede de equipamentos desportivos, que cumpre funções à população em geral, através das associações desportivas do Concelho, e temos uma outra rede de infraestruturas desportivas nas escolas, estando ambas insuficientemente potencializadas, porque não há nenhum espaço onde estas duas estruturas se encontrem"*

Em conclusão, sobre esta questão considera:

*"...as autarquias têm também de ter um papel definido estatutariamente na rentabilização de recursos, na coordenação e integração dos diversos recursos que estão investidos no sistema, em termos de facto de potenciar esta concepção de escola, escola de facto cultural, escola aberta ao meio, escola enquanto instituição privilegiada na vida local. E aí, voluntariamente as autarquias, umas mais do que outras, claramente na Câmara do Seixal de uma forma muito positiva, têm cumprido este tipo de função. Não lhes é reconhecido, pelo Ministério da Educação, este estatuto, mas penso que o desenvolvimento do sistema irá necessariamente, até numa perspectiva de rentabilização de recursos, levar a esse reconhecimento."*

### 3.2 - Opinião de alguns parceiros

Embora da parte de alguns parceiros não haja uma explicitação clara acerca da necessidade de uma intervenção educativa integrada a nível local, todos têm em comum o facto de reconhecerem a necessidade de uma das suas vertentes - a rentabilização dos recursos educativos, materiais e humanos, a nível local.

Têm também em comum o facto de atribuírem à Câmara um papel relevante, na estrutura orgânica que cada um apresenta para sustentar a intervenção educativa integrada a nível local ou a gestão integrada dos recursos educativos concelhios. Esta estrutura é apresentada com características diferentes, decorrentes, naturalmente, de diferentes perspectivas sobre a problemática das políticas educativas locais.

O presidente do Conselho Directivo da Escola S. do Seixal nº 1, depois de se referir aos centros de recursos a nível concelhio ou regional como solução para a optimização dos recursos educativos locais, colocado perante a questão da necessidade da coordenação das políticas educativas locais, considera "fundamental" a existência daquilo que ele designa por "Conselho Municipal de Educação", em tudo semelhante ao referido, pelos responsáveis autárquicos, Conselho Local de Educação, atribuindo na composição deste órgão um forte protagonismo à Câmara, que justifica dizendo:

*"...um protagonismo muito grande da Câmara Municipal que representa no fundo...a Câmara foi eleita por quem? Pela população do Concelho. Portanto deve ser interventora (...) na política de educação do seu concelho (...), de uma forma organizada, e aqui a legislação dificulta"*

Na sua opinião, mesmo sem reconhecimento institucional, as câmaras devem avançar para a criação deste órgão. A este propósito diz:

*"Acho que as câmaras devem forçar e devem criar esse órgão, que eu estou convencido que irá dar alguns frutos; e enfim obrigar aqui o poder central, a nível do Ministério da Educação, a participar nesse órgão. (...), porque pode ser que forcem (as câmaras) a uma outra participação organizada."*

Para a gestão integrada das políticas educativas locais, defende o presidente do Conselho Directivo da Escola Prep. de Corroios nº1, " talvez um órgão tipo Conselho Municipal, mas especializado", justificando da seguinte forma a intervenção da Câmara no mesmo:

*"...porque as escolas à partida (...) até têm capacidade de se juntarem e reunirem, enquanto por exemplo a nível dos clubes e das colectividades já as coisas se tornam um pouco mais difíceis, se não houver uma intervenção por parte da Câmara."*

Duas intervenientes activas no desenvolvimento do processo do Pólo do Seixal, a representante da E.S.E. de Setúbal e a directora da Escola Primária nº3 de Amora, consideram ser esta a estrutura, de acordo com os objectivos com que foi criado, indicada para coordenar *"todo o desenvolvimento da comunidade educativa"*. Como justificação da sua opinião a representante da E.S.E., afirma:

*"A ideia dos pólos, concretamente o Pólo do Seixal que se desenvolveu mais no 1º ciclo, inicialmente, era estar sempre aberto a todos os graus de ensino e a todos os parceiros da comunidade educativa. Simplesmente até hoje .... isto é um processo moroso, as pessoas estão muito habituadas a funcionar em capelinhas e tem sido difícil; porque a ideia do Pólo era precisamente ser um organismo que coordenasse todo o desenvolvimento da comunidade educativa, que no Pólo estivessem como parceiros (...) as colectividades, as autarquias, o ensino particular..."*

Grande optimismo, relativamente ao desenvolvimento do Pólo, revela a outra parceira, que considera que a Associação de Pólo da Região Ocidental da Península de Setúbal, constituída em Maio de 1992, como *"necessidade de defender e aprofundar as dinâmicas de trabalho desenvolvidas pela Rede de Pólos"*( Rui d'Espiney, 1992), veio criar grandes expectativas para o Pólo do Seixal.

A Câmara é considerada por ambas, como um "parceiro privilegiado" e "fundamental" no Pólo. A representante da E.S.E. justifica assim a importância dos órgãos autárquicos no processo de formação de pólos:

*"...os pólos foram-se formando conforme as autarquias estavam ou não abertas a este tipo de trabalho, não se formava um pólo sem que a autarquia estivesse de acordo, quer dizer considerámo-las parceiros privilegiados deste processo de desenvolvimento local"*

Com uma função essencialmente de rentabilizar, a nível concelhio, os recursos educativos e "estabelecer a ligação das iniciativas", o responsável pela C.C.E.E. do Seixal é de opinião que o centro de recursos era a resposta mais adequada para a coordenação das políticas educativas locais.

Um centro de recursos, *"que é mesmo necessário para a vida educativa da Câmara do Seixal"*, onde se pudessem *"concentrar todos os agentes educativos num só local. (...). Pronto podia ser um organismo de apoio aos vários agentes educativos do Concelho."*

*Com o apoio da Câmara como do poder central, porque o poder central é o responsável maior pela educação a nível nacional".*

O presidente da S.F.U.S., colocado perante a questão das vantagens da existência de órgão coordenador das políticas educativas locais, reage de uma forma um pouco reticente. *"Isso é capaz de ser funcional, mas não sei se as colectividades iriam aceitar"*

*"Sou capaz de estar de acordo...pois se houver uma cúpula a dirigir isso"* Cúpula na qual ele considera que a Câmara tem um papel essencial.

A directora do C.F.P. justifica assim a sua concordância com a necessidade de existência de coordenação das políticas educativas locais e de um órgão que as sustente:

*"...num sentido lato de uma equipa que tivesse por objectivo evitar que houvesse entidades a fazer o mesmo, com o objectivo de evitar que se duplicassem despesas, se duplicassem esforços humanos, intelectuais, físicos, desgastes de materiais, investimentos enormes, portanto tudo isso era positivo, porque assim havia quem olhasse para uma gestão integrada de um objectivo comum que é a formação, quer educativa quer profissional."*

Curiosa é a opinião do director do Centro de Saúde do Seixal, que considera que a resposta às necessidades de gestão das políticas educativas locais, passa pela implementação da Comissão de Bem Estar e Saúde, órgão central, de cúpula, do projecto Cidades Saudáveis, apresentado à OMS. Assembleia presidida pelo presidente da Câmara e onde estão representados como parceiros o Centro de Saúde, a segurança social, o Centro de Emprego e Formação Profissional, escolas de vários níveis de ensino, colectividades... A sua função principal é coordenar e implementar projectos integrados a nível local, que tenham ou não a ver directamente com a saúde mas que de alguma forma possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Em síntese podemos concluir que a Câmara tem uma intervenção que ultrapassada, assumidamente, as atribuições e competências que o actual quadro político-administrativo lhe confere, apesar das dificuldades institucionais e financeiras que obstaculizam a sua acção.

A grande disponibilidade dos agentes educativos - para o trabalho comunitário e em particular em parceria com a Câmara - a que certamente não é estranha a tradição associativa do Concelho - facilita, no entanto, o trabalho de intervenção educativo da Câmara, como o reconhecem os próprios responsáveis camarários.

No que diz respeito à rentabilização dos recursos educativos concelhios e à coordenação das políticas educativas locais, apesar do significativo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Câmara, há reconhecimento por parte dos responsáveis da Câmara e de alguns parceiros educativos desta, que a inexistência de legislação que institucionaliza a interação da Câmara com os agentes educativos concelhios e, particularmente a inexistência de um órgão local com poderes de decisão sobre o sistema educativo local, são um obstáculo a implementação da política educativa integrada a nível local.

Parceiros educativos e responsáveis autárquicos consideram indispensável a participação da Câmara como parceiros com grandes responsabilidades em qualquer órgão a criar que vise a rentabilização dos recursos educativos locais ou a gestão do sistema educativo local.

## CONCLUSÕES



## **Conclusões**

### **1 - A afirmação da intervenção educativa da Câmara no actual contexto do Sistema Educativo Português**

Uma primeira constatação emerge da análise da política educativa da Câmara Municipal do Seixal: os bloqueios institucionais com que depara não são impeditivos da sua afirmação, de uma forma clara e significativa, no seio da comunidade local.

Nem a vertente centralizadora do sistema educativo, traduzida na inexistência de um quadro legal que sustente a gestão das políticas educativas locais, no plano da rentabilização dos recursos, da coordenação das actividades e na definição das necessidades e da sua articulação com o desenvolvimento; nem a insuficiente autonomia financeira do Município, têm impedido que a Câmara venha assumindo um crescente protagonismo na educação comunitária, mobilizando importantes recursos humanos e financeiros, atingindo estes, no conjunto da área educação, cultura, desporto e tempos livres, valores percentuais, relativamente ao orçamento total da Câmara, que ultrapassam os 20%.

Há, pois, uma intencionalidade clara de intervenção no sistema local de ensino, conscientemente assumida no discurso e na prática, sabendo os autores sociais responsáveis por ela o que fazem e por que o fazem, constatação que, segundo Guerra(1991, pp183 e184), deve ser uma das preocupações das ciências sociais.

Para além dos recursos anteriormente referidos esta intervenção é sustentada por uma planificação anual sistemática, de que os Planos de Acção Cultural são um importante instrumento e por uma estrutura orgânica específica para esta área - o Sector de Ensino.

Os eleitos camarários assumem esta intervenção no quadro das responsabilidades que a comunidade lhes cometeu, tendo em vista a melhoria da sua qualidade de vida.

### **2 - Contextos facilitadores da intervenção educativa da Câmara**

Para além do importante papel que os responsáveis camarários desempenharam, enquanto actores sociais integrados numa certa organização com uma certa margem de liberdade (CROZIER E FRIEDBERG, 1981), devem ser consideradas algumas características da comunidade local facilitadoras da intervenção educativa da Câmara.

Ressalta como uma das mais importantes a forte apetência pelo associativismo, nas suas manifestações culturais recreativas e desportivas, de longa tradição nesta comunidade, e tanto mais significativa se tivermos em conta que este traço da identidade comunitária se manteve, e até podemos considerar se reforçou, depois do surto demográfico verificado a partir da década de 60, com a chegada de população vinda sobretudo do sul do país.

Factor facilitador da intervenção da Câmara em geral, e em particular na área educativa, é a grande identificação da maioria da comunidade com os seus órgãos políticos locais, traduzida na continuidade da mesma força política e do mesmo presidente na gestão camarária, desde a Revolução de Abril até aos nossos dias.

A disponibilidade e a apetência, na expressão do ex-vereador, dos agentes educativos e culturais, para o trabalho comunitário e em parceria com a Câmara, são factores facilitadores da intervenção educativa desta, como o reconheçam os seus responsáveis e alguns parceiros.

Também, o facto de os principais responsáveis pela política educativa, vereador e técnicos, terem formação específica nesta área se traduz num factor de desenvolvimento desta política, como o reconhecem alguns parceiros. O ex-vereador considera que o obstáculo que constituía a insuficiência de técnicos nesta área, foi ultrapassado nos últimos tempos com o recrutamento de alguns deles.

A vontade política da Câmara para intervir nesta área e a estratégia geral adoptada para essa intervenção, que se traduz essencialmente na criação de condições para a participação de todos os agentes educativos na educação comunitária, são referenciados pelos parceiros como factores facilitadores da intervenção camarária.

### **3 - A Câmara como recurso e agente educativo da comunidade**

Os papéis que a Câmara assume, na sua intervenção política enquanto organização representativa do poder local, variam muito de acordo com as imposições legais, a sua intencionalidade política, as solicitações dos agentes educativos locais e dos munícipes em geral.

No quadro das suas atribuições e competências ao nível do 1º ciclo do ensino básico e no domínio dos edifícios, equipamentos, acção social escolar e transportes, os responsáveis camarários consideram ter havido uma resposta às necessidades da comunidade. A directora da Escola Primária nº3 considera mesmo que, relativamente à manutenção e

conservação de edifícios, a actuação da Câmara tem sido exemplar. No entanto, apesar do ritmo considerável de construção de salas de aulas que a Câmara empreendeu depois da segunda metade da década de 80, no ano lectivo de 1991/1992, segundo estudo da equipa do Plano Director Municipal, para uma taxa de cobertura de 100%, com as escolas a funcionarem em regime normal, havia ainda um defice de salas de aulas em Amora, Arrentela e Corroios.

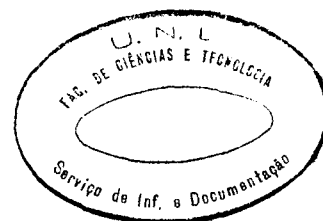
A intervenção na área da educação pré-escolar pode ser considerada como um dos aspectos menos positivos da política educativa da Câmara, como o faz também notar um dos entrevistados, o presidente do Conselho Directivo da Escola Preparatória de Corroios, pois, até ao ano lectivo de 1990/91 não existia rede pública do ensino pré-escolar.

Embora a lei de bases do sistema educativo, lei 46/86, estabeleça que incumbe ao Estado assegurar a existência de uma rede de educação pré-escolar, prevê a possibilidade de a mesma ser constituída por iniciativa do poder local (artº 5), o que só veio a acontecer no ano lectivo de 1991/1992, com o início da execução do "Programa de Implantação da Rede Oficial de Jardins de Infância", aprovado pela Câmara Municipal do Seixal, em Abril de 1991.

Significativa e mesmo inovadora, ultrapassando a âmbito das suas competências, como o referem os responsáveis camarário e os parceiros educativos da Câmara, é a intervenção desta no domínio da formação de professores do 1º ciclo, sobretudo na área da educação física, onde tem vindo a desenvolver desde o ano lectivo de 1987/88 um trabalho de reconhecida qualidade, conforme é referido em três das entrevistas dos parceiros educativos da Câmara e na área da alfabetização musical, cujo projecto envolveu, no ano lectivo de 1991/92, a participação de 3 600 alunos e 196 professores.

Na área de educação de adultos a importância do trabalho de cooperação e parceria desenvolvida com a Coordenadora Concelhia de Extensão Educativa é ilustrada com a referência do responsável por esta de que a maioria do trabalho sócio-educativo não seria possível de realizar sem o apoio que a Câmara tem dispensado.

Todos os parceiros ligados aos diferentes níveis do sistema regular de ensino consideram importante o apoio e a colaboração da Câmara e nalguns casos mesmo indispensável, como acontece com as visitas de estudo com deslocações para fora da área da escola, para as quais a Câmara disponibiliza três autocarros, sem que lhe incuba quaisquer "obrigações" nessa área.



A intervenção da Câmara no sistema regular de ensino não se esgota nos apoios materiais e na formação de professores já anteriormente referidos, mas passa também pela colaboração ou parceria em projectos/actividades educativas, da iniciativa de um dos parceiros ou da iniciativa conjunta, que se orientem no sentido da ligação escola comunidade ou da inovação pedagógica e curricular.

Destaque especial merece a intervenção educativa da Câmara no domínio do desporto escolar, animação teatral e educação ambiental, não só por estes projectos envolverem uma forte interacção entre as escolas e a comunidade local, mas também pelo facto de a Câmara desenvolver um trabalho de formação de formadores nestes domínios.

Verificamos, pois, que a intervenção da Câmara no domínio do sistema regular de ensino ultrapassa as suas competências legais, exercendo mesmo nalgumas situações um papel supletivo dos órgãos da administração central.

Tanto na perspectiva de recurso como na de agente educativo constata-se que a Câmara se norteia por um quadro conceptual que privilegia a acção junto das escolas no entendimento, como já atrás foi referido, de que:

1. A escola se poderá transformar num espaço de liberdade, de convivência, de criatividade e avaliação crítica do real, proporcionando o desenvolvimento integral da personalidade, promovendo os valores da paz e da tolerância e tornando-se um factor de progresso sócio-cultural e de tomada de consciência de especificidades e identidades regionais/locais;
2. A escola tem virtualidades como pólo de animação pedagógico-cultural no espaço comunitário em que está inserida, podendo articular a sua acção com outras instituições da comunidade.

A Câmara utiliza, assim, a escola, enquanto espaço social privilegiado para a animação pedagógico-cultural, como agente da sua política educativa.

No entanto, partindo de uma concepção globalizante de educação, que visa o homem na sua totalidade e durante toda a sua vida, e reconhecendo portanto que o acto educativo não se esgota nas instituições de ensino, a Câmara solicita ou dá apoio a outros agentes educativos da comunidade, ou desenvolve com eles actividades em parceria, corporizando assim as várias dimensões da sua política educativa.

Participação, cooperação, diálogo, trabalho em parceria são princípios estratégicos orientadores do desenvolvimento das dimensões da política educativa da Câmara, que

contemplam domínios tão diversos como a educação para a saúde, animação desportiva, dinamização associativa...

Todos os parceiros educativos entrevistados, com excepção da directora da Escola de Formação Profissional do Instituto do Emprego e Formação Profissional, que não tinha informação por se encontrar há pouco tempo no exercício das suas funções, reconhecem que a Câmara tem vindo a desempenhar um papel educativo com algum significado nas suas áreas respectivas (sistema regular de ensino, saúde, educação de adultos e associativismo).

Do discurso e da prática dos responsáveis camarários emerge, por sua vez, o princípio de que a Câmara não se pretende substituir aos agentes educativos ou culturais locais, mas ser fundamentalmente um parceiro dos mesmos. É, no entanto, notório que a Câmara tem vindo crescentemente a assumir-se como "*pólo aglutinador e espaço de reflexão, de discussão e de programação* ", na expressão do responsável pelo Sector de Ensino, das políticas educativas locais.

É neste contexto que se deve entender a preocupação da Câmara com a Plano de Acção Cultural (PAC) que, elaborado conjuntamente com as escolas de ensino regular, tem vindo progressivamente a clarificar o quadro conceptual que o orienta e a alargar o leque de parceiros que sustentam a sua implementação.

Embora se dirija particularmente à comunidade do sistema regular de ensino (alunos, professores e encarregados de educação), o carácter abrangente, alargado à comunidade local, de muitos dos seus projectos e actividades, tornam-no hoje um instrumento essencial de uma intervenção planificada, que procura articular no espaço comunitário/concelhio diferentes níveis e dimensões da acção educativa, nomeadamente nos planos dos recursos, dos equipamentos e dos agentes directa ou indirectamente envolvidos. Como se lê na introdução do PAC de 1991/1992:

*" Os Planos de Acção Cultural que a Autarquia edita regularmente são a expressão de uma dinâmica própria de cooperação entre os diferentes agentes educativos que de forma progressivamente articulada têm vindo a conceber projectos abertos à comunidade (...).*

*A Câmara Municipal ao procurar, de uma forma empenhada, apoiar, estimular, dar enquadramento e muitas vezes promover projectos e programas educativos, não pode deixar de reconhecer com satisfação que hoje existe no Concelho uma forte Comunidade Educativa com uma identidade Cultural e Pedagógica própria "*

Em conclusão, parece podermos afirmar que a Câmara Municipal o Seixal tem vindo a assumir nos últimos anos um grande protagonismo no desenvolvimento de uma política

educativa integrada a nível municipal, embora haja ainda alguns obstáculos à concretização plena desta política.

#### **4 - O Conselho Local de Educação no contexto da política educativa local**

Referida pelos responsáveis camarários e pelos parceiros educativos da Câmara como obstáculo central à implementação de uma política educativa integrada a nível local é a inexistência de legislação que enquadre a transferência de poderes de decisão para o plano regional ou local, conforme previsto nos D.L.s nº43/89 e nº172/91.

Mais concretamente, os responsáveis autárquicos entrevistados e um dos parceiros educativos referem como indispensável, para o desenvolvimento de políticas educativas integradas a nível local, a existência de concelho locais de educação, a que já anteriormente nos referimos. Os restantes parceiros, embora sob designações diversas reconhecem a necessidade da existência de uma estrutura que rentabilize os recursos educativos a nível concelhio.

As limitações da Câmara relativamente a recursos financeiros são na generalidade, apontadas por todos os entrevistados, como obstáculos à intervenção educativa da mesma e consequentemente à implementação de uma política educativa integrada a nível municipal, visto que todos os entrevistados consideram que a Câmara tem sido a grande protagonista na dinamização e coordenação do sistema local de ensino e que terá necessariamente de assumir esse protagonismo num futuro órgão de gestão das políticas educativas locais.

A criação do Conselho Local de Educação é encarada com algum entusiasmo por alguns autarcas e agentes educativos, sobretudo no distrito de Setúbal, onde, nas palavras do actual vereador da educação da Câmara do Seixal, *"há um conjunto de experiências que têm de ser consideradas, num quadro evolutivo de maior participação local e regional no sistema educativo"*.

Mesmo sem a institucionalização deste órgão pelo poder central há quem considere possível e até necessário que as câmaras avancem com a sua criação, na convicção de que existem condições para tal. É esta a opinião do actual vereador do pelouro da educação do Câmara do Seixal e do presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária do Seixal nº1.

No Seixal a criação desta estrutura é um processo em discussão no seio da comunidade educativa. Noutros concelhos o processo também já conhece algum desenvolvimento,

como acontece em Almada, onde se discute uma proposta da Associação Semear Para Unir de constituição do Conselho Municipal de Educação.

Todos os parceiros entrevistados consideram necessário que a Câmara venha a ter um forte protagonismo nas estruturas da política educativa local que eventualmente se venham a criar. Os responsáveis autárquicos consideram que a posição da Câmara no Concelho Local de Educação deve ser de parceiro, embora reconheçam que, com órgão autárquico representativo da comunidade e na perspectiva futura do alargamento das suas competências, a Câmara deva ter um importante papel nesta estrutura. Um papel de *"relevo sob a égide conjunta do Ministério da Educação, via organismos locais e regionais"* como refere o ex-vereador.

Nós pensamos que a experiência de intervenção educativa da Câmara do Seixal nos mostra que a institucionalização e funcionamento de um órgão como o Conselho Local de Educação é indispensável para a implementação plena de políticas educativas integradas a nível local.

As dinâmicas educativas de cada região ou local farão certamente surgir experiências diversas, com já está a acontecer. Pensamos, no entanto, que, independentemente das necessárias adaptações locais, deveriam existir em todos os municípios conselhos locais de educação ou municipais de educação, em que estivessem assegurados alguns princípios que passamos a referir.

Deve assegurar-se a participação efectiva da comunidade local nesta estrutura, através dos seus órgãos ou instituições representativas (autarquias, escolas de todos os graus de ensino, associações de pais, associações de alunos, associações culturais, recreativas ou desportivas, instituições ligadas à saúde e à segurança social, associações empresariais e sindicais...) e a representatividade do Ministério da Educação através das suas estruturas regionais ou locais.

Globalmente o Concelho Local de Educação deve ser um órgão de dinamização e de coordenação das actividades educativas comunitárias, tendo em vista nomeadamente: a gestão integrada dos recursos educativos locais; a organização da rede escolar e transportes escolares; planificação das necessidades educativas articuladas com os planos de actividades das autarquias e com os planos de actividades e projectos das escolas; coordenação de projectos integrados no domínio socio-educativo, que envolva todo o município.

Num sistema educativo em que a vertente centralizadora é dominante, muitas questões se levantam à volta deste órgão, não sendo a menos complexa a delimitação dos seus

poderes decisórios. Os mecanismos da representação comunitária, sobretudo nos grandes municípios, será outra das grandes questões a resolver.

Institucionalizado ou não pelo poder central, e apesar das dificuldades, pensamos que, pelo menos nalgumas regiões do país, este órgão virá a ser criado, sendo certamente inevitável a sua institucionalização se se concretizar o anunciado aumento de competências das autarquias no sistema local de ensino.

## **5 - Intervenção educativa e desenvolvimento local**

Considerando os responsáveis autárquicos que a Câmara deve "*ser um motor de desenvolvimento e de progresso social*" e assumindo como área prioritária da sua intervenção, a par das infra-estruturas básicas, a educação, cultura e desporto, a Câmara opta claramente por uma concepção de desenvolvimento que tem na educação uma das suas dimensões fundamentais.

Associando a melhoria do sistema educativo à melhoria das condições de vida das populações, como o referem nas entrevistas os responsáveis autárquicos, reconhecem estes responsáveis a necessidade da dimensão educativa do desenvolvimento.

No Plano de Actividades e Orçamento de 1991 explicita-se mesmo que a intervenção da Câmara se tem norteado por uma concepção de desenvolvimento integrado, privilegiando as vertentes económico-social, cultural e a sua dimensão humanística (p.19).

Para além da melhoria das condições de vida da população, a intervenção camarária visa como finalidade contribuir para o aumento da coesão e das solidariedades sociais e para a fixação e integração das populações na vida municipal, na busca de uma identidade comunitária.

A criação de condições para a participação da população na vida comunitária e a preocupação com a rentabilização dos recursos endógenos, entre os quais os educativos, princípios estratégicos que orientam a intervenção camarária, são indicadores que reforçam a concepção de desenvolvimento local de acordo com o paradigma territorialista a que já anteriormente nos referimos. Desenvolvimento "*que assenta:*

- numa visão integrada (e não meramente economicista) (...) do Desenvolvimento;

- numa importância vital das comunidades locais, das suas necessidades e capacidades para a definição do Desenvolvimento;



- na valorização das identidades regionais e locais;

(...)

- na descentralização e não na desconcentração ;

(...)

- numa efectiva defesa do ambiente "(AMARO, 1991, p.170).

É no quadro desta concepção de desenvolvimento que deve ser entendida a preocupação da Câmara com uma intervenção educativa integrada a nível do município e que se justifica, a nível do sistema educativo, a transferência de poderes de decisão para o plano local.

Embora considerando que nas ciências sociais a maior parte das interrogações que começam por "porquê" não exigem generalizações como tipo de resposta (GUERRA, 1991,p.183), para a nossa questão central - que papel tem tido (no período de 1986/1992) a Câmara do Seixal na definição e implementação de uma política educativa integrada ao nível do seu Município - encontramos algumas respostas , concluindo na globalidade pelo forte protagonismo da Câmara no desenvolvimento de uma política educativa integrada a nível do seu Município, no plano dos recursos, dos equipamentos e até de alguns agentes educativos, servindo-se do Planos de Acção Cultural como um dos instrumentos fundamentais dessa política.

Mas mais do que respostas no nosso trabalho de investigação encontramos interrogações, que não pudémos seguir por ultrapassarem o âmbito das nossas questões orientadoras, mas que poderão ser futuras pistas de investigação.

## **BIBLIOGRAFIA**

## BIBLIOGRAFIA

ABDEL-MALEK (A), "et al", 1984, Clés pour une stratégie nouvelle du développement, Paris, UNESCO.

AMARO (R), 1991, "Lógicas de especialização da economia portuguesa", in: Sociologia- problemas e práticas nº10, pp. 161 a 182, Lisboa, CIES.

AMBRÓSIO (T) , 1985 "Aspirações sociais e políticas da educação", in: Análise social nº 87,88,89, 3ª série, pp 1023 a1039 Vol. XXI, Lisboa, I.C.S.

AMBRÓSIO (T), 1981, "Democratização de ensino", pp 575 a 601, in: SILVA (M) e TAMEN (M), Sistema de ensino em Portugal, Lisboa, F.C.Gulbenkian.

AMBRÓSIO (T), 1987, Aspirations sociales, projets politiques et efficience socio-culturelle. Le cas de l'éducation au Portugal. Thèse pour le doctorat d'Etat, Tour.

AMBRÓSIO (T), 1988, Limites metodológicos na investigação dos processos auto-organizativos dos sistemas sociais e humanos, comunicação ao colóquio da A.I.P.E.L.F.

ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses), 1990, IV Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses(relatório- intervenções-conclusões, Mira de Aire, ANMP.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE SETÚBAL (AMDS), s.d., Plano Integrado de Desenvolvimento do distrito de Setúbal, 1ª fase, Setúbal, A.M.D.S..

AVAKOV (R.M) direc., 1980, Le future de l'éducation et l'éducation du futur, Paris, UNESCO.

BARATA (J.P M.) e AMBRÓSIO (T), 1988, Desafios e limites da modernidade, Lisboa, I.E.D.

BARDIN (L), 1977, L'analyse de contenu, Paris, P.U.F.

BARROSO (J), 1990, "Formar professores para intervir na administração das escolas", in: Aprender nº11, pp11 a18, Portalegre, Escola Superior de Educação de Portalegre.

BAUDELOT (C) e ESTABLET (R), 1971, L'école capitaliste en France, Paris, Maspero.

BAUDELOT (C) e ESTABLET (R), 1989, Le niveau monte. Réfutation d'une vieille idée concernant la prétendue décadence de nos écoles, Paris, Édition du Seuil.

BEAUD (M), 1988, L'art de la thèse, Paris, Edition de découverte.

BECKER (G), 1964, Human capital, New Yorque, Nacional Bureau of Economic Research.

BENAVENTE (A), 1990, Escola, professores e processos de mudanças, Lisboa, Livros Horizonte.

BENGALAP (T), 1989, "Os municípios e o desenvolvimento regional", in: Planeamento e Administração, Ano 1, nº2, 1ª série, pp 47-57, Lisboa, C.C.R.L.V.T (Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo).

BERBAUM (J), 1982, Étude systèmigue des actions de formation.Introduction à une méthodologie de recherche, Paris, P.U.F.

BERTON (F), 1988, "Capital humain: une théorie d'actualité?", in: Education Permanent, nº95, pp 33 a 39.

BLANCHET (A), 1983"Epistémologie de l'entretien d'enquête de style non directif, Bulletin de Psychologie nº358, pp 187 a 195.

BLANCHET (A), "et al", 1985. L' entretien dans les sciences sociales, Paris, Dunod.

BOGDAN (R) e BIKLEN (S. K), 1982, Qualitative research for education-an introduction to the theory and methods, Boston, Allyn and Bacon.

BOUDON (R) e BOURRICAUD (F), 1986, Dictionaire de la sociologie, 2ª edição, Paris, P.U.F.

BOUDON (R), 1983, La logique du social, Paris, Hachette.

BOUDON (R), 1984, La place du desordre. Paris, P.U.F.

BOUDON (R), 1990, Os métodos em sociologia, Lisboa, Edições Rolim, tradução de Les méthodes en sociologie Paris, P.U.F.

BOURDIEU (P) e PASSERON (J), 1964, Les héritiers, les étudiants et la culture, Paris, Minuit.

BOURDIEU (P) e PASSERONT (J), 1971, La reproduction, 2ª ed., Paris, Minuit.

BOURDIEU (P), GROS (F), "et al", 1989, Rapport Bourdieu-Gros-Principes pour une réflexion sur les contenues de l'enseignement (texto dactilografado), Paris.

BOWLES (G) e HERBERT (G), 1976, Schooling in capitalist America, New York, Basic Books.

CAILLODS (F), 1987, "L'économie de l'éducation", in Perspectives, Vol. XVII, nº3 (63), pp 514 a 518, Paris, UNESCO.

CAILLODS, (F), 1987, "L'economie de l'education", in: Perspectives vol. XVII, nº3, Paris, UNESCO, pp 514 a 518.

CAINHPAH (V) "et al", 1989, "Développement intégré des competances humaines et planification de l'éducation", in: Perspectives, Vol. XIX, nº1 (69), pp 11 a 35, Paris, UNESCO.

CALLOIDS (F), direc., 1989, Les perspectives de la planification de l'éducation. Paris, UNESCO.

CANÁRIO (M. B), 1990 "A administração das escolas. Comentários à margem de um projecto de reforma", in: Aprender nº11, pp 5 a 10, Portalegre, E.S.E.Portalegre.

CANÁRIO (R), 1987, Problématique de l'innovation: l'interaction entre le C D I (Centre de Documentation et de l'information) et l'établissement scolaire. Thèse pour le doctorat, 2 vol., Bordeaux.

CANÁRIO (R), 1990, O estabelecimento de ensino no contexto local, Portalegre, E.S.E.P., col. Aprender.

CANÁRIO (R), 1992, "Estabelecimento de ensino: a inovação e a gestão de recursos educativos", pp 163 a 187, in: NOVOA (A), coord., As organizações escolares em análise, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

CARNOY (M), 1986, "Reforme et planification de l'éducation en contexte de crise économique", in: Perspectives, Vol.XVI, nº2 (58), pp 225 a 235, Paris, UNESCO.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO NORTE/ DIRECÇÃO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA, 1987, A educação na actividade municipal. Análise do quadro legal e dos suportes organizativos, Lisboa, col. Estudos Autárquicos.

CONSELHO da EUROPA, 1987, Carta europeia de autonomia local, edição portuguesa da Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Lisboa.

CONSELHO da EUROPA, 1991, Education des adultes et mutation sociales. Rapporté intermédiaire(1989)

CONSELHO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 1992, Tratado da União Europeia, Bruxelas, CE.

COOMBS (Ph), 1968, La crise mondiale de l'éducation. Analyse de systèmes, Paris, P.U.F..

COOMBS (Ph), 1985, The world crisis in education: the view from the eighties, New York, Oxford University Press.

COORDENADORA CONCELHIA DE EXTENSÃO EDUCATIVA do SEIXAL(C.CE.E.),1991, Proposta de funcionamento-Ano lectivo de 1991/92 (texto dactilografado)

CORREIA (J), Stoleroff (A) e Stoer (S), 1989, A ideologia da modernização e o sistema educativo (versão provisória dactilografada) s.l.

CROZIER (M) e FRIEDBERG (E), 1977, L'acteur et le système, Paris, ed. Le Seuil.

CROZIER (M), 1987, État modeste, état moderne, Paris, Fayard.

CRUZ (M.A.), 1973, A margem sul do estuário do Tejo e formas de organização do espaço, Lisboa, edição do autor.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, (a) 1986, Actividades lúdicas, caderno 2, documentação de apoio aos professores do ensino primário, Seixal, C.M.S.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, (a) 1991, Protocolo de colaboração entre a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Seixal, C.M.S.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, (a) 1992, "Programa de implementação da rede oficial do pré-primário no concelho do Seixal", in: acta da sessão da Câmara de de 10 de Abril de 1992., Seixal, C.M.S..

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, (b) 1986, Espaços do jogo, caderno 3, documentação de apoio aos professores do ensino primário, Seixal, C.M.S..

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, (b) 1990, "A Câmara Municipal e a comunidade educativa do concelho - sector de educação," Suplemento do Boletim Municipal de Setembro de 1990, Seixal, C.M.S.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, (b) 1991, Memorando relativo à reunião sobre a experiência "Toam", Seixal, C.M.S..

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, (b) 1992, Relatório sobre I Congresso Nacional de Educação Física no 1º Ciclo do Ensino Básico, Cultura Desporto e, Seixal, C.M.S..

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, (c) 1991, "Programa de apoio aos ATLS 1991/1992", in: acta da sessão de Câmara de 8 de Outubro de 1991, Seixal, C.M.S.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, (c) 1992, Programa de formação contínua- Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico, Seixal, C.M.S..

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, (d) 1992, Relatório sobre o projecto Alfabetização Musical, Seixal, C.M.S..

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, 1990/92, Plano Director Municipal- Cadernos temáticos de caracterização e análise, Seixal, C.M.S..

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, 1985, Actividades desportomotoras, caderno 1, documentação de apoio aos professores do ensino primário, Seixal, C.M.S.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, 1987, Protocolo entre a Escola Superior de Educação de Setúbal (E.S.E.) e a Câmara sobre Educação, Seixal.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, 1988, As Autarquias e a comunidade escolar no município do Seixal, guia de apoio, Seixal, C.M.S.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, 1989, 15 anos de poder democrático 1974/1989. Câmara Municipal do Seixal, Seixal, C.M.S.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, 1989, Jogos educativos para o 1º grau do ensino básico, caderno 4, documentação de apoio aos professores do ensino primário, Seixal, C.M.S.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, 1991, Plano Director Municipal - Relatório de Caracterização Geral- Tendências e Diagnóstico, Seixal, C.M.S.



CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, 1991, Plano Director Municipal - Relatório de Estudos Económicos-Respostas, Seixal. C.M.S..

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, Planos de Acção Cultural, dos anos lectivos de 1983/84 a 1991/92, Seixal, C.M.S.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, Planos de Actividade e Orçamento de 1986 a 1992, Seixal, C.M.S..

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, Relatório e Conta de Gerência de 1986 a 1991, Seixal, C.M.S..

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, (a) 1988, As autarquias e a comunidade escolar no Município do Seixal-guia de apoio, Seixal, C.M.S.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, (a) 1990, População escolar 1989/90. Dados recolhidos através de inquéritos pelo Sector de Educação (documento dactilografado), Seixal, C.M.S.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, (b) 1988, Itinerário. O Concelho do Seixal, Seixal, C.M.S.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, 1982, História do Concelho do Seixal -3. Elementos para a história das colectividades, Seixal, C.M.S..

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, 1992, Plano director Municipal, Memória Descritiva, Seixal, C.M.S..

D'ESPINEY (R), 1992, Almada, Palmela, Seixal e Setúbal-Concresso constitutivo da Associação de Pólos da Região Ocidental da Península de Setúbal,

DAVIES (D), "et al", 1989 , As escolas e as famílias em Portugal: realidades e perspectivas, Lisboa, Livros Horizonte.

DIRECÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 1989, Programa da península de Setúbal. Desenvolvimento Regional, Lisboa, D.G.D.R., Col. Programas F.E.D.E.R.

DUARTE (I), 1991, "O indivíduo, o local e o desenvolvimento", in: Sociologia- problemas e práticas nº10, pp183 a 196, Lisboa, CIES.

DUMOND (D), 1990, La systèmique, edição revista, Paris, P.U.F..

EDUCAÇÃO e ENSINO, (rev.), nº7, dossier Escola-Família, Abril/Maio, Setúbal, AMDS. -

EMIDIATO (C), 1978, "Educação e transformação social"

ESTEVES (A.J.) e STOER (S.), 1992, A sociologia na escola-Professores, educação e desenvolvimento, Lisboa, Edições Afrontamento.

FAURE (E), direc., 1977, Aprender a ser, Lisboa, Bertrand, Tradução de: Aprender a être, 1972, Paris, UNESCO.

FIGUEIRA (M) "et al", 1988, Projecto eco II. Diário... uma reflexão, equipa local do Seixal (dactilografado).

FONSECA (J.M.P.), 1981, "Gestão do sistema de ensino" pp 117 a 139, in: SILVA (M) e TAMEN (M), coord., Sistema educativo em Portugal, Lisboa, F. C. Gulbenkian.

G.E.P./M.E.(a), 1988, Documentos preparatórios I, II e III, Comissão de Reforma do Sistema Educativo, Lisboa, G.E.P..

G.E.P./M.E.(b), 1988, Quadro legal do ensino primário, Lisboa, G.E.P..

G.E.P./M.E.(c), 1988, Quadro legal do ensino secundário, Lisboa, G.E.P..

G.E.P./M.E.(d),1988, Práticas de Gestão:ensino primário, Lisboa, G.E.P..

G.E.P./M.E.(e),1988, Práticas de Gestão:ensino secundário,Lisboa , G.E.P..

G.E.P./M.E.(f),1988, Proposta Global de Reforma do Sistema Educativo, Comissão de Reforma do Sistema Educativo, Lisboa, G.E.P.

G.E.P./M.E.(G),1988, Da diversidade de contextos à diversidade de iniciativas, , actas do encontro de 26 a 29 de Abril de 1988 sobre práticas de gestão dos estabelecimentos de ensino não superior, Lisboa, G.E.P.

G.E.P./M.E.,1990, Critérios de planeamento da rede escolar. Recursos físicos, Lisboa, G.E.P..

GAIO (C.M.), 1993, "A mudança organizacional nas autarquias locais-desafios e interrogações",pp 27 a 37, in:COSTA (M.S.) e NEVES (J.P.) coord., Autarquias locais e desenvolvimento, Lisboa, Edições Afrontamento.

GEP/O.C.D.E, 1987, Papel da educação no desenvolvimento socio-económico, Lisboa, O.C.D.E.

GEP/UNESCO,(a) 1989, A gestão da educação a nível local. Planeamento e administração da educação e equipamentos educativos (versão portuguesa), Módulos I, II e III, Lisboa, G.E.P.

GEP/UNESCO,(b)1989,Educação formação e emprego, Lisboa,G.E.P.

GEP/UNESCO,1987, O processo de planeamento da educação(versão portuguesa), Lisboa, G.E.P.

GERMANO (H) e CLAUDINO (S), 1987, Breve caracterização demográfica e escolar do distrito de Setúbal (dactilografado), Setúbal, E.S.B. de Setúbal.

GOMES (A) "et al", 1989, Programa concelhio de formação de educação física no ensino primário, Seixal, C.M.S.

GOUSSAULT (Y) e GUICHAOUA (A), 1989, "La sociologie du développement", pp 395 a 414, in: DURANT (J) e WEIL (R), direc., Sociologie contemporaine, Paris Ed. Vigot.

GRAWITZ (M.), 1990, Méthodes des sciences sociales, Paris, Dalloz.

GRÁCIO (R), 1981, "Perspectivas Futuras, pp 649 a 698, in: SILVA (M) e TAMEN (M), coord., Sistema educativo em Portugal, Lisboa, F.C. Gulbenkian.

GRÁCIO (S), 1986, Política educativa como tecnologia social, Lisboa, Livros Horizonte.

HALLAK (J), 1974, À qui profite l'école?, Paris, P.U.F..

HALLAK (J), 1976, La mise en place des politiques éducatives: rôle et méthodologie de la carte scolaire, Paris, UNESCO

HALLAK (J), 1989, "Les perspectives de la planification de l'éducation", in Perspectives, Vol. XIX, nº2, pp 179 a 180, Paris, UNESCO.

HENRIQUES (J.M.), 1990, Municípios e desenvolvimento, Lisboa, Escher.

HUSÉN (T), 1988, Nuevo análisis de la sociedad del aprendizaje, Barcelona, Ed. Paidós, tradução de The new analysis of learning society revisited, 1986, Oxford, Pergamon Press.

ILLICH (I), 1971, Une société sans école, Paris, SEUIL.

IN: Análise social nº54, 2ª série, Vol. XIV, pp 207 a 215, Lisboa, I.C.S.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1986, Programa de desenvolvimento da Península de Setúbal - 1ª fase: caracterização e levantamento de problemas, Lisboa, I.E.D.

INSTITUTO de ESTUDOS para o DESENVOLVIMENTO, 1984, Conferência sobre regionalização e desenvolvimento (Out. 1982) , Lisboa, I. E. D. E J. N. C. M.

LA FLOREST - DIYONNE (A), 1988, "Fragments d' analyse systémique", in: Cahiers Pédagogiques nº 268, Paris. Pp. 10 a 12.

LAKATOS (E) e MARCONI (M), 1988, Fundamentos de metodologia científica, São Paulo, Editora Atlas.

Le BOTERF (G), 1980, La participations des Communautés à l'administration de l'éducation, Paris, UNESCO.

LERBET (G), 1984, Approche systémique et production de savoir, Paris, Ed. Universitaires.

LERBET (G), 1986, De la structure au système, Paris, Ed. Universitaires.

LERBET (G), 1988, L'insolite développement - vers une science de l'entre deux, Paris, ed. Universitaire.

LEWIN (K), 1986, "Le financement de l'éducation en période de recession", in: Perspectives, Vol. XVI, Nº2, Paris, UNESCO.

LEWIN (K), 1987, Éducation et austérité: quelles options pour le planificateur?, Paris,

LOPES (A. Mendes), 1989, "Regionalização e Educação", in Educação e Cultura nº 0, pp 10 a 13, Setúbal, A.M.D.S...

LOPES (A.S.), 1987, Desenvolvimento Regional, 3ª ed., Lisboa, F. C. Gulbenkian. -

LOPES (A.S.), 1989, " Regionalização e Desenvolvimento Regional", in: Vértice nº19-II SÉRIE, pp 7 a 12, Lisboa.

LOPES (A.S.),1991, "Regionalização e desenvolvimento",in: Movimento Cultural nº7, pp13 a 23, ed. da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

LOPES (R. G.), 1990. Planeamento municipal e intervenção autárquica no desenvolvimento, Escher.

LUDKE (M) e ANDRÉ (M),1986, Pesquisa em educação : abordagens qualitativas, São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária Lda..

MANDL (P) "et al", 1982, "La participation communautaire: difficultés et voies nouvelles", dossier, in: Les carnets de l'enfance nº 59/60 202 p, Paris, UNICEF.

MARTINS (C), 1981, "Centralização e Descentralização", pp 95 a 196, in: SILVA (M) e TAMEN (M), coord, Sistema de Ensino em Portugal, Lisboa, F. C. Gulbenkian.

MATOS (A. S.) "et al", 1990, "A lei de bases do sistema educativo e as autarquias locais - dossier, in: Educação e Ensino no 1 e 2. pp 46 a 75, Setúbal, A.M.D.S.

MATOS (A. S.), 1989, "Editorial", in: Educação e Ensino nº 0,pp 2 e 3, Setúbal, A.M.D.S.

MELESE (J), 1990, Approche systémique des organizations, 5ª edição, Paris, Les editions d' organization.

MELO (M), 1988, "O desenvolvimento local como processo educativo" in: Formação para o auto-emprego e desenvolvimento local em zonas rurais. Cadernos a rede nº2, Faro, Projecto radial, E.S.E.F.

MERRIAM (S.B.), 1988, Case study research in education: a qualitative approach, San Francisco, Jossey-Bass Publishers.

MORALES - GOMES (D), 1989, "Vers le nouveau modeles de planification de l'éducation pour le développement. Le rôle de la recherche", in: Perspectives, Vol. XIX, nº2, pp 209 a 223, Paris, UNESCO.

MORIN (E), 1980, La méthode 2, la vie de la vie, Paris, Seuil.

MORIN (E), sd, Sociologia, Lisboa, Europa-América, tradução de Sociologie, 1984, Paris, Fayard.

MOZZCAFREDDO (J.) "et al", 1991, Gestão e legitimidade no sistema político local, Lisboa, Escher.

MUNARRIZ (B), 1992, "Técnicas e métodos de investigación cualitativa", in: PAZ (E.) e CANTERO (J), Metoloxía da investigación educativa I, Universidade de Coruna.

NABAIS (A), 1981, História do Concelho do Seixal 1- Cronologia, Seixal, C.M.S.

NABAIS (A), 1982, História do Concelho do Seixal 2- Barcos, Seixal, C.M.S..

NABAIS (A), 1983, "A defesa do património cultural: uma experiência no Concelho do Seixal", in: Vértice, nº452, pp 7-15, Coimbra.

NABAIS (A), 1986, História do Concelho do Seixal-moinhos de maré, Seixal, C.M.S..

NETO (E.R.), 1990, "Descentralizar, Regionalizar, Desenvolver", pp 223 a 229, in: Actas do 1º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal (Nov. 1988), Setúbal, E.S.E. de Setúbal.

NOVOA (A), 1992, "Para uma análise das instituições escolares", pp 13 a 43, in: NOVOA (A) coord., As organizações escolares em análise, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

ONU, 1992, Earth summit. Press summary of agend 21. Final Text, Rio de Janeiro.

ORIVEL (F), 1986, "Crise économique et crise de l'éducation: quelques perspectives, in: Perspectives, Vol. XVI, nº2, pp 215 a 223, Paris, UNESCO.

QUINTAS (M.C.), 1989, Educação difusa: um desafio e uma resposta no distrito de Setúbal", in: Educação e Ensino nº 0, pp 28 a 30, Setúbal, A.M.D.S..

PAIN (A), 1990, Education informelle. Les effets formateurs dans le quotidien. Paris, Éditions L'Harmattan.

PARKER (E),(a) 1989, La bombe à neurones, Paris, P.U.F..

PARKER (E),(b)1989, "L'éducation peut causer des catastrophes", in: Futuribles nº 131, pp 17 a 28, Paris.

PERROUX (F), 1981, Pour une philosophie du développement, Paris, UNESCO.

PINEAU (G), 1989, Histoire de vie 2 vol., Paris, Edition l' Harmattan.

PINEAU (G), 1990, "Les histoires de vie en formation: un mouvement socio-éducatif", in: Le groupe familial, nº 126, pp. 88 a 98.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), 1990, Rapport mondial sur le développement humaine, edição francesa, Paris, Ed. economica.

PNUD , 1991, Rapport mondial sur le developpement humaine, edição francesa, Paris, Ed. economica.

PNUD, 1992, Rapport mondial sur le developpement humaine, edição francesa, Paris, Ed. economica.

PSACHAROPOULOS (G) E WOODHALL (M), 1988, L'éducation pour le développement: une analyse des choix d'investissement, edição francesa, Paris, Publicada pelo Banco Mundial, Ed. economica.

QUIVY (R) e CAMPENHOUDT (L.V.), 1988, Manuel de recherche en science social. Paris, Dunod



ROCHA (L), 1990, "Os pavilhões do nosso descontentamento", in: Educação e Ensino, nº1 e 2, pp 28-29.

ROSNAY (J), 1977, Le macroscope. Vers une vision global, Paris, Seuil.

SÁ (L), 1989, Regiões administrativas - o poder local que falta, Lisboa, Editorial Caminho.

SÁ (L), 1992, "Regionalização na CEE", in: Poder local nº119, pp 5 a 48, Lisboa, Editorial Caminho.

SAMPAIO (J.S.), 1990, "Aspectos da Educação pré-escolar e do ensino primário no Distrito de Setúbal", in: Educação e Ensino nº 1 e 2, pp 18 a 20, Setúbal, A.M.D.S..

SANTOS (B), 1989, Introdução a uma ciência pós-moderna, Porto, Afrontamento.

SILVA (A) e PINTO (M), 1988, Metodologia das Ciências Sociais, Porto, Afrontamento.

SILVA (A.S.), 1990, Educação de adultos. Educação para o desenvolvimento. Lisboa, Eduções Asa.

SILVA (M), 1959, Monografia do Seixal, Lisboa, I.S.S..

STOER (S), 1982, Educação, estado e desenvolvimento em Portugal, Lisboa, Livros Horizonte.

STOER (S), 1986, Educação e mudança social em Portugal. 1970 - 1980. Uma década de transição, Lisboa, Edições Afrontamento.

STOER (S), "et al", 1989, Política Educativa em Portugal na década de 80: organizações internacionais e especificidades nacionais (lógicas em competição - sua origem e implicações) - versão provisória, texto dactilografado.

STOER (S), "et al",1991, Educação, ciências sociais e realidade portuguesa. Uma abordagem pluridisciplinar, Lisboa, Edições Afrontamento.

STOLEROFE (A) e STOER (S), org., 1990, Educação, Trabalho, Estado: questões preliminares sobre a introdução de novas tecnologias em Portugal, versão provisória, texto dactilografado.

TEODESCO (J), 1989, "Le role de L'état dans l'éducation", in: Perspectives, Vol. XIX, nº4, pp 495 a 517, Paris, UNESCO.

UNESCO, 1990, Planeamento y gestion del desarrollo de la education (México 26 - 30 de Março de 1990), Informe Final, MÉXICO, UNESCO.

UNESCO,(a)1984, Réflexion sur le développement futur de l'éducation, Paris,P.U.F..

UNESCO,(b) 1984, Participer au développement, Paris, P.U.F.

UNESCO,1987, Guia pratico del decenio mundial para el desarrollo cultural 1988-1997,Paris, P.U.F.

VILAS (S), 1990, "Análise comparativa dos três instrumentos de planeamento elaborados para a península de Setúbal", pp 323 a 341, in: Actas do 1º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal, (Nov. 1988), Setúbal, E.S.E. de Setúbal.

WHITE (A), 1982, "Porquoi la participation communautaire? Une analyse des arguments avancés, in: Les carnets de l'enfance, nº59/60, pp17 a 36, Paris, UNESCO.

WOLFE (M), 1982, "Participation et developpement économique, un cadre théorique", in: Les carnets del'enfance, nº 59/60,1982pp. 90 a 95, Paris, UNICEF

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Rui Canário, pelo apoio, pela pertinência das suas observações, pela crítica e pelas sugestões que foram um guia permanente para o desenrolar deste trabalho e seu suporte essencial.

À professora Doutora Teresa Ambrósio, cujo apoio e estímulo desde a primeira hora, contribuíram para ultrapassar o desfalecimento.

À Dra. Teresa Oliveira que partilhou de uma forma amiga todo o caminho que foi preciso percorrer, até chegar ao fim, constituindo um apoio crucial nos momentos mais difíceis.

À Teresa, ao Miguel e à Ana, cujo estímulo não foi indiferente à possibilidade de concretizar este trabalho.

À Câmara Municipal do Seixal, em particular ao Departamento de Cultura, Desporto e Juventude e neste, ao Sector de Ensino, sempre disponíveis para a colaboração solicitada.

Aos entrevistados que facilitaram a realização deste trabalho e o tornaram possível.

Por último às técnicas de secretariado cuja disponibilidade e competência permitiram a realização gráfica do trabalho.

## **ANEXOS**

## **Normativos referenciados**

Constituição da República Portuguesa

Lei nº 79/77 - Define o conjunto de atribuições que estão ligadas à autarquias bem como as competências legais dos respectivos órgãos.

Lei nº 1/79 - Consagra a autonomia financeira das autarquias locais.

D.L. nº 208/82 - Define o quadro regulamentar dos Planos Directores Municipais.

D.L. nº 77/84 - Estabelece o regime de delimitações e de coordenação da administração central e local em matéria de investimentos públicos.

D.L. nº 98/84 - Aprova o novo regime das Finanças Locais.

D.L. nº 100/84 - Revê a Lei nº 79/77, no sentido da actualização das atribuições das autarquias locais e da competência dos respectivos órgãos.

D.L. nº 299/84 - Regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organizações e controlo de funcionamento dos transportes escolares.

D.L. nº 399/84 - Estabelece novas competências das autarquias em matéria da Acção Social Escolar.

Lei nº 46/86 - Lei de Bases do Sistema Educativo

D.L. nº 211-B/86 - Regulamenta o funcionamento dos Conselhos Pedagógicos e órgãos de apoio nas escolas preparatórias e secundárias.

Aviso - Diário da República nº 37 de 13/02/88 - Reestruturação dos Serviços da Câmara do Seixal.

Lei nº 1/87- Aprova o novo regime das Finanças Locais.

D.L. nº 43/89 - Estabelece o regime de autonomia das escolas.

D.L. nº 69/90 - Regulamenta a elaboração e aprovação dos Planos Directores Municipais.

Despacho nº 41/ME/90 - Aprova o modelo de apoio à organização das actividades de complemento curricular.

Despacho nº 42/M/90 - Aprova o plano de concretização da área escolar e o seu modelo organizativo.

D.L. nº 172/91 - Estabelece o novo regime de direcção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Lei nº 44/91 - Cria as áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

Lei nº 56/91 - Lei quadro das Regiões Administrativas.

Lei nº 18/91 - Altera o regime das autarquias locais e da competência dos respectivos órgãos.

**ORGANIGRAMA DA ESTRUTURA FUNCIONAL DA CÂMARA  
MUNICIPAL DO SEIXAL**

## **GUIÕES TIPO DAS ENTREVISTAS**



## **Guião da Entrevista tipo para os responsáveis camarários.**

***Tema - A política educativa da Câmara do Seixal de 1986 a 1992***

### **Objectivo**

- 1 - Caracterizar o quadro das decisões dos actores sociais responsáveis pela política educativa da Câmara.
- 2 - Reconhecer dimensões da política educativa da Câmara.
- 3 - Identificar a concepção de educação que tem estado implícita na política educativa da Câmara.
- 4 - Conhecer a interpretação dos responsáveis camarários sobre os factores limitadores e facilitadores da acção educativa da Câmara.
- 5 - Compreender o papel que os responsáveis camarários atribuem à intervenção educativa da Câmara no quadro do desenvolvimento local.
- 6 - Conhecer a interpretação dos responsáveis camarários sobre o protagonismo da Câmara na gestão das políticas educativas locais.

**Questões a ter em consideração, cuja ordem e formulação precisa dependerá do desenvolver da entrevista.**

- Como e porque é definida e implementada a política educativa da Câmara e que objectivos visa.
- Que formas e conteúdos estratégicos tem revestido a intervenção educativa da Câmara durante...
- Que recursos materiais e humanos dispõe a Câmara para a sua acção educativa?
- Quais têm sido os parceiros privilegiados da acção educativa da Câmara?
- Que formas tem revestido a cooperação com esses parceiros?
- Quais são para si os aspectos mais significativos da intervenção educativa da Câmara?

- No desenvolvimento da sua política educativa que obstáculos e facilidades tem encontrado a Câmara?
- No contexto do actual sistema educativo, como interpreta as atribuições e competências da Câmara?
- Que importância atribui à acção educativa da Câmara no quadro do desenvolvimento local?
- Independentemente do actual contexto político-administrativo, em sua opinião, que papel deveria caber às autarquias na educação comunitária em geral, e em particular no sistema geral de ensino?
- A existência a nível concelhio de um órgão de coordenação das políticas educativas locais, facilitaria a rentabilização dos recursos educativos? Que protagonismo deveria ter a Câmara num órgão desse tipo?

## **Guião da Entrevista tipo para os parceiros educativos da Câmara**

***Tema** - O papel da Câmara no domínio... (a que está ligado o parceiro), o caso da cooperação com... (a instituição do parceiro), de 1986 a 1992.*

### **Objectivos**

- 1 - Reconhecer dimensões da política educativa da Câmara.
- 2 - Conhecer a interpretação do/a (parceiro) sobre os factores limitadores e facilitadores da acção desenvolvida pela Câmara no... (domínio a que o parceiro está ligado).
- 3 - Compreender o papel que o... (parceiro) atribui à intervenção educativa da Câmara no quadro das atribuições e competências desta no domínio... (a que o parceiro está ligado).
- 4 - Conhecer a opinião do... (parceiro) sobre o protagonismo da Câmara na gestão das políticas educativas locais.

**Questões a ter em consideração cuja ordem e formação precisa dependerá do desenrolar da entrevista.**

- Que cooperação tem havido entre ... (a instituição do parceiro) e a Câmara? Que formas tem revestido essa cooperação?
- Quais são para si as actividades mais significativas que têm resultado da cooperação com a Câmara (a instituições de parceiro)?
- Para além das actividades em cooperação com o/a... (instituição do parceiro) conhece outras actividades da Câmara neste domínio? Quais?
- Em sua opinião, quais são os obstáculos e as facilidades que a Câmara encontra para desenvolver a sua actividade no domínio da educação/formação... (no domínio do parceiro).

- No actual contexto político-administrativo, como interpreta a intervenção da Câmara na educação/formação... no domínio do parceiro?

- Que avaliação faz da intervenção da Câmara no domínio... (do parceiro).

- Independentemente do actual contexto político-administrativo, em sua opinião, que papel deveria caber às autarquias na educação/formação... (no domínio do parceiro).

A existência a nível concelhio de um órgão de coordenação das políticas educativas locais, facilitam a rentabilização dos recursos educativos?

Que protagonismos deveria ter a Câmara num órgão desse tipo?

**Quadro das categorias de análise considerado para o tratamento das entrevistas com os responsáveis autárquicos.**

## **I - Dimensões da Política Educativa da Câmara**

1 - Definição e implementação da política educativa

1.1 - Organização estrutural e recursos humanos e materiais.

1.2 - Actores sociais responsáveis e estratégia geral de funcionamento.

2 - Objectivos da política educativa da Câmara

2.1 - A quem se dirige a intervenção educativa da Câmara.

2.2 - Que fins visa a intervenção educativa.

3 - Formas e conteúdos estratégicos da intervenção educativa da Câmara.

3.1 - Intervenção no sistema regular de ensino.

3.2 - Intervenção na educação não formal.

4 - Alterações na evolução da política educativa, evidenciados durante este período (1986 - 1992).

## **II - Interpretação da Educativa da Câmara**

1 - Atribuições e competências da Câmara no domínio educativo.

1.1 - Interpretação das atribuições e competências no actual quadro político-administrativo.

1.2 - Opinião sobre as atribuições e competências independentemente do actual quadro político-administrativo.

2 - Facilidades e obstáculos na intervenção educativa da Câmara.

3 - Aspectos mais significativos da intervenção educativa da Câmara.

4 - Interpretação da intervenção educativa no quadro do desenvolvimento local.

5 - Coordenação das políticas educativas locais e protagonismo da Câmara.

**Quadro das categorias de análise considerado para o tratamento das entrevistas com os parceiros educativos da Câmara.**

## **I - DIMENSÕES DA POLÍTICA EDUCATIVA DA CÂMARA**

1 - Formas e conteúdos estratégicos da intervenção educativa da Câmara.

2 - Alteração na evolução da política educativa da Câmara, neste período de 1986 a 1992, na área do parceiro.

## **II - INTERPRETAÇÃO DA POLITICA EDUCATIVA DA CAMARA**

1 - Atribuições e competências da Câmara na área do ( parceiro).

1.1 - Interpretações das atribuições e competências no actual quadro político-administrativo.

1.2 - Opinião sobre as atribuições e competências. independentemente do actual quadro político-administrativo.

2 - Facilidades e obstáculos da intervenção da Câmara no/a... (área do parceiro).

3 - Aspectos mais significativos da intervenção da Câmara na/o ... (área do parceiro).

4 - Interpretação da intervenção da Câmara no/a... (área do parceiro).

5 - Coordenação das políticas educativas e protagonismo da Câmara.

# **ENTREVISTAS**



## **Entrevista com o vereador da Câmara Municipal do Seixal no período de 1986-89.**

P. Se estiveres de acordo comecariamos então a nossa entrevista com a seguinte questão:

durante o teu mandato, mais concretamente a partir de 1986, por quem era definida e implementada a política educativa da Câmara e que objectivos visava?

R. Portanto, respondendo a esta pergunta eu avançava algumas notas avulsas que assumidamente não explicam em toda a extensão as formas de definição da política educativa e dos objectivos que prosseguiam.

Naturalmente que depois terá de ser completada esta explicação com os registos que existem em documentação que foi produzida e que te esclarecem em toda a extensão.

Ora quem definia. Naturalmente quem definia era a Câmara Municipal e fazia-o em sede própria, portanto, através da aprovação de propostas que eram apresentadas pelo pelouro da Cultura. Podemos pois dizer que a Câmara Municipal, digamos, legitimada e apoiada pelo conjunto de documentos que definem uma política, que era definida e concentrada no Departamento de Educação, Cultura e Desporto, assim chamado, penso que é ainda agora.

Dentro do Departamento quem definia, obviamente, era o vereador, mas fazia através de um programa, de um mecanismo de incorporação ou de apropriação de várias sensibilidades que íamos recolhendo no seio da comunidade educativa.

Ao contrário do que se poderá pensar fora do Concelho, e há a ideia de que o Concelho do Seixal tem de facto uma política muito estruturada e terá, julgo que tem, mas ao contrário do que se pode pensar, não havia uma concepção feita exclusivamente no Departamento da Cultura, uma concepção alicerçada em grandes quadros conceptuais. O que havia era um mecanismo com algum nível de pragmatismo com incorporação da sensibilidade residente no seio da comunidade educativa e leia-se aqui da sensibilidade que os professores endereçavam à sua autarquia.

Por outro lado, acrescentava-se também a este mecanismo de síntese, não é?, de recolha de sensibilidades juntos dos agentes educativos, junto dos profissionais, acrescentávamos também o entendimento, o parecer que portanto... os técnicos da educação, da cultura, tinham sobre a matéria.

P. Quem eram? Já havia bastantes técnicos nessa altura?

R. Na altura havia um corpo muito reduzido de técnicos. Portanto, a tempo inteiro posso dizer-te que havia dois técnicos na área da educação, embora fazendo uma ligação a outras áreas de intervenção social adjacentes com era o desporto, e aqui o desporto escolar; como era a animação cultural e no seio desta uma vertente, o serviço educativo do museu, que preparava produtos para a comunidade educativa; como era a biblioteca pública para todo o Concelho, mas no seio desta a linha de apoio às escolas.

Havia naturalmente um sector muito reduzido que trabalhava exclusivamente na área da acção educativa, mas que criava equipa com um conjunto de outros sectores, outras unidades orgânicas do Departamento, que embora prestassem serviço à comunidade em geral, tinham área de resposta específica para a acção educativa. Portanto, havia, digamos, uma equipa multisectorial, dirigida naturalmente pela cadeia hierárquica, pelo chefe do Departamento, mas trabalhando no campo da educação havia, como se sabe agora há mais, um grupo muito reduzido de técnicos.

Portanto, a política tentava ser não uma política camarária, mas uma política municipal, uma política que procurava fazer a síntese das necessidades da comunidade educativa, designadamente dos seus profissionais. Isto nos vários planos da intervenção, quer no plano do desenvolvimento das qualidades dos recursos materiais do sistema educativo, leia-se unidades educativas, aqui leia-se escolas, estabelecimentos de ensino, quer no domínio que ultrapassa as competências legalmente cometidas à Câmara, quer no domínio da inovação pedagógica, da formação contínua e, ligada a estas duas coisas, a experiência da ligação da escola à comunidade, entendida como espaço social, geohumano, científico-natural, espaço visual envolvente.

Portanto, queria aqui sublinhar esta ideia de que a Câmara procurava desenvolver um programa, uma política municipal, feita pelo conjunto dos elementos educativos e a Câmara era aqui, um pouco, uma instância, digamos, que procurava a síntese dos entendimentos que os agentes educativos tinham relativamente àquilo que importava fazer no espaço municipal, nas várias linhas de intervenção, portanto, no Município.

Portanto, os objectivos também sublinhando esta ideia de que não irão ser de facto muito feitos enunciados de forma muito explícita, mas, portanto, algumas notas avulsas que teriam de ser coladas e ordenadas. Um objectivo que se liga a opções pedagógicas, que se liga a objectivos educativos, mas que vale a pena ser valorizado, que era: se a lei comete às autarquias portuguesas responsabilidades no domínio do desenvolvimento dos recursos materiais do sistema educativo, designadamente na construção e manutenção de edifícios escolares, a Câmara do Seixal assumia como uma das grandes perioridades de facto... a expansão do parque escolar do 1º ciclo do ensino básico, a sua qualificação, a

sua funcionalidade. Portanto, e julgo que aqui foi um dos grandes objectivos da segunda metade da década passada, foi o estado a que se chegou relativamente à qualificação dos recursos materiais.

Não queria aqui discutir a questão das tipologias, porque podemos chegar à conclusão que temos um bom parque tipo, logicamente desajustado. Mas isso tem a ver um bocado com os objectivos nacionais, com os programas que se concebem, se calhar o seu desajustamento relativamente às condições das tipologias para receber os programas; isso é outra coisa que podemos falar, mas relativamente às tipologias disponíveis no espaço nacional, a Câmara aplicou as P3, desenvolveu-as, transformou-as um pouco e tentou ajustá-las às necessidades educativas. E fê-lo até através de algum diálogo permanente com os professores. Portanto, um dos objectivos era um forte desenvolvimento da rede escolar e uma qualificação a nível de... funcionalidade pedagógica - se esta linguagem tem sentido de facto. de boas condições para o exercício da profissão docente. Portanto, foi um dos grandes objectivos e eu julgo que hoje se pode registar como um grande sucesso da política municipal de investimento público, na área da educação, é o nível, portanto, material dos estabelecimentos de ensino relativamente ao 1º ciclo do básico. E relativamente aos outros ciclos havia algum trabalho de colaboração com as escolas no sentido de as ajudar nalguns projectos de transformação, que respondessem sobretudo ao desenvolvimento das áreas extra-curriculares.

Este é um aspecto, um primeiro ponto de vista que merece ser destacado.

P. A acção educativa da Câmara em geral era dirigida a quem?

R. Relativamente à acção educativa para as escolas do ensino regular houve um quadro conceptual mínimo que sempre norteou, e penso que ainda norteia, e julgo que está um pouco a ser agarrado por todas as nossas autarquias aqui da região, que é isto: a escola tem virtualidades para ser uma escola estimulante. E tem outras coisas terríveis que contrariam este objectivo da escola de sucesso, estimulante, que seja um motivo de sucesso, não só para os alunos, mas também para os profissionais, tudo isso. Mas nós tentámos sempre, digamos, identificar o aspecto em que a escola possa ser de facto uma escola estimulante, uma escola de sucesso, mas uma escola que seja também uma festa e que seja uma instituição de animação pedagógica ou cultural, ao lado de outras do ensino não regular e de outras instituições culturais clássicas. Ou seja, uma colectividade de cultura e recreio na vila do Seixal é um centro de animação, por exemplo, a Sociedade Filarmónica União Seixalense, mas a escola primária do bairro novo do Seixal, portanto, a trezentos metros ou quatrocentos da colectividade, pode também ser um pólo de animação comunitária. Ou seja o quadro conceptual era muito simples, era este: a escola pode ser melhor para quem lá trabalha e para quem lá estuda, tem áreas que podem ser

desenvolvidas para que isso aconteça e portanto, pode ser uma escola melhor. Mas por outro lado, pode também servir para animar a própria comunidade, o espaço onde está integrada.

E, portanto, foram-se desenvolvendo algumas soluções, pensadas com os professores, para viabilizar isto e a ideia já está suficientemente... enfim, escrita, divulgada, falada e refalada em várias acções.

Mas muito resumidamente referirei alguns desses princípios que há pouco me referia e que é isto: a acção da Câmara tentava que a escola se transformasse num agente cultural e educativa dentro de si mesma e dentro do espaço em que está integrada.

P. A Câmara tinha essa intencionalidade, queria que isso acontecesse?

R. Assumia essa responsabilidade. A intencionalidade decorria da postura da Câmara no espaço social Seixal, ou seja, era apostar nas instituições, nas virtualidades que elas tinham para serem centro, digamos de animação cultural, de fomento desportivo, de acção... de enquadramento de... instituições que contribuíam para o aumento da coesão social para as solidariedades sociais. Num Concelho que crescia, aprofundar as coesões, as solidariedades sociais, as ligações institucionais, era um objectivo fundamental para fazer a cidade, ou seja, juntar os cidadãos, criar auto imagem municipal. Nós achávamos que, e julgo que se continua a achar, as escolas tinham aqui um importante papel a desempenhar. Portanto, na perspectiva de alinhar neste espaço envolvente e podem ter um papel mais activo dentro de si mesmas.

P. Como é que tu interpretas as atribuições e competências da Câmara, no actual contexto do sistema educativo?

R. Uma escola, sobretudo ao nível do ensino regular, e dentro do ensino regular, as do 1º ciclo do ensino básico e sobretudo o 1º ciclo e o pré-primário, é uma escola que pode desempenhar este papel, quer dizer, de ser uma escola mais estimulante, uma escola festa, uma escola que, portanto, envolve os alunos e os profissionais, que seja motivo de entusiasmo e não de não desmobilização, se for uma coisa onde se ultrapasse o ler e contar. Portanto, uma escola que tem que ser mais do que isso e, portanto, nós sempre apostámos no apoio a projectos que desenvolvessem as áreas disciplinares expressivas. Isto significa, portanto, a expressão dramática, o movimento e educação física ou o movimento e drama, não é? e aqui o apoio aos projectos de animação desportiva, que acontecem por todo o Concelho, a expressão plástica, a educação musical, portanto há projectos integrados, que estão perfeitamente escritos e que são conhecidos, que a Câmara desenvolvia ou que a Câmara apoiava e que apontavam para desenvolver estas

componentes, sobretudo aquelas que tinham maiores virtualidades de promover a ligação a outros espaços, para além da escola, não é?

Depois as áreas disciplinares científico-naturais, portanto o meio físico e social no ensino primário, que tem um programa espantoso de grandes virtualidades para promoverem a ligação ao espaço comunitário envolvente, o meio físico-social. Portanto, há um conjunto de áreas onde a possibilidade de ligação da escola ao meio são mais acentuadas. Estas áreas foram assumidamente mais apoiadas pela Câmara.

P. Quando te referes a apoiadas, é apoiadas em termos de projectos que eram apresentados pelas escolas?

R. Pelas escolas e pela própria Câmara. A educação ambiental também e aqui as mesmas áreas de ciências de natureza, não é? Vários projectos são conhecidos, projectos de natureza público-desportiva, de natureza pública, orientados para a sensibilização da opinião pública em relação às necessidades de manutenção do ambiente. Muitos desses programas que visam a comunidade, em última instância a própria comunidade no seu global, é preciso ser muito mais activo nesse domínio, tínhamos, digamos, como instrumentos e agentes privilegiados os próprios alunos, crianças, os próprios professores, que por outro lado, de acordo com obrigações dos seus programas, tinham que intervir nessa matéria.

Portanto, o princípio é este, há uma ampla área de intercepção, se os objectivos municipais são estes e se os objectivos da escola do ensino regular são estes, estão e podem ser escritos e até estão alguns escritos... há uma ampla convergência relativamente aos objectivos, aliás, até penso que isso foi publicado já há vários anos, penso que foi em 1985. Alguns objectivos destas disciplinas a que eu há pouco me referi, das áreas expressivas, das áreas das ciências da natureza, etc.; se nós os puséssemos como nota introdutória a um plano de actividades da Câmara ninguém se aperceberia que aquilo não é linguagens da Câmara, é a linguagem do sistema educativo. Mas a verdade é que a Câmara também tem que sensibilizar para a necessidade de manter uma atitude interventiva no meio global.

P. Isto que estás a dizer agora, parece-me, é uma interpretação das atribuições e competências da Câmara que ultrapassa um pouco aquela visão mais reducionista que as pessoas têm.

R. Julgo que a intervenção da Câmara do Seixal ultrapassa nitidamente as competências legais e ultrapassa assumidamente e ainda bem que ultrapassa. E se nós tivermos só em conta a prossecução dos objectivos municipais, ou seja, no quadro da administração

portuguesa as câmaras municipais devem... têm determinado tipo de competências e de responsabilidades, há uma filosofia do poder local em Portugal, é o que decorre da legislação em vigor, nós existimos para servir a população em determinados domínios da vida pública, vida social. E a prossecução dos objectivos camarários faz-se melhor se interviermos no sistema educativo, mesmo se nós não tivéssemos em atenção, e temos, as necessidades das escolas, dos alunos e dos professores e só tivermos em consideração as obrigações da Câmara, mesmo assim teríamos que concluir que, para melhor os atingir, deveríamos "entrar" no sistema educativo. Eu acho que, por exemplo, as questões da educação ambiental que são de facto também uma obrigação dos municípios, para além de serem de vários organismos da administração pública, portanto, a execução dos objectivos no domínio ambiental impõe, para serem melhor atingidos, a intervenção no sistema educativo. Portanto, o que eu digo é que é altamente rentável para os objectivos camarários, que visam a melhoria das condições das condições de vida das populações, isto é, desenvolvimento local, intervir também no sistema educativo.

Queria deixar registado esta ideia que é o seguinte: os municípios têm... não direi obrigação, mas um grande interesse em intervir de facto na escola pública de ensino regular. Um interesse aqui, registe-se, naquilo que ele tem de nobre. É importante de facto, para melhor trabalhar a favor das populações, melhor trabalhar com as crianças, com os jovens.

P. Isso leva-me a colocar-te uma questão. Segundo estou a compreender, a Câmara ligava intervenção educativa à necessidade de intervir no desenvolvimento local. Que importância atribuía a Câmara à sua intervenção educativa no quadro do desenvolvimento local?

R. Aliás, o desenvolvimento local estaria profundamente lesado se não contasse com as virtualidades da participação no desenvolvimento que a escola regular tem.

P. Em termos de avaliação, tu atribuis, portanto, neste período que estamos a considerar (1986-89), uma grande importância à acção da Câmara na educação comunitária em geral?

R. Eu considero de facto que tem uma importância enorme, se calhar tem uma importância maior do que tem a intervenção noutros organismos, onde é suposto residir maior vocação para uma contribuição para o desenvolvimento local. E dizer que de facto o papel cometido aos estabelecimentos de ensino, relativamente ao desenvolvimento local, não pode ser substituído por nenhuma outra instituição, ou seja, por muito eficaz que seja, uma outra instituição de educação e cultura, as clássicas colectividades de cultura e recreio, nunca, na actual fase do desenvolvimento, e não sei se noutra próxima, pode desempenhar o papel insubstituível dos estabelecimentos de ensino.

Eu posso referir que com a própria formação contínua, que deve ser assumida sobretudo ao nível do 1º ciclo onde as carências de formação inicial são maiores, ganha o próprio Ministério, ganham as escolas e o desenvolvimento local também ganha, se nós mantivermos uma área, digamos, de actuação neste domínio da formação, sobretudo nas áreas que têm que ver com as prioridades que já atrás referi, nas áreas expressivas, nas áreas de ligação com o meio, de educação visual, de geografia, de estudos sociais.

Se nós queremos de facto valorizar os recursos educativos que a Câmara tem e o que o município tem e que a Câmara pode valorizar, nós temos que actuar também no domínio da aquisição de competências junto dos profissionais do ensino, para que se possa socorrer dos recursos educativos que é fundamental que estejam à disposição das escolas; recursos educativos municipais que por outro lado também são valorizados pela maior competência que os professores tenham ou não tenham. Quando se abre um museu municipal e o figurino do museu, do nosso museu, está todo ele desenhado no sentido de responder às necessidades de consumo da informação escolar, isto tem que ver com tudo o que falámos. Quer dizer, o museu não é um espaço morto, é um espaço à disposição das populações, mas deve ter uma linha de apoio aos professores e aos estudantes muito forte em apoio documental, sobretudo relacionado com as necessidades programáticas, portanto audio-visuais e toda a própria programação das exposições deve estar de acordo com as necessidades de informação das comunidades educativas. Portanto, é valorizar os recursos educativos, neste caso autárquicos, museus, bibliotecas, etc., no sentido de eles puderem serem melhor utilizados pela comunidade escolar, uma vez utilizados o que se verifica é que isto entra num processo que são eles próprios, recursos, beneficiados pela maior pressão da comunidade educativa que influencia actua, diz que eles devem ser ou não desenvolvidos, melhor estruturados, devem responder mais a esta necessidade, portanto esta ligação permanente entre recursos educativos, físicos e humanos, da Câmara e do município que a Câmara mobiliza. Esta necessidade de ligação, portanto é fundamental e tem produzido grandes resultados.

P. Tens estado a referir-te bastante à política educativa da Câmara no domínio do ensino público formal. Mas a Câmara não tem tido intervenções que ultrapassam o sistema formal de ensino?

R. Ora bem, aqui merece já ser referido o trabalho de articulação com os órgãos oficiais que têm responsabilidades na área da extensão educativa.

O Seixal também nesta segunda metade da década fez um trabalho bastante grande neste domínio. Um trabalho orientado para os munícipes que não tinham tido a possibilidade de abandonar o sistema regular de ensino sendo portadores de uma habilitação escolar.

O trabalho foi grande e julgo que foi precisamente no período que estamos a analisar; e a preocupação também era, aqui, naturalmente fora da escola, ajudar a aprender a ler, escrever e contar e a trazer um diploma, mas sobretudo fazê-lo com a mesma intencionalidade com que a Câmara se situava no seio da comunidade educativa formal. Isto é, a formação/educação era feita numa permanente ligação ao meio, quer no que tem a ver com o texto, com os pontos de partida para os processos de ensino e acompanhando este trabalho de formação, que é orientado para tirar um diploma de escolaridade mínima, na maior parte dos casos fazia-se um trabalho de animação cultural permanente. Eu recordo-me que durante este período os próprios alunos em formação devidamente enquadrados, participaram em notáveis trabalhos, de que há registos na Extensão Educativa e que eu te sugiro que consultes e que são notáveis a nível de recolhas etnográficas, com coisas espantosas do século passado, recolhidas devidamente caracterizadas, registadas, fotografadas e até publicadas, uma ou outra coisa. Há recolhas de literatura popular, tradicional, há coisas que têm que ver com as comunidades regionais, que têm uma ampla presença no Seixal, por exemplo alentejana e algarvia, que estão devidamente registados. É um processo de formação interessante a formação de gente aparentemente pouco dotada foi dotada para fazer coisas notáveis.

Portanto, a ligação ao meio, o estudo das características sociológicas do meio foi sempre uma preocupação que a Extensão Educativa tinha e o grupo de gente, que de resto a maior parte ainda lá estão designadamente a Fernanda que era responsável, e é, por esta área, e a Câmara trabalhou muito e apoiou muito este projecto. Projecto de intercâmbio; ligar a comunidade seixalense a outras zonas do país, criando aquilo a que eles chamavam a "política dos abraços". Ainda este ano eles foram a Bragança, criar pontes ao espaço nacional através daquele grupo de gente. Portanto, intercâmbios culturais, desportivos, trocas, recolhas, etc..

P. A cooperação com a Extensão Educativa passava fundamentalmente por apoio financeiro?

R. Apoio financeiro, apoio logístico, apoio com viaturas, apoios gráficos. Portanto a ideia era um pouco uma parceria. Quem fazia aquilo era a Extensão Educativa e a Câmara que até - e nessa altura aconteceu ainda - assinava em conjunto muita coisa, essa ideia penso que depois foi alterando-se por imposição, julgo da própria tutela ministerial. Os próprios materiais gráficos davam conta desta parceria educativa que nós constituíamos e até tinha todo o sentido de ser feita.

Relativamente ao trabalho educativo feito no seio das colectividades de cultura e recreio, deve aqui referir-se as formas culturais clássicas, "classicas" em maior uso no Concelho



do Seixal, as bandas filarmónicas e as escolas de música. Portanto a Câmara investiu, e investe alguma coisa na monitoragem, na qualificação das monitoragens dessas escolas de música, no sentido de enquadrar, enquadrar sempre, cada vez mais, jovens para rejuvenescer esta forma tradicional de expressão musical que tem uma grande..., remetam, várias colectividades, ao século passado, algumas continuam hoje com uma grande vitalidade e é importante que isso assim continue.

Portanto, essa colectividade musical tradicional e os grupos de teatro amador, que desde o princípio do século existiam nessas colectividades, sobretudo no Timbre, eram apoiados e há alguns grupos que ainda, julgo, são apoiados de uma forma muito intencional.

É fundamental que no seio dessas colectividades essas formas se desenvolvam.

Depois o trabalho lúdico-desportivo, lúdico-recreativo, esta área de intervenção que se situa entre as áreas de recreio e cultura e dos tempos livres, que é uma das características típicas destas colectividades e que se apostava que continuava nos anos 90 a ser importante. Isto tem a ver um pouco com essa coisa: quais são os produtos culturais dos anos 90, ou do terceiro milénio e se eles colocam como oferta cultural típica esses colectividades. Havia assumidamente uma opção que coloca, ou seja, que a standardização da informação, a uniformização dos produtos culturais e os consumos culturais individuais e domésticos, designadamente os vídeos, etc., é uma vertente cultural que nós achamos que pode afogar este tipo de oferta cultural típica das colectividades tradicionais. E eu julgo que alguns produtos culturais de índole popular típicos das comunidades locais estão hoje, como de resto acontece na Europa, a conhecer um relativo ressurgimento, há uma apetência das pessoas para que ao mesmo tempo que exigem o consumo de produtos culturais standardizados, mas de alto nível, quererem as coisas privadas, a densidade cultural e a qualificação dos produtos culturais, querem de novo voltar ao local, ao nosso bairro.

Portanto, no Seixal houve esta preocupação de alimentar as instituições que têm que ver com o que acabámos de falar.

Formação profissional. Também menos, reconheço que não houve neste período um grande desenvolvimento de expressões de formação profissional "out sider" do sistema regular. Elas conhecem é um grande impulso precisamente depois de 89, designadamente em 1990, por exemplo em Almada, Seixal também, embora menos. Havia sempre era uma actividade regular de formação, na área da juventude, uma plano de formação municipal permanente, orientado sobretudo para as áreas de expressão plástica, pintura, cerâmica, e aqui tinha que ver também com a formação, mas também com a ocupação dos tempos livres.

P. Saindo agora um pouco deste assunto, queria colocar-te uma questão que era a seguinte: independentemente do actual contexto político-administrativo, que papel deveria caber aos órgãos autárquicos, em especial às câmaras, na acção educativa em geral e em particular no sistema local de ensino?

R. Vai ser assim uma resposta longa. Portanto, as autarquias portuguesas têm sobretudo responsabilidades de pagadoras, pagadoras é uma palavra crua, não muito apropriada, não é? E depois interferem pouco na gestão local de ensino de uma forma pouco compatível com as responsabilidades financeiras que têm sobretudo ao nível do 1º Ciclo do ensino básico. Nós, as autarquias temos uma participação nalguns órgãos, integramos e presidimos o Conselho Consultivo de Transportes Escolares; nós integramos e presidimos o Conselho Consultivo de Acção Social Escolar, nós integramos o Conselho de Manutenção de fundos escolares, não sei se agora foi extinto ou não, mas existe; nós integramos uma coisa de que não se fala muito, mas está instituída, que é uma comissão de obras; nós podemos celebrar acordos pontuais, está prevista na legislação, de colaboração com estabelecimentos de ensino, mas não temos uma posição de relevo e importante na gestão, local, municipal, do sistema educativo; nós pertencemos ao Conselho Consultivo dos Conselhos Pedagógicos, a uma série de órgãos que são quase todos de consulta e quase todos inoperacionais. São, portanto, um conjunto deles que não têm de facto relevância - na perspectiva de Câmara nenhuma - embora sejam importantes e necessários para a gestão local, ao nível de cada estabelecimento de ensino. Agora... e por outro lado pagam muito.

Eu queria sublinhar, aqui, que nós já pagamos mais do que pagam as autarquias na maior parte dos países da Europa, porque muitas das competências, designadamente relativas ao parque escolar, em países como a Espanha, e há vários outros, competem aos governos regionais e às comunidades autónomas, mas um tão grande peso de responsabilidades dos municípios não é vulgar, nem é digamos aquilo que se passa na generalidade da Europa.

Agora o que nós reivindicamos não é uma posição de maiores responsabilidades de tutela, de hierarquias, as Câmaras não reivindicam hierarquia sobre o sistema educativo e sobre os seus profissionais. Não é isso. O que nós devíamos era ter uma posição compatível com as responsabilidades que nos estão cometidas pela legislação em vigor, devíamos assumir o âmbito de um Conselho Local de Educação e, portanto, aqui não vale a pena desenvolver muito, está em discussão aqui em Almada, no Seixal, em todo o lado, é uma questão actual. As autarquias penso que são as instituições intimamente ligadas às direcções regionais, via coordenação das áreas educativas, para serem parceiros importantes em órgãos locais de coordenação do sistema educativo, de âmbito regional ou

interconcelhio, onde tinha sentido ser apreciado o programa de desenvolvimento da rede escolar; apoios de complemento educativo; os programas municipais de formação contínua, não a Câmara a fazê-los, mas a participar nalgumas acções; a oferta necessária no domínio da formação profissional. Portanto, um organismo onde tivessem assento as escolas de ensino regular, de ensino não regular, todas as instituições que de uma forma ou de outra prossigam fim educativo, as associações empresariais, as comerciais e industriais, para participarem activamente na definição de quais eram as vias vocacionais e profissionais das escolas de ensino regular, ensino secundário, ponto final, ensino profissionalizante e as escolas que era necessário criar no Conselho para garantir a complementariedade necessária à formação profissional das escolas regulares, não é?

Portanto, os problemas globais do sistema educativo - não para trabalhar em cada escola, mas a nível local - deveriam ter um órgão próprio ao nível municipal, subregional, por áreas, onde a Câmara devia ser um parceiro de relevo. E aqui podia ser um Concelho a funcionar sob a égide conjunta do Ministério da Educação, via organismos locais ou regionais e a Câmara, não para tutelar nada, mas a instância que propiciaria o encontro de todos esses organismos e o funcionamento de um órgão que eu julgo que é absolutamente necessário. Aqui a Câmara devia ter um papel importante, de maneira nenhuma como órgão de consulta, estou a falar da Câmara, já não digo as juntas de freguesia, mas a Câmara não pode pertencer a um órgão em que é convidada pelo presidente do Conselho Directivo Local, podemos mas não é uma coisa qualificada, não vai um membro de uma associação(?) de uma Câmara, vai, posso ir, a título pessoal, mas em termos de hierarquia, como essas coisas são, o esquema de subalternidade que é atribuído ao poder não joga, não é aqui uma questão de recusar estatutos de menor importância, não joga com a importância da função pública.

P. Não existindo esse órgão e trabalhando tu na Câmara do Seixal, dentro de um determinado quadro político-administrativo, que é o que actualmente existe, quais foram os obstáculos e as facilidades que a Câmara encontrou na sua intervenção educativa?

R. Portanto, como já falámos aqui é fundamental o deserto legal, que há neste domínio, são necessárias ligações, interrelações, reuniões, ir à escola, ir à Câmara; há aqui necessidade de legislação, que preveja as interrelações escola-escola, escola-autarquia, escola outras instituições. Falta legislação para prever todas estas necessidades e isto é um certo obstáculo relativamente à institucionalização de muitos projectos. Não dificulta muito no Seixal devido às facilidades, que rapidamente me refiro e depois volto aos obstáculos, que é a necessidade objectiva disto, ou seja, a necessidade objectiva destes programas de coordenação facilita o seu desenvolvimento, isto é "à la Police", mas merece

ser referido, certos projectos cresceram em mancha, ou seja, nós reuníamos-nos e aquilo aparecia, desenvolvia-se de uma forma quase espontânea.

P. Mas havia uma certa planificação?

R.Exacto. Depois havia a planificação, mas havia necessidades objectivas que já saltavam para a mesa. Depois era a apetência dos profissionais. As pessoas no geral, e aqui deve dizer-se no 1º ciclo do básico, as pessoas sem justificação - não sou capaz de as radiografar -, no geral há uma apetência pelo trabalho comum, pelos profissionais do 1º ciclo; e é interessante, porque nalguns casos tem-se opiniões contrárias devido às circunstâncias do facto de, no que diz respeito ao 2º e 3º ciclos e ao ensino secundário, haver relativamente à ligação escola-meio, projectos pouco menos, mas alguns deles com algum nível de elaboração técnica, que ao nível do 3º ciclo são mais simples, são menos elaborados, mas a sua importância é maior.

Há uma apetência nos profissionais do 1º ciclo para o trabalho comunitário, para as ligações, espantoso; mesmo gente que está à beira da reforma têm uma disponibilidade para iniciar caminhos que nos surpreendem.

Portanto, há uma necessidade efectiva dos programas comunitários, das ligações e há uma forte apetência dos profissionais; isto facilitou e fez com que a dificuldade que decorre da inconsistência da legislação apropriada, essa inexistência não tenho penalizado muito, digamos, o trabalho de coordenação.

Outro obstáculo é a questão das instâncias de coordenação, que decorre do que temos vindo a falar. O problema de coordenação dos recursos é um dos grandes problemas, de facto há uma riqueza de oferta impressionante, desconhecida e o nosso problema por vezes é não encontrar formas articuladas de gestão equilibrada, de potenciação desses recursos e do seu desenvolvimento. Há coisas que são ainda gérmes, mas com uma boa interpretação as coisas de facto desenvolvem-se e podem converter-se em percursos de grande qualidade. Um terceiro obstáculo é a falta de "know how", porque é que eudigo esta palavra? As câmaras há trinta anos que aprovam projectos, mal ou bem e nalguns casos mal, noutros melhor, mas é aquilo que as câmaras durante décadas foram fazendo. Crescem, fazem-se obras, fazem-se estudos, aprovam-se projectos. E agora falar de educação nas câmaras, portanto, é um problema, e então um dos obstáculos foi a inexistência de "know how", embora neste domínio, aqui a partir de 1986, é um ponto de partida já interessante, porque uns anos antes não havia nada, na Câmara do Seixal, como nas outras. Atenção, aliás, na Câmara do Seixal, começou logo desde 1974, muito cedo, e até em 1972 já havia professor de educação física a trabalhar na Câmara do Seixal.

Nós em 1986 pudémos registar uma nota importante que é: o "know how" disponível, o entendimento do discurso pedagógico, a capacidade da Câmara para trabalhar nestes projectos não era tanto quanto a necessária, mas já era de relevo no panorama regional e nacional, ou seja, estava à frente. Mas ainda a nota que interessa destacar é que ainda era muito aquém das necessidades, se tivermos a pensar numa boa utilização de tantos e tantos recursos disponíveis no município e na região.

Um quanto obstáculo relaciona-se com as dificuldades financeiras, porque aqui põe-se o problema com as despesas correntes, a animação cultural faz-se com investimento, mas faz-se todos os dias, com notas do Banco de Portugal, e aqui de facto há esse problema; embora deva ser sublinhada a circunstância do Seixal, nesta altura e nas datas anteriores, afectar, para esta área de intervenção, verbas muito mais avultadas do que era vulgar nesta região e no país. Mas elas eram muito aquém das necessidades ainda. Elevadas, mais altas que nas outras câmaras, mas ainda condicionavam os níveis de intervenção.

P. No conjunto da intervenção, no domínio da educação, neste período que estamos a considerar, há ainda alguns aspectos mais significativos que queiras referir?

R. Eu julgo que as questões do trabalho conjunto entre Câmara e agentes educativos, entre instituição camarária e os agentes educativos, entre os técnicos e eleitos e os profissionais, penso que isto é verdadeiramente o que justificou algum sucesso do trabalho conjunto. Penso que isto foi muito falado, mas eu queria sublinhar, porque considero das coisas mais importantes ali, foi de facto o trabalho de convergência, de empenhamento, do trabalho de interligação entre as pessoas, os agentes activos de toda a comunidade. Penso que ali os indivíduos que trabalham nas instituições e a forma como trabalham em conjunto, na minha opinião, e estou bem colocado, porque tenho outras informações, conheço Almada e conheço o distrito, uma das grandes questões é as ligações pessoais/institucionais. As pessoas assumem deliberadamente o trabalho em conjunto e fazem desse trabalho conjunto uma das forças daquela comunidade.

Aliás, eu penso que isto tem contribuído muito para um conceito que eu várias vezes tenho falado, que é o da auto-imagem do Município. As pessoas ali têm-se... as escolas, os profissionais são orgulhosos normalmente nas suas coisas. As pessoas têm uma auto-imagem das suas instituições muito valorizada e eu penso que é valorizada, foi sendo valorizada no curso de experiências bem sucedidas. E isto é uma questão essencial para fazer a cidade, a cidade onde há as solidariedades sociais e coesões sociais, é o grande problema das grandes cidades e o Seixal já é uma grande terra.

Isto para mim é das grandes questões: como é que se faz de um conjunto de pessoas, que são cerca de 140.000 lá, uma comunidade? Tem que haver solidariedade, sendo certo que a identidade... que o seixaleiro é de facto uma minoria no Seixal e então como é que se faz uma comunidade que tem gente... 50.000 pessoas do alentejo, 30.000 do Algarve, muito pouca do Seixal, quase todos da Amora, como podiam ser do Barreiro ou de Almada, como é que se cria aqui a cidade, auto-imagem estabelecida? E as pessoas orgulhosas da sua terra querem investir na sua terra, leia-se na sua escola, na sua criança, na sua colectividade, no seu clube e preparando-se para níveis de protagonismo nacional; estou a falar, por exemplo, no desporto, onde se prepara neste momento esse protagonismo nacional e internacional...

É uma comunidade que sendo das maiores do país, mas que sendo até aqui da periferia, um pouco ter de investir neste complexo de periferia e subalternidade e de interioridade para considerar que tem apetência para ter protagonismo no espaço nacional; e isto tem que ver um pouco com o trabalho das comunidades, nas colectividades e nas escolas, em que as escolas têm uma grande importância.

Portanto, é o problema da coesão social e da solidariedade social, que é uma questão essencial das grandes cidades (avaria no gravador).

### ***Entrevista com o actual Vereador do Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude***

P. Se estiveres de acordo começaríamos a nossa entrevista sobre a política educativa da Câmara do Seixal a partir da altura -Janeiro de 1990- em que és o responsável pelo respectivo pelouro. E começaria com uma questão global que é a seguinte: como e por quem é definida e implementada a política educativa da Câmara e que objectivo visa essa política?

R. Em relação a essa questão ... é evidente que tu colocas a questão relativamente ao mandato, mas nesta área da educação, como em muitas outras, tem tido tudo um processo sequencial, é um projecto construído ao longo do tempo; e quando falamos em educação é também muito importante, porque significa de facto reunir aqui um conjunto de condições ... antes de mais falar de um projecto de educação significa falar de um projecto colectivo, a nível de todos os seus intervenientes. Quando perguntas como é definido... procuramos de facto a definição da política educativa, a nível do Concelho, assente efectivamente numa participação por inteiro dos agentes educativos, ou seja, há um diálogo muito profundo, muito regular com as escolas com os seus conselhos directivos, com os órgãos de gestão, com as associações de pais, com as associações de estudantes,- diálogo em termos institucionais - ou também com as várias áreas de actividade das escolas, dos agentes educativos, em relação aos projectos concretos. Portanto, é uma política que é definida, que é construída com esta forma de participação, procurando que isso se insira no espírito da comunidade educativa - comunidade educativa, digamos, com relações fortes, com relações muito estreitas. Naturalmente, numa perspectiva em que a política educativa, em relação ao Concelho, assume um papel importante em termos do seu desenvolvimento global, no projecto integrado de desenvolvimento do Concelho, tendo em conta as suas próprias características. Estamos a falar de um Concelho com características próprias, ligadas ao crescimento da Área Metropolitana de Lisboa e nas questões concretas que isso coloca: a vinda de muita e muita gente, um grande crescimento demográfico e esta grande aposta de fixação da população e da sua integração na vida municipal. Aqui, efectivamente, a educação tem que assumir papel prioritário nesta estratégia. A implementação tem um pouco também este tipo de corpo, ou seja, a Câmara não substitui o papel dos agentes educativos, a Câmara quer efectivamente ser um parceiro, um parceiro no terreno, em todos os momentos; quer efectivamente participar como parceiro no processo educativo do Concelho, em sentido lato, e só no momento seguinte ser um recurso no quadro das suas atribuições e competências, e antes de mais no quadro do que é a sua política neste domínio. Portanto, a implementação passa pela participação efectiva dos agentes educativos. E poderíamos citar vários exemplos... digamos que tem sido o

seu percurso actual ... o "Plano de Acção Cultural" é um exemplo característico dessa forma de estar, tanto em relação à sua definição - estamos agora a falar de um projecto mais concreto, como é evidente, integrado numa política - como em relação à sua implementação.

P. A acção educativa da Câmara visa especificamente a população escolar ou dirige-se, de uma maneira geral, a toda a comunidade?

R. A política educativa municipal tem diversos agentes, a escola é um agente de grande importância, fundamental e insubstituível. Mas, mesmo através da escola ela é muito dirigida - e dialogamos muito sobre esta matéria...

Pensamos que no Concelho, a nível das nossas escolas, todas pensam num projecto de escola; pensam num projecto ligado à comunidade; pensam na escola aberta; pensam no envolvimento social, na participação da comunidade respectiva e portanto, a escola é efectivamente um meio fundamental, insubstituível mas, a nossa política procura ser uma política dirigida à população em termos globais, tendo aqui diversos agentes importantes. Portanto, é uma política onde o movimento associativo tem também um papel importante, naturalmente, e onde, digamos, todas as outras instituições, todas as outras forças vivas do Concelho devem participar, de uma forma mais ou menos directa. Procuramos construir, cada vez mais, este projecto de uma educação permanente, de uma educação abrangente em termos de população do Concelho - naturalmente que a escola tem aqui o primeiro papel.

P. E relativamente aos recursos materiais e humanos que o pelouro tem à disposição, há algumas dificuldades, há algumas facilidades? Quais são os recursos materiais e humanos que, de uma maneira geral, o pelouro dispõe para a intervenção nesta área?

R. Nós temos procurado e de facto tem havido um crescimento efectivo... por um lado na sequência do que é a própria intervenção da Câmara - e na intervenção antes de mais do que significa também a necessidade de outras estruturas, de outras disponibilidades de meios e recursos, naturalmente referindo neste aspecto uma intervenção cada vez mais activa, que já tem vários anos em relação ao primeiro ciclo - mas, também na sequência da descentralização de competências, de facto um processo mau, em termos do que são as responsabilidades do poder local e do que deve ser a intervenção do poder local na área da educação; por outro lado nunca foram disponibilizados os meios necessários para isso, como tu sabes, mas, pronto!

A disponibilidade da Câmara é efectivamente uma disponibilidade no sentido de... quando falamos do primeiro ciclo, da qualificação das condições de aprendizagem, no



sentido lato; aqui colocamos os recursos físicos e materiais, portanto, uma aposta materializada na construção das escolas... neste momento na qualificação do parque escolar em todas as suas dimensões, desde o ajustamento das tipologias às novas necessidades da dinâmica escolar e à reforma do sistema educativo. Intervenção nos arranjos exteriores, o que significa em termos de projecto global, em ligação também com a própria comunidade, linhas de apoio claras; e dinamização em relação à criação de outro tipo de condições de grande importância social, como são a implementação dos refeitórios dos A. T. L. E uma intervenção também muito activa, nesta matéria até pioneira a nível nacional, em relação à formação de professores na área da educação física, criando condições para a sua prática a nível do primeiro ciclo. Portanto, tratando-se de uma intervenção já com este significado tão amplo, também significou a necessidade da Câmara organizar a própria relação entre as estruturas dos serviços educativos da Câmara, de forma a que tenham coerência em relação ao que é a própria estrutura global da Câmara. Assim, a Câmara há três anos atrás tinha um técnico superior, na área da educação, e neste momento tem três técnicos e mais outros dois funcionários para apoio administrativo directo. Portanto, é uma equipa de cinco pessoas, é uma estrutura que é um sector, mas que vai passar a divisão - a proposta neste momento existe e vai ser aprovada. Por outro lado tem todo o apoio de um conjunto de estruturas paralelas que não funcionam aqui no departamento, no pelouro, mas são parceiros internos, em que o desafio é de facto um grande trabalho de equipa, de articulação; e inclusivamente caminhamos, à que dizê-lo, para uma gestão cada vez mais integrada, em termos da estrutura da Câmara na área da educação; e aqui falamos, fundamentalmente, em duas grandes áreas: a área de planeamento, a consecução, a área que neste momento está incluída no departamento de urbanismo da Câmara, e a área da manutenção e conservação.

Repara num parque escolar como o nosso com trinta e quatro escolas de situações diversas - escola tipo centenário, até escolas mais recentes como as P3 - há sempre um conjunto regular de intervenções no sentido da conservação, que leva a ter a Câmara uma brigada fixa para este tipo de intervenção. Por outro lado, ainda dentro da gestão de recursos físicos, há uma outra área de grande importância, que nós estamos efectivamente a priorizar - que vem na seqência do que eu te disse atrás sobre a qualificação das condições de aprendizagem - que é a área de equipamento e material didáctico. Neste momento o sector de ensino já tem a gestão dessa área; a gestão dessa área significa a necessidade de substituições de equipamento, requisições de novos equipamentos. Por exemplo, para este ano o Plano de Actividades da Câmara prevê - aliás, está o concurso a decorrer nesta altura - 22 mil contos para equipamento e material didáctico para o Concelho. É um plano a três anos, começou no ano anterior e terá uma terceira fase para o ano que vem.

P. Essas são as formas e os conteúdos que reveste a acção educativa da Câmara?

R. Exacto, todas essas formas. Aliás, um documento importante nessa área, que faz uma apresentação global, que caracteriza o que é a linha de intervenção, é o próprio Plano de Acção Cultural... conheces este documento, mas... contém os projectos nas suas diversas componentes. O Plano de Acção Cultural é para todos os níveis de ensino do Concelho, mas depois também tem esse conjunto, digamos, de disponibilização de meios de grande importância para a actividade dos agentes educativos locais.

Pronto... dizer isto, temos vindo a qualificar e temos a consciência de que isto é um percurso crescente, é um percurso crescente porque a perspectiva futura é de facto de uma maior intervenção do poder local, que neste momento em termos institucionais e do seu estatuto institucional já se justificava que tivesse outro enquadramento, na sequência da própria lei de bases.

P. Há um reconhecimento da vossa parte de que estão a ultrapassar as vossas atribuições e competências?

R. Em termos do que é o enquadramento institucional sim, não em termos do que é o nosso desejo para o Concelho.

P. Falaste nos recursos humanos e materiais. Eu penso que é prática da Câmara, já de há uns anos a esta parte, atribuir, no Plano de Actividade e Orçamento, uma verba considerável para esta área de intervenção. Essa prática mantém-se?

R. Sim, mantém-se! Com um peso considerável, ainda por cima tendo em conta que... Repara, nesta altura, se o esforço financeiro é importante e se revela que é efectivamente uma prioridade da Câmara, e tendo em conta que a construção de escolas é uma questão ultrapassada, significa que ele é fundamentalmente investido em termos já de outro nível, ou seja, da qualificação do que são as condições para a prática para a actividade educativa no Concelho; e significa de facto encarar-se este projecto como um projecto integrado no Concelho e a necessidade de disponibilizar recursos e meios nesse sentido. Para este ano são cerca de 300 mil contos, para este ano que está a decorrer, não estando incluída uma "tranche" da comparticipação para a escola C+S de Cruz de Pau, o que é cerca de - contas redondas - 7 a 8% do orçamento da Câmara.

P. Fizeste aí referência às escolas e a alguns parceiros da acção educativa da Câmara, mas certamente que a Câmara tem outros parceiros com quem tem uma acção de cooperação nesta área e que não estão directamente ligados ao sistema regular de ensino, não?

R. Exacto, exacto! Já à bocado falámos das colectividades; há as instituições de solidariedade social, nomeadamente nós temos também uma colaboração muito estreita com o Centro de Saúde do Seixal, aliás agora estamos a desenvolver, com a participação de outras instituições, nomeadamente a Junta de Freguesia de Arrentela, um projecto na sequência do projecto "Cidades Saudáveis", que procura também ser um projecto integrado em termos de saúde e das suas várias componentes, com os aspectos sociais que isso coloca. Os agentes desportivos também têm aqui um papel de grande importância, um papel de educação no sentido lato. Aliás, como tu sabes, nós nessa área... e então falamos no desporto, pensamos que é fundamental que qualquer projecto de desenvolvimento desportivo tenha de facto uma coerência, em que a formação dos intervenientes seja um dos aspectos fundamentais. De resto, penso que até há situações muito interessantes, com resultados muito positivos, a nível de formação como muitas vezes os jovens assumem determinados papéis em termos de gestão de processos e dinâmicas... Pronto o desporto escolar tem tido aqui uma dinâmica muito interessante; os cursos para jovens árbitros tem sido um sucesso, não é? Jovens técnicos, etc.

Procuramos que o leque de parceiros seja cada vez mais abrangente e isto significa também uma perspectiva de cada vez ver os projectos de uma forma mais integrada, ou seja, de falarmos de um projecto para a comunidade, seja na área da saúde, seja na área do desporto. É fundamental que de uma forma directa ou indirecta haja uma participação global, portanto, dos diversos agentes educativos e desportivos.

P. Quere-me parecer, portanto, que a Câmara atribui uma importância muito grande à educação comunitária em geral e em particular ao sistema local de ensino. Na minha interpretação daquilo que estou a ouvir, penso que atribui mesmo alguma importância à acção educativa no quadro do desenvolvimento local.

R. É de facto esse tipo de perspectiva, e também já fizemos referência a isso, há um quadro... há um espaço ainda bastante alargado da intervenção local, que tem de criar outro tipo de mecanismo a nível de gestão de um processo educativo; e aqui muito claramente, quando falamos de um processo educativo, é num sentido lato, não é em relação ao ensino formal, em que há o reconhecimento institucional, no fundo na sequência do que a lei de bases prevê nesta matéria, mas que se deram muito poucos passos ou nenhuns neste caso concreto, nesta matéria; há ausência regulamentar, não há vontade de o fazer -na nossa opinião- não se deram passos no concreto nesse sentido.

Claro que esta perspectiva não pode estar desligada de uma perspectiva de desenvolvimento mais alargada, não só em termos locais, mas em termos regionais. Uma dimensão de desenvolvimento tem que significar maiores condições de participação e

decisão em termos locais, não é? Das instituições, naturalmente, e das autarquias e do poder local.

P. Já percebi, já referiste muito concretamente, que consideras que a vossa intervenção, nesta área, ultrapassa o quadro das actuais atribuições e competências da Câmara. Independentemente desse quadro, que papel, pensas, deveria caber aos órgãos autárquicos e aos órgãos da administração central na acção educativa comunitária em geral e em particular no sistema local de ensino?

R. Eu julgo que a nossa experiência, como muitas outras -antes de mais o próprio distrito de Setúbal, a área pedagógica 12- têm tido em termos de dinâmica características muito semelhantes; há de facto um conjunto de experiências que têm de ser consideradas num quadro evolutivo de um maior participação local e regional... não é? Agora ultrapassam-se as competências porque efectivamente há uma necessidade... nós pensamos que o quadro da intervenção do poder local é redutor, tem que ser um quadro de muito maior intervenção que o quadro institucional permite, não é? Agora, a questão em minha opinião coloca-se muito mais em termos de vontade política: a lei de bases do sistema educativo, que existe desde 1986, refere a necessidade da gestão do sistema educativo em termos regionais e locais, mas há uma ausência de quadro legal nesta matéria. O que eu penso é que em relação ao Concelho do Seixal é evidente que as coisas também não podem funcionar, o edifício legislativo não é suficiente... pois que se criem condições!

P. Portanto, isso será uma dificuldade para a vossa intervenção nesta área?

R. Claro, de qualquer maneira trata-se de uma questão que é um desafio nacional, que é uma questão de Estado, não é? Porque trata-se efectivamente de encontrar os meios e há uma experiência neste aspecto, uma experiência rica em termos de poder local... e a experiência diz isto: que a capacidade de intervenção local tem ainda muito por fazer, e já provou o que é que fez. Agora, nós pensamos que no Concelho - quando tratamos de processos de mudança, até certo ponto, as coisas não são fáceis, como é lógico, têm de ser construídas- esta forma de estar em relação à educação, efectivamente uma aposta de uma participação em todos os momentos... uma participação de forma a que todos se sintam identificados com os problemas, num diálogo permanente, numa relação muito estreita, com a necessidade efectiva de um trabalho de parceria; esta forma, dizia eu, facilita a mudança. Eu julgo que essas condições para um salto próximo, um salto em termos institucionais, existem, porque há efectivamente um espírito de comunidade educativa; esta forma de trabalhar está enraizada, o que não tem em muitas situações é enquadramento legal, não existe, e isso significa problemas, como é evidente, muitas dificuldades; significa até muitas acções não serem reconhecidas institucionalmente.

P. E não consideras que existiria alguma vantagem na criação de um órgão, a nível local, que de alguma forma pudesse ter algumas competências e atribuições a nível de gestão dos recursos municipais e a nível da planificação do sistema local de ensino em geral?

R. Eu penso que tem de existir... nós inclusivamente estamos um pouco numa fase de aprofundar essa questão. Aliás, já este ano abordámos com os conselhos directivos -neste caso também com uma interessante estrutura, com um trabalho muito importante a nível da área pedagógica 12, também não reconhecida institucionalmente, que é a inter-C.D- e também com as estruturas a nível de associação de pais, na área pedagógica. E julgo que há condições para criar que - mesmo não estando institucionalizado, não existindo um enquadramento legal - possamos formalizar ainda mais - qualificando o próprio nível de participação nos diversos momentos do processo educativo, da sua gestão no Concelho- uma estrutura com esse tipo de características, não é? Agora, é evidente que é uma estrutura que não tendo carácter institucional, não poderá ter o tipo de intervenção que só é possível sendo reconhecida e sendo-lhe dadas condições.

P. E o protagonismo da Câmara, na tua opinião, qual deveria ser, num órgão deste tipo?

R. O protagonismo, aqui, da Câmara deve ser na linha do que tem sido até agora. Deve ser... Naturalmente, que a Câmara terá no futuro do poder local mais competências na área da educação; nós defendemos isso, noutro espaço, em que a intervenção directa da administração local no processo da educação será com certeza positivo, mas além das competências que terá... a forma de estar num órgão destes deve ser um pouco no sentido do que tem sido a nossa relação, efectivamente de parceria. Tem responsabilidades que as assumirá e responderá como tal. É efectivamente um recurso local de grande importância, mas deve depois ter uma postura em que seja efectivamente um parceiro, no sentido de que os projectos sejam efectivamente colectivos, não é?! No fundo tem sido este percurso, esta forma de estar, e julgo mais, que temos aqui criado, como dizia atrás, o tal espírito que existe, o espírito de comunidade educativa; uma relação de parceria, onde cada um tem as suas responsabilidades, tem definido bem o seu papel, mas onde há efectivamente um trabalho colectivo.

Eu julgo que um órgão de gestão local - e deveremos caminhar nesse sentido- com um âmbito de intervenção definido, mas uma intervenção que permitisse uma maior eficácia, permitisse efectivamente... com objectivo de uma educação de âmbito comunitário, de uma educação que abranjam os cidadãos do Concelho, tem efectivamente cada vez mais condições para ser um projecto que se empenha no próprio desenvolvimento global do Concelho.

Portanto, eu não vejo uma outra forma... não vejo uma participação paternalista; não vejo uma participação que não seja de parceria, não é?!

P. Eu só para terminar a conversa, que tem sido bastante rica para mim, gostaria que te referisses, se é que achas que não te referiste já o suficiente, aos aspectos que tu consideras mais significativos e inovadores da acção educativa da Câmara, talvez em termos conclusivos, em termos de síntese.

R. Em termos de síntese, pensamos que esta forma de estar em que assenta a relação das autarquias do Concelho com a comunidade, com os agentes educativos, com todas as instituições do Concelho - que nesta perspectiva lacta têm a ver com o projecto educativo - penso que isto é uma opção clara, é um processo que tem vindo a crescer ao longo dos anos e que tem dado resultados. Eu penso que se não fosse assim, muitos projectos não tinham viabilidade, não havia condições... porque os agentes educativos intervenientes têm-se sentido identificados, têm sentido que estão efectivamente nos projectos. Portanto, isto é uma linha clara da opção da Câmara. Por outro lado, essa linha clara tem significado também opções claras em relação a intervenções mais localizadas a nível da área, como por exemplo do desporto escolar, no início da década; a formação de professores, que para além de uma disponibilidade para apoio a projectos vários, se tem materializado também num projecto pioneiro a nível do país, de formação na área da educação física de professores do 1º ciclo do ensino básico. O projecto de formação na área da alfabetização musical, foi mais recente, tem dois anos. Bem, como sabes, a nossa preocupação nunca foi a das competências, de quem são as competências, foi antes de mais criar condições para a resolução dos problemas, neste caso concreto para a aposta na qualificação das condições de aprendizagem no Concelho... além disso tem havido sempre da nossa parte uma grande disponibilidade em termos de cooperação institucional; julgo que de facto não há questões a colocar em relação à nossa prática e à nossa disponibilidade a todos os níveis. Isso significou muitas vezes termo-nos excedido nas nossas competências, em termos concretos, e resolvido problemas que têm a ver, claramente, com o Ministério da Educação, no Preparatório e no Secundário; quando colocamos, por exemplo, um piso num pavilhão, é o Ministério que tem que resolver, não é?! Mas temos sempre uma opção clara em relação ao 1.º ciclo... Para dar uma ideia que as coisas, naturalmente, não caem de pára-quedas, vão-se fazendo, vão-se construindo, têm a ver com opções que naturalmente foram tomadas a seu tempo e que permitiram que chegássemos até hoje, referirei a construção das P3.

Penso que a Câmara do Seixal, foi a primeira Câmara a fazer a opção da construção das escolas P3; no ensino primário faltavam escolas, a situação na altura era bastante

desastrosa e a Câmara em cinco anos construiu... mobilizou-se para o parque escolar. Portanto, foi a primeira prioridade objectiva de conjugação de esforços, neste período.

O período seguinte foi, efectivamente, assumir por inteiro, independentemente das competências, a intervenção ao nível do 1. ciclo, com as características que há bocado te referi. Naturalmente, com grandes preocupações em relação ao que é neste momento a situação no Preparatório e no Secundário, que é difícil, muito complicada, não é?... Bom falar em reforma curricular, em reforma educativa e não resolver os problemas de fundo; e os problemas de fundo são... há muitas escolas que não têm condições de funcionamento, no caso do Concelho notamos isto: não se sabe muito bem o que é que se quer e isto é uma situação preocupante. Porque existindo problemas graves, problemas de degradação escolar, de sobrelotação; problemas de grandes dificuldades em relação à dinâmica escolar, ao nível dos seus projectos educativos; problemas no concreto - às vezes nem uma sala há, onde se possam juntar alunos e professores da escola - problemas dos equipamentos desportivos, que é de facto uma situação extremamente alarmante.

Bom! Isto são algumas notas. Quero ainda acrescentar que para nós constitui, tem constituído sempre, uma linha clara, a disponibilização de um conjunto de meios regulares, fixos, que, pensamos, têm sido de grande importância em relação ao desenvolvimento regular das actividades das escolas e da sua dinâmica. Bom, eu lembro-me, fui também durante alguns anos do Conselho Directivo de uma escola de que já na altura só era possível realizar visitas de estudo, com a importância que tem esta componente da actividade escolar, com o apoio da Câmara, com a disponibilização do autocarro. O orçamento da Escola dava para duas, três visitas de estudo, durante o ano.

Uma outra grande linha de orientação tem sido o apoio às bibliotecas escolares... desde a formação e a formação temo-la feito nós, havendo depois toda uma relação muito estreita com as bibliotecas escolares do nosso Concelho.

P. Não tenho mais nenhuma questão a colocar-te. Só quero agradecer-te mais uma vez a tua disponibilidade de tempo e o apoio importantíssimo que tenho recebido do Departamento em geral, para a realização do meu trabalho.

R. Para nós é de facto importante poder colaborar em projectos, seja em projectos como o teu, com o interesse e a importância que tem, como quando são projectos de cooperação institucional. Pronto! Se às vezes não respondemos melhor, é porque também temos as nossas dificuldades, mas a disponibilidade existe efectivamente. Portanto, no teu caso concreto e em relação ao teu trabalho podes contar com ela.

P. Mais uma vez obrigado.

*Entrevista com o responsável pelo Sector de Ensino da Câmara Municipal do Seixal.*

P. Podemos então começar a nossa entrevista sobre a política educativa da Câmara e em particular sobre o papel do Sector de Ensino. E eu começaria por perguntar-te o seguinte: no quadro geral da política educativa da Câmara, desde que és responsável pelo sector (1989), que papel tem tido o sector de ensino e quem e como intervem na definição e na implementação desse papel?

R. Talvez começando pela segunda parte da pergunta. O primeiro quadro de referência é exactamente aquilo que está definido no quadro de investimentos da administração pública, aquilo que está portanto, definido para a administração local. Em 1985 há um conjunto de diplomas que regulamenta de uma forma mais ou menos clara os investimentos do poder local na área da educação, que se restringem de uma forma dominante ao primeiro ciclo do ensino básico. Há competências claramente definidas a nível de investimentos de novas escolas e obras de conservação; depois actividades de tempos livres numa perspectiva mais ampla; há a acção social escolar e transportes escolares. Três níveis de intervenções que prefiguram desde logo à partida que o serviço educativo da Câmara tem de uma forma clara de responder.

A Câmara Municipal do Seixal, no entanto, desde há muitos anos a esta, parte que tem ultrapassado em muito este quadro regulado de investimentos e tem-se apresentado como um agente com um papel bastante dinâmico a nível do Município.

A Câmara, partindo de um quadro legal tem um nível de intervenção, portanto, muito mais amplo. Hoje de uma forma clara, olhando para as escolas dos diversos graus de ensino, olhando para outros agentes educativos diversificados: o projecto minerva, a equipa de ensino especial do Ministério da Educação, o programa do sucesso escolar, PIPS; a coordenação Concelhia da Extensão Educativa, uma estrutura de administração central descentrada. A Câmara apresenta-se claramente como um pólo aglutinador. Hoje a Câmara tem um papel extremamente importante na dinamização daquilo que se pode considerar a comunidade educativa, entendida de facto como todos estes agentes educativos. Isto seria uma primeira constatação de facto importante, a autarquia ao criar espaços regulares de reflexão, de programação e de discussão dos problemas que se põem de facto, não é?, ao parque escolar, portanto ao sistema educativo no concelho e à importância das instituições educativas, como estruturas de informação e formação e dinamização local. Portanto, a autarquia neste projecto é um princípio organizador e isso é algo extremamente importante.



Ainda podia dizer que no Concelho do Seixal, por via do papel de autarquia, existe uma certa personalidade da comunidade educativa, com algumas características próprias; há uma certa identidade e, portanto, o papel da autarquia na área da educação é fundamental

Internamente o Sector de Ensino... porque é um serviço que tem competências em termos de intervenção na educação, aqui o conceito de educação no sentido específico institucional, mas também no sentido mais lato, não é? Como prática educativa, como formação de jovens, como espaço de informação e formação, quando se encontram grupos... exactamente no conceito de educação permanente acaba de facto por ser um serviço mobilizador de muitos recursos da própria autarquia e isso podemos dizer que, no quadro que depois da produção de planos de actividade da autarquia, no quadro da definição política da intervenção da autarquia, a componente da educação, por via deste serviço, portanto, podemos dizer que se estruturam e que nos últimos três anos passou de um serviço com um técnico superior, para uma equipa de cinco funcionários que fazem a gestão desta área.

Podemos dizer, portanto, que este serviço acaba por ter um papel, ser uma componente importante da política geral do Departamento e da Câmara em geral.

A metodologia geral de planos de actividades da Câmara assenta primeiramente numa auscultação das propostas que os serviços fazem. Nesse sentido compete ao Sector de Ensino preparar os principais dossiers da área da educação: prioridades, investimentos em termos de parque escolar; programas de apoio aos A.T.L. (Actividade de Tempos Livres); programas de animação e dinamização cultural; apoio aos agentes educativos, programas, portanto, de formação. De facto todo um conjunto de dossiers que o Sector de Ensino tem a liberdade para poder definir objectivos e apresentar propostas concretas de intervenção.

Num segundo momento estes projectos são discutidos com o director do Departamento e a própria administração, o vereador, e nesse quadro são explicitados os objectivos mais gerais da autarquia nessa área e de que modo é que eles se inserem, também, nas grandes preocupações do Plano da própria autarquia. Só para dar um exemplo: se o Sector traz um projecto, vamos supôr relativamente simples, da semana do ambiente, mas a autarquia considera que face à importância desta problemática e tendo em conta, portanto, representando 1992 a importância que a O.N.U. deu de facto a este problema com a conferência de Rio no Brasil (Eco 92), considera, portanto, que o Sector poderia potenciar exactamente esse projecto, de modo a ele poder cumprir também objectivos de carácter mais geral, de informação e sensibilização à população em geral, com um objectivo mais geral de intervenção da autarquia e nesse sentido ia ser reequacionado um projecto na área da educação.

P. Segundo estou a perceber, portanto, na acção desenvolvida pelo Sector há parceiros internos e externos à Câmara. Não sei se terás mais alguma coisa a dizer sobre os parceiros externos, que têm tido alguma cooperação com a Câmara nas acções desenvolvidas?

R. Há pouco referi o leque de parceiros exteriores, podia acrescentar a Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade Nova de Lisboa, situada ali no Monte, a Escola Superior de Educação de Setúbal; são duas instituições de ensino superior que têm mantido cooperação com a autarquia.

Há uma relação de cooperação, nestes exemplos concretos, com estas duas instituições de ensino superior, que de facto têm também o movimento das solicitações das próprias instituições relativamente à Câmara, na medida em que há aqui um processo dialéctico, circular.

Porque a autarquia desde muito cedo manifestou, de facto, uma grande estrutura para apoiar as dinâmicas locais, e ela própria ter programas específicos de intervenção, na área da educação, no campo da formação, no campo da animação pedagógica que para os executar mobilizam alguns agentes educativos, escolas e outras estruturas; e num segundo momento não há dúvida que são as próprias instituições que vendo o poder aparecer como um recurso e também um agente, é nessa dupla dimensão que a autarquia do Seixal de facto se assume; é claramente um recurso a ter em conta, relativamente à vida educativa no Concelho, mas também um parceiro que reflecte, propõe, que analisa projectos, que de facto nós queremos ser entendidos, e, nessa abertura não há dúvida que as instituições, e dei o exemplo de duas escolas, as instituições também, porque vêem uma certa receptividade, elas próprias apresentam projectos. E temos aqui que dar um exemplo para caracterizar o raciocínio, uma experiência única no país na área do processo de uma aprendizagem, utilizando os meios informáticos que é um projecto isrealita chamado Toam. Resulta exactamente desta abertura que a Universidade Nova verificou relativamente à autarquia do Seixal. Portanto, fez em 1989 essa proposta, na medida em que a Câmara estaria disponível para, em cooperação com a Universidade poder realizar uma experiência controlada, de utilização dos meios informáticos na escola primária como processo de treino, não propriamente de ensino aprendizagem, que isso seria semelhante ao projecto minerva. E a autarquia, portanto, disponibilizou recursos, disponibilizou interesse de facto ao fim destes três anos. Este projecto envolvia também uma empresa; ao fim de três anos a autarquia disponibilizou-se para, em cooperação com o PRODEP, adquirir esse equipamento; neste momento temos ali um recurso, espaço, conjunto de equipamento informático que está a ser utilizado pelas escolas primárias do Concelho.

P. Já percebi que atribuis uma grande importância à intervenção da Câmara no sistema local de ensino, não sei se te poderás referir a outras intervenções, nessa área, que aches significativas.

R. Pois, A nível do sistema de ensino formal, poderia explicitar na área da formação de professores e nomeadamente no 1º ciclo do ensino básico numa área votada para o esquecimento por parte do sistema educativo português.

P. Na tua interpretação, a intervenção da Câmara nessa área ultrapassa as suas competências?

R. Ultrapassa claramente e é um processo claramente inovador.

Em síntese, diria que o quadro legal que define algumas competências, como há pouco referi, às autarquias na gestão física do sistema a nível local, gestão física significa construção e conservação de instalações e edifícios escolares - no 1º ciclo evidentemente-, gestão dos equipamentos e depois sistemas complementares de acção social escolar e dos transportes escolares. Há, de facto uma dominante, uma exclusividade da gestão física do sistema.

A formação de professores, apoio a projectos pedagógicos, são componentes que não estão de facto no espírito da lei que descentraliza competências para as autarquias.

No ponto de vista da Câmara, investimentos nesta área são motivados em primeiro lugar por uma clara insuficiência da política de actualização e de formação contínua de professores nesta área, na área do 1º ciclo, que é a área onde a autarquia tem competência e por outro lado... a autarquia considera que tendo responsabilidade quase exclusiva a nível da gestão física do sistema, tem direito, por via da prática, a poder de uma forma ilustrativa, portanto, exemplar, a ter algum papel de intervenção na área da gestão pedagógica do próprio sistema. Mesmo que o Ministério da Educação tivesse de facto uma política coerente e regular neste campo de formação de professores, a autarquia consideraria sempre que de uma forma voluntária e simplesmente ilustrativa, poderia ter também, enfim, uma presença, uma intervenção nessa área, mas de facto o Ministério não tem. Por via de uma área que é de facto lacunar e pelo interesse que a autarquia tem em poder de alguma forma ter uma intervenção um pouco mais globalizante no sistema educativo, de facto tem programas específicos, claramente inovadores e que estão no espírito da reforma em curso, que são duas áreas fundamentais: a área da educação física nas escolas primárias, programa que já tem quatro anos de formação de professores, que por sua vez desmultiplicam formação para chegar aos alunos, de acordo com os

conteúdos e objectivos dos novos programas; e na área da educação musical, também um programa orientado para os professores.

Em termos de formação podemos dizer que temos estes dois grandes programas de formação de professores, orientados especificamente para o 1º ciclo. A política da Câmara é apoiar acções de formação pensadas e organizadas pelos próprios agentes educativos e aí já não só para o ensino primário, mas para outros graus de ensino. Há uma clara atitude de apoio.

P. Mas relativamente à população em geral do sistema local de ensino (alunos, pais, etc.), a Câmara tem feito algumas acções/actividades dirigidas para essa população?

R. Sim! Sim! No quadro mais geral de apoio ou de animação pedagógica, portanto, não há dúvida que a Câmara tem conseguido, por via prática, assumir claramente o estatuto de parceiro com outros agentes educativos no sistema público, no sistema formal ou dar estruturas de carácter mais informal, apoiando e por sua vez, em cada ano lectivo, apresentando à própria comunidade alguns projectos seus e isso parece um aspecto interessante e que fundamenta a ideia que eu referi inicialmente de que a autarquia como um princípio, ou pelo menos uma componente fundamental do princípio organizador desta própria comunidade. Nós temos projectos todos os anos, projectos na área de teatro, que não se dirigem exclusivamente às escolas, são dirigidos por via das escolas, também aos pais, cobrindo interesses da população no sentido mais geral com há pouco referia. A área do ambiente também é uma área onde a autarquia apresenta sempre projectos de informação, sensibilização, à comunidade em geral.

O património histórico natural é outra área em que a autarquia apresenta sempre programas específicos para a população escolar. Há ainda o desporto, também existe há muitos anos um programa, temos um programa de desporto escolar que é dirigido às escolas preparatórias e secundárias, que pretende complementar, que se articula com o desporto escolar oficial, que é claramente insuficiente na generalidade do nosso país e por conseguinte a autarquia acabou por ter um papel claramente activo e dinamizador nessa área.

P. Eu gostaria de saber qual é a tua opinião sobre a importância da acção educativa da Câmara no quadro de desenvolvimento local, referindo-se aqui ao Concelho.

R. Hoje em dia todas as correntes defendem que a educação é uma componente fundamental em qualquer projecto de desenvolvimento do país, de uma região, de uma comunidade, sempre foi eventualmente. Os sistemas antigos não tinham era uma visão desse conceito mais alargada, viam-no de uma forma mais restrita, os sistemas educativos

formavam futuros profissionais, entendido como um perfil mais específico, ou mais generalista; formava jovens que se inseriam de facto no sistema produtivo local ou nacional, ou regional e tinha também uma componente cultural e humanista. Portanto, a componente da educação, depois no desenvolvimento é algo que sempre existiu. Hoje há uma consciência mais acutilante para a importância da formação, enquanto criação não só de competências, mas também de atitudes, de maneiras de estar nas próprias comunidades. E eu penso que é de facto essa “nuance” que hoje é dada quando se refere que a educação é de facto uma componente fundamental.

Uma outra nota, é que hoje, nomeadamente nas zonas de concentração urbana, é preciso construir identidades próprias, é preciso construir espaços e actividades que possam de facto fixar as pessoas aos seus espaços de habitação, na medida em que hoje em dia há de facto uma tentativa de homogeneização destes grandes espaços, portanto aqui a educação, explicitamente, aparece como uma componente fundamental para dar um certo rosto... próprio, com características específicas e de alguma forma enraizada com a personalidade de uma comunidade. Portanto, aqui a educação aparece como instrumento consciente de criação de dinâmicas locais.

P. O que será, portanto, uma dimensão do desenvolvimento. É nessa perspectiva que a Câmara encara a educação, segundo estou a perceber?

R. Até diria mais, ou especificava mais, não tanto até a componente económica do desenvolvimento, na medida em que o nosso actual sistema educativo é um sistema, a nível do secundário ou até do superior, muito pouco especializado, mas aqui no desenvolvimento de facto entendido de uma forma mais integrada, desenvolvimento integrado, global, portanto, das pessoas, dos grupos, da própria comunidade. Portanto, uma grande aposta, se a gente quisesse especializar, num desenvolvimento de carácter cultural, um papel de facto extremamente importante e é por via disso que as autarquias de uma maneira geral, o Seixal de uma forma intencionalizada, numa experiência que tem vários anos, aposta exactamente no apoio e na potencialização, disponibilizando recursos aos agentes educativos. Até porque há aqui uma nota que me parece se deve especificar, isto é um pouco a minha opinião pessoal, que é: hoje em dia, nomeadamente nas zonas urbanas, as escolas são instituições muito importantes na produção cultural e na produção de espaços de informação e de festa na própria comunidade. Podíamos dizer que em contraposição com instituições tradicionais de produção cultural e de produção de espaço de festa, por exemplo, as associações de cultura e recreio eram, de facto, instituições privilegiadas nesta região e mesmo em Lisboa, estas associações eram agentes de espaços culturais extremamente importantes para a população. Hoje de facto eles estão com dificuldades de se inserirem neste novo contexto de vida das pessoas... dos problemas

que se põem nestes grandes espaços urbanos de uma certa uniformidade e isolamento das pessoas; as escolas aparecem aqui progressivamente, nos últimos dez, quinze anos... que eram instituições claramente fechadas para si e que tinham objectivos de aprendizagem, aparecem como instituições que por via da formação da criança, elas próprias desafiam a comunidade e desafiam fazendo um desfile de carnaval, recreando uma tradição da cultura portuguesa; desafiam recreando, por exemplo, as marchas populares do Concelho; desafiam fazendo uma exposição sobre os problemas ecológicos que se passam; desafiam fazendo uma intervenção de recuperação de um núcleo urbano, etc....

É de facto engraçado verificar que é isso que as autarquias se têm apercebido.

P. Têm-se só apercebido não têm mesmo feito, neste caso concreto do Seixal, alguma coisa em termos de intervenção para que se facilite a abertura da escola ao meio?

R. Queria dizer que de facto esta percepção é mais geral nestes últimos anos. Não há dúvida de que as autarquias se têm apercebido deste movimento no quadro mais geral que é de facto a preocupação de encarar de frente a personalidade cultural da sua comunidade e daí uma preocupação crescente na sua política cultural, de apoio, de reavivar tradições e tudo isso. E aqui insere-se a descoberta de que a escola de facto é uma instituição com imensas potencialidades, porque de facto ela hoje desafia a comunidade, ela informa, ela cria situações de reflexão, situações de sensibilização.

Por outro lado, para além desta nova perspectiva da escola, com o alargamento da escolaridade obrigatória de 9 anos, jovens dos 7 aos 15 anos passam por esta instituição e nesse sentido cruzam-se dois momentos extremamente importantes: o papel que a escola tem, porque a escola de facto é um sistema aberto e cada vez mais em todo o lado e por outro lado a escola apanha um período fundamental de formação de qualquer jovem, apanha a generalidade dos jovens, há aqui uma potência espantosa da própria educação. Especificamente no Seixal, por uma dinâmica relativamente própria - mérito da autarquia, mérito das próprias instituições - há alguns anos se institucionaliza este próprio movimento de potenciação. Ao apoiar certos projectos estamos a criar condições, a dar recursos, para que se amplifique esta própria dinâmica -, porque as escolas além de recursos humanos, são instituições com recursos físicos mínimos, trabalham com pouco dinheiro, o orçamento é para gerir o sistema, há pouquíssimo dinheiro, o próprio orçamento da escola não tem maleabilidade para no início de cada ano lectivo poder contar com um determinado valor para projectos de carácter comunitário, de educação comunitária. Por conseguinte, as autarquias e o Seixal em concreto têm investido todos os anos alguns milhares de contos.

P. Acaba por abranger uma população que ultrapassa a população escolar.

R. Apoia e situa-se ao lado da escola, neste caso, neste movimento que eu agora referi de a escola intervir no próprio meio, desempenhando funções de informação, funções de sensibilização. Isso parece-me que hoje é de facto uma orientação explícita e clara da própria autarquia, não só dos técnicos, claramente da administração.

P. Começo a compreender que em tua opinião a Câmara deveria ter nesta área um papel diferente daquele que o actual contexto político-administrativo lhe confere.

Independentemente deste contexto, em tua opinião, qual deveria ser o papel da Câmara, nesta área de intervenção.

R. Deviam ser duas funções. Na óptica do aperfeiçoamento e da racionalização dos recursos locais, deviam desempenhar duas funções e deviam ficar contempladas nas atribuições da administração nos diversos níveis, como central, no local e na futura regionalização.

A nível regional devia desempenhar claramente mais duas funções para além, daquela que poder central está a vocacionar as autarquias, que é, portanto, a gestão física do sistema. Para além da gestão física do sistema, a nível do 1º ciclo, que as autarquias já exercem, terão que exercer de uma forma regular, estatutárias mais duas componentes fundamentais: uma que é parceiro, pelo menos consultivo, na planificação do sistema. É fundamental para a autarquia que tem responsabilidades na política do desenvolvimento do Concelho, portanto, de uma comunidade poder apresentar-se como parceiro ao lado dos serviços específicos do Ministério da Educação, ao lado das escolas na gestão, numa perspectiva de planificação do próprio sistema e da rede, isso é fundamental. Decisões como a área de influência, criação de novas escolas, criação de especialidades da área pedagógica, de facto as autarquias necessariamente têm que ter um estatuto para poderem de facto, em parceria com escolas e Ministério da Educação, articular política geral com política do desenvolvimento local.

E não existe esse estatuto, a lei é claramente omissa. Há um dos projectos de gestão das escolas que refere a possibilidade de um Conselho Local de Educação. Era algo nessa linha de uma estrutura que tivesse responsabilidades de planificação do sistema, com uma intervenção clara da Câmara como parceiro.

P. Mas tu consideras que neste momento, a ausência desse instrumento conduz a que haja uma gestão, uma rentabilização correcta dos recursos educativos a nível concelhio?

R. Sem dúvida! Um exemplo concreto é o dos equipamentos gimnodesportivos em que há uma descoordenação entre a política do Ministério da Educação relativamente à política

que a autarquia tem na construção de uma rede de equipamento desportivo para os seus agentes locais. Esta desarticulação é prejudicial ao próprio sistema educativo, porque sem esta articulação só por uma atitude de muita atenção e muita disponibilidade numa autarquia, é que a construção de um equipamento que vai servir a comunidade, que vai servir uma associação desportiva, e que ao mesmo tempo pode responder de uma forma cabal a necessidades da própria escola, não é? Nós neste momento, nesta área, temos uma rede de equipamento desportivo que cumpre funções à população em geral, através das associações desportivas do Concelho e tendo uma outra rede de infra-estruturas desportivas nas escolas, estão ambas insuficientemente potencializadas, não há nenhum espaço onde estas duas estruturas se encontram. Isto é um exemplo nesta área e pode ser estendido a outras áreas.

P. Mas a Câmara tem tido alguma actuação na tentativa de rentabilizar recursos, com alguns instrumentos que tenha criado e alguma planificação que tenha feito?

R. Estás a referir-te ao Plano de Acção Cultural. Isso seria uma outra dimensão.

As autarquias têm que lutar para passar de meros gestores físicos do sistema, para parceiros que poderão assumir numa primeira fase o estatuto de parceiros na planificação do sistema, parceiros que têm que controlar o desenvolvimento da rede e também uma outra componente que era de parceiro na realização da nova concepção da escola que está na reforma, que de um modo geral as escolas já foram experimentando antes da reforma a ter explicitado como concepção; as escolas já foram experimentadas na prática e de facto as autarquias têm também de ter um papel definido estatutariamente na rentabilização de recursos, na coordenação e integração dos diversos recursos que estão investidos no sistema, em termos de facto de potenciar esta concepção da escola, escola de facto cultural, escola aberta ao meio, escola enquanto instituição privilegiada na vida local. E aí, voluntariamente, as autarquias, umas mais do que outras, claramente na Câmara do Seixal de uma forma muito positiva, têm cumprido este tipo de função. Não lhes é reconhecido pelo Ministério da Educação este estatuto, mas penso que o desenvolvimento do sistema irá necessariamente, até numa perspectiva de rentabilização de recursos, levar a esse reconhecimento.

P. Não sei se querias, só para terminar, referir algum aspecto que tu aches importante em relação à intervenção da Câmara no que diz respeito à educação comunitária em geral, independentemente do ensino formal.

R. A concepção de escola como sistema aberto, essa concepção contraria o conceito de sistema público formal, porque a partir do momento em que cada escola desenvolve um trabalho que tem como objecto ou que parte da realidade circundante e o trabalho e depois



o devolve para a comunidade, essa escola está a assumir-se com uma componente de informalidade... poder dizer era um aspecto que até me parecia interessante, a escola assumir-se progressivamente como uma instituição de intervenção na comunidade, ela complexifica-se e convive nela própria um sistema formal e sistema informal. E é na parte da informalidade da instituição escolar que as autarquias pretendem agarrar e amplificar todas as suas potencialidades. Podemos dizer que há uma parte do que se faz no Concelho, a partir das escolas, que não faz parte do património do sistema público formal. Poderia ser uma primeira nota que parece ser de facto interessante.

Agora, relativamente à educação informal, global não é? É evidente que a autarquia tem programas, mais estruturados que de alguma forma possam ter alguma semelhança com iniciativas e projectos que acontecem também no interior da escola, e que só pelo facto de serem dirigidas a uma população mais... à população em geral possam ser qualificados de educação comunitária e por aí fora. Por exemplo o museu tem de facto um projecto, tem um serviço educativo, tem programas específicos para a população em geral, cito as visitas de estudo temáticas, um projecto interessante em que a autarquia oferece à comunidade a possibilidade de desenvolvimento de percursos nas descobertas de certos traços culturais do Concelho, na descoberta da história do Concelho ou simplesmente como espaço de convívio e de usufruto das possibilidades do próprio Concelho. Um programa que se insere claramente nestas perspectivas de educação comunitária, tanto que a própria autarquia desenvolve... mas aí eu não dou muita importância a esse conceito mais restrito, porque de facto a autarquia, no fundo, tem um programa de animação cultural para o Concelho e nesse programa de animação cultural e de apoio aos agentes educativos cabe essa perspectiva de educação. Dá um programa de teatro com calendário anual; ao tentar apoiar claramente as escolas de música; a elaboração de um plano municipal de exposições que possam de facto também dar cobertura ao Concelho, relativamente ao usufruto de artistas. Não estamos a falar senão de um plano de educação comunitária, com objectivos claros de criar ritmos, de criar hábitos para a população no sentido de que o Concelho, de facto, tem iniciativas que humanizam este próprio espaço.

P.Segundo estou a perceber a animação cultural em geral, na compreensão do Sector de Ensino e da Câmara em geral, penso eu, é uma das dimensões de intervenção educativa da Câmara. Falaste também da animação associativa, são dimensões que consideras estarem nas preocupações da Câmara?

R. Mas eu gostava de realçar que nesta perspectiva de a autarquia poder contemplar um calendário anual diversificado, música, teatro, de espaço festivo e de convívio, que possam servir como uma certa referência festiva e cultural para o Concelho.

A Câmara olha as escolas ao lado de outros agentes culturais; seja a associação de cultura e recreio; seja novas associações de artistas plásticos, seja as próprias escolas. Isso parece-me que tem uma certa inovação e me parece que está de acordo com as novas dinâmicas, que de facto há pouco referi. Naturalmente que algumas escolas acabam por ter uma vida cultural mais intensa e o seu feed-back para a comunidade acaba por ser mais rico e diversificado do que algumas instituições que tradicionalmente são consideradas património cultural, isso é que é importante agarrar.

P. Não tenho mais nenhuma questão a colocar-te, se não quiseses referir-te a mais alguma questão, dava por encerrada a nossa entrevista.

R. Não! Não tenho assim mais nada...

P. Queria agradecer-te a disponibilidade que arranjaste para colaborar neste trabalho e agradecer através de ti ao Departamanto em geral, todo o apoio que me tem dado.

R. Só uma palavra final, para dizer que a opção que fizeste no teu estudo, vai-se apresentar também como uma contribuição para realçar estes problemas que tivemos aqui a reflectir, explicitando exactamente a dinâmica de identificação e desenvolvimento da educação comunitária. Isso penso que vai ser importante, em primeiro lugar para a autarquia do Seixal, que tem uma grande experiência no terreno, rica, complexa, que importa, portanto, reflectir. Penso que estudos nesta linha contribuem claramente para, de alguma forma, clarificar e explicitar linhas de orientação e tendência de uma forma clara para as autarquias em geral, este trabalho teórico, reflexivo, poderá ser um instrumento motivador e de alguma forma ilustrativo do papel de facto que as autarquias têm nas dinâmicas educativas locais, por vezes fica um pouco na penumbra. Às vezes são muito utilizadas como recursos, dilui-se um pouco a imagem de intervenção da Câmara.

P. Pronto, então mais uma vez obrigado.

R. Bom trabalho para ti.

### ***Entrevista com a directora da Escola Primária nº3 da Amora***

P. Então se estiver de acordo começaria-mos com a nossa entrevista sobre a cooperação da Câmara do Seixal com a sua Escola.

E começaria por uma questão geral que desenvolverá com entender que é a seguinte:

que cooperação tem havido entre a Câmara e a sua Escola e que formas é que essa cooperação tem revestido?

R. Pois, nós trabalhamos muito com a Câmara e... eu realmente venho de Noite; quando aqui cheguei fiquei admirada, porque foi totalmente diferente o apoio que esta Câmara nos dá relativamente às câmaras onde eu trabalhei. Isto não é só notado por mim, é a maioria, quase 90% dos professores que aqui trabalham.

Temos muito, muito apoio a todos os níveis da Câmara e isso faz com que os professores cooperem muito com a Câmara. Qualquer projecto em que a Câmara nos pede a colaboração nós, todos os professores, estamos sempre prontos a colaborar. É o caso dos projectos Interescolas que têm vindo a acontecer já há alguns anos atrás.

P. Neste momento estão integrados em algum projecto concreto?

R. Acabou há pouco tempo... a Escola tem vários projectos que já terminaram. Há projectos da Escola e projectos propostos pela Câmara em que nós colaboramos. Há reuniões em que a Câmara pede a opinião dos professores ou aproveita os projectos que os professores apresentam para os apoiarem.

Por exemplo, a nossa Escola, há dois anos, apresentou um projecto sobre o ambiente, que foi alargado a outras escolas da freguesia. Esses projectos são apoiados pela Câmara, com a poio monetário e até de formação, pronto nesse aspecto realmente tem sido um sucesso.

P. Esse projecto disse que era um projecto...??

R. Há dois anos a nossa escola apresentou um que foi sobre a Semana do Ambiente. O ano passado foi , e há dois anos também, por freguesias. Cada freguesia apresentou um projecto; a nossa apresentou o da Semana do ambiente, a freguesia do Seixal e até algumas escolas daqui, foi sobre as Marchas Populares; outras sobre o Rio Tejo. Portanto houve vários projectos. O ano passado aqui na freguesia da Amora, foi o projecto sobre a C.E.E., que envolveu as freguesias todas da freguesia; foi um projecto muito engraçado que resultou em pleno. Culminou com uma festa muito engraçada, ali no campo da

Amora. Os pais participaram nesse projecto, ajudaram os filhos a pesquisar.. trazem-nos material. Portanto é todo esse envolvimento que a Câmara nos ajuda a fazer, em que os pais ao mesmo tempo participam na vida da Escola.

O ano passado foi um projecto bastante científico, porque os miudos foram mesmo obrigados a pesquisar, cada escola tinha um país para estudar e no final uma festa em conjunto, como acaba sempre qualquer projecto... há sempre exposições de trabalhos que se realizam durante o ano.

Este ano foi um projecto a nível concelhio, envolveu as escolas todas do Concelho. Também apoiado pela Câmara monetariamente. Foi um projecto muito engraçado sobre a Feira da Ladra...

P. Isso surgiu de uma proposta conjunta?

R. Proposta também em reunião conjunta com os directores das escolas.

P. Dos directores das escolas com a Câmara, com os serviços camarários?

R. Sim, pois. No final do ano lectivo ou no início, em Setembro, os directores reúnem com a Câmara. Depois de ouvido o Conselho Escolar, propomos vários projectos que a Câmara apoia.

P. Que são projectos individuais de cada escola, não?

R. E há um que envolve as freguesias ou o Concelho inteiro. Este ano foi a Feira da Ladra, que foi muito engraçado. Houve a parte de animação e também a parte de vendas da feira.

P. Referiu-se aí à participação dos pais. Acha que ela foi significativa?

R. Os pais participaram muito; eles estão sempre prontos a aderir a estes projectos e gostam mesmo.

Nunca sentimos da parte dos pais negação àquilo que a gente pede para qualquer projecto, eles gostam mesmo de participar, pronto.

P. Mas há outras formas de apoio da Câmara à Escola?

R. Sim. Portanto, nós por exemplo, qualquer projecto que tenhamos, cá de escola, eles apoiam com material, mas nós aqui temos desde máquinas de filmar, uma máquina que custou trezentos e tal contos, quase quatrocentos, até vídeo, televisor, aparelhagem sonora, isso tudo cedido pela Câmara, portanto ajuda bastante.

No que respeita às nossas festas de Natal, fim de ano, a gente basta telefonar ou mandar um ofício para a Câmara a pedir qualquer apoio, que eles prontamente cedem, não só material, mas até mesmo recursos humanos; eles mandam pra aqui pessoal para o apoio a som, a montagem de qualquer tipo de aparelhagem, palcos. Nesse aspecto não temos problemas nenhuns.

No que respeita a obras, uma coisa que também notei a diferença entre as outras Câmaras e esta, é que aqui há um assalto, partem-se os vidros, a gente telefona e imediatamente vem o piquete concertar vidros, portas, tudo, não temos problemas.

P. Têm um piquete para dar apoio quando surgem situações dessas?

R. Sim! Sim! Telefonamos e imediatamente o piquete surge para dar cobertura àquilo que é necessário.

No que respeita a apoio a alunos carenciados, também não há problemas. Este ano de 1992/93, tenho a impressão que ainda vai resultar melhor, tem vindo a resultar bem, mas este ano vai ser melhor, porque já no acto da matrícula estamos a preencher uns papéis, em que os pais vão ser alertados para o subsídio que a Câmara dá, que até aqui tem sido um subsídio só para livros; o ano passado cada aluno carenciado recebia três contos para livros, no próximo ano para além dos livros a Câmara vai apoiar os refeitórios, vai dar um apoio aos alunos carenciados para almoçarem de graça na Escola, para além de pagarem também às empregadas do refeitório, estamos à espera disso.

Esse apoio é bastante significativo, porque aqui nota-se ainda fome nalgumas crianças, parecendo que não... embora venham a dizer para a televisão que não há fome, nós aqui que estamos mesmo a lidar com as crianças confirmamos que há fome, mas de que maneira...

Desde Janeiro para cá a Segurança Social acabou com o apoio alimentar e a escola tem assegurado; agora a Câmara vai-nos pagar estas despesas que tivemos, porque temos um saldo negativo, precisando de cobrir estas despesas.

P. Tem havido situações em que a Câmara vos solicita algum apoio?

R. Sim! Mas as solicitações que a Câmara mais nos faz é neste aspecto dos projectos; trabalhamos para projectos comuns para... pronto, mostrar às populações o que se faz nas escolas, porque muitas vezes os pais dos alunos não se apercebem da dinâmica de uma escola e se não fosse através desses projectos, não sabiam o que se passava. Nesse aspecto a Câmara pede-nos colaboração e às vezes trabalhamos bastante em exposições.

Por exemplo, agora houve a Semana do Ambiente, eles pediram a colaboração das escolas, material para a exposição, tenho a impressão que quase todos colaboraram nesse aspecto e levaram os alunos a visitar a exposição.

Portanto, penso que professor nenhum se nega a trabalhar com a Câmara quando eles lhe pedem, porque também há contrapartidas.

No aspecto da formação, é um aspecto em que a Câmara também nos apoia muito. Paga a formadores se ter formação. Aqui a minha Escola, é uma das escolas em que é feita a formação. Há um Pólo, o Pólo do Seixal de Formação de Professores.

O Pólo continua, eu sou a dinamizadora do Pólo; têm vindo professores da E.S.E. de Setúbal que davam formação; outras vezes pedía-mos, assim, apoios esporádicos. Este ano tem sido um bocado diferente. Os professores da E.S.E. eram pagos pela E.S.E. e os outros formadores eram pagos pela Câmara; também toda a despesa do Pólo é paga pela Câmara.

Este ano quase não tivemos apoio nenhum da E.S.E. em formação, somos nós professores, que damos apoio uns aos outros e vamos ser pagos dinamizadores, formadores. É uma experiência que resulta muito e que está a ser apoiada pela Câmara.

P. Não sei se tem presente as atribuições e competências de Câmara em geral, no 1º Ciclo do ensino básico público. Como é que interpreta a intervenção da Câmara no domínio educativo tendo em atenção essas atribuições e competências?

R. Reconheço realmente que a Câmara aqui ultrapassa as suas competências. Por exemplo, eu acho que não tem nada que dar formação aos professores, mas não é só a este nível. Por exemplo, a Educação Física nós temos - a nível do Concelho já quase todas as escolas têm - a formação com professores vindo do antigo E.S.E.F. e depois... a escola é equipada com todo o material.

E agora, segundo os novos programas, inclusive também já aqui na Escola e em várias escolas no Concelho, patinagem e temos os respectivos patins. Nesse aspecto, estamos sempre actualizados e eles para isso dão formação.

Ainda agora houve o Congresso de Educação Física e vieram colegas de todo o País, inclusive da Madeira e dos Açores e estrangeiros. Veio um colega meu que trabalhou comigo lá em cima no Norte e ele ficou espantado, diz ele: "Nós lá em cima realmente estamos a séculos disto, porque realmente lá não temos nada disto. Ele foi... de boca aberta, porque nunca pensou que se fizesse tanto como o que se faz, porque só vive lá em cima e vive as dificuldades. Por exemplo, lá em cima, mesmo na própria vila, há escolas

que nem as casas de banho, nem as portas funcionam; não têm gás no Inverno; não têm alimentação e aqui isso não se passa.

P. Portanto, na sua opinião, esta cooperação entre a Escola e a Câmara tem reflexos positivos em relação à actividade da Escola?

R. É claro! Se não tivéssemos o apoio da Câmara, com certeza não podíamos fazer metade daquilo que se faz.

P. Na sua opinião, quais são as actividades mais significativas que resultam dessa cooperação? Já se referiu a muita coisa, não é?

R. A formação que é muito importante. Eu acho que é bastante significativo eles intervirem na formação de professores e promoverem também a intervenção dos pais nos projectos conjuntos; e apoiarem projectos de escola e até de turma. Isso acaba por ter fortes reflexos no ensino.

P. Na sua opinião isso tem mesmo reflexos no sucesso?

R. Sim! Sim! Os projectos acho que têm muito a ver com o sucesso dos alunos. A alimentação também acho que é muito importante; uma barriga vazia não pode ter sucesso e nós aqui tínhamos alunos com barriga vazia.

É pena é que, realmente, todo o País não possa ter... sei lá, esta Câmara no ensino no ensino, talvez porque é uma Câmara rica, a que já não sei (risos)... Se eles investem é porque têm também lá pessoal nos serviços culturais, porque estão muito empenhados e trabalham muito directamente com o ensino do 1º ciclo.

P. É sua opinião concreta que de facto tem havido pessoas dos serviços empenhadas?

R. Acho que sim! Eu pessoalmente conheço o pessoal dos serviços culturais e acho que há lá pessoas muito empenhadas e muito trabalhadoras e que estão muito visiadas para apoiar o 1º ciclo.

P. E em sua opinião é uma das causas...

R. Se nos serviços culturais não houvesse lá pessoas interessadas no 1º ciclo... porque a gente vê que há Câmaras que se viram mais para o 2º e 3º ciclos; aqui também trabalham muito com o secundário e o preparatório, mas não deixam o 1º ciclo, porque sabem realmente que nós trabalhamos quando nos é pedido.

P. Nestas actividades que tem falado e nos projectos, começo a perceber que terá alguma opinião acerca do papel que a Câmara pode desempenhar na relação que a escola tem com a comunidade. Qual é a sua opinião?

R. Promovendo esse projecto, a comunidade está em contacto com aquilo que se passa na Escola, porque se não, como é que nós podíamos dar a conhecer aquilo que fazemos, se não tivéssemos verba para fazer uma exposição. Pronto, é sempre necessário dinheiro.

P. Portanto a Câmara aí também está a, intencionalmente, a criar condições para...

R. Que a escola saia para o meio e o meio veja também o empenhamento da Câmara. Portanto, é um dar de parte a parte. Eles também com isto, acho, intervêm, têm resultado positivo, porque os pais também reconhecem que a Câmara investe nos filhos. Acho que isso é muito importante.

P. Tem essa ideia relativamente à opinião dos pais?

R. Sim! Nós temos feito reuniões gerais de pais em que eles reconhecem que a Câmara investe muito no ensino e acho que em parte estão contentes; porque nós também mostramos que sem eles (Câmara) nós não podíamos fazer nada. A Junta também colabora connosco neste aspecto.

P. A Junta de Freguesia?

R. Sim, também, às vezes em pequenas obras que nós pedimos.

P. Começo a perceber que tem um conhecimento geral da actividade da Câmara neste nível de ensino dirigido não só aos alunos, como aos professores e até aos pais. Na sua opinião, que facilidades e obstáculos encontram a Câmara no desenvolvimento das suas actividades?

R. Portanto, a Câmara tem o trabalho facilitado, porque tem uma estratégia. Quando em Outubro reúne os professores - e acho que devia ser um exemplo, já propus lá na Câmara da minha terra para reunirem com os professores - há um convívio professores autarquias é importante umas "boas vindas" aos professores; à partida eles fazem uma recepção aos professores que vêm de fora e não se conhecem.

P. Portanto, desde que cá está eles têm feito essa recepção.

R. Sim! Têm feito essa recepção e continuam a fazê-la. Acho que é importante. Os professores vêm muitas vezes de fora, não conhecem os colegas, não conhecem a



autarquia, não conhecem nada e isso, pronto, começa logo a pôr os professores à vontade e já em contacto com o que a Câmara pretende fazer. Eles geralmente dizem o que é que se propõem fazer, isso é um bom começo.

Depois facilita também a vida da Câmara. É que eles têm um contacto directo connosco, qualquer coisa que haja eles pedem-nos opinião.

É natural que eles sintam às vezes dificuldades, porque é assim, quanto mais se dá, mais se pede e a gente cada vez somos mais exigentes. Por um lado é bom que as pessoas se tornem exigentes, mas eu reconheço que nós às vezes somos exigentes de mais, porque queremos tudo e nesse aspecto a Câmara é capaz de ter assim um bocado de problemas. Às vezes também não podem dar resposta a tudo.

P. Relaciona isso com a falta de recursos materiais e humanos?

R. Sobretudo os humanos. Mas para já, eles têm dado resposta. Há no entanto colegas que exigem, "quero isto mais aquilo". Mas eu às vezes também lhes digo "a gente não pode ser exigente a esse ponto", mas também não vemos grandes entraves da parte dos professores à Câmara e da Câmara aos professores. Eu acho que eles têm é tido de ano para ano mais solicitações.

Eu participei na organização do Congresso de Educação Física, trabelhei lá algumas vezes ligada com eles e notava que tinham dificuldades em pessoal; trabalha-se ali muitas horas extras, que não eram extraordinárias, trabalhavam ali até às tantas por "amor à camisola". Eles tinham ali, nos serviços culturais, dificuldades em pessoal, porque nestas alturas, Maio, Junho, trabalham, mas trabalham muito.

P. Com esse dinamismo todo, não é?!

R. Sim! De ano para ano eles vão trabalhando mais. Para mim eu acho que falta ali pessoal, senão eles esgotam e não têm capacidade de responder às solicitações dos professores.

P. Agora eu queria colocar-lhe uma questão de opinião que era a seguinte: independentemente do actual quadro legal que sustente o sistema educativo, qual é a sua opinião acerca do papel que deveria caber às Câmaras, no domínio do 1º ciclo do ensino básico.

R. Eu acho que este exemplo aqui da Câmara do Seixal devia ser seguido por outras Câmaras. Agora eles podem é não ter verbas ou possibilidades que tem esta Câmara.

Acho que o Ministério, por exemplo, devia apontar dar uma verba, também contribuir um bocado para a formação de professores, sei lá, não sei como é que isso se processa. As outras Câmaras mesmo que queiram fazer alguma coisa não devem ter verba, isso talvez seja uma dificuldade para eles.

P. Acha que no ponto de vista profissional e do ponto de vista da rentibilização dos recursos, se as Câmaras tivessem mais poderes na gestão...

R. Mas eles agora vão ter, com a nova gestão eles vão ser parceiros que se vão sentar à mesa com os professores e continuam a ter uma palavra a dizer.

Agora era bom, com a nova gestão, que todas as Câmaras do País fossem mais sensibilizadas para o ensino. Porque noto, tenho falado com algumas pessoas, não do Seixal, mas de outras Câmaras e vejo que não estão muito sensibilizadas. Sei lá... há muitas Câmaras que não têm o sector de ensino, porque acham que isso não é rentável, investem noutras coisas que são mais vistosas. Na minha terra, por exemplo, têm um clube que é da 3ª divisão, se fôr para a 4ª ou 5ª andam logo lá aos pontapés, mas têm um estádio que aquilo é um luxo, no entanto não ajuda em Educação Física. Pronto, cada um faz a opção que acha que deve fazer. Eu acho que deviam ser mais sensibilizados para o ensino, porque no futuro eles vão tirar benefício disso.

P. Portanto, está-me a dizer que a nível dos responsáveis autárquicos deveria haver uma maior formação que lhe permitisse uma maior sensibilização para a importância da problemática da Educação?

R. Mas isso também depende das pessoas que a gente escolhe para a Câmara. Aqui há professores que estão no pelouro da cultura, o vereador é também professor. Estes aqui estão sensibilizados e trabalham mesmo para o sucesso da escola, trabalham lado com os professores.

Mas eu noto que muitas Câmaras, mesmo com os professores lá, não se sentem minimamente interessadas em intervir no ensino. Não sei até que ponto isso será bom para eles, se estou a ter umas medidas adequadas. Para mim, eu se estivesse numa Câmara, eu havia de puxar para que isto andasse para a frente e investia no ensino.

P. Considera que é importante, mesmo como política de intervenção no desenvolvimento local, apostar...

R. Apostar no ensino. Acho que sim. Porque ao apostar no ensino está também a apostar no país, porque são potenciais parceiros ali com a Câmara. Eles ao tratarem bem alunos, estão a tratar bem os pais, estão a trabalhar com os pais directamente.

A população escolar tem por trás toda uma família e depois mais tarde... serão pessoas adultas que irão participar na vida da localidade. Eu acho que se eles investirem se lhes derem uma boa educação, desenvolvem a terra onde estão. Se investirem podem não ter um, dois, três ou quatro anos reflexos, mas a médio prazo vão ter reflexos claro, tudo vem da cultura, se uma terra é não pode haver desenvolvimento e se eles investirem na cultura eu acho que estão a investir no desenvolvimento.

P. Na sua opinião será essa uma das perspectivas que a Câmara tem em vista, investir na educação como uma das dimensões do desenvolvimento?

R. Eu acho que sim. Qualquer pessoa minimamente inteligente vê que um país não pode andar para a frente se não houver cultura, se as pessoas não estiverem desenvolvidas. Eu acho que aqui a Câmara está a investir e muito bem e oxalá que continue sempre assim.

P. Eu só lhe queria colocar uma questão que há pouco começou já a abordar.

Sabendo nós que em todos os concelhos, e muito concretamente aqui no do Seixal, há muitos recursos educativos, materiais e humanos, que não são suficientemente rentabilizados, qual é a sua opinião sobre a necessidade de existência de um órgão que pudesse gerir esses recursos e coordenar as políticas educativas locais?

R. Eu acho que sim, que existe a necessidade desse órgão. Mas em parte vai haver. Já temos o Pólo, mas ele vai começar, eu acho que sim, sou muito optimista; com a Associação de Pólos vai haver uma aglutinação, pronto dos recursos humanos.

Eu acho que é uma falha aqui no Concelho, não haver, sei lá... um centro de recursos, um local onde os professores... que poderia ser aproveitado pelo 1º ciclo, por toda a gente, mesmo particular. Os professores podiam ir lá trabalhar, investir, pronto.

Eu por exemplo, fui a Espanha num intercâmbio que houve com professores.

P. Esse intercâmbio foi organizado pela Câmara do Seixal?

R. Um intercâmbio entre professores de Badagós e de Seixal e então esse intercâmbio foi começado pela escola nº1 da Amora e depois a Câmara apoiou e alargou à freguesia da Amora.

P. É um projecto que acha também significativo?

R. Sim. Eles agora continuam. Começou com professores e agora é só com alunos; alunos da Escola nº1 da Amora e com alguns alunos de Badagós. Mas então eles tinham lá um centro de recursos, em que tinham inclusivamente laboratórios. Nós temos aqui vídeo e televisão, mas não podemos fazer uma montagem em condições, muitas vezes recorre-se à E.S.E. de Setúbal, mas eles também não têm capacidade de resposta. Os espanhóis tinham lá isso tudo.

P. Nessa sua proposta de existência de um centro de recursos, que papel acha que a Câmara poderia ter?

R. Primeiro as instalações. Mas eu acho que as implicações até já estão previstas. Depois toda a manutenção dessas instalações e também o equipamento, depois com os recursos humanos.

P. Mas não acha, mesmo do ponto de vista administrativo, que deveria existir um órgão, para além do centro de recursos, com alguma competência a nível local/concelhio, com competências de coordenação e gestão do sistema educativo local?

R. Mas isso vai haver! É a tal Associação de Pólos.

P. Mas essa Associação não emprega alunos e professores do 1º ciclo?

R. O que está previsto na Associação de Pólos é que sejam parceiros a Câmara, encarregados de educação, associações de pais, portanto, alunos, professores e empresas da zona. Esses são parceiros que vão estar sentados a uma mesa e vão ser ouvidos. Isso faz parte dos estatutos que ainda não estão feitos, não estão acabados, da Associação de pólos. Portanto nós aqui não sentimos muito a falta de outro órgão, porque os pólos funcionam bem. Temos a coordenação dos pólos, qualquer problema que haja, pronto... os pais também... embora não haja uma comissão para organizar, trabalham muito em contacto connosco. A autarquia, mesmo até aqui empresas começam a colaborar. Portanto, embora não esteja organizada trabalhamos todos em conjunto, está tudo a funcionar bem.

P. É portanto um pouco uma "vanguarda" em relação ao que conhece do resto do país?

R. Eu acho que sim. Eu acho que estamos mesmo muito, muito avançados em relação ao resto do país.

P. Eu não tenho mais nada a colocar-lhe, se por acaso quiser fazer mais alguma referência a qualquer coisa que considere significativa da cooperação da Câmara com a escola, faz favor.

R. Outra inovação aqui no Concelho é também aquele projecto, não sei se conhece, de matemática.

É um projecto isrealita. Esse projecto também foi apoiado pela Câmara, que investiu ali bastante dinheiro; e esta Escola está no projecto, esta escola e mais duas.

P. É um projecto que considera que ilustra bem a cooperação entre a Câmara e as Escolas? Tem reflexos na actividade lectiva aqui desenvolvida?

R. Sim, desenvolve. Os miudos têm sempre vontade mais à frente na matemática. Temos aqui alunos do 4º ano que já estão a dar coisas do 6º ano; portanto, eles pedem mesmo aos professores, porque lhes aparecem questões lá no computador que eles querem saber e por vezes nós não queremos dizer, porque estão a ir muito à frente; e eles por vezes vão descobrindo e conseguem e exigem do professor.

Portanto, é um projecto muito bom, que vai ser alargado também ao Inglês.

P. Neste momento envolve só a matemática? E três escolas do Concelho?

R. Sim! É a Amora nº 1, 3 e 4. E vai ser alargado, está-se a pensar, à Extensão Educativa, no Inglês e na Matemática também.

P. Pronto, se não tiver mais nada que ache importante a dizer relativamente a este tema...

R. Não tenho mais nada a dizer.

P. E já disse bastante.

R. Estamos a funcionar bem. Estamos a trabalhar. Chegámos ao fim do ano todos arrasados, tudo mais maluco que sei lá o quê, tanto nós como os da Câmara, que eles também andam todos malucos. Mas pelo menos sentimo-nos bem. Quando a gente faz com gosto, acho que vale a pena.

P. Eu só queria agradecer-lhe a disponibilidade que mostrou em colaborar neste trabalho. Fico à disposição da Escola para alguma coisa que precisarem de mim.

R. Eu queria era que no final me dissesse como é que isso correu, como é que isso ficou.

P. Certamente, se tiver o apoio da Câmara, poderá vir a surgir a possibilidade de vir a receber um exemplar da Tese.

Mais uma vez, obrigado.

***Entrevista com o presidente do Conselho Directivo da Escola Preparatória de Corroios nº 1***

P. Se estivesse de acordo começaríamos a nossa entrevista com uma questão geral que era a seguinte: como sabes a Câmara tem tido alguma intervenção no sistema local de ensino a nível do Concelho, concretamente com a tua escola que cooperação tem havido e que formas tem revestido essa cooperação?

R. Olha, em relação à cooperação a Câmara tem tido algum papel no que diz respeito a apoios pontuais e eu parece-me que isso provem do próprio sistema educativo português, em que as responsabilidades das escolas do 2º e 3º ciclo e secundário são do poder central, enquanto que as do pré-primário são da autarquia. De qualquer forma a nível desta colaboração, o campo onde tem havido mais dinamismo, tem sido a nível do desporto escolar. Como sabes a Câmara do Seixal tem organizado uma série de actividades - dinamização do desporto aqui no Concelho - e a Escola sempre tem colaborado com eles nesse campo.

Também já tem havido outro tipo de iniciativas, como sejam comemorações do dia da árvore, do ambiente, a Escola sempre tem colaborado com eles nesse campo.

P. Iniciativas que partem da Câmara?

R. Sim! Sim! O ano passado tivemos uma primeira experiência em que a iniciativa partiu da Escola e a Câmara apoiou também, nomeadamente a realização de uma acção de história ao vivo. Houve da parte dos serviços da Câmara uma certa colaboração. Eu digo uma certa colaboração porque deu-me a impressão que de início eles não perceberam o que é que se pretendia atingir e só depois de terem percebido é que colaboraram mais intensamente. Estávamos convencidos que este ano se avançasse novamente, o projecto teria ainda uma colaboração maior, mas não avançou porque foi necessário fazer obras no jardim. De qualquer forma pensamos continuar no próximo ano.

Por conseguinte, assim globalmente, a cooperação tem sido mais a nível de nós participarmos nas iniciativas da Câmara e a Câmara apoiar-nos naquelas iniciativas que partem da Escola.

P. Na tua opinião pensas que a cooperação tem tido alguns reflexos nas actividades educativas que a Escola tem desenvolvido? Para ti, quais são as actividades mais significativas que resultaram dessa cooperação?

R. Tem sido a nível do desporto, tem havido também apoio a nível de visitas de estudo, com a Câmara a oferecer o transporte ao longo do ano, portanto, uma série de manhãs ou de tardes, em que oferece o transporte, seja para visitas no Concelho ou fora dele. Isso ajuda-nos imenso a nível de visitas de estudo, já que os alunos puderam fazer visitas de estudo muito mais baratas... portanto, do que se tivessem de pagar integralmente a deslocação por conta deles. Continuam, de facto, sempre abertos, quando se lhes pede a colaboração nos diversos campos, embora eu pessoalmente fique sempre assim um bocadinho reticente em pedir-lhes a colaboração, porque eu sei que a responsabilidade é do governo, do Ministério da Educação, e acho que se há uma separação de responsabilidades nos diversos campos, a Câmara não tem nada que estar a substituir-se ao poder central, nestes aspectos.

Em termos de futuro, penso que vai haver uma colaboração ainda maior, nós agora no dia 5 de Junho assinámos um protocolo, entre a Câmara e a Escola, em que nós nos comprometemos a colaborar com a Câmara a nível de uma recolha selectiva de papéis. É possível que avancemos também no plástico, e para quê? Para desenvolver no próximo ano uma campanha que será, enfim, o grande tema da Escola, relacionada com o grande tema da Escola - a educação ambiental.

P. E isso foi uma iniciativa da Câmara?

R. Não! Foi uma iniciativa nossa, embora a Câmara já nos tivesse contactado para a celebração do protocolo; nós achávamos que atendendo a que no próximo ano estávamos a pensar, enfim, estabelecer como grande tema do projecto educativo da Escola, a educação ambiental, então sim senhor, tivemos umas entrevistas com o senhor vereador Aurélio e com alguns técnicos do sector do ambiente e então fizemos esse protocolo e aquilo, enfim, que está já mais ou menos combinado é haver uma colaboração entre a Escola e a Câmara, envolvendo não só os nossos miúdos como também tentar que os próprios miúdos sejam os dinamizadores da educação ambiental nas famílias, no bairro, no prédio, de tal forma que por exemplo os comunicados os avisos à população, etc. sejam levados pelos próprios alunos. Os alunos fazem o levantamento das áreas mais sensíveis de crise ou de situação de crise, que tenham necessidade de intervenção e então esses alunos fazem hoje esses levantamentos, fazem-se reuniões com os técnicos da Câmara e a seguir tenta-se uma intervenção em conjunto. Por um lado, a Câmara coloca os vidrões, os papelões ou os oleões e na mesma altura são os alunos que levam os comunicados e junto das famílias, dos bairros, dos locais de habitação, tentam que as pessoas respeitem a colocação do lixo conforme as normas que forem estabelecidas pela Câmara.



P. Isso acaba por ser uma actividade que põe a Escola em contacto com a comunidade.

R. Sim! Sim! E intervindo a autarquia... porque nós consideramos que a autarquia tem um papel fundamental.

P. Exactamente uma questão que eu tinha interesse em colocar-te, era saber qual é a tua opinião sobre o papel da Câmara na relação da Escola com a comunidade. O exemplo que acabaste de referir penso que é um exemplo interessante.

R. Sim! Sim! Eu penso que a Câmara se mostrou muito aberta, muito receptiva a esta ideia.

P. Não conheces ou não te recordas de outros exemplos em que consideres que, de alguma forma, a Câmara na cooperação que tem com a Escola, contribua para "abrir" a Escola ao meio ou relacionar a Escola com o meio.

R. Bem, a própria história ao vivo, o apoio que deu... sei lá... o próprio desporto, que não fica dentro da Escola. Quando há, por exemplo, este tipo de actividades, como sejam os passeios ecológicos, é evidente que há, podemos dizer assim, uma tentativa de "abrir" a Escola, uma vez que a Escola em vez de fazer a sua actividade dentro de si própria, tenta também fazê-la fora, e eu penso que... Vamos lá a ver, embora esteja na moda a educação ambiental - e está na moda porque infelizmente é necessário, porque temos mesmo que agir neste campo - penso que vai ser um primeiro ensaio que vai de certeza alargar-se a outros aspectos que são importantes para a população, seja este ou outro tema, por exemplo a defesa do consumidor, a educação, a educação para o consumidor, para defender os seus próprios direitos. Penso que neste momento a educação ambiental é mais importante porque Miratejo - onde está integrada a Escola - com o apoio da Câmara, tem conseguido manter um certo ar... pelo menos de cuidado, nesse aspecto do ambiente. Por exemplo, jardins que não se vêem noutras zonas. Pensamos que essa fase se estava a perder um bocadinho; o cuidado dos moradores pelo jardim estava-se a perder um bocadinho, penso que esta iniciativa vai fazer com que se volte a ter atenção aos aspectos ambientais.

P. Consideras que tens estado a referir-te a um exemplo de forma como a Câmara pode contribuir para levar a Escola a intervir na comunidade?

R. Sim! Sim! Sem dúvida nenhuma. Se, por exemplo, a Câmara não se mostrasse receptiva a esta iniciativa que teve a Escola, ela não teria grandes possibilidades de êxito. Tu estás a ver, nós podemos querer habituar os miúdos, as famílias, a população, a

colocar os papéis nos respectivos locais, mas se a Câmara não colocar lá os recipientes, a Escola não os pode adquirir, não os pode colocar lá. Isto a nível dos jardins.

P. Na interpretação que fazes da actuação da Câmara a nível do sistema local de ensino em geral consideras que há algum aspecto inovador na sua actuação?

R. Eu penso que houve um aspecto inovador a nível do esforço que fizeram em relação ao primário, 1º ciclo do ensino básico. De facto, notou-se um grande esforço de contrução de salas novas, melhorias das condições das escolas, etc. O aspecto negativo para mim, e isso já o disse várias vezes mesmo aos responsáveis da Câmara, é o pré-primário. É um campo onde eles ainda não intervieram e penso que isso é muito negativo, porque os próprios professores primários apontam a não existência de pré-primário oficial como um aspecto muito negativo e a Câmara tem de facto adiado esta intervenção.

P. Que avaliação é que tu fazes da intervenção da Câmara no sistema local de ensino em geral? E quais são, para ti os obstáculos e/ou as facilidades que a Câmara encontra nessa intervenção?

R. Vamos lá a ver... a nível dos outros estabelecimentos de ensino não tenho conhecimento assim tão pormenorizado, em termos de actividades. Aquilo que eu já referi, nomeadamente a nível das instalações, no cuidado que eles tiveram na construção e no arranjo dos espaços exteriores, nas vedações das escolas, sei que de facto tiveram um papel importante, a nível do primário. Outro tipo de iniciativas... pronto, são mais a nível do desporto.

Outro tipo de iniciativas como disse... a não ser os apoios a festas. Por exemplo, agora nos Santos Populares, aquelas actividades que os clubes, os núcleos de bairro de diversas colectividades, sei que a Câmara apoia normalmente.

Relativamente aos professores, a Câmara costuma fazer uma recepção e há um aspecto que para mim é extremamente negativo, não da parte da Câmara que faz aquilo que pode, mas sim da parte escolar que não está sensível a isso. Portanto, já houve pelo menos três recepções em que eu participei e em todas elas o número de participantes, digo-te sinceramente, era extremamente pequeno, a ponto de eu sentir-me um bocado quase na obrigação de dar resposta e estar presente, exactamente para de certo modo dizer à Câmara que sim senhor! Concordamos e damos o nosso apoio através da nossa presença, porque fundamentalmente o que a Câmara quer nessa recepção é que as pessoas estejam presentes. Ainda notei este ano, em que a Câmara fez um esforço enormíssimo, veio inclusivamente a directora regional, e da parte dos professores basta ver quantas pessoas estavam num total de escolas que atingem algumas centenas de professores.

P. Mas considera-se isso uma actividade importante, no ponto de vista da formação de professores?

R. Penso que aí, o facto de nós dependermos do Ministério da Educação e não da autarquia, faz com que as pessoas não sintam isso, podemos dizer assim, como uma... quase necessidade de colaborar, de estar presente a uma iniciativa da Câmara. Porque eu estou convencido que se essas iniciativas fossem, por exemplo, da parte do Ministério, era capaz das pessoas estarem mais presentes, não sei se isto é uma ideia muito subjectiva.

De qualquer forma o que resulta de tudo isto é que a Câmara tem tido esse esforço e mantém-no.

Apesar da pouca receptividade dos professores, eles têm-no mantido e inclusivamente têm tentado inovar de tal forma que... pronto, a ver se conseguem que os professores sejam um pouco mais receptivos.

P. E durante o ano lectivo, conheces outras actividades da Câmara dirigidas a outros membros da comunidade educativa?

R. Há as visitas de estudo que eles têm organizado a nível aqui dos sapais, a nível do Concelho, para tentar dar a conhecer aos professores, por vezes mesmo com visitas temáticas, isso de facto tem acontecido.

Os professores vão colaborando, vão entrando nestas iniciativas, mas parece-me que neste momento ainda não há uma grande colaboração, não digo por culpa da Câmara, mas por culpa dos professores. Não se mostram, por exemplo, disponíveis para conhecer o Concelho. A Câmara, por exemplo, organiza um passeio e se for preciso, como te disse, para perto de dois mil professores; não vão, não participam.

P. Segundo estou a perceber a interpretação que tu fazes das competências e atribuições da Câmara, é que ela não tem realmente obrigações no campo da formação de professores, mas apesar disso, tenta fazê-lo, portanto a tua avaliação da actividade da Câmara é...

R. Muito positiva! Até muito positiva neste sentido, porque têm tomado iniciativas que não têm tido respostas positivas da parte dos professores. Porque estou também convencido que se houvesse uma maior receptividade pela parte dos professores, a Câmara seria capaz de avançar outro tipo de iniciativas. Eu por aquilo que conheço da actividade da Câmara, não se pode dissociar muito das pessoas que lá estão, pois é

evidente pelo seu dinamismo eu estou convencido que haveria mais iniciativas nesse campo, mesmo ligadas à formação de professores. Sei, por exemplo, que houve uma certa colaboração com a Extensão Educativa, nomeadamente naqueles planos integrados. A nível da formação da E.S.E. de Setúbal, eu penso que tinham um pólo para a formação de professores. Um grande aspecto que deve ser realçado é que a Câmara, de facto, tem feito, tem tomado algumas iniciativas; por parte dos professores ainda não sentem o apelo dentro deles mesmo para participarem nestas iniciativas.

P. Consideras que isso é mais uma questão dos professores do que propriamente da estratégia que a Câmara tem adaptado?

R. Eu acho que a estratégia da Câmara tem sido correcta. Eu não vejo que outra pudesse ser tomada relativamente a isso. A Câmara facilita tudo, a Câmara até convida para beberetes, para ser mais agradável, tem lá música, só que na realidade... Há outra iniciativa a nível de teatro que também tem apoiado, aquelas semanas de teatro que eles têm feito, em que convidam de facto as escolas para estar presentes. E qualquer tipo de actividade a nível cultural, têm de facto o cuidado de convidar as escolas, mandam inclusivamente convites aos conselhos directivos, seja em exposições, seja em iniciativas, têm esse cuidado, mandam o convite mesmo pessoal.

P. Portanto, queres tu dizer que há uma preocupação da Câmara em ligar a comunidade educativa à animação cultural?

R. Eu penso que não só à animação cultural, mas à própria vida do Concelho. Eu penso que talvez não tenha havido sempre uma resposta a certas solicitações da Câmara, pronto, por diversas razões.

P. A tua Escola tem participado nalguma tentativa de planificação de colectividades anuais, com a Câmara?

R. Como eu disse, em relação ao desporto temos o cuidado de estar sempre presentes. Quando se fazem reuniões preparatórias para o lançamento do ano lectivo, síntese de actividade, nós temos estado sempre presentes nessas reuniões. Por exemplo, o Sector de Ensino faz reuniões no início do ano, em que convida os Conselhos Directivos a estarem presentes e a levarem inclusivamente os planos de actividade das escolas para lá, que é para depois eles em conjunto fazerem um plano global em que tentam incluir as diversas actividades das escolas, e fazem portanto uns desdobráveis, que depois enviam para todas as escolas dando a conhecer exactamente as iniciativas de cada escola.

P. É uma tentativa de coordenar actividades a nível da comunidade educativa local?

R. Sim! Sim! Sobretudo aquele tipo de actividades que não ficam só dentro da escola, mas que têm como objectivo sair um bocadinho para o exterior da escola, ligar-se à população do bairro, da zona de influência da escola, mas por vezes, até a nível concelhio.

P. Tu atribuis uma grande importância a esse plano anual que eles chamam Plano de Acção Cultural?

R. Sim! Sim! Há reuniões, há propostas, depois eles, evidentemente, apoiam naquilo que é possível. Inclusivamente no ano passado tiveram o pavilhão de ensino, nas festas do Concelho, este ano não se está a realizar, mas o ano passado, por exemplo, tiveram. Nós colocámos lá os trabalhos dos miúdos. Foi uma manifestação um bocado do que a escola fez, é importante.

P. Desde que estás aqui no Conselho Directivo da Escola, tens tido conhecimento do Plano de Actividades Culturais?

R. Sim! Sim! E temos colaborado. Embora nós aqui, devido à localização da Escola na ponta do Concelho, acontece que por vezes o relacionamento é um bocadinho prejudicado e numa ou outra vez tem sido, mais pelo afastamento físico, está no limite da área do Concelho... é que nós temos muitos miúdos do Laranjeiro que pertencem a Almada. Bem, este ano estamos a ter uma coisa, estamos a ter benefícios dos dois lados.

P. Na tua opinião, independentemente do actual contexto jurídico-administrativo, que papel deveria caber às Câmaras no domínio do ensino público formal?

R. Eu penso que deveria caber um papel mais importante a nível da gestão pedagógica. Não sei se seria muito possível, atendendo à autonomia das escolas, mas a nível, por exemplo, da conservação de equipamentos, instalações, não se compreende muito bem que não possam estar dependentes da Câmara e com o apoio da Câmara. É evidente que para isso elas têm que ter o respectivo reforço orçamental, porque não se compreende que passe para eles a responsabilidade, sem a correspondente compensação a nível orçamental. Porque, sem dúvida nenhuma, primeiro têm meios, a capacidade de resposta era muito mais rápida devido à proximidade, devido a conhecerem; resolviam imediatamente a situação e ao fim e ao cabo o País globalmente só ganhava com isso. Porque, por exemplo, há aqui uma ruptura de água, um problema qualquer, se chamarem uma empresa para o Ministério fica o dobro do preço do que se chamarem os serviços da Câmara, que estão especializados naquilo, têm os equipamentos e imediatamente dão uma resposta. Além de ser mais rápida é muito mais barata. Só que como há ainda esta separação, ainda não se consegue e nós também não temos coragem para obrigar a

Câmara, através da nossa insistência e sabendo que são Câmaras abertas às escolas, servimo-nos disso para obrigar a Câmara a pagar.

P. Segundo percebo, estás a querer dizer que, como o sistema não funciona, não há ainda uma boa rentabilização dos recursos existentes. Nesse caso estás a falar de recursos materiais, mas podíamos também referir-mo-nos aos recursos humanos, não?

R. Enquanto a nível de recursos humanos há uma possibilidade das escolas, com uma certa autonomia que têm de organizarem, e aí dependendo um bocadinho, podemos dizer assim, da própria dinâmica das escolas, a começar pelas escolas da área que é a AP 12 (Área Pedagógica 12 - Almada - Seixal), que têm uma certa dinâmica nesse campo e uma certa capacidade de se reunirem e organizarem todas. A nível dos meios de conservação, que é uma coisa que preocupa um bocado uma série de escolas, aí verifica-se, por exemplo, que a Câmara com um ou dois técnicos, conseguiria resolver imensas situações e permitiria inclusivamente poupar dinheiro às escolas, que poderia ser utilizado noutros aspectos, por exemplo, a produção cultural da escola.

Quem tem a obrigação de fazer isso, no entanto, neste momento, é o poder central, que deveria colocar esses tais indivíduos a trabalhar, mas nós sabemos que não coloca. Eu nisto, claro, tenho sempre um bocado de receio de estar, pronto... talvez a não ter uma visão da situação e estar a propôr uma solução que acabaria também por tornar complicado um bocado as coisas, é possível que sim. De qualquer forma, parece-me que neste momento a existência de uma maior ligação de apoio da Câmara a essas pequenas coisas, nas escolas, seria fundamental.

P. Pegando um pouco no que estás agora a dizer, não pensas que a existência a nível concelhio, ou até regional, de um órgão coordenador das políticas educativas locais, um instrumento legal, facilitaria uma maior rentabilização dos recursos educativos, materiais e humanos, existentes a nível local, neste caso concelhio?

R. Talvez um órgão tipo Concelho Municipal, mas especializado. Inclusivamente talvez fosse a maneira das escolas se ligarem um pouco mais a esse tipo de actividades. E exactamente, sentir-se-iam corresponsáveis também nesse projecto concelhio, projecto cultural.

P. Mas aí não havia só as escolas?

R. Exacto, as escolas, as colectividades; porque até para mim não teria sentido, porque as escolas à partida, como te disse à bocado, até têm capacidade de se juntarem e reunirem enquanto, por exemplo, a nível dos clubes e das colectividades já as coisas se tornam um pouco mais difíceis se não houver uma intervenção por parte da Câmara.

Nós, por exemplo, quando lançarmos o Projecto Educativo da Escola, que é a Educação Ambiental, vamos alargar essa Educação Ambiental à comunidade, na qual se insere a Escola, que vai desde Corroios até Miratejo, portanto Quinta do Rouxinol e Quinta do Brasileiro. Faremos uma reunião ainda este ano, portanto fim do ano lectivo, para a qual vamos convidar além da Câmara, a Junta de Freguesia, todas as colectividades, portanto, os três clubes que existem aqui na área mais o Centro de Dia da 3ª Idade do Miratejo. E para quê? Exactamente para tentar coordenar as acções desses organismos todos, no sentido de que pelo menos, todos estejam informados, cada um colaborar naquilo que puder rentabilizar mais os recursos.

P. Isso é uma actividade que tu consideras importante, significativa?

R. Significativa e importante, sim! Porque é importante avançar nesta área o mais rapidamente possível, porque uma zona que era como um exemplo com os jardins que tinha, neste momento está a deteriorar-se. As pessoas vieram para cá, começaram a achar bonito, começaram a habitar os prédios, cuidavam dos jardins. Neste momento dá-me a impressão que estamos na fase onde as pessoas já se cansaram, aquele grupo de pessoas mais dinâmicas que estão aqui há dez, doze anos, cansaram-se e neste momento o que é que acontece? Estão a desleixar-se um bocadinho e penso que é importante estas camadas mais jovens, através das escolas, enfim, tentarem sensibilizá-los para que sejam eles a dar o alento ao país.

P. Então e a intervenção da Escola na comunidade?

R. É a intervenção da escola na comunidade que sem o apoio da Câmara seria inviável.

P. Portanto, segundo estou a perceber, consideras que esse tal órgão coordenador deve existir e a Câmara deverá ter nele uma grande importância?

R. Repara que a própria Câmara tem dado exemplos nesse campo, quando há determinado tipo de actividades que ela lança, inclusivamente convidando para estarem presentes, não só as escolas como os clubes, as colectividades, para em conjunto organizarem esse tipo de actividades. Não é só as escolas, por vezes faz reuniões sectoriais, por exemplo, só com as escolas, só com os clubes, conforme a temática, mas quando são temas de temática mais global, sei lá, a nível do desporto, acabam por convidar também aquelas colectividades que têm actividades desportivas.

As actividades que tem havido aqui a nível do Concelho, mesmo dentro das escolas, podemos dizer assim, saem para fora, têm sido actividades organizadas pela Câmara. Portanto, se a Câmara não as organizasse é possível que depois houvesse uma

necessidade, não vejo muito bem a forma como se conseguia fazer isso. Para já, porque é a Câmara que tem os meios, os autocarros.

P. E tem mostrado intenção de...

R. Intenção, dinamismo, capacidade de organizar, etc. Sem dúvida nenhuma, nesse aspecto, é muito positiva a actuação da Câmara.

P. Eu não tenho mais nenhuma questão a colocar-te. Não sei se queres referir algo que ainda não tenhas abordado.

R. Eu penso que não. Os aspectos essenciais já foram referidos. Aqueles em que tem havido maior colaboração e também aqueles em que estamos a prever aumentar, que é nomeadamente a nível das campanhas, ou seja, que as campanhas a fazerem-se, da Câmara junto à população passem pelas escolas. Que toda a campanha seja ambiental, seja de defesa do consumidor... se for através das escolas tem sempre maior capacidade ou pelo menos probabilidade de ter êxito. Eu não tenho qualquer dúvida nisso e penso que a Câmara neste momento sente a mesma coisa.

P. Tu consideras então que a Câmara se apercebe da importância do papel da escola, como agente de intervenção educativo/cultural na comunidade?

R. Sim! Sim! Perfeitamente, até pelas pessoas que lá estão, técnicos e políticos (vereador) que têm sido professores. A orientação deles é mesmo nesse campo, a escola como núcleo educativo, podemos dizer assim, é fundamental.

P. Pronto, não tenho mais nenhuma questão a colocar-te. Só queria agradecer-te a disponibilidade que tiveste para colaborar neste trabalho e colocar-me à tua disposição para o que precisares.

R. Obrigado também.



*Entrevista com o presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária do Seixal nº1*

P. Se estiver de acordo começaríamos então a nossa entrevista.

A primeira questão que lhe queria colocar era esta: que cooperação tem havido entre esta Escola e a Câmara e que formas é que essa cooperação tem revestido?

R. Não sei se vai ser fácil quantificar, porque a cooperação tem sido enorme. Nalgumas situações é a Câmara que nos solicita a participação ou colaboração em actividades do seu Plano, que ela pretende implementar, noutras situações é a Escola a solicitar apoio, apoio na resolução de alguns problemas em que o apoio da autarquia é fundamental. Por exemplo, no início do ano lectivo, ou às vezes um pouco antes, a Câmara, quando se prepara para elaborar o Plano de Acção Cultural, solicita às escolas que as escolas indiquem iniciativas suas que desejem ver incluídas no Plano de Acção Cultural, preferencialmente que não sejam confinadas à escola e que saiam da escola, que envolvam a comunidade. Por exemplo, este ano esteve a nossa semana “Outras terras, outras gentes”, que era uma semana virada para os PALOPs e para os países onde há a expressão da cultura portuguesa, como a Índia e o Brasil, que a Câmara apoiou, como de costume, quer com apoio logístico, quer com apoio financeiro, uma série de coisas. Apoiou o nosso concurso literário, uma série de actividades que nós vamos desenvolvendo e outros pequenos apoios. Sei lá... às vezes precisamos de um carro para ir buscar não sei o quê, de um transporte, de tapar um buraco, enfim, de coisas muito miudinhas que a Câmara nada tem que fazer na Escola em termos das suas competências que são exclusivamente no âmbito do 1º ciclo e não do 2º e 3º ciclo ou do secundário.

Depois há os protocolos que são efectuados entre a Câmara e as escolas e que são diversos, se bem que a Câmara às vezes sugira alguma área em que tenha interesse específico. Estou-me a lembrar, por exemplo, do meio ambiente onde a Câmara tem alguns protocolos. Nós temos apenas um protocolo com a Câmara, que é um protocolo para recuperação de um tear mecânico, que é pertença do ecomuseu do Seixal.

Isto assim em traços muito largos. É um tipo de colaboração que vai existindo.

Depois há aqui a preocupação que a Câmara tem com a qualidade de ensino. Se bem que a Câmara, directamente, não tenha responsabilidades, e mesmo a nível do 1º ciclo tem apenas nas instalações, não tem em termos da qualidade pedagógica. Não tem competências nisso e nalgumas situações é pena que não tenha.

P. Pensa então que a Câmara tem ultrapassado as suas competências?

R. Sim! Sim! Era desejável, de uma forma institucional, que a Câmara visse alargado o âmbito das suas competências, mas com as correspondentes participações financeiras, é evidente.

P. E a que níveis?

R. A todos os níveis.

P. Mesmo a nível pedagógico?

R. Também a nível pedagógico. Vamos lá a ver. Uma Câmara tem obrigação de se preocupar com a qualidade de vida das suas populações, não é só em termos de meio ambiente, de saneamento, de acessos viários, que são importantes para a população, mas a educação também é importante para a população.

Se uma câmara não tem preocupação com a qualidade do sistema educativo no seu concelho, é evidente que a qualidade de vida vai ficar um pouco abaixo do que seria desejável. Não é só, digamos, ter boas redes viárias, bons espaços verdes, mas ter uma população culta, uma população educada. E aqui a Câmara do Seixal tem essa preocupação, excedendo largamente as suas competências.

Por exemplo, a Câmara Municipal pediu a participação das escolas na elaboração do P.D.M., participando um representante das escolas no Conselho Consultivo. Poderia não o ter feito, mas achou que ninguém melhor que as escolas tem conhecimento sobre os problemas de ensino, sobre a expansão da rede. A Câmara solicitou uma audiência ao ministro da educação. Muito bem. Ontem fez uma reunião com as escolas para ouvir das escolas os problemas que as escolas têm para colocar ao ministro.

P. Portanto, há aí uma preocupação com a criação de condições para a participação?

R. Sim! Sim! Sem dúvida.

P. Acha que a intervenção em geral da Câmara tem alguns reflexos no processo de ensino/aprendizagem nas escolas, nos currículos? Essa influência é visível nalgum aspecto?

R. No aspecto do ensino formal, ou seja, curricular, as alterações qualitativas que possam surgir dos apoios não são tão notadas, às vezes dispersam-se. Vamos supor que a Câmara nos oferece meia dúzia de livros, não se nota muito claramente que esses traduzam aumento qualitativo, isso aparece indirectamente e ao longo de muito tempo, de

modo que onde se verifica claramente uma melhoria qualitativa é mais no aspecto extra-curricular, que é importantíssimo como complemento de outro.

Se nós precisamos, por exemplo - já tem acontecido - que deverá vir à Escola para um debate, para um colóquio, uma determinada figura marcante da nossa sociedade, escritor, por exemplo, que num contexto de uma unidade didáctica seja importante, isto já aconteceu, com é que se transporta essa pessoa? Como é que se lhe dá almoço? Lá vamos bater à porta da Câmara. E pronto, a Câmara concede.

Isto é um aspecto, digamos, onde se nota no imediato o apoio da Câmara, porque muito dele, de facto, no imediato não se nota.

É evidente que quando a Câmara nos suporta financeiramente uma Semana de Escola, neste caso sobre o tema que eu referi anteriormente, com uma verba significativa, que ultrapassa o meio milhão de contos, é evidente que as exposições que se fizeram aqui na escola, quer de pintura, quer de artesanato, os debates que se fizeram, nomeadamente sobre a situação de Timor, com timorenses a participarem, se este apoio não tivesse surgido, se calhar nós fazíamos as coisas na mesma, mas enfim, só a 40%. Daí que é fundamental o apoio da Câmara e aqui de facto também se nota de imediato uma melhoria qualitativa, não é?

P. Há pouco referiu-se aí a actividades que a Câmara tem com outras escolas. Que facilidades e obstáculos pensa que a Câmara encontra no desenvolvimento dessas actividades e qual é a avaliação que faz da intervenção da Câmara no domínio do ensino público em geral?

R. A intervenção da Câmara é enorme, fundamental, como é lógico, a nível do 1º ciclo. Aí de facto a Câmara apoia muito mais, porque é onde ela tem um grau de intervenção maior. Já que tem nas instalações, já que tem nos equipamentos, também acha que deve ter um pouco, nomeadamente na formação de professores, que não é competência nenhuma da Câmara e a Câmara actua nomeadamente na formação de professores de educação física do 1º ciclo do ensino básico. A Câmara de há três anos para esta parte, salvo erro, todos os anos desenvolve acções de formação de educação física para professores do 1º ciclo do ensino básico, que são organizados pela Câmara e os formadores são professores de educação física do 2º e 3º do ensino básico e secundário. Os nossos professores, das nossas escolas, que vão junto dos colegas do ensino primário transmitir-lhes os conhecimentos que eles têm pela sua formação. Um programa de desenvolvimento que a Câmara tem de ano para ano, e enfim, e cada ano traça as suas metas, não pode, obviamente, num primeiro ano abranger os professores todos do 1º ciclo, até porque complementarmente com a formação a Câmara fornece os equipamentos,

não é? E dentro da gestão financeira da Câmara, não poderia num só ano, em termos de área de educação física, atingir todas as escolas primárias do Conselho que são 34 ou 36. Portanto, aqui já temos a preocupação da Câmara, numa área em que não tem competências absolutamente nenhuma e resolvendo um problema que competia ao Ministério da Educação. E o Ministério da Educação, diga-se de passagem, também não lhe reconhece.

P. É, então um dos obstáculos que vê para o desenvolvimento dessas actividades. E facilidades?

R. Há grandes disponibilidades da parte dos professores. Os professores, designadamente nesse campo, têm carências enormes de formação. Quando aparece alguém a facultar-lhes essa formação os professores, é evidente, o que querem é mais.

Outra área de intervenção da Câmara também importante, e ainda a nível do 1º ciclo, é o campo da formação musical, o projecto de alfabetização musical que neste momento é extensivo ao concelho de Almada também com os mesmos responsáveis. Lá está outra área de intervenção que extravasa as competências da Câmara, mas que de facto vem suprir uma carência do ensino público, a área da educação musical, enfim, o ensino público como está orientado neste momento os professores do 1º ciclo não têm conhecimentos para ensinar educação musical aos alunos de uma forma que lhes possa dar algumas bases.

A nível de outros graus de ensino, para além daquelas coisas pontuais, funcionam os protocolos que as escolas pretendem desenvolver. Eu sei lá se alguns têm, por exemplo, protocolos para recuperação do papel, portanto, a escola toma a iniciativa da recolha do papel para reciclar e a Câmara faculta os meios para a recolha e os contactos para a venda. Há outros a nível da recuperação de pilhas, salvo erro, na Escola Preparatória de Vale de Milhaços, para recuperar pilhas. Havia outro com a Preparatória de Vale da Romeira nº1. Este protocolo envolvia a Câmara, e a Escola, e a CERCISA, para a recuperação dos espaços verdes das escolas. A CERCISA colocou a mão de obra dos seus alunos que estão na área da jardinagem e a escola e a Câmara entre ajudam-se em custear os equipamentos e as matérias primas necessárias.

Bom, eles são tantos que alguns deles até eu não tenho conhecimento deles.

P. Segundo percebi, entende que o papel da Câmara no ensino público deveria ser outro, diferente do que está previsto no actual quadro político-administrativo?

R. Eu antes de responder a isso fá só queria referir uma coisa que me passou na questão anterior.

Na área da publicidade pública, é a Câmara que autoriza e recebe, enfim, que cobra receitas. A Câmara aqui dirigiu-se às escolas e disse: "as escolas que, no seu espaço envolvente queiram colocar publicidade, a publicidade que for entendida, a Câmara dispensa de quaisquer custos. Portanto, pode negociar com as impresas de publicidade. Isto é um exemplo da disponibilidade da Câmara até para que as escolas tenham mais algumas receitas.

A pergunta que me fez sobre as competências. Eu penso que as Câmaras deviam ter mais responsabilidades, mas reafirmo isto, com as comparticipações financeiras respectivas, para não acontecer aquilo que aconteceu, por exemplo, com os transportes escolares e com a acção social escolar no 1º ciclo, em que, de um momento para o outro, o poder central descentalizou as competências, mas não descentalizou os meios financeiros.

Eu quando que acho que sim, que deve ser clara essa descentralização de competências, é porque acho que é importante a Câmara empenhar-se, preocupar-se com a qualidade de educação, como se preocupa com a qualidade de vida nas outras áreas.

Nós temos contactos, muitas vezes, com colegas de outras escolas, em todo o país, quando nos encontramos e começamos a falar destas coisas os colegas ficam admirados com os apoios que as escolas daqui têm da Câmara e com a preocupação das autarquias, a colaboração que existe; enquanto os colegas dessas zonas só para conseguirem falar com o vereador para resolver qualquer problema é uma complicação enormíssima, quanto mais ver o problema resolvido.

É evidente que há Câmaras no nosso país que têm dificuldades económicas muito grandes, que se calhar até gostavam de apoiar e não conseguem, porque não têm meios para isso. Mas por um lado podiam era, algumas pelo menos, começar por se preocupar. E se comesçassem por se preocupar já não era mau, depois se não têm meios financeiros não têm. Mas há uma série de apoios que podem ser dados; para já não é só os apoios, é as autarquias terem conhecimento profundo do que se passa que não custa dinheiro! Custa apenas boa vontade, custa apenas vontade política, no fundo.

Se isso, enfim, tivesse suporte legal, penso que as coisas já corriam melhor.

P. Está a encaminhar-se para uma questão que eu gostaria de colocar-lhe que era a possibilidade de rentabilizar melhor os recursos educativos concelhios. Na sua opinião, os recursos educativos concelhios estão a ser suficientemente rentabilizados?

R. Eu penso que não.

Falemos em recursos de equipamentos.

Hoje em dia as novas tecnologias da informação estão a aparecer aí em força. Por exemplo, aqui na minha escola, felizmente temos esses equipamentos, podemos dispôr de um funcionário que tem características para isso, não é, que trabalha nessa área e só faz isso, portanto, dá apoio aos professores e aos alunos na concepção de todo o material audiovisual. Se calhar a escola X ou a escola Y, que já começou a também a ter o seu equipamento, irá tentando e se calhar daqui a cinco ou seis cada escola tem o seu. Então se houvesse um centro de recursos, por exemplo, a nível concelhio, poderia haver ali um centro de recursos que apoiaria todas as escolas e, obviamente, poderia estar muito mais bem equipado e o seu equipamento seria muito mais bem rentabilizado. Se houvesse aqui várias coisas: por um lado o empenhamento do Ministério de Educação, na criação destes centros de recursos. Já há um projecto... um concurso elaborado nesse sentido ao qual esta escola até concorreu. O projecto foi apresentado, foi considerado com oito mil contos, salvo o erro, só que entretanto gastaram o dinheiro noutras coisas e o dinheiro não veio. Pronto, mas mesmo assim isto continua a ser pouco, porque irá criar um centro de recursos para quatro escolas, quando o ideal, talvez, fosse e continua a ser um centro de recursos em termos de equipamentos tecnológicos de baixa qualidade, é óbvio, porque, enfim, com oito mil contos não se compra nada, quando esses oito mil contos estão incluídos desde as cadeiras ao computador ou até a bibliografia. De modo que eu penso que a Câmara... por exemplo, aqui a Câmara do Seixal tem um projecto nesse sentido. Estava à espera de financiamentos das comunidades para o Centro de Recursos a nível concelhio.

Eu estou-me a lembrar, por exemplo, agora chega-se a época das matrículas e as escolas têm de arranjar os seus impressos, umas mandam fazer aqui, outras mandam fazer acolá, outras compram algum equipamento e fazem.

É evidente que a nível das escolas elas nunca se vão poder organizar para poderem ter um parque tipográfico, nem se justifica. Mas se se justifica a nível de uma autarquia que poderia ter o seu parque tipográfico, se o grau de trabalho o justificasse e se tiver responsabilidades neste sentido com as escolas.

Enfim, no fundo é isto, porque é que eu hei-de ter aqui na escola uma fotocopiadora de 1500 contos, que é uma média fotocopiadora, e continua a ser uma má fotocopiadora para muitos exemplares, e cada escola tem a sua. Se calhar se num sítio houvesse fotocopiadora de 10 mil contos, isto agora em custos, essa fotocopiadora conseguia resolver os problemas dessas outras escolas todas e pronto e com um grau de qualidade melhor e custos mais baixos. Um centro de recursos a funcionar em local central, com

peçoal especializado que as escolas não têm, que a Câmara não tem. No fundo geria bem os poucos bens que temos e se for em conjunto, obviamente que os gerimos melhor.

P. Mas não acha que a existência de um órgão coordenador das políticas educativas locais, facilitaria a rentabilização dos recursos e aqui refiro-me a materiais e humanos ao nível do Concelho?

R. Eu penso que se está a referir ao Concelho Municipal de Educação ou com outra designação. Isso era fundamental ou é fundamental. Aliás, a nível sindical os sindicatos batem-se por isso. As autarquias, algumas, nomeadamente esta e Almada, estão abertas a essa solução, que não está contemplada, curiosamente no novo diploma de gestão. No novo diploma de gestão não está contemplada, mas ao não estar contemplada eu penso que as Câmaras Municipais também têm autonomia para criarem os órgãos que entenderem, no âmbito da autarquia.

P. Portanto, segundo entendo, para si, na eventualidade da criação desses órgãos, as câmaras deveriam ter um protagonismo muito forte.

R. Teriam que ter. Porque é curioso, enquanto o Ministério da Educação em quase tudo aquilo que legisla, no âmbito da reforma diz que... eu lembro-me de ter lido algures que a Escola deveria ser devolvida à sociedade civil. É evidente que as escolas não estiveram noutra sociedade que não na civil, nunca ninguém lhas tirou, inclusivé os próprios encarregados de educação hoje em dia têm participado, nalgum nível, na gestão das escolas.

Mas se por um lado se diz que a sociedade civil, a comunidade local deve ser interveniente, nalgumas situações convém que isso não aconteça. Ou seja, a filosofia do Ministério é esta: é óptimo que a Câmara participe na gestão da escola, para custear aquilo que o Ministério não quer pagar.

Então era óptimo que a Câmara participasse na gestão das escolas, e coordenadamente, através de um órgão que tinha que coordenar, que seria um Conselho Municipal de Educação, ou outro órgão qualquer afim, com um protagonismo muito grande da Câmara Municipal, que no fundo representa a população do seu Concelho.

A Câmara tem que ter um protagonismo muito forte na política educativa do seu Concelho. Acho que as Câmaras devem forçar e devem criar esse órgão, que eu estou convencido que irá dar alguns frutos, enfim, obrigar o poder central, a nível do Ministério da Educação, a participar nesse órgão, onde devem, de facto, estar representados todos e a comunidade educativa do Conselho, não pode ser só a comunidade educativa desta Escola.

P. A propósito da comunidade, gostaria que me desse a sua opinião sobre o papel da Câmara na abertura da escola à comunidade.

R. A Câmara tem tentado, aliás, todas as tentativas da Câmara, ou seja, todas as actividades propostas pela Câmara vão nesse sentido, na perspectiva de sair da escola para fora, da ligação à comunidade. Às vezes não é fácil, não por culpa da Câmara, mas aqui por culpa da Escola. Isto não é igual em todas as escolas. Por exemplo, aqui nesta Escola... não são muitas as actividades, o apoio, a colaboração que os professores possam dar.

P. E a comunidade à escola, independentemente da Câmara?

R. Pontualmente tem havido, tem havido segundo aquilo que eu acho, muito pouco em relação ao que seria desejável, essas trocas nos dois sentidos com algumas colectividades. Aqui o Clube Recreativo das Cavaquinhas, aqui a Sociedade Democrática Timbre Seixalense; há nos dois sentidos, mas muito pouco em relação ao que seria desejável.

Há professores da Escola a participar na formação a outros níveis, no Centro de Emprego, no LENETI e por aí fora. Poderiam de uma forma organizada, entre a Escola e a Comunidade, participar, lá tinham então a tal troca nos dois sentidos, nós dávamos à empresa, a empresa dáva-nos a nós. Em relação aos técnicos e aos funcionários da Câmara as escolas têm... conforme hoje em dia os professores de educação física das nossas escolas vão colaborar na formação dos professores do 1º ciclo também, sei lá, os nossos professores de matemática, desenho, tecnologia, depende das áreas, podem colaborar na formação dos profissionais da Câmara Municipal, da empresa X ou Y e vice versa e se calhar também é importante que os nossos alunos de algumas áreas vão à empresa X, Y e Z a ver como é que a empresa funciona e terem um conhecimento prático de como é que se trabalha numa empresa, ou seja, de aplicação prática da teoria que ele aqui aprende na Escola. Tudo isto tem uma cooperação nos dois sentidos, agora só funciona como deve ser se for articulada, não quer dizer que isto não se faça às vezes, mas muito pontualmente.

P. Bom, não tenho mais nenhuma questão a colocar-lhe, não sei se quererá referir mais algum aspecto significativo de cooperação com a Câmara.

R. De referir, sei lá. A nível geral o apoio que a Câmara dá às visitas de estudo, organizando, calendarizando e oferecendo às escolas os transportes para que os alunos possam fazer visitas de estudo.



A Câmara, de acordo com as características da escola, privilegiando mais as que têm complementar em relação às outras, diz assim: "meus amigos, vocês têm tantas visitas de estudo por ano nesta e naquela data". E informa-nos no início do ano lectivo e nós podemos articular com o transporte e é óbvio que é um dos problemas as escolas são os meios financeiros, e assim fazem-se mais algumas visitas de estudo.

Tivémos um apoio muito grande o ano passado, a escola comemorou os vinte e cinco anos, e enfim, não tínhamos feito uma comemoração com o mínimo de dignidade se não fosse o apoio da Câmara, mas isso também tem acontecido a todas as actividades.

Eu penso que o importante não é destacar pontualmente este apoio ou outro, mas a perspectiva que a Câmara Municipal tem da sua responsabilidade perante a educação, tendo, por exemplo, a nível dos responsáveis na autarquia, desde o vereador ao técnico responsável pelo Sector de Ensino, todos os elementos ligados ao ensino, o que é fundamental, porque de facto têm uma perspectiva dos problemas do ensino. Todos eles são ou foram professores, desde o vereador ao último técnico, o que é fundamental. Mas no fundo também há que ver isto, esta perspectiva da Câmara em relação ao ensino não é porque tinham como colaboradores professores, é o contrário, já têm como colaboradores professores, porque a perspectiva da Câmara é essa . Não aconteceu por acaso. Desde há dois mandatos que isso acontece. E eu penso que isso é que é importante destacar, independentemente do apoio que se pode dar ou não, que às vezes até depende das possibilidades da Câmara dar ou não dar. Quer dizer, o apoio às vezes é secundário, o que importa ver é a abertura e o espírito.

P. Eu não tenho mais nenhuma questão a colocar-lhe. Só queria agradecer-lhe a disponibilidade que teve para colaborar comigo neste trabalho.

R. Estamos disponíveis para futuras colaborações se for preciso qualquer coisa, estamos sempre abertos.

P. Então mais uma vez obrigado.

***Entrevista com o responsável pela Coordenadora Concelhia da Extensão Educativa***

P. Se estiver de acordo começaríamos então a nossa entrevista sobre a cooperação entre a C.C.E.E. e a Câmara. E começaria por lhe perguntar que cooperação tem havido entre a Coordenadora Concelhia da Extensão Educativa e a Câmara Municipal do Seixal, e que facilidades ou dificuldades tem encontrado essa cooperação?

R. Nós somos cinco professores a trabalhar aqui na C.C.E.E., alguns de nós, dois, já trabalhamos aqui há seis anos. Isto é um dado adquirido que faz com que a Câmara nos possa dar mais apoio, porque já conhece o nosso trabalho ao longo de dez anos e portanto o conhecimento do trabalho desenvolvido pela Coordenadora Concelhia faz com que haja um maior empenho ou uma maior ligação da Câmara à Coordenadora. Além disso, nós como professores destacados, queremos que a alfabetização seja cada vez mais viva no Concelho e haja uma maior cooperação entre nós e a Câmara, fazendo com que haja um maior desenvolvimento local.

A cooperação que temos é que a Câmara nos dá todo o apoio, dá-nos todo o apoio necessário ao funcionamento dos cursos de alfabetização e do próprio ciclo preparatório; material, folhas, lápis, lapiseiras, tudo o que seja necessário para o funcionamento da Coordenadora Concelhia.

P. Portanto, têm bastante apoio material?

R. Todo o apoio necessário. Até posso dizer que no início de cada ano todos os professores que aqui trabalham fazem uma reunião com o Sector de Ensino onde apresentam o Plano Anual, esse plano é levado sempre à sessão da Câmara e em princípio tem sido sempre aprovado.

É um plano que engloba toda a actividade da C.C.E.E..

P. Disse que esse plano é proposto...

R. Proposto pela Coordenadora Concelhia à Câmara com todas as actividades a desenvolver no ano lectivo, onde são englobados todos os cursos que nós temos previsto para o ano lectivo e todas as iniciativas locais. Portanto, há a formação geral e depois é nossa intenção ligar a formação geral às iniciativas locais que fazem com que haja mais desenvolvimento no Concelho.

P. Liga essa intervenção ao desenvolvimento local?

R. Ao desenvolvimento local, é lógico. Penso que é uma das formas de nós conseguirmos que a Câmara nos dê apoio, porque estamos a contribuir para o desenvolvimento local. Não só para o desenvolvimento cultural e literário da população, mas também para uma vida mais activa na colectividade, na sociedade em que estamos inseridos, no município do Seixal.

P. Nessa cooperação há algum aspecto que ache mais significativo, relativamente àquilo que conhece noutras zonas, que queira destacar?

R. Nós temos sempre apresentado um bom projecto, nós inclusivé apresentamos aí algumas acções de meio, que é, por exemplo, a animação dos espaços públicos; nós damos o pontapé de arranque através de várias iniciativas em locais públicos.

P. Esse projecto, é um projecto apresentado à Câmara...

R. Apresentámos à Câmara há dois anos. Esse projecto teve a sua... nós como Coordenadora Concelhia conseguimos concretizá-lo durante um tempo e agora a Câmara sei que está com um projecto enorme, dentro do Concelho, de animação de espaços públicos. Isto é um exemplo, temos outros exemplos como feiras do livro que nós tivémos aí, animação de bibliotecas, o cantar das Janeiras no Concelho do Seixal, em que a Câmara nos apoia todos os anos.

P. É um aspecto que acha significativo?

R. Sim! Significativo penso que sim, a nível da cultura popular. Nós estamos bastante embrenhados nisso. Agora vamos fazer um levantamento de alguma cultura popular. Já relançámos alguns cadernos culturais com adivinhas, com provérbios, com jogos tradicionais.

E em tudo isto nós temos o apoio, tanto da Câmara Municipal, como da Junta de Freguesia. Pronto, nós temos o apoio incondicional da Câmara e da Junta de Freguesia.

P. As juntas de freguesia também têm dado apoio material, mesmo em relação à publicação dos vossos trabalhos?

R. Sim! Sim! O material não vem através do caderno ou da folha de papel, mas através de subsídios para essas publicações, e não só para essas publicações, para essas iniciativas que não se fazem sem dinheiro. As autarquias têm-nos concedido as verbas necessárias para a contractação de grupos para a animação dessas actividades que decorrem ao longo do ano.

P. Mas que avaliação é que faz da intervenção da Câmara em geral no domínio da educação de adultos?

R. Eu trabalho com a Câmara e como coordenador concelhio há já seis anos e sei que a Câmara do Seixal é uma autarquia que tem feito, ou tem desenvolvido, todos os esforços para que o ensino e a educação seja cada vez mais patente(?) e hoje realmente mesmo uma escola viva. Vejo isso a nível do ensino primário, vejo mesmo através desse grande projecto que é a alfabetização musical, que está a ser implementado no concelho de Almada e no concelho do Seixal.

P. Integra esse projecto no domínio da educação de adultos?

R. Talvez não ligada a nós. Mas mais ligada à criança. Isso é portanto a alfabetização musical mas mais ligada ao 1º ciclo. Sabemos que é uma grande iniciativa da Câmara e é uma actividade que faz com que as crianças consigam ter melhores resultados na aprendizagem .

Depois podemos ver a nível de apetrechamento das escolas primárias. Fui um dos professores responsáveis pelo levantamento das necessidades materiais das escolas, necessidades a nível de mesas, cadeiras, retroprojectores, e sei que a Câmara está a dar todo o apoio, para que haja todo o material necessário e suficiente em todas as escolas. Acho, portanto, que a Câmara do Seixal tem dado todo o apoio a nível de ensino, não é?

P. Sim! Sim! Embora eu agora estivesse mais interessada no que diz respeito à educação de adultos em geral, até mesmo em actividades sócio-profissionais que se pudessem incluir nesta área.

R. A nível de colectividades eu penso que a Câmara está bastante empenhada em todas as colectividades, esses clubes todos, em dinamizar esses clubes através de várias iniciativas que vai tendo. O nosso caso, nós, por exemplo, temos na actividade extra-escolas quatro cursos sócio-profissionais e alguns cursos é nossa intenção fazer com que as colectividades e esses cursos tenham vida própria. Nós temos quatro cursos sócio-profissionais em que estão cerca de sessenta pessoas não activas, talvez quase todas domésticas, que estão a ocupar o seu tempo livre aprendendo, fazendo através da agulha, através do tapete de Arraiolos, através do artesanato. Portanto, isto em ligação com a Câmara que nos apoia através do pagamento de bolsas aos monitores. No início nós fazemos uma proposta à Câmara depois concede-nos um subsídio mensal para o funcionamento da Coordenadora, para deslocações dos professores, para a minha deslocação para visitar os cursos, para o apoio que eu gasto em gasolina. Isso faz com que eu possa deslocar-me. Portanto, há qualquer problema num curso qualquer, lá vou eu

resolver, ver o que se passa, Porquê? Porque tenho esse apoio, tenho esse subsídio com que posso contar.

P. É interessante focar esse aspecto, porque eu estava interessado em saber como é que interpreta as actuais competências e atribuições da Câmara neste domínio da educação dos adultos.

R. Penso que os órgãos centrais têm as suas competências e as Câmara também têm as suas.

A Câmara como responsável a partir de 74 tentou, todas tentaram dar o pontapé de saída na educação de adultos. E esta Câmara empenha-se actualmente com os professores em acumulação, mas a partir de 74 como bolseiros, pessoas voluntárias, que queriam dar o seu contributo para alfabetização, aí a Câmara viu realmente que havia pessoas com ânimo, pessoas que queriam realmente ajudar, para que houvesse analfabetização no Concelho e tentou dar esse pontapé de saída e vai conseguindo e vai-nos dando todo o apoio.

Penso que é uma competência da Câmara, não haja dúvida, penso que sim. O Ministério actualmente o que é que nos dá? Pronto, colocou-nos aqui só para estas iniciativas de educação recorrente, não é? Contribui com o vencimento que nos dá; se calhar seria bom tentar mais algum apoio, outro tipo de apoio.

P. Mas independentemente do actual quadro político-administrativo, que papel acha que deveriam ter as Câmaras nesta área?

R. Eu penso que esta Câmara do Seixal é um exemplo que devia ser seguido por todas as Câmaras a nível nacional, isto sinceramente. Não sei dentro da lei, não sei muito bem quais são as competências da Câmara ou quais são as competências do poder central, mas de qualquer maneira penso que a Câmara está a ultrapassar bastante as obrigações que tem nesta área e dá-nos todo o apoio necessário. E digo-lhe mesmo, ficando aqui gravado, eu posso dizer que sem o apoio da Câmara nós, a nível da Coordenadora Concelhia da Extensão Educativa, praticamente todas as iniciativas que realizamos eram impossíveis de realizar, a maior parte delas. Portanto, eu estou a falar de iniciativas locais, ligadas à formação geral, temos formação geral que é suportada, a maior parte dela pelo poder central, Ministério da Educação, mas todas as iniciativas que existem e que têm que continuar a existir no Conselho, neste Concelho e deviam ser alargadas a outros, não seriam possíveis sem o apoio da Câmara do Seixal. Eu vou dar outro exemplo que penso que é o quarto ano que acontece, que é o intercâmbio cultural que esta Coordenadora desenvolve com outros pontos do país, a nível da extensão educativa só, onde estão

inseridos autarcas, alfabetizados, professores destacados e professores em acumulação, que vão trazer, levar novas experiências.

P. Considera essa experiência inovadora a nível nacional?

R. Sim! Sim! Sem dúvida. Não conheço outro Concelho, a nível da extensão educativa que tenha desenvolvido esta iniciativa. E digo-lhe, este ano fomos a Bragança e levámos cerca de 200 professores, portanto é um intercâmbio de culturas, de saberes que são transmitidos aqui dos nossos alfabetizados, dos próprios professores, para outro ponto do país. Agora vamos recebe-los nos dias 4 e 5. Já marcámos reunião com o vereador Monteiro para ver o que é que vamos fazer, para que haja realmente essa troca de saberes e experiência, a nível de experiência educativa e a nível do poder autárquico.

P. Eu gostaria agora de colocar-lhe uma questão de opinião.

Na sua opinião a existência a nível do Concelho de um órgão coordenador das políticas educativas locais facilitaria uma maior rentabilização dos recursos educativos. E que papel, protagonismo, é que a Câmara poderia ter num órgão desse tipo?

R. Eu penso que sim, esses passos estão a ser dados a nível do Concelho do Seixal. Esse centro de recursos, penso que é isso que está a querer falar, um centro de recursos é mesmo necessário para a vida educativa do Concelho do Seixal.

P. Está-se a referir a nível local, concelhio onde toda a gente pudesse...

R. Exactamente, onde toda a gente poderia requisitar um retroprojector, uma máquina de diapositivos, qualquer coisa necessária, onde as pessoas pudessem encontrar e ver... fazer ligações das iniciativas, nós podemos fazer uma iniciativa que fica desagarrada do contexto educativo, enquanto se houver um centro de recursos não existe só material, existe toda a concentração de várias estruturas como a Extensão Educativa.

P. Além de ser um centro de recurso, estou a perceber, poderia ser um organismo onde...

R. Se podiam concentrar as várias valências da educação do Concelho. Estou a falar da Extensão Educativa, estou a falar do ensino especial, estou a falar na Delegação Escolar, etc..

P. Podia ser um organismo de apoio aos vários agentes educativos do Concelho?

R. Onde existisse um edifício sede, onde funcionassem todos estes núcleos. Eles em conjunto poderiam dinamizar e contribuir para que realmente o sucesso fosse cada vez maior no Concelho do Seixal. A Câmara do Seixal tem que estar inserida nisto, porque

ela está realmente empenhada e luta para que realmente a educação seja cada vez maior no Concelho. Penso que nesse levantamento de recursos de materiais necessários para as escolas focámos isso e a Câmara do Seixal já está atenta a isso. Tenta fazer isso, concentrar todos os agentes educativos num local só, numa rede própria, onde existisse esse material e mesmo recursos humanos, para que realmente a educação possa continuar a ser mais polivalente, cada vez mais aqui no Concelho.

P. Já se referiu bastante aos apoios recebidos da Câmara. E vocês, não tem sido solicitado para dar apoio à Câmara?

R. Temos sim, bastante. Posso falar agora numa iniciativa que decorreu aqui na Extensão Educativa, que foi a recolha oral. Esteve aí uma professora bastante empenhada nesse assunto. Sei que foi uma recolha oral de tradições e está tudo gravado, está no ecomuseu e penso que futuramente a Câmara é capaz de publicar e estamos esperançados que isso saia o mais rapidamente possível.

P. Já foi realizado há um ano, não?

R. Já foi realizado há um ano, dois, três, quatro anos. Portanto estamos à espera que a Câmara dê o pontapé de saída desse trabalho, que foi um trabalho conjunto, professores destacados aqui e a Câmara Municipal do Seixal.

P. Eu não sei se quer dizer mais alguma coisa que pense tenha interesse em ser referida, no que me diz respeito já não tenho nenhuma questão a colocar-lhe.

R. O que tenho a dizer, volto a frisar é que há uma boa colaboração entre nós professores, nós que representamos a Coordenadora Concelhia e a Câmara.

P. Muito bem! Queria só terminar agradecendo-lhe o tempo que teve disponível para me atender e dizer-lhe que estou à sua disposição para qualquer colaboração que necessitar.

R. Penso que pude contribuir para o seu trabalho, oxalá que seja realizado. Felicidades para o trabalho e quando estiver realizado, gostaríamos de poder contar também com um exemplar aqui para nós.

P. Vou ver a possibilidade de isso acontecer.

R. Esse trabalho era capaz de ser bom publicá-lo e talvez transmiti-lo, para que outras Câmaras possam seguir o exemplo da Câmara do Seixal e das autarquias aqui do Concelho.

P. Acho importante isso que disse.

R. Penso que sim.

P. Então mais uma vez obrigado.



***Entrevista com o Director do Centro de Saúde do Seixal.***

P. Se estiver de acordo eu começaria por colocar-lhe uma questão geral que era a seguinte:

Que cooperação tem havido entre a Câmara e o Centro de Saúde e que significado é o que senhor doutor atribui a essa cooperação?

R. A colaboração tem sido no Boletim Municipal; a Câmara tem uma folha só de saúde, feita com a colaboração do Gabinete de Educação para a Saúde do Centro de Saúde do Seixal. Ele constrói a parte de saúde no Boletim Informativo, portanto, esta é uma colaboração importante.

Todos os anos se realiza a feira do Seixal e há o Pavilhão da Saúde que é construído através da colaboração Câmara/Centro de Saúde.

Depois há outra colaboração; há os dias mundiais, a Câmara e o Centro fazem actividades que são elaboradas pelas duas partes, a saúde contribui, enfim, com aspectos técnicos, a Câmara com aspectos lógicos, material e tal.

Porque isto é uma actividade corrente e persistente, neste aspecto da educação para a saúde, é neste contexto.

A Câmara prepara-se para apoiar o Centro de Saúde, que tal como a Câmara, também está envolvido nisso, na realização de um Encontro de Saúde no Seixal. Não foi ainda nada realizado, mas há de facto essa ideia, que vai ser exactamente concretizada pelo Centro de Saúde em colaboração com a Câmara.

“Groço modo”, a colaboração é esta.

Na área do ambiente, também, existe alguma colaboração. O Centro de Saúde fornece informações ao pelouro do ambiente... poucas. De qualquer maneira, há uma acessoria do Centro de Saúde em relação a algumas áreas de actuação da Câmara, portanto, o Centro de Saúde aparece e apoia na medida do possível.

Isto no contexto da educação para a saúde, não me recordo nada mais assim de especial.

Mas, neste aspecto eu gostaria, então, de dizer o que é que nós pensamos fazer em termos de colaboração. Isso interessa-lhe para o seu trabalho?

P. Pode interessar.

R. Não é só o que foi feito, o que vai ser feito, o que já está planeado em termos de trabalho.

P. A mim interessa-me sobretudo a actividade de cooperação com a Câmara no domínio da educação para a saúde, porque estou a tratar a política educativa da Câmara.

R. Nesse aspecto há uma coisa muito importante que vai acontecer e que já está a começar a acontecer.

A Câmara Municipal do Seixal candidatou-se ao Projecto das “Cidades Saudáveis”, no âmbito do ano mundial da Saúde. Portanto, candidatou-se ao Projecto.

Foi estimulado pela Centro de Saúde, apanhou a ideia e candidatou-se.

Portanto o compromisso que a Câmara assume - isso não foi ainda aceite pela O.M.S. -, para que este estatuto seja conferido, a cidade tem de fazer algumas coisas no aspecto doutrinário e também aceitar certos pressupostos.

No aspecto organizativo há uma proposta de uma comissão dita de Saúde e Bem Estar, a nível concelhio, que faz o estudo dos problemas da saúde da comunidade do Concelho. É uma assembleia presidida pelo presidente da Câmara e tem como parceiros o Centro de Saúde, a segurança social, a escola de vários níveis de ensino, o Centro de Emprego, colectividades, enfim, mais dois ou três elementos. Elementos Ad Hoc que aparecem quando são discutidos determinados assuntos.

Essa comissão de saúde, dita de Saúde e Bem Estar, terá a funcionar junto a ela uma comissão técnica, que também é de certa forma ad hoc, também solicitada quando da discussão de determinados problemas. Juntamente com essa Comissão de Saúde e Bem Estar há então um grupo coordenador de projectos que tem por função fazer o levantamento das iniciativas e projectos que decorrem no Concelho, que têm, a ver, directa ou indirectamente, com a saúde, portanto, faz depois um relacionameto entre esses vários projectos e iniciativas, de modo que, surjam depois projectos integrados, de modo a não haver dispersão.

Isto está a começar, foi o projecto da Câmara para que isto possa avançar.

O que é que isto tem a ver com a educação para a saúde? Tenho de fazer aqui um pequeno diagrama. Isto é qualquer coisa de importante.

P. Isto é de alguma forma inovador a nível nacional?

R. Não. Há outras cidades. Amadora candidatou-se e Lisboa, mas eles não têm avançado; Amora, freguesia, sim, creio que está fazendo alguma coisa.

P. Referiu-se, agora, a cidades que avançaram com projectos semelhantes ao proposto pela Câmara do Seixal no âmbito das "Cidades Saudáveis", isso leva-me a colocar-lhe a seguinte questão: muito concretamente quais são as dificuldades e as facilidades, que na sua opinião, a Câmara tem no domínio da intervenção da educação para a saúde?

R. Sabe, nesse aspecto, segue-se o modelo tradicional que é a palestra na rádio e a folha informativa, enfim é neste contexto que actuamos.

Como sabe o Centro de Saúde tem a ver com a Administração Regional de Saúde (A.R.S.), sabe isso, não sabe?

P. Sei, sei. É que sou vereador numa Câmara e um dos meus pelouros é exactamente o da Saúde.

R. Qual é a Câmara?

P. Alter do Chão, no Alentejo, distrito de Portalegre.

R. Amanhã, 2ª feira, vou a Beja ter um contacto com o Dr. Durval e as pessoas de Beja a ver se criamos uma rede de "Cidades Saudáveis", aqui no Sul, no Alentejo; se está interessado em partilhar isso connosco, gostaríamos muito.

P. É uma hipótese.

R. Voltando ao diagrama. Aqui temos o Centro de Saúde, com o seu gabinete. O Centro de Saúde tem então a medicina familiar, mais enfermagem, as equipas que têm uma determinada área geográfica a atender e têm a saúde pública, que é também uma equipa.

Agora aqui o que vai aparecer de inovador é: este grupo que está a aqui, o que é que faz neste momento? Está aqui a população, atende a população em situação de doença ou de acompanhamento, de grupo de risco. A ligação é feita assim: população, centro de saúde, nesta ligação bipolar.

Aquilo que se pretende e que se está a começar a construir aqui no Seixal é o seguinte: a medicina familiar e a saúde pública têm que atender grupos vulneráveis, são as crianças, as crianças em idades escolares, são idosos, mulheres em idade fértil, etc. E, também, na área da saúde pública, tem a ver, por exemplo, com o ambiente, com a alimentação, por exemplo, as cantinas e os restaurantes, por aí a fora, a parte higiénica.

Isto são os grupos e outros, que o Centro de Saúde atende. E faz programas específicos para esses grupos. Para as crianças, por exemplo, na área de intervenção, saber quantas crianças existem, quais são de facto os factores de risco, etc. Portanto, fazer programas específicos para cada uma destas coisas, como a alimentação, educação para a saúde junto da população, etc.

Agora a inovação que está a começar é que nós pensamos que é muito importante e que tem, de facto, aspectos técnicos importantes é isto: é a autarquia.

Portanto, estes programas que o Centro de Saúde identifica, através da sua clientela, são transferidos para a tal Comissão de Saúde e Bem Estar na Autarquia, na Junta de Freguesia composta por aqueles elementos que eu referi à pouco.

P. Mas é a nível da Junta de Freguesia?

R. A experiência que está a ser feita neste momento é a nível da Junta de Freguesia da Arrentela. Mas está a ver que está integrada, num certo momento, dentro do contexto do projecto de Seixal. E aqui, como há pouco lhe dizia, está a tal Comissão de Saúde e Bem Estar, que tem o presidente da Câmara, ou o presidente da Junta de Freguesia.

P. Ou um, ou outro.

R. Não! Se for de âmbito de freguesia é outro grupo, agora há vários de acordo com o âmbito geográfico, combinado com a segurança social, com as colectividades, com o Centro de Idosos e mais não sei quantos. O problema que a saúde detecta, a discussão dele é transferido para a Comissão.

Por exemplo, a saúde verifica que tem idosos com problemas vários, os acamados, os que estão viúvos há pouco tempo, os que têm doenças crónicas e por aí fora, há doze ou treze categorias de idosos que a gente estabelece. O problema é passado para a Comissão de Saúde e Bem Estar e aqui é feita uma discussão grupal em relação ao problema. Há coisas que a pessoa pode resolver: a visita a casa do idoso e há outras coisas como a campanha para ele acender, não sei quê..., porque tem que se levantar da cama para acender a luz, ou pede um corrimãozinho para ir não sei quê, ou diz que a família não o vem visitar, está isolado e tal... portanto, aqui a educação para a saúde está presente e dá depois apoio. As escolas estão também aqui presentes, os três níveis de ensino, a imprensa escolar também assiste, os professores de alguns alunos estão presentes.

A escola recolhe informação sobre os problemas da saúde da Comunidade num contexto mais alargado, porque já é disentida com a segurança e com outras coisas. Depois temos

aqui a Escola. Portanto, aqui assim há informação na Comissão, há aqui o sector de informação do coordenador do projecto, como vimos há pouco que está acoplado a este grupo do coordenador do projecto. Portanto, os projectos que estão aqui só ligados à saúde, na Comissão passam a ser já projectos integrados, porque têm outras instâncias da comunidade e há um coordenador que mantém a ligação. Porque de facto, não havendo esta personagem, o coordenador, as coisas muitas vezes terminam porque há antagonismos, há dificuldades, não há resposta, etc.

P. E esse coordenador é um profissional de saúde?

R. De sociologia. Um sociólogo que a Câmara fornece, que faz parte do Gabinete que está em ligação íntima com o presidente da Câmara, como o executivo da Câmara.

Portanto, está a ver, o coordenador do projecto ligado ao executivo da Câmara com capacidade de decisão grande e implantado nesta Comissão de Saúde e Bem Estar.

Portanto, a educação para a saúde onde é que aparece? Há aqui acções de Educação para a saúde que são depois perspectivadas para dentro deste contexto. Por exemplo, os médicos têm que ter informação conduzida às pessoas, à segurança social também, aqui assim a escola está presente e transfere a problemática da Saúde e Bem estar da Comunidade para a instituição escolar, que depois dentro de uma perspectiva da escola, como promotora de saúde quer nos curriculos, etc., está a trabalhar dentro do contexto da comunidade onde está inserida. Portanto, não vai haver mais "não vais comer uma gordura e não sei quantos", mas vai já com os problemas que a Escola apresenta. Esta é a parte teórica.

P. Num quadro jurídico-administrativo diferente do que existe actualmente, em sua opinião que papel deveriam ter as autarquias e mais concretamente as Câmaras, na educação para a saúde?

R. Pronto, é este jogo relacional que se estabelece e depois os papéis que cada um vai ter, neste aspecto, face aos problemas concretos da comunidade. A Câmara faz alguma coisa, a Saúde outra, a segurança também, cada um desempenha o seu papel, havendo de facto uma boa articulação, uma boa informação.

P. Nesse esquema que o senhor doutor acabou por traçar parece-me haver aí um grande protagonismo por parte da Câmara.

R. Ah! Sim! Sim, eu defendo isso.

Neste momento o poder central não dá resposta às coisas, portanto a autarquia tem que desempenhar aqui um papel.

A estrutura vertical, estatal, de saúde, eu penso que ela poderá ser mantida no aspecto técnico-normativo e noutros aspectos, mas depois a horizontalização disto seria feita dentro deste contexto.

Em relação a recursos queria por-lhe uma questão que tem a ver com a educação em geral e com a existência de recursos educativos existentes a nível concelhio.

P. Em sua opinião, acha que deveria existir a nível de Concelho um órgão que pudesse rentabilizar e coordenar as políticas educativas locais?

R. Está aqui a resposta a isso. É a Comissão de Saúde e Bem Estar.

P. Não digo só para a saúde, de uma maneira geral, rentabilizar e até coordenar actividades.

R. Não! Isto é para tudo; isto é para todos os aspectos. Isto tem a ver também com o Plano Director Municipal. O que é que está a ser feito aqui na autarquia...? De facto caminha no sentido da saúde e bem estar da população. Essa reflexão é feita aqui, na Comissão, com esses parceiros.

P. Só para terminar, pois não tenho mais nenhuma questão a colocar-lhe, gostaria de saber que avaliação faz, em termos gerais, da intervenção da Câmara no domínio da educação para a saúde.

R. Os documentos são feitos, têm qualidade, mostram uma preocupação inequívoca que se avance nesta linha, estimula o Centro de Saúde para que acções sejam feitas nesta área. Portanto, é uma Câmara, esta do Seixal, voltada para isto; se não faz mais é porque as pessoas ainda estão com outras preocupações, como a da sua própria clínica quotidiana. Porque um dia em que haja necessidade de avançarmos em coisas mais selectivas na área da educação para a saúde, a Câmara vai avançar.

Eu penso que com este esquema todo a funcionar vai haver áreas de intervenção (...inaudível) até ao momento na área da educação para a saúde.

P. Se não tiver mais nada a acrescentar sobre esta temática, eu agradeço-lhe o tempo que teve disponível para colaborar no meu trabalho. Foi bastante útil a sua colaboração.

R. Muito bem!

P. Muito obrigado mais uma vez.

R. Ora essa!

### *Entrevista com o presidente da Sociedade Filarmónica União Seixalense*

P. Bom, se estiver de acordo eu gostaria que começasse por se referir à cooperação que tem havido, nestes últimos seus anos, entre a Sociedade e a Câmara e me desse a sua opinião sobre as facilidades e dificuldades que tem havido nessa cooperação.

R. As facilidades que nos tem concedido a Câmara são visíveis, na medida em que... por exemplo, nós temos uma Escola de Música que a Câmara subsidia mensalmente com 25000\$00, se bem que agora houvesse a assinatura de um protocolo e a Câmara vai aumentar esse subsídio. Para além disso vai-nos dar cerca de 150000\$00 para um instrumento ou para arranjo e também nos vai ofertar 200 contos para espaços culturais no nosso aniversário, que já foi realizado.

Não tenho dúvida nenhuma que a Câmara tem... inclusive nós tivemos aqui a orquestra sinfónica juvenil, que é um espectáculo musical que agrada a todos e é uma forma educativa, e é nisso que nós baseamos aqui a nossa acção, é realmente na cultura musical, pois nós tivemos necessidade de transportes, um autocarro para trazer os miúdos e inclusive uma camioneta de carga para trazer os instrumentos e a Câmara foi muito pronta a auxiliar-nos.

Não é só desta vez, como tem sido várias vezes. Da nossa Câmara, até ao ponto de hoje, não temos tido razões de queixa.

Queríamos mais; nós estamos agora com uma expansão, uma reestruturação na nossa Escola de Música, que presentemente tem cerca de 52 alunos do sexo masculino e feminino. Isto criou-nos umas despesas que são um bocado honorosas para a colectividade e honorosas porquê? Porque nós vivemos de uma cotização mensal, foi aprovado agora que as cotas novas passassem para 50000\$00 mensais por sócio. Se bem que haja alguns, não muitos que pagam mais do que essa importância. Só a cotização não chega para pagar a luz da colectividade. Mas, enfim, nós temos uma vantagem boa até à data, e "lagarto, lagarto" se ela acabar, que é a colaboração de vários associados, que nós pedimos e eles dão-nos.

Nós funcionamos, por exemplo, com um café, onde o nosso sócio vem aqui divertir-se à sua maneira, jogar um pouco ao dominó, ou às damas, ou às cartas, jogos lícitos; e vêm conversar, ver um pouco de televisão e conversar um pouco com os outros, é este o nosso meio.

Depois, para uma ajuda económica nós temos o nosso bar, que chamamos o nosso bar-petisco, que só abre aos sábados e aos domingos, porque é aí que temos a maior



disponibilidade de sócios para dar a sua colaboração, tanto na cozinha, como servir à mesa, lavar a louça, enfim, um número de serviços que dão realmente proveitos para que nós possamos assegurar as despesas muito gravosas que temos, sobretudo com a nossa Escola de Música e a nossa banda.

P. Mas a Câmara não tem pedido apoios à colectividade para cedência de instalações ou para outras coisas?

R. Isso várias vezes. Ainda agora está a decorrer uma exposição escolar que nos foi pedida pela Câmara, isto até no âmbito da festa de S. Pedro, pois nós cedemos a nossa sala. Esteve ainda aí há pouco tempo uma outra exposição, até durante bastante tempo de artistas consagrados. Nós cedemos a nossa sala, aliás, a nossa sala tem estado sempre aberta para o que a Câmara nos tem pedido; eu acho que quando ela pede tem necessidade e isso ao fim e ao cabo é cultura e nós aqui ajudamos a cultura do nosso Concelho.

P. Portanto, não tem havido grandes dificuldades. Há mais facilidades do que dificuldades na cooperação entre a Câmara e a S.F.U.S.?

R. Como eu lhe disse seria egoísmo da minha parte pedir mais do que tenho pedido, nós estamos a pedir sempre; agora nós assinámos o protocolo e fizémos sentir que foi pena, porque realmente queríamos mais para as necessidades que temos, mas também aceitámos que num Concelho tão grande como é o do Seixal, ela tenha que dar colaboração, ajuda monetária e tudo mais, às colectividades do Concelho, que são um número infinito. Eu tenho a impressão que numa área do nosso país tão pequena como o nosso Concelho do Seixal, em termos de colectividades, tanto desportivas como culturais e recreativas, tenho a impressão que é um dos Concelhos que maior número abrange, nesse aspecto.

Portanto, nós não podemos estar a exigir tudo à Câmara mas, enfim, também não temos razão de queixa.

P. Desculpe, falou aí em protocolo. Isso é um protocolo que vocês celebram anualmente?

R. Não, foi este ano a primeira vez que foi assinado. A Câmara propos-nos um protocolo, na medida em que a Câmara dá nós também temos o dever de dar alguma coisa, é justo, é lógico. Porque nós temos uma Escola de Música, temos a nossa banda, temos moralmente obrigações de apresentar, aos seus consócios em primeiro lugar, mas também se possível, aos munícipes. A nossa banda é uma forma de cultura que faz falta e então esse protocolo abrange, pelos menos trás concertos em zonas verdes. Agora já foi pedido um concerto que no próximo mês vamos dar em Miratejo e tencionamos fazer mais.

Por vezes não podemos dar a colaboração que a Câmara pede em termos de concertos, e porquê? Posso dizer-lhe que a nossa banda tem, felizmente, alguns músicos, e não são poucos, músicos militares, que são músicos feitos cá na nossa escola, depois com o tempo fizeram exames à banda da armada, à banda da força aérea e outras, inclusive estão colocados em orquestras nacionais. É um meio de vida que eles têm e respondem também às nossas necessidades mas, por vezes, quando há um concerto numa data X, é-lhes difícil conciliar as coisas. Portanto, por vezes não podemos corresponder mais, por isso mesmo.

P. Para além da cooperação aqui com a União Seixalense, conhece outras intervenções da Câmara no domínio da animação associativa e tem alguma opinião sobre essa intervenção, a nível do Concelho?

R. Eu tenho uma opinião muito grata e muito satisfatória, na medida em que nós temos aqui um placar no nosso hall de entrada e praticamente todas as iniciativas, não só aqui na Freguesia do Seixal, como no Concelho, eles distribuem esses programas e nós afixamo-los para dar a conhecer aos nossos sócios e para todas as pessoas que por aqui passam e visitam a nossa colectividade. E não há dúvida nenhuma que o número de cartazes... caramba! Meu amigo! A Câmara tem estado realmente numa situação muito valiosa, nesse aspecto que o senhor me pergunta.

Para além dos cartazes, também temos tido convites, não só para exposições, cantares, concertos, muita, muita coisa.

Eu estou convencido que a Câmara está realmente a desenvolver um programa vasto e muito salutar no campo da animação cultural.

P. Mas eu falava mais era na animação associativa, mesmo em relação às outras associações, se acha que a Câmara...

R. Oh caro amigo! Então a Câmara tem dispostos de milhares de contos para valorizar o património dessas colectividades; parece-me que isso é uma base muito grande para dizermos que ela está a trabalhar de forma muito concreta e valiosa na área das colectividades de cultura e recreio no nosso Concelho.

P. As colectividades dos concelhos têm-se encontrado regularmente em reuniões, ou têm algum organismo que as represente?

R. Eu lamento realmente que isso não se tenha dado mais vezes. É nas festas de aniversário, que nos convidam, que mais vezes nos encontramos, e nós por vezes falamos desse aspecto.

Mas lamentavelmente nós temos uma acção muito... vamos lá, muito apertada, que não nos é possível por vezes deixar este ou aquele dado para essas comunicações.

P. Na sua interpretação, daquilo que conhece das atribuições e competências da Câmara, quais são para si as obrigações que a Câmara tem em relação à animação associativa?

R. Eu acho que esta ou outra câmara qualquer tem obrigações, porque ela no orçamento já atribui uma verba para esse campo; é conhecido, dão-nos a conhecer até por orçamento; há um gasto para isso e para além do gasto há uma intenção nesse factor que o senhor me está a dizer. Portanto, eu, sinceramente, não posso de forma nenhuma fazer críticas destrutivas, na medida em que só posso fazer críticas construtivas no plano que a Câmara traça no aspecto da animação associativa.

P. Independentemente das dificuldades e do actual contexto político-administrativo, qual é a sua opinião sobre o papel que deveriam ter as câmaras na animação associativa? Acha que deveriam ter um papel de maior intervenção, para além da ajuda monetária e fornecimento de recursos materiais, sei lá... na dinamização, por exemplo, de órgãos de coordenação das várias actividades ligadas à animação associativa, poderiam ter algum papel?

R. O senhor sabe que o ser humano por si é egoísta e o que tem não lhe chega, quer sempre mais, não é?! E nós estamos a pedir mais, é lógico de quem necessita, mas também temos que ver que as pessoas nem sempre têm o aval para dar mais.

Mas respondendo à pergunta que o senhor me fez, acho que é uma obrigação das câmaras darem uma animação aos munícipes, cultural e associativa. É, porque quando elas estão a fazer isso têm obrigação moral, porque é mesmo, mesmo necessário para educar os jovens num caminho mais puro do que aquele que nós estamos, por vezes aí a ver e ouvir e nos arrepiam um bocado os ossos, para já não dizer a pele, porque ela arrepiava-se sempre, porque eu sou pai, tenho filhos, os moços mais novos vão ter filhos e nós quando ouvimos dizer por esse caminho fora... há casos que nós nos sentimos um bocado preocupados com o futuro.

Acho que a Câmara, esta e outras mais, têm essa obrigação de tentar desviar os jovens dos maus caminhos e levá-los às colectividades; não tenho dúvidas nenhuma que nas colectividades, elas sendo realmente governadas no género de não dar lucro comercial -

mas esse faz-nos falta, é verdade - mas sem intenção só do lucro comercial, mas fazer realmente das colectividades umas casas de ambiente de solidariedade, pois elas são sempre um veículo de boa educação, de uma solidariedade de futuro e fazem falta ao País.

P. Estou a perceber que atribui uma certa importância ao papel das associações de cultura e recreio na educação da comunidade em geral e em particular nos jovens.

R. Sem dúvida! Sem dúvida nenhuma! É pena é que colectividades como a nossa não tenham outro espaço para termos mais crianças e termos outras diversões. Mas também lhe sou franco, eu tenho sido algumas vezes presidente desta colectividade...

P. Quantos anos já foi presidente?

R. Meu caro amigo, faz-me uma pergunta que eu não lhe sei responder. Eu já fui presidente algumas vezes, algumas seis ou sete. De qualquer forma, nós aqui quando não somos presidentes somos secretários, quando não somos secretários somos tesoureiros, somos até directores vogais, que é o mesmo que outro dirigente qualquer.

P. Há uma certa rotatividade?

R. Exacto, não tem dúvida nenhuma. É pena, porque eu sempre disse: o Seixal é uma terra muito pequena sabe, tem uma massa populacional muito pequena, mas nele, Seixal, cabem sociedades como a União Seixalense, como o Timbre Seixalense - isto em música; temos em desporto o Seixal Futebol Clube, que desenvolve uma acção física, desportiva que abrange desde o futebol, ao basquetebol, ao andebol masculino e feminino, está a ver não é?! Temos a Associação Náutica que está realmente a desenvolver uma acção na vela muito, muito aceitável.

P. É um Concelho com uma grande vitalidade no ponto de vista associativo?

R. Exactamente. Temos o campismo que também abrange o seu sector. O senhor está a ver para dirigir todas estas colectividades é preciso muita gente e o Seixal é muito pequeno e vai tendo essas pessoas.

Eu fá dizer-lhe, muita gente tem dito "Você podia aqui fazer uma aula de ginástica", não estou de acordo com isso, porque para mim vai pertencer ao Seixal Futebol Clube, pois... e outras coisas enfim. Nós aqui empenhamo-nos mais pela acção cultural, no que diz respeito à música. Podíamos até ter uma secção de Ballet, está correcto. Talvez possa vir num futuro mais ou menos próximo, porque temos aí uma rapaziada que está à frente da secção da Escola de Música da banda que estão a pensar meter-se no Ballet mas dizer já não, porque as coisas quando nascem não nascem todas feitas, vamos aos poucos.

Vamos esperar pelo futuro e oxalá que esse futuro nos traga essas iniciativas que são boas para a colectividade.

P. Essas iniciativas são dirigidas, algumas vezes, a camadas de populações jovens, alguns frequentam até o ensino regular, é isso?

R. Exactamente, eu posso dizer-lhe que temos dois elementos da nossa banda que estão na Universidade, estão a tirar cursos superiores.

P. Há pouco fez aí referência às várias iniciativas e às várias associações que existem no Seixal...

R. Eu digo só na vila do Seixal. Você está a ver a área como é Corroios, Amora, Arrentela, Paio Pires. Oh diacho?!!

P. Qual é a sua opinião sobre a vantagem de existir um órgão que pudesse coordenar as actividades que as várias instituições, - associações e escolas incluídas,- que têm algum carácter educativo, de forma a puderem rentabilizar-se melhor todos os recursos educativos existentes no Concelho?

R. Eu tenho impressão que compreendo a sua pergunta.

P. E que papel é que a Câmara poderia ter num órgão desses?

R. O senhor não se esqueça que há uma coisa que é muito verdade. Isso é capaz de ser funcional, mas não sei se as colectividades ... iriam talvez aceitar isso.

P. E as escolas?

R. As escolas já são outro factor. Há realmente escolas que têm um bom ginásio, que poderiam realmente ser...

P. Eu refiro-me mesmo a recursos humanos.

R. Sou capaz de estar de acordo, pois se houver realmente uma cúpula a dirigir isso, enfim, não quer dizer ordenar, por amor de Deus, isso não!

P. Não! Não! Eu disse coordenar.

R. As pessoas sentem-se como que... no nosso Concelho as escolas são muito, muito patrocinadas pela Câmara do Seixal e até por uma maneira... vamos lá, moral.

Eles têm por obrigação, realmente, até de ceder se têm essas possibilidades, para uma função educativa, tanto cultural como físicas, das crianças ou até dos menos jovens, acho muito bem.

É possível, é possível, desde que as boas vontades se juntem.

P. E que papel é que a Câmara poderia ter num órgão desse tipo?

R. Lá diz o senhor. A Câmara tem um sector de cultura, poderá realmente estudar isso em profundidade. Auscultar primeiramente qual era a reacção que poderia haver nessas escolas e depois sim. Mas se visse realmente uma parede encostada ali e não pudesse derrubar, não vamos... enfim criar agora problemas sem necessidade nenhuma. Mas, por vezes nas conversas é capaz de ser um encaminhamento muito viável para essa realização que o senhor está a dizer, é muito possível e oxalá que isso fosse... era capaz de ser bom, não tenho dúvida nenhuma. Há necessidade realmente de criar espaço para as crianças e para os menos jovens estarem ocupados, isso faz falta.

P. Portanto, esse órgão poderia ser um órgão que estabelecesse relações entre todos, porque muitas vezes as pessoas estão a fazer coisas semelhantes, cada uma para seu lado.

R. Exactamente, era essa cúpula, vamos lá que poderia dizer ao fim e ao cabo "você estão a desperdiçar um estabelecimento de ensino fechado", dois, três, quatro, porque estão de férias e não há isto ou aquilo.

P. Já me deu o exemplo aqui da Escola de Música, que acaba por ser um complemento de formação dos alunos do ensino regular.

R. Quando fizemos essa organização, pois, os nossos amigos foram às escolas, pediram licença, foram afixar programas para a inscrição de alunos aqui e não se importaram e colaboram com isso também.

Os professores aqui das escolas não nos fecharam as portas e permitiram isso, e foi bom e nós reconhecemos.

P. Já percebi que faz uma avaliação muito positiva da intervenção da Câmara, nesta área da animação associativa, não sei se quer dizer mais alguma coisa sobre isso, para terminar a conversa.

R. Não tenho dúvida nenhuma, aquele que tem nunca está satisfeito. Se a gente tivesse mais, se fizessem mais, é pois o nosso caso!

A nossa despesa ... para o sector que estamos realmente a estruturar, precisávamos de uma maior quantia do que aquela que nos foi atribuída. Mas nós sabemos, vamos outra vez bater à porta, fazer sentir as nossas dificuldades e é muito possível que a Câmara nos possa auxiliar ainda mais. Mas veja lá o senhor, nós este ano solicitámos à Câmara, aliás já vem do ano passado, o apoio para a construção de uma cozinha para o bar-café, a Câmara fez o favor de nos fazer a cozinha. Nós pedimos tintas, porque a colectividade precisava de uma pintura, ofereceram-nos a tinta para a pintura interior e exterior, deram-nos também uma ajuda para a mão de obra, se bem que nós tivéssemos que pagar o resto.

Tinham que pagar também alguma coisa, enfim, não podemos realmente estar a saturar a Câmara.

P. E sabe que a Câmara relativamente a outras associações tem também a mesma atitude?

R. Pois tem! A Câmara tem inclusive feito de raiz colectividades, não é o caso da nossa, a nós tem-nos auxiliado.

Esta nossa colectividade é feita pelo esforço dos seus sócios. Não há dúvida nenhuma que devemos favores à Câmara, mas há aí muitas colectividades no nosso Concelho, que nasceram depois do 25 de Abril feitas de raiz pela Câmara.

Portanto, meu amigo há muitos munícipes que devem estar muito agradecidos à Câmara por ter na sua terra, ou na sua localidade, uma colectividade onde ele possa estar e levar a sua família e estar à vontade.

P. Não tenho mais nenhuma questão a colocar-lhe, só queria agradecer-lhe a disponibilidade que mostrou para colaborar no meu trabalho e esperar que a associação prossiga com este dinamismo e tenha muitos êxitos no futuro.

Obrigado mais uma vez.

R. Eu posso agora acrescentar também para lhe desejar que o senhor tenha muita sorte no trabalho que está a fazer, porque pela sua simpatia e maneira de ser tenho a impressão que merece isso.

P. Obrigado.

***Entrevista com a directora do Centro de Formação Profissional do I.E.F.P. no Seixal***

P. Se estiver de acordo eu começaria a nossa entrevista colocando-lhe uma questão de âmbito global, que é a seguinte: que cooperação tem havido entre o Centro de Formação e a Câmara Municipal do Seixal, e que formas tem ela revestido?

R. O Centro do Seixal neste período em que o dirijo, desde 11 de Maio de 1991, tem colaborado com a Câmara nos domínios em que esta entidade nos tem solicitado, mais concretamente na cedência de espaço, nomeadamente o nosso auditório onde são realizado grandes colóquios, grandes conferências, recorde-me do ultimo que foi o congresso de professores de Educação Física promovido pela Câmara, tendo também sido cedido o nosso Hall, onde foram expostos materiais e equipamento ligado ao desporto. É com todo o agrado que colaboramos, porque entendemos que o Centro de Formação Profissional, ao estar inserido num contexto comunitário, como é o concelho do Seixal, deverá permitir uma colaboração ampla entre todas as entidades, e a Câmara do Seixal é sem dúvida a entidade mais representativa do Concelho, esta primeira questão.

A segunda, temos colaborado, e é com imenso agrado que tenho a frequentar cursos de aperfeiçoamento pós-laborais, em que tenho funcionários da Câmara, penso que vêm uns a titulo pessoal, outros já com algum envolvimento das chefias da Câmara, nomeadamente ao nível de formação de monitores de empresa; desenho assistido por computador, informática, gestão de recursos humanos; técnicas e concepção de chefias.

São cursos que permitem formar ou aperfeiçoar os quadros intermédios que são a grande lacuna, ao fim e ao cabo, da nossa estrutura de serviço e nós temos estado a tentar colaborar com todas as empresas, e entidades da região, entre elas temos contado com a colaboração da Câmara, através dos seus funcionários.

Isto em linhas gerais e apenas porque me reporto a este período de tempo tão curto.

P. A senhora tem alguma informação sobre actividades desenvolvidas pela Câmara neste domínio da formação profissional, fora do âmbito da cooperação com o Centro?

R. Consta-me, portanto não é rigoroso - poderei tentar saber junto dos meus serviços - que o Centro já colaborou na realização de alguns cursos de formação. Penso que terá sido um de calceteiro.

Após esta minha integração nos serviços, da nova imagem, da nova projecção que pretendo dar ao Centro penso articular para o ano de 1993, mais directamente com a



autarquia, no sentido de, à semelhança do que fizemos com as empresas, determinar com ela o que pretendo no âmbito da formação profissional, tanto mais que o centro do Seixal não tem âmbito concelhio, mas sim quase nacional. Recebemos formandos, desde o Norte ao Sul, passando pelas Ilhas.

P. Esse curso de calceteiro a que fez referência, foi da iniciativa da câmara?

R. Eu não sei responder concretamente a essa questão, poderá é obter informação juntos dos funcionários que estão cá há muitos anos.

P. No actual contexto jurídico-administrativo, reconhece algumas competências às Câmaras no domínio da formação profissional?

R. Eu penso que sim! Tenta-se muitas vezes atirar para a autarquia tudo, não é? Eu falo de um pouco com conhecimento de causa - fui autarca durante muitos anos - mas a autarquia deve ter uma noção clara das necessidades de formação que existem na região deve ser um elemento a ouvir obrigatoriamente na região. Poderá e deverá intervir na formação, se for na qualidade e nos objectivos da formação que se realiza no seu concelho. Atribuir à autarquia a execução real das acções de formação, penso que não será uma boa metodologia, porque às duas por três os grandes objectivos da autarquia diluem-se na execução de tarefas secundárias; não quer dizer que a formação profissional não seja um elemento extremamente importante e até estratégico do desenvolvimento, mas a autarquia fará talvez a grande análise, a grande definição de objectivos, o alerta, a orientação, a sensibilização de quem deve executar, realizar a formação.

P. A senhora, na perspectiva de uma descentralização que está no horizonte próximo, veria como necessidade a autarquia ter mais ou menos competência nesta área?

R. É um dos objectivos, no âmbito da descentralização dos nossos serviços, criarmos um concelho consultivo, o qual já está praticamente aprovado em todos os centros de formação; este Centro terá um conselho consultivo em que a Câmara será um dos parceiros intervenientes.

O que me está a colocar, segundo subentendo da sua pergunta, é se a autarquia deveria assumir a formação profissional, como neste momento assume as escolas primárias...

P. O que pretendia saber era se, na sua opinião, para além deste contexto político-administrativo deveria existir outro que permitisse maior intervenção das autarquias, neste domínio.

R. Eu acho que o contributo de todos é sempre positivo, em todo o caso, gradualmente, poderá haver um papel de maior intervenção da Câmara, no domínio da formação profissional, e é uma necessidade que nós sentimos. No entanto, penso que será algo de bastante gradual, porque a máquina da formação profissional é uma máquina complexa, grande, muito dinâmica, porque tem que estar permanentemente a ajustar-se às realidades a às necessidades de mercado. É muito dinâmica, exige uma actuação em cima dos acontecimentos e era um peso muito grande para as autarquias. Penso que deverá ser gradual.

P. Fez aí referência a um órgão do centro em que irão estar representados vários parceiros.

Pensa que haveria alguma vantagem na existência de um órgão, a nível concelhio ou regional, que de alguma forma pudesse rentabilizar melhor todos os recursos educativos locais? Aqui estou a pensar num conceito amplo de educação em que se inclui também a formação profissional, a educação ambiental, etc.

R. Eu acho que sim! Hoje em dia há um objectivo que é corresponder cada vez mais à necessidade de qualificarmos quer escolar, quer profissionalmente os nossos recursos humanos, as nossas pessoas, a nossa população. E essa é uma preocupação muito grande de uma autarquia, de certeza absoluta. E a existência de um órgão coordenador - eu às vezes assusto-me com as figuras jurídicas dos grandes órgãos, das grandes máquinas administrativas - mas no sentido lato de uma equipa que tivesse por objectivos evitar que houvesse duas entidades a fazer o mesmo, com o objectivo de evitar que se duplicassem despesas, se duplicassem esforços humanos, intelectuais, físicos, desgastes de materiais, investimentos enormes. Portanto, tudo isso era positivo. Porque assim haveria quem olhasse para uma gestão integrada de um objectivo comum que é a educação quer educativa, quer profissional, para pudermos competir, não é? Nós estamos numa sociedade em que cada vez mais temos que competir mais.

P. Nesse órgão, nessa equipa, que protagonismo acha que deveria ter a Câmara?

R. É um parceiro. É um elemento importante. E a autarquia, no meu ponto de vista, deve ser a entidade, e é sem dúvida... para já é a maior empresa, de uma maneira geral, de um concelho, se formos olhar para o Seixal poucas a passam, ou talvez nenhuma.

É importante o papel das autarquias, sempre, porque é um órgão que deve estabelecer a relação, os equilíbrios, os contactos, que deve estar sempre sobre o acontecimento em termos de desenvolvimento.

E isto em termos de formação profissional se nós não tivermos estes elementos de análise como sejam os investimentos, as necessidades de aperfeiçoamento, toda esta radiografia ao pormenor da realidade do concelho, temos muita dificuldade em realizar a formação profissional adequada e necessária à realidade do concelho. Se bem que hoje em dia os centros de formação não trabalham única e exclusivamente, nomeadamente o do Seixal, para o concelho. Nós temos essencialmente a preocupação da região de Setúbal, da península de Setúbal, e também o contributo para outras regiões, visto que somos muito solicitados de outras áreas do país.

P. Só para terminar. Considerando o pouco tempo que está à frente do Centro, que avaliação faz da intervenção da Câmara no domínio da formação profissional?

R. Não tenho esses elementos muito rigorosos, para poder dar uma imagem, um retrato, que poderia, devido ao pouco tempo que estou no Seixal, dar imagem talvez distorcida.

Eu penso que é uma autarquia interessada, que se preocupa com a realidade do Concelho... também da minha parte haverá uma maior predisposição para dialogar - quando as pessoas entram em diálogo estou convicta que se constroem coisas extraordinariamente positivas. Por parte da autarquia, até ao presente momento, acho que há um interesse significativo pela realidade do Centro de Formação do Seixal. O que é que nós fazemos? Tenho neste momento pedida uma visita de estudo no âmbito da cooperação de jovens, um intercâmbio de jovens na Europa, o que demonstra que a autarquia tem consciência que o Centro é um elemento importante na realidade do Concelho... a partir daqui há um contributo também em termos de enviar pessoal da autarquia para o Centro, há uma relação muito agradável e que eu considero muito positiva entre eleitos e a gestão do Centro, penso que há uma colaboração até muito agradável, cordial, penso que daqui para a frente podemos continuar a desenvolver as nossas relações e aí já a puder fazer um retrato mais positivo, em termos de mais dinamismo, pelo menos em acções concretas, dirigidas mesmo a pedido da autarquia. Até ao momento, em termos de pedido de realização de qualquer acção de formação concreta, não tenho.

P. E sabe se se tem realizado, por iniciativa da Câmara, acções de formação profissional?

R. Desconheço. Portanto, isso estará muito mais ligada à área do Centro de Emprego, porque as candidaturas que são cofinanciadas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, entram, não no Centro de Formação mas no Centro de Emprego.

P. Eu não tenho mais nenhuma questão a colocar-lhe; só queria agradecer-lhe a disponibilidade que teve para colaborar neste trabalho. Ao contrário do que se poderia

supôr, pelo facto de estar aqui há pouco tempo, a entrevista foi bastante útil e acabaram por ser abordadas as questões mais importantes.

R. Sempre ao dispôr.

*Entrevista com a representante da Escola Superior de Educação de Setúbal no Pólo do Seixal de formação de professores*

P: Podemos então começar?

R: Sim! Sim!

P: Eu sei que a Escola Superior de Educação de Setúbal contou desde o início com a cooperação da Câmara no desenvolvimento do projecto do Pólo do Seixal. Eu gostaria de que se referisse a aspectos concretos que essa cooperação tem revestido durante todo este processo.

R: Portanto, o projecto iniciou-se com um protocolo entre a E.S.E. e a Câmara do Seixal. Nesse protocolo previa-se uma colaboração para o desenvolvimento de um projecto integrado de cooperação entre estas duas entidades. Também já existia colaboração a nível de um projecto que também estava a desenvolver-se no Seixal, que era o projecto ECO e portanto, era um segmento desse tipo de colaboração que se foi desenvolvendo o Pólo.

Materialmente o que é que acontecia? O Pólo que era o conjunto de professores do 1ºciclo de Seixal, que apresentavam anualmente o seu plano de actividades para esse ano e a autarquia apoiou não só pagando aos formadores que a E.S.E. não podia fornecer, por não corresponderem àquilo a que os professores pediam.

Toda a formação se fazia a partir das necessidades que os professores explicitavam e então a autarquia pagava aos formadores pelo o facto de nós não conseguirmos arranjar na E.S.E..

Nós pretendíamos também, e isso inicialmente chegou a acontecer, que o próprio Pólo não fosse formado só por professores, mas também pelos próprios elementos da autarquia.

Portanto, o Pólo não era apenas um conjunto de professores que se reuniam para resolver os problemas da escola, mas para um conjunto de pessoas da comunidade educativa, portanto pessoas da autarquia e outras, que eventualmente se fossem agregando a este projecto.

P: E isso iniciou-se quando?

R: Iniciou-se em 1987/88. Depois fomos agregando outros parceiros que de facto se interessavam pelo desenvolvimento da comunidade. Claro que um dos primeiros

parceiros privilegiados foi a autarquia, mas fomos depois agregando outros, como por exemplo os professores do ensino particular, o PIPS, quando se criou.

Portanto, a ideia do Pólo era, digamos, um espaço onde se viessem a coordenar esforços, no sentido do desenvolvimento da comunidade.

Aconteceu que relativamente à autarquia só inicialmente houve técnicos que puderam acompanhar este processo, cujas reuniões eram quinzenalmente com as pessoas do Pólo, para irmos vendo o que é que era preciso fazer, que recursos havíamos de pedir, etc.

Depois essa continuidade, na altura em que mudaram as pessoas da Câmara, essa continuidade não tem sido conseguida. Quer dizer, as pessoas vão esporadicamente às acções do Pólo, mas esse acompanhamento não tem sido...portanto estes últimos anos tem-se reduzido de facto a contribuição monetária para o desenvolvimento das actividades do Pólo. Embora haja um esforço de parte a parte para que essa colaboração seja uma colaboração mais a nível das ideias e do acompanhamento, para não haver acções paralelas, não só no âmbito da formação, como mesmo no âmbito da animação. Quer dizer, que os professores queixam-se muito que a autarquia desenvolve imensas actividades de animação, mas que depois colidem com as actividades, com o tipo de trabalho que as pessoas têm que desenvolver na sala de aulas. Portanto, a ideia era esta, que de facto uma coisa e outra...ao fim ao cabo era rentabilizar os esforços de um lado e do outro. Por um lado rentabilizar recursos existentes, porque de facto é uma Câmara que apoia imenso as escolas e que dinamiza muito as escolas, mas às vezes não em sintonia com as escolas, embora haja sempre um reunião com os directores das escolas para saber quais são as necessidades das escolas. Mas depois já se sabe o que acontece, é que nem sempre os directores das escolas consultam o resto do pessoal. Muitas vezes acontece que os directores das escolas acabam por aceitar passivamente as sugestões da autarquia.

Portanto, ao nível do Pólo pretendia-se uma participação mais activa dos professores nesse desenvolvimento cultural da comunidade, ao fim ao cabo a ideia dos pólos foi precisamente essa, era conseguir uma conjunção de esforços. Os professores têm estado sempre, têm ajudado a autarquia realmente a fazer essa actividade de animação cultural, mas ser uma participação mais activa e não tão assídua, não só os professores ajudassem a autarquia a desenvolver actividades mais educativas...e por outro lado os professores terem também uma visão menos pedagógica e mais envolvente, mais educativa, que as duas se concilhassem. E o que aconteceu é que devido a não ser possível participarem todos os elementos da autarquia no Pólo, acontecia que quase o Pólo se desenvolveu ficando a parte, digamos, mais pedagógico para o Pólo e parte mais do desenvolvimento cultural e animação cultural para a autarquia, o que conduziu a alguns desfazamentos.

Agora formámos a Associação em que o Seixal faz parte de uma dessas associações, em que engloba o concelho de Almada, Seixal, Setúbal e Palmela e vamos tentar que os pólos se desenvolvam então conseguindo envolver mais esses parceiros, no sentido da resolução dos problemas mesmo da comunidade educativa, não ser feito isoladamente quer pela autarquia, quer pelos professores, mas sim em conjunto.

P: Referiu-se aí ao Projecto ECO; o projecto ECO tem alguma ligação com estes projectos dos pólos?

R: É um projecto anterior, já existia. É um projecto a nível nacional e que se foi desenvolvendo localmente em algumas E.S.E.'s, sempre em colaboração com as autarquias, onde havia o apoio da autarquia é que ele se desenvolvia. O projecto ECO é precisamente o projecto Escola/Comunidade, abertura da escola à comunidade. Realmente o Pólo do Seixal foi o primeiro a desenvolver-se, uma vez que já havia essa colaboração.

P: Portanto, teve alguma influência o facto de já existir o projecto ECO?

R: Acho que sim. Era uma autarquia que já estava aberta a este tipo de trabalho, que já tinha, se calhar, visto alguns frutos desse tipo de trabalho.

P: Por acaso não conhece actividades da Câmara nesta área de formação de professores, com outras instituições além da E.S.E.?

R: Não. Acho que tem ela por si própria desenvolvido sobretudo nas áreas das expressões, a nível do 1ºciclo, tem sido nas áreas das expressões e da educação física. É uma área que está bastante desenvolvida, que é muito do agrado dos professores do 1ºciclo. Têm mesmo projectos estruturados no tempo e com uma sequência, que de facto tem desenvolvido bastante a área de educação física nas escolas do 1ºciclo.

P: Penso que a Câmara tem ultrapassado, nesta área de formação, as suas atribuições e competências?

R: Eu penso que sob o ponto de vista legal talvez não as tenha ultrapassado, mas sob o ponto de vista daquilo que habitualmente se faz nas autarquias, ela tem ultrapassado largamente, largamente. Penso mesmo, que a actividade dos professores do Seixal é bastante diferente da atitude de professores doutras regiões, é uma atitude muito mais participativa.

P: Sim! Sim! Muito. Quer dizer a nível do 1ºciclo, como coordenadora, tenha corrido várias partes do país e de facto considero que a autarquia do Seixal nesse aspecto até hoje

não vi nenhuma que se lhe comparasse, no apoio que dá, na importância do 1º ciclo do ensino básico. A nível de 1º ciclo considero mesmo excepcional.

R: Referiu-se aí a um aspecto que é facilitador dessa intervenção, que é o facto de haver da parte dos professores uma grande abertura e um reconhecimento da necessidade de formação, é isso?

R: Por um lado quando se fala com os professores, os professores dizem isso, dizem que são os professores que puxam pela autarquia. Os professores dizem: "não, eles fazem isto porque a gente exige, porque a gente vai lá, porque a gente conversa e tal". De qualquer forma quem abriu o diálogo foi de facto a autarquia, quer dizer é uma autarquia que eu nunca vi em lado nenhum. Por exemplo, ainda um dia estive lá para receber os professores, em que os professores lá iam e diziam o que queriam e tal. É não só isso como as escolas têm muito mais qualidades, dão interesse, quer dizer dão incentivos aos professores para os professores fazerem coisas. Têm um parque escolar formidável, as escolas são sítios agradáveis onde apetece estar, onde apetece trabalhar e mesmo a nível de material didáctico. Os professores sentem-se apoiados, sentem que não só lhes dão formação, como lhe dão meios para pôr em prática aquela formação, concretamente nas áreas de expressão e nas áreas de educação física.

P: Mas não reconhece que eles também deverão ter alguns obstáculos, algumas dificuldades nesta sua intervenção no domínio da formação de professores?

R: Eu penso que inicialmente, quando o Pólo surgiu, uma das razões por que eles o apoiaram é que eles tinham a sensação dos pedidos descoordenados das escolas, a respeito, por exemplo, de material, que acabavam por gastar muito dinheiro e que depois não era aplicado. Por exemplo, num ano os professores pediam determinadas coisas, depois esses professores no ano seguinte já eram outros, já não era aquelas coisas que queriam, eram outras. Então, era o material que estava nas escolas e que nem sequer era utilizado e então quando o Pólo nasceu, um dos primeiros trabalhos que a autarquia pediu aos professores foi precisamente um levantamento e fizemos um projecto de levantamento de todos os recursos existentes nas escolas e pediram ao Pólo para dizer quais os materiais necessários, para haver pedido coordenado das escolas, dos materiais mais necessários e essa distribuição ser feita de acordo com aquilo que os professores resolvessem no Pólo.

Portanto, inicialmente a Câmara de facto tinha esse problema que era... são 34 escolas do 1º ciclo, umas a pedir isto outras a pedir aquilo. E de facto eles sentiram que havia ali um desperdício de material e que de facto havia interesse em haver alguém que coordenasse esses pedidos para rentabilizar os recursos.



P: Essa questão leva-me a colocar-lhe uma outra. Pensa que a existência dos pólos são suficientes como estrutura organizada para rentabilizar os recursos que existem a nível de Concelho? Ou acha que deveria existir um órgão que coordenasse não só os recursos, humanos e materiais, como também as actividades educativas?

R: A ideia do Pólo, concretamente do Pólo do Seixal, que se desenvolveu mais no 1º ciclo inicial, era estar sempre aberto a todos os graus de ensino e a todos os parceiros da comunidade educativa. Simplesmente, isto é um processo moroso, as pessoas estão todas muito habituadas a funcionar em capelinhas e tem sido difícil, porque realmente a ideia do Pólo era precisamente ser um organismo que coordenasse todo o desenvolvimento da comunidade educativa, que no Pólo estivesse como parceiros todos; portanto, estivessem representadas as colectividades, as autarquias, o ensino particular, todos os graus de ensino. Só que até hoje isso ainda foi conseguido, mas de facto os pólos pretendiam precisamente ser isso, um órgão que coordenasse, que rentabilizasse e que tivesse em parceria os professores do 1º ciclo e todos os outros parceiros.

P: Nessa perspectiva mais abrangente do Pólo, que que ainda não funciona, mas que está nos nossos propósitos, que protagonizam a pausa que poderia ter a Câmara, concretamente aqui a Câmara do Seixal?

R: Poderia ser de facto um parceiro privilegiado, na medida em que é o poder local ali representado. Mas eu penso que o facto de se ter desenvolvido mais, ou ter iniciado pelo 1º ciclo já ter uma responsabilidade atribuída às autarquias e os outros graus de ensino ainda não estarem dependentes das autarquias.

Mas de facto consideramos, a Câmara um parceiro privilegiado nos pólos. Aliás, há pólos, como por exemplo o de Almada, que quando nasceu, já nasceu por iniciativa das direcções regionais juntamente com PIPS, a Câmara e a E.S.E.. Esse nasceu já com todas as valências.

Portanto, ideia é precisamente que as autarquias são fundamentais, quer dizer sem os apoios das autarquias - aliás, os pólos foram-se formando conforme as autarquias estavam abertas a este tipo de trabalho, - não se formava um pólo sem que a autarquia estivesse de acordo, quer dizer considerámo-las parceiros privilegiados, deste processo de desenvolvimento local.

P: Só para terminar tenho uma questão a colocar-lhe que vem um pouco na sequência do que esteve a referir-se.

Independentemente do actual contexto político-administrativo, na sua opinião que papel deveria caber às autarquias em geral e em especial ao órgão autárquico Câmara Municipal, na educação em geral e em particular na formação de professores?

R: Eu acho que depende muito das pessoas que tiverem na autarquia. Eu penso que tem um papel a dizer na medida em que estão junto das populações e que conhecem os problemas concretos dali.

O papel delas na formação dos professores deveria ser sempre como parceiro; eu acho que a formação não pode, hoje em dia, com tudo aquilo que está legislado, não pode ser atribuído nem só ao Ministério, nem só às autarquias, nem só às E.S.E.'s; tem que ser um processo coordenado por todos eles para se rentabilizarem ao máximo os recursos.

Eu acho que as autarquias não deviam ficar reduzidas àquele papel que têm tido até hoje, que é fornecer dinheiro ou recursos; deve também ter uma palavra a dizer, porque conhece as populações e conhece as necessidades. Deve haver um processo coordenado, porque todas essas actividades de animação cultural...porque hoje uma integração entre educação e cultura. Penso que tem sido uma coisa que tem estado um bocado...parece que cultura para um lado e a educação para outro.

Portanto, eu penso que devem ser parceiros exactamente ao mesmo nível, para que a educação e cultura realmente convirjam, e deviam convergir, portanto a ideia que tenho é esta.

P: Eu não tenho mais nenhuma questão a colocar-lhe. Só queria agradecer-lhe a disponibilidade que teve para colaborar neste trabalho, esperando que continue com êxito o seu trabalho de formadora na E.S.E. de Setúbal.

Não sei se quer dizer mais alguma coisa sobre o tema da nossa entrevista?

R: A única coisa que poderia acrescentar é que tenho uma grande admiração pela autarquia do Seixal, precisamente pela visão que tem manifestado pela importância social do 1º ciclo do ensino básico.

P: Mais uma vez obrigado.

R: De nada.

